Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

GUSTAVO SOARES IORIO

A REVISTA **INTERIOR** (1974-1989): 'SÍNTESE DA VIDA NACIONAL' E REPRESENTAÇÃO DO *INTERIOR* NO BRASIL

Rio de Janeiro

2010

GUSTAVO SOARES IORIO

A REVISTA **INTERIOR** (1974-1989): 'SÍNTESE DA VIDA NACIONAL' E REPRESENTAÇÃO DO *INTERIOR* NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociencias, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parcial requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientadora: Prof. Dr. Ana Maria Lima Daou

Rio de Janeiro, abril de 2010

Iorio, Gustavo Soares.
A revista INTERIOR (1974-1989): 'síntese da vida nacional' e representação do *interior* no Brasil / Gustavo Soares Iorio.– Rio de Janeiro, 2010.
193p.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2010.

Orientadora: Ana Maria Lima Daou

1.Imaginário do Sertão. 2. Pensamento Geográfico. 3. Pensamento Social Brasileiro. 3. Regime Militar no Brasil. 4. Ministério do Interior. 5. Revista INTERIOR – Dissertação. I. Daou, Ana Maria Lima. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD: 910.01 I 64

GUSTAVO SOARES IORIO

A REVISTA **INTERIOR** (1974-1989): 'SÍNTESE DA VIDA NACIONAL' E REPRESENTAÇÃO DO *INTERIOR* NO BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociencias, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parcial requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia

Aprovada em abril de 2010

_____

Prof. Drª. Ana Maria Lima Daou (orientadora)

(PPGG/UFRJ)

_____

Prof. Dr°. Antonio Carlos de Souza Lima

(PPGAS/ Museu Nacional/UFRJ)

_____

Prof. Dr° Sergio Luiz Nunes Pereira

(Depto. Geografia/UFF)

_____

Pro. Drª. Lia Osório Machado

(PPGG/UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à sociedade brasileira que financiou meus estudos em uma universidade federal pública, gratuita e de qualidade. Agradeço a todos os professores e funcionários do PPGG/UFRJ, que me viabilizaram tudo que foi necessário para o desenvolvimento de meus estudos. Agradeço também a CAPES, que me concedeu a bolsa de estudos.

Fundamental para que tudo isso fosse possível está, em primeiro lugar, minha família, que sempre me apoiou nas minhas decisões, por mais que nem sempre parecessem as melhores opções. Minha mãe, cuja força, trabalho, amizade e carinho me fizeram sempre confiante na busca de meus objetivos; qualquer agradecimento seria mínimo diante daquilo tudo que ela significa para mim. Minha irmã pelo companheirismo e atenção. Minha namorada, pela paciência, incentivo, amor e carinho. Meu pai, pelo incentivo e disposição. Meus amigos também são fundamentais para ser quem sou, principalmente Caio, Pietro, Felipe Gimeno, Léo Dupin, Léo Leite, Zé, Edílson, Isabela e Carolzinha.

Já no rio, ao Heitor e toda sua família (Marcelo, Denise e Marina), que também foram minha "família carioca", agradeço com todo carinho por terem me recebido com tanta alegria, amizade e carinho, que me foram necessários em um momento difícil de transição. Agradeço a Aghata, grande e atenciosa amiga que também sempre me ajudou com muito carinho. Não poderia deixar de agradecer também ao Mateusinho, grande parceiro. Essas pessoas, além de amigos, foram também meus mestres!

Agradeço especialmente a Ana Daou, orientadora que foi também minha amiga, e muito me ajudou a trilhar os nem sempre claros e agradáveis caminhos de uma pesquisa. Aos professores que compõem minha banca, Lia Osório e Antônio Carlos, agradeço as lições que me foram passadas. Ao Sérgio Nunes, que também compõe a banca, agradeço enormemente, por todas as contribuições que tem me dado de data mais longa.

Um pouco de cada uma dessas pessoas muito especiais, carrego comigo!

RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre a revista INTERIOR, publicação bimestral do Ministério do Interior (MINTER) durante o período de 1974 a 1989. A interpretação se desdobra fundamentalmente em duas questões: i) a revista enquanto uma instituição, uma entidade concreta produtora de representações acerca do Brasil; ii) e sobre os "modelos interpretativas", as "formas do pensar" que consubstanciam estas representações.

Em relação a primeira questão, procurou-se demonstrar a dinâmica própria de uma instituição dessa natureza, com suas frações, estruturas de poder e tomadas de decisões. Quanto aos conteúdos, defende-se aqui a idéia de *interior* como elemento central da representação do país que se projeta.

Palavras-chave: Imaginário do Sertão; Pensamento Geográfico; Pensamento Social Brasileiro; Regime Militar no Brasil; Ministério do Interior; Revista INTERIOR.

ABSTRACT

This work focuses on INTERIOR magazine, a bimonthly publication of the Ministry of Interior (MINTER) during the period from 1974 to 1989. The interpretation unfolds primarily on two issues: i) the magazine as an institution, a concrete entity producing representations about Brazil ii) and the "interpretive model", the "ways of thinking" that embody these representations.

Regarding the first question, we tried to demonstrate the own potentialities of an institution like that, with fractions, power structures and decision making. As for content, it is argued here the idea of hinterland as the key representation of the country projected.

Keywords: Imaginary of Hinterland; Geographic Thought; Brazilian Social Thought; Military Regime in Brazil; Ministry of Interior; INTERIOR magazine.

Sumário

Agradecimentos.....v

Resumo.....vi

Abstract.....vii

Introdução.....1

Capítulo 1

A revista INTERIOR: um *estruturante estruturado*.....23

- Governo e Imprensa no Brasil de Geisel.....23
- Poder simbólico e representação.....29
- A revista INTERIOR; uma primeira aproximação.....36
- Processo da revista INTERIOR.....44
- Espaço de interlocução.....54
- Função didática e poder simbólico.....61

Capítulo 2

O *interior* da revista INTERIOR.....64

- A questão do sertão e/ou *interior* no pensamento social brasileiro.....67
- A ambigüidade do *interior* da revista INTERIOR.....73
- A região como sujeito/objeto do desenvolvimento.....90

2.1. Nordeste: a região problema.....91

2.2. A Hiléia amazônica.....97

2.2. Centro-Oeste: a região solução.....104

Considerações finais.....107

Referências documentais.....115

Referências bibliográficas.....120

Anexos.....124

1. Organograma do MINTER.....124
2. Roteiro da entrevista semi-estruturada.....125
3. Quadro sistemático da revista INTERIOR.....126

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre a revista INTERIOR, publicação bimestral promovida pelo Ministério do Interior (MINTER), durante o período compreendido entre 1974 e 1989. A proposta basilar é interpretá-la enquanto elemento ativo em um campo de disputas simbólicas dinamizado por diferentes agentes sociais.

Essa proposta de trabalho foi construída ao longo do tempo, desde o trabalho de conclusão de curso, na graduação (IORIO, 2007), onde me aproximei da revista por sugestão do professor Sérgio Nunes (UFF). Meu interesse primeiro, que se mantém na elaboração desse trabalho, é o de me inserir no conjunto de pesquisadores que se debruçam sobre o tema da história do pensamento geográfico no Brasil. É Com vistas nesse campo de debates e pesquisas que pretendo me inserir com essa interpretação.

Essa interpretação requer, inicialmente, a elucidação do contexto mais abrangente em que ela se insere. A primeira edição da revista INTERIOR data de dezembro de 1974, abrigada em uma pasta ministerial da presidência da república, então ocupada por Ernesto Geisel, General das Forças Armadas brasileiras. Essa presidência seguia uma série de governos também ocupados pelo alto escalão militar nacional, estabelecido através de golpe de Estado, desde 31 de março (segundo a data oficial) de 1964. Este período, que se estendeu até 1985, é conhecido como a ditadura militar brasileira, ou "Revolução democrática", para seus protagonistas.

Consideramos aqui o Regime Militar como um período ímpar na história republicana brasileira em diversos sentidos. Oliveira (1981) define o golpe de 31 de março como o desfecho radical de um conflito de classes, do qual ele busca as origens em algumas décadas anteriores.

O autor traça o movimento que ele denomina de centralização do capital, monopolização, ou oligopolização. Segundo ele, o Brasil viveu nas décadas de 1930 a 60 um processo de industrialização, porém, na última década (mais particularmente de meados para o fim da última década), viveu-se por aqui a expansão dos setores industrializados através de capital internacional. Esse capital trouxe consigo um modelo de concentração, no qual a competitividade fez da máxima exploração do lucro um aspecto fundamental de sobrevivência. O intuito do lucro passou então a comandar todas as esferas da sociabilidade, inclusive o Estado, que se abstém da função de

provedor, e assume a feição de agente lucrativo, se tornando mais um ente da centralização do capital, e, até mesmo, ao papel de próprio financiador deste processo, através da conversão do Tesouro Público em crédito para a iniciativa privada.

Oliveira (op. cit) atribui o protagonismo deste processo às burguesias nacionais e internacionais associadas, que se fortaleceram no território nacional.

> Assiste-se no Brasil, concretamente, à própria transformação do Estado: este criará ou utilizará o imposto como crédito para financiar o movimento de centralização dos capitais, recusará sua utilização como gasto improdutivo, e lançar-se-á em esfera produtiva, transformando o caráter de sua intervenção de simples agente técnico da divisão do trabalho para a de um agente da divisão social do trabalho. (p. 102)

Simultaneamente a este processo, a partir da década de 1950, teria ocorrido também um fortalecimento da esquerda brasileira, principalmente na região Nordeste, onde as lutas populares ganharam grande expressão através das Ligas Camponesas, e a esquerda conseguiu alcançar inclusive mandatos na política institucional, como com Francisco Julião, eleito deputado federal por Pernambuco (1962 – 1964), e Miguel Arraes que, além de mandatos na câmara federal e prefeito, foi eleito governador de Pernambuco em 1962.

Já para Lafer (1975), essa mudança governamental se deve ao esgotamento daquilo que ele chama de *república populista* (1945 – 1964). Esta, segundo ele, foi marcada por um pacto de dominação entre as elites tradicionais do chamado "Brasil subdesenvolvido" e as elites do "Brasil desenvolvido". Esse pacto de dominação fundamentaria sua legitimidade pela popularidade através do voto e a coerção organizada (poder militar). Aqui imperava uma vigilância do governo Executivo por parte do legislativo, onde as forças do "Brasil subdesenvolvido" se faziam mais presentes. A base econômica era sustentada pela política de substituição de importações. Ainda segundo o autor, uma contradição se fazia presente nesse pacto: no lado "subdesenvolvido" existia uma prática política clientelista, antagônica às necessidades da parte "desenvolvida" de se operacionalizar de forma eficiente a máquina pública.

A República Populista teria se esgotado em função de três fatores: i) esgotamento do modelo político-econômico; ii) mudanças na economia que geraram a perda do controle do Estado sobre essa; iii) e o crescimento populacional do sudeste, que

provocou um desequilíbrio no pacto de dominação vigente, provocando um imobilismo político.

A superação da crise do sistema populista incorreu no Regime Militar. Este, por sua vez, teria como sustentação duas esferas de legitimidade, a positiva e a negativa. Negativamente, o governo se legitimaria através da coerção, do uso da força mais explicitamente, já sua legitimidade positiva residiria na sua eficiência administrativa, notadamente na economia:

> A conclusão a que se pode chegar, destas notas preliminares, é que a fundamentação positiva da legitimidade do sistema se calca na qualidade do exercício do poder, isto é, na sua atuação sobretudo na área econômica. Numa primeira etapa, pela racionalidade das decisões; numa segunda, pelos resultados em termos de desenvolvimento. (LAFER, 1975. p. 75)

Em um primeiro momento, durante o governo Castelo Branco (1964 – 1967), o governo teria definido como linha de atuação a reconstrução econômica através da redução da inflação, modernização e racionalização da economia. Em um segundo momento, contemplando os governos de Costa e Silva (1967 – 1969) e Médici (1969 – 1974), sob a tutela do ministro da fazenda Delfim Netto, ocorreu um crescimento econômico acelerado (o famoso "milagre econômico"), com ênfase no mercado externo e na diversificação das exportações. Durante esses dois momentos consolida-se a tutela da economia pelo Estado no Brasil. Maria Helena Alves (1984), baseada na idéia de "institucionalização do Estado de Segurança Nacional", agrupou os governos Castelo Branco e Costa e Silva, como a primeira fase, marcada pelo lançamento de suas bases; e o governo Médici como a fase de desenvolvimento do modelo econômico e dos aparatos de repressão.

No período pós-64 ocorreu uma dinamização do modelo de governança. Além da reforma administrativa de 1967 (Decreto-lei nº 200) e da racionalização da máquina pública operou-se também uma reforma tributária, aumentando a arrecadação e o investimento estatal na economia. Isso tudo só foi possível graças ao novo pacto de dominação instaurado, numa associação entre os militares e a tecnocracia.

Em relação à gestão econômica, o Regime agiu através da estratégia de financiamento, ou seja, através da utilização de incentivos e desincentivos monetários, inclusive a própria instituição da "correção monetária", que estabelece um índice objetivo da inflação, foi criada (LAFER, *op. cit.*). Através dessa estratégia o Estado

conseguiu dispor de mais recursos. Além disso, a república populista teria utilizado a estratégia de regulamentação da economia, utilizando principalmente o mecanismo da inflação para gerar vantagens aos investidores e poupança forçada aos consumidores. Tal estratégia teria se esgotado em função da impossibilidade do Estado em controlar a inflação. É importante frisar que a política econômica adotada pós-64 provocou um aumento significativo do índice de endividamento externo.

Em suma, o golpe de Estado operado contra o presidente em exercício (João Goulart) foi protagonizado pela conciliação dos militares com a tecnocracia, apoiados pelo grande capital, nacional e internacional, numa investida contra a crescente convulsão social impulsionada pelo fortalecimento dos grupos populares, e pelo próprio então presidente da república, que havia se comprometido com as chamadas "reformas de base".

Esse consórcio caminhou bem de acordo com os propósitos de seus protagonistas até o governo Médici, os dois fundamentos da legitimidade, o positivo e o negativo se fortaleciam. A economia crescia a níveis impressionantes, e a repressão silenciava vozes destoantes e instaurou-se a "cultura do medo", baseada nos sentimentos de *silêncio*, imposto pelos aparelhos de repressão; *isolamento*, proporcionado pela própria ausência de comunicação; e pela *descrença* da população com a possibilidade de protagonizar o seu destino (ALVES, *op. cit.*).

Todavia, durante o governo Médici a crise internacional (principalmente energética) atingiu o Brasil (LAFER, *op. cit.*). O crescimento econômico foi freado e denúncias de tortura e outros tipos de abuso já estavam correntes na opinião pública. As dimensões positivas e negativas do Regime estavam em descenso.

Foi diante desse quadro que o General Geisel (1974 – 1979) assumiu o governo, O seu grande desafio era o de manter a ordem das coisas (ou o *status quo*), mas para isso era necessário se buscar novas estratégias de legitimidade política para o Regime. Geisel então operou o que ficou conhecido como a "distensão":

> o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social. Era necessário encontrar uma nova base de legitimidade, estreitamente vinculada a instituições corporativas flexíveis o suficiente para garantir a obtenção de apoio clientelístico. A teoria da 'distensão' pretendia assegurar uma afrouxamento da tensão sociopolítica. (ALVES, op. cit. 1984)

A idéia básica do governo era a de "afrouxar" o regime, dando maior flexibilidade para as instituições. Foi durante o governo Geisel que o Ato institucional-5 (AI-5) foi revogado, a Lei de Anistia foi promulgada, ocorreram eleições diretas para a Câmara dos deputados e o Senado, entre outras coisas (ALVES, op. cit). Porém, tudo isso não poderia ocorrer senão sob o controle governamental de tal forma que a continuidade da institucionalização do Estado de Segurança Nacional não fosse posta em risco. Por diversas vezes, quando o controle da situação estivesse ameaçado, apelava-se para velhos e novos instrumentos opressores, como a "Lei Falcão" para as eleições municipais de 1976, e a criação dos "senadores biônicos", eleitos pelo voto indireto, em 1978 (Idem, Ibid). Em síntese, a teoria e a prática da "distensão" não foram senão uma estratégia, através do recurso a novas formas de se buscar legitimidade, de perpetuação do projeto político que se impunha.

Todavia, durante esse governo a oposição ganhou enorme expressão política, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) vinha em ascensão desenfreada, apesar das manobras políticas da situação, e se tornou um centro aglutinador para toda a oposição. Movimentos como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) agiram com bastante expressão, rompendo com os aspectos fundamentais da "cultura do medo".

Como fechamento desse período, que Alves (*op. cit*.) define como a terceira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, a própria fissura interna do governo para a nomeação do sucessor de Geisel, que acabou por nomear o General Figueiredo (1979 – 1985), apoiado pelo próprio presidente, enfraqueceu ainda mais o Regime. Com a oposição em alta e a situação em queda, sua perpetuação se tornou insustentável, e Figueiredo não pode evitar o fim do período militar, sendo o último presidente do Regime, governando até 1985, sucedido por José Sarney, eleito pelo voto indireto como vice-presidente, na chapa de Tancredo Neves, que não chegou a assumir a presidência por falecer antes da data de posse

Alves (*op. cit*.) compreende o regime militar como a institucionalização do *Estado de Segurança Nacional*, apesar de algumas limitações[1], este termo se apresenta como bastante interessante pois ressalta a Segurança Nacional, ao lado do desenvolvimento,

[1] A limitação está fundamentalmente no fato de que a conceitualização não diferencia com clareza Governo de Estado.

como os grandes motes ideológicos do governo, e compunham como elementos principais um projeto geopolítico para o Brasil. Esse projeto é atribuído basicamente às formulações da Escola Superior de Guerra (ESG), considerada a "escola brasileira de geopolítica", centro formulador da doutrina da segurança nacional no Brasil (VALCH, 2002-2003). Golbery do Couto e Silva foi um de seus teóricos mais destacados. Além de compor o quadro da ESG, Golbery escreveu textos e livros sobre a geopolítica nacional, e chegou a atuar diretamente, com posição central, no governo Geisel.

A ESG, assim como Golbery, é considerada tributária das tradições teóricas do pensamento autoritário brasileiro, através de pensadores como Alberto Torres e Oliveira Vianna; e a do pensamento geopolítico brasileiro, inspirados em nomes como Delgado de Carvalho e Everaldo de Backheuser (VLACH, *op. cit*.). Em comum, de forma bastante generalizada, pode-se dizer que ambos os pensamentos são marcados por uma idéia de que o Brasil, devido às suas dimensões continentais, sua natureza inóspita, e à imaturidade política do povo, não era um país apto a democracia, necessitando então de um Estado centralizador, com referência a figura do *Leviatã* (BONFIM, 2002-2003).

Esse projeto geopolítico consistia em consolidar a ocupação territorial e a criação de meios de circulação no território nacional que possibilitassem a sua coesão e projeção, tanto no cenário sul-americano, no qual deveria assegurar um papel de liderança, quanto no global, no qual deveria manter-se aliado aos EUA (BONFIM, 2007). A idéia de Segurança Nacional atrelado ao desenvolvimento aqui é latente. A ocupação e dinamização econômica proporcionam ao mesmo tempo o desenvolvimento nacional e a integridade territorial, protegida de seus inimigos internos e externos. Esses seriam os fundamentos teóricos da intervenção estatal no ordenamento territorial nacional durante o Regime Militar.

Na prática, essa doutrina geopolítica se efetivou através de diversas políticas. Como anteriormente apresentado, nos momentos que antecedem o golpe militar de 1964, o Brasil vivia um contexto de grande instabilidade política e convulsão social. As desigualdades regionais e os "vazios econômicos e demográficos" eram considerados como grandes ameaças à segurança nacional, e o governo se pôs a combatê-las.

Em relação às desigualdades regionais, as políticas de maior destaque foram as Superintendências regionais (SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUDESUL, dentre outras). A SUDENE, que já existia anteriormente, mais assumiu novo caráter após

1964, agiu no sentido de criar uma economia nordestina não mais regional, mas sim integrada nacionalmente a um sistema de divisão nacional do trabalho. Esse fato teria representado uma perda enorme para os(as) trabalhadores(as) de todo o Brasil, não só do Nordeste; o declínio total das elites regionais nordestinas; e a homogeneização, à escala territorial, da burguesia nacional e internacional (GUIMARÃES NETO, 1999)

O período após a década de 1960 teve um crescimento acelerado da economia nordestina, até mesmo em relação à participação da região no total do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e, apesar de difícil estimativa precisa, certamente a política da SUDENE teve papel fundamental para isso. Ocorreu de fato uma dinamização de todos os setores econômicos da região.

> [...] de acordo com estimativas da SUDENE, se em 1960 a participação do produto interno bruto *per capita* do Nordeste no produto interno bruto por habitante do país era de 41,9%, ele passa para 40,9% em 1970, 44,7% em 1980, 59,1% em 1990 e 54,1% em 1996. Relativamente à relação do produto interno bruto total do Nordeste com o produto interno do Brasil, a média de participação dos anos 1965-1970 era de 12,4%, a de 1970-1980 alcançava 12,5%, a de1980-1990 era de 15,9%, ainda de acordo com as estimativas da SUDENE. (GUIMARÃES NETO, *op. cit*. p. 243).

Todavia, esse crescimento econômico não se realizou através da participação popular, ao contrário, beneficiou os capitais concentrados internacionais e do Centro-Sul, e tudo isso sob a tutela do Estado. A indústria que surge no Nordeste é predominantemente de capital externo a região, assumindo, o capital nordestino, apenas dois quintos do capital total. Assim como os resultados sociais não foram nem próximos de positivos, e em muito pouco alteraram as condições sociais desiguais e precárias, ao contrário, os índices de concentração de renda cresceram progressivamente (*Idem*, *Ibid*.).

Não muito diferente foi o ocorrido com a SUDAM, oficializada em 27 de outubro de 1966. Essa superintendência foi criada após uma sucessão de outras iniciativas políticas para o desenvolvimento da Amazônia, diante de uma situação de isolamento e subdesenvolvimento econômico da região. É importante notar que o conjunto dessas políticas, apesar de ter como objetivo também superar os desequilíbrios regionais, se difere, de certa forma, das políticas em relação ao Nordeste em função do problema central da "ocupação produtiva" da região (FERREIRA, 1999).

De toda forma, as políticas de desenvolvimento regional como um todo podem ser compreendidas como protagonizadas principalmente pela iniciativa privada financiada pelo Estado, através de políticas de incentivos fiscais e de fundos de investimentos, como o Fundo para Investimentos Privados na Amazônia (FIDAM).

A partir de 1970 as atividades do governo federal se intensificaram substancialmente, e os objetivos de ocupação e integração foram eleitos como primordiais (FERREIRA, op. cit.). Duas políticas aqui assumem especial destaque, e, inclusive, juntas somavam 50% do total de investimentos federais na Amazônia: o Programa de Integração Nacional (PIN), e o Programa de redistribuição de Terras (PROTERRA).

O PIN foi criado em 16 de junho de 1970, com uma reserva de CR$ 2 bilhões entre 1971 e 1974 para financiar uma rodovia que ligasse a Amazônia ao Nordeste, a Transamazônica; uma que ligasse o Norte ao Sul do País, a Santarém-Cuiabá; e um plano de irrigação para o Nordeste (MAHAR, 1978). O PROTERRA foi instituído em 1 de junho de 1971 como complemento do PIN. Os objetivos definidos para esse programa eram a desapropriação e compra de terras, créditos rurais, subsídios e financiamento da agroindústria. O montante do financiamento foi de CR$ 4 bilhões (Idem, Ibid.).

Estes foram só alguns dos diversos projetos implementados, que ilustram o objetivo alegado de desenvolvimento regional e integração territorial, apoiados no binômio segurança nacional e desenvolvimento, cerne do projeto geopolítico, e que se efetivaram através de uma forte atuação estatal em favor da ampliação do capitalismo (e dos capitalistas) no Brasil. Toda a administração pública foi organizada em função desses preceitos.

A estrutura administrativa foi elaborada fundamentalmente através do Decreto-Lei nº 200 de 1967 (BRASIL, 1967), que instituiu a Reforma Administrativa. Esta foi gestada intelectualmente através da Comissão Especial de Estudo da Reforma Administrativa (COMESTRA), que estabelecia a necessidade de modernização da máquina pública, através da racionalização da administração federal com a adoção de procedimentos típicos do setor privado.

Politicamente, a Reforma Administrativa foi elaborada quase que exclusivamente sobre a tutela do próprio governo, sem participação efetiva da sociedade civil; os setores populares foram completamente afastados do processo, já os setores patronais organizados tiveram pouca influência. A tecnoburocracia pôde atuar de maneira livre de pressões populares para implementar seus princípios administrativos, compatíveis com a dinâmica dos setores empresariais (BARBOSA E SILVA. s/d).

O planejamento foi eleito como o próprio instrumento dessa racionalização. Em função disso a descentralização operacional e a flexibilização assumiram papel central na Reforma. A descentralização foi a transferência de responsabilidades do executivo para os demais setores do governo, porém, a presidência continuaria a orientar todos esses setores, e o Ministério do Planejamento coordenar suas ações.

A descentralização também produziu a diferenciação entre administração direta e indireta. A administração direta comportaria os órgãos diretamente subordinados à presidência, já a administração indireta comportaria as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, que dispunham de autonomia de gestão e mantinham um vínculo apenas formal à presidência ou qualquer ministério. Essa modalidade de administração indireta foi um dos elementos centrais para atender o objetivo de estabelecer a lógica operacional do setor privado na administração pública: "*A lógica da administração indireta é estabelecer um vínculo estreito com o setor privado, sendo que a livre iniciativa terá importante papel da atuação do Estado*" (BARBOSA E SILVA. *op. cit*. p. 7). Cabe a ressalva aqui de que tal fato não implicou em privatização.

Já a flexibilização implicou na concessão de maior autonomia às equipes de operação, rompendo com a verticalização hierárquica e buscando desburocratizar o serviço público. Entretanto, Barbosa e Silva (op. cit.) faz uma importante ressalva:

> Ao lado da flexibilização dos procedimentos burocráticos, os princípios éticos de gestão da coisa pública são enfraquecidos. O clientelismo e os vínculos pouco transparentes com o setor privado tomam de assalto a administração indireta, fenômeno que é favorecido pela falta de liberdades democráticas, o que impede a fiscalização das ações do Estado por meio de partidos de oposição, entidades da sociedade civil ou uma imprensa livre (Idem. Ibid. p. 8).

Desta feita, ao contrário do que se esperava, a Reforma Administrativa teria resultado em um Estado inchado e aberto ao favorecimento e aos interesses privados.

A Reforma administrativa de 1967 estabelece e localiza funcionalmente os ministérios. O destaque maior é dado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (MPCG). A criação desse ministério se torna um marco na administração pública brasileira, institucionalizando o planejamento como característica fundamental de governo. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é criado para munir esse ministério das informações necessárias para a sua ação.

O MPCG assume funções de coordenação sobre todos os demais setores do governo, esvaziando de sentido o DASP (Departamento Administrativo e Serviço Público), criado como órgão central desde 1938, e que passa a se chamar de Departamento Administrativo do Pessoal Civil. Duas razões são atribuídas a esse esvaziamento: i) tinha ele funções centralizadoras, quando a proposta aqui era a descentralização; ii) sua imagem estava associada ao nacional-desenvolvimentismo, quando a postura agora era associação do desenvolvimento nacional através de capital externo.

> A reforma administrativa de 1967 foi um fenômeno com duas faces não necessariamente antagônicas. De um lado, correspondeu a um esforço em preparar a máquina estatal para que pudesse responder satisfatoriamente às demandas do modelo de desenvolvimento associado ao capital externo. Para tanto, institucionalizou o planejamento e buscou a eficiência administrativa. De outro lado, abriu uma perigosa janela para a expansão estatal que, associada às dificuldades de controle da administração indireta, contribuiu para a expansão dos interesses privados no interior do Estado. (Idem. Ibid p. 14)

Cabe destaque aqui a centralidade que o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão de cúpula do Sistema Financeiro Nacional (responsável pela regulamentação dos incentivos monetários), e o Banco Central exerceram na gestão econômica do País.

O CMN era onde praticamente todas as decisões a respeito da área econômica do regime eram tomadas. Funcionava este órgão como o lócus privilegiado das negociações políticas, em uma perspectiva que é chamada de "pluralismo limitado". Era aqui que os diferentes setores que compunham o governo entravam em barganha. Inclusive, a título de exemplo, o próprio PROTERRA era gerenciado por esse conselho (Idem, Ibid.)

Outro ministério criado através da Reforma Administrativa de 1967 foi o próprio MINTER, locado no setor econômico do governo. Posteriormente, o Decreto nº 66.882,

de 16 de julho de 1970 detalha mais profundamente sua estrutura e funcionamento (BRASIL, 1970), sendo mantidas as seguintes atribuições:

> I - Desenvolvimento regional.
> II - Radicação de populações, ocupação do território. Migrações internas.
> III - Territórios federais.
> IV - Saneamento básico.
> V - Beneficiamento de áreas e obras de proteção contra sêcas (*sic*) e inundações. Irrigação.
> VI - Assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas.
> VII - Assistência ao índio.
> VIII - Assistência aos Municípios.
> IX - Programa nacional de habitação. (BRASIL, 1967)

Objetivamente, em termos mais diretos, pode-se dizer que a missão básica e fundamental a qual o MINTER deveu sua existência foi a de "desenvolvimento regional", conforme é possível se conferir na própria revista INTERIOR (INTERIOR, 1975, n.2; 1976, n.10). O "desenvolvimento regional" alicerçava todo o raio de ação deste ministério, marcando como um dos poucos elementos que era de fato comum em toda a sua ampla e complexa organização. Nas palavras seguintes, escritas pelo então ministro Rangel Reis nas páginas da revista INTERIOR, pode se ter uma idéia da abrangência e complexidade do órgão:

> O ano de 1974 exigiu redobrado esforço do Ministério do Interior na execução de programas, compreendendo o meio rural e urbano. Presente nas regiões de maiores níveis de progresso, e alcançando as menos desenvolvidas; implementando projetos destinados a fixar o homem à terra e orientando as correntes migratórias; construindo casas nas cidades; financiando a indústria e oferecendo suporte à agropecuária; dinamizando recursos existentes e dando aproveitamento a novas potencialidades; desenvolvendo regiões e promovendo o seu inter-relacionamento. E no exercício da indispensável continuidade, vencendo etapas definidas e estabelecendo novas linhas de ação. (INTERIOR, n.2, Fevereiro de 1975. p. 15)

O MINTER, também foi organizado em duas esferas distintas, a administração direta e a indireta, cuja descrição dos órgãos componentes é interessante para se dar uma idéia mais clara de sua abrangência.

A administração direta era composta por três setores, divididos cada um em subsetores: i) Órgãos de assistência direta e imediata ao ministro, a) Gabinete, b) Consultoria Jurídica, c) Divisão de Segurança e Informações; ii) Órgão centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro, a) Secretaria Geral, b) Inspetoria

Geral de Finanças; iii) Órgão central de direção superior, a) Departamento de administração (ver organograma Anexo I)[2].

A administração indireta era organizada da seguinte maneira: i) Entidades de coordenação e planejamento regional, a) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, b) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, c) Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO, d)Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL; ii) Entidades de desenvolvimento sub-regional, a) Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, b) Superintendência do Vale do São Francisco – SUVALE, c) Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; iii) Entidades relacionadas com o desenvolvimento urbano e local integrado e a melhoria das condições do ambiente, a) Banco Nacional de Habitação – BNH, b) Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU, c) Departamento Nacional de Obras e Saneamento; iv) Entidades regionais e sub-regionais de financiamento, a) Banco da Amazônia S.A. – BASA, b) Banco do Nordeste S.A. – BNB, c) Banco de Roraima S.A.; v) Entidade de integração sócio-econômica ao processo de desenvolvimento, a) Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Os territórios federais também se enquadravam na administração indireta.

Todos os órgãos mencionados eram regulamentados como autarquias, cada qual com um Conselho Deliberativo próprio. Os Conselhos Deliberativos das superintendências do desenvolvimento regional eram presididos pelo ministro do interior e, conforme definido pelo Artigo 10 desse Decreto, tinham a seguinte composição:

> **Art**. 10. Cada Conselho Deliberativo será constituído dos seguintes membros:
> I - Os Governadores das Unidades Federativas da região respectiva;
> II - um representante de cada um dos Ministérios civis e, conforme o caso, do Conselho Nacional de Pesquisas;
> III - um representante do EMFA;
> IV - um representante, respectivamente, do órgão regional de financiamento, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE e do Banco do Brasil S.A.;
> V - um representante de cada um dos órgãos de desenvolvimento sub-regional que atuam na região;

[2] Essa estrutura está discriminada no texto do Decreto referido, o organograma em anexo foi encontrado nos arquivos do MINTER disponíveis no Arquivo Nacional, localizado em Brasília. A estrutura que o Decreto regimenta não coincide perfeitamente com o organograma encontrado.

> VI - o dirigente da Superintendência de Desenvolvimento Regional respectiva. (BRASIL, 1970)

A composição destes Conselhos Deliberativos demonstra o grande poder que o governo exercia sobre suas respectivas entidades. Além de o próprio ministro presidi-los, outros ministros civis e os governadores dos estados da região em questão compunham o conselho. Vale lembrar que, desde o governo Castelo Branco, os governadores eram eleitos indiretamente.

O primeiro a assumir o MINTER, durante o governo Costa e Silva, foi o ministro Afonso Augusto de Albuquerque Lima, que exerceu o cargo de 15/03/1967 a 27/01/1969, quando abandonou o cargo para tentar concorrer a sucessão da presidência do General Costa e Silva. Foi sucedido pelo seu então ministro interno José Costa Cavalcanti, que foi nomeado pela Junta Militar Provisória (31/08/1969 – 30/10/1969) e permaneceu no cargo até o fim do governo Médici, ou seja, de 31/08/1969 a 15/03/1974. Durante o governo Geisel foi Maurício Rangel Reis o responsável pelo MINTER. Seu sucessor foi Mário David Andreazza, que exerceu o cargo no decorrer de todo o governo Figueiredo (BRASIL, 2008).

O que se pode concluir é que o MINTER representou uma função primordial para os governos do Regime Militar, haja vista que suas atribuições eram centrais para a execução dos ideais de desenvolvimento (e por conseqüência de Segurança Nacional), de modo que se pode até mesmo dizer que o MINTER era o próprio "ministério do desenvolvimento":

> 'O Ministério do Interior costuma ser visto apenas em seus aspectos conjunturais, no atendimento a necessidades imediatas, mas ele é muito mais do que isso; é um Ministério para tratar dos grandes problemas estruturais da Nação', afirma o ministro Ronaldo Costa Couto. É exatamente por isso que ele prefere ver sua pasta como um Ministério do Desenvolvimento. (INTERIOR, n. 61/62. Março/Junho de 1975. p. 14)

Em dezembro de 1974, na gestão de Maurício Rangel Reis, é criada no âmbito desse ministério a revista INTERIOR, que aqui assume a condição de objeto de pesquisa. Conforme se verá nas páginas posteriores, é difícil a concepção de "uma" revista INTERIOR, já que esta vive um processo de mudanças significativas ao longo de sua existência.

No decorrer do intervalo compreendido entre 1974 e 1989, esta revista teve um total de 70 números; começou a ser editada por uma tiragem de 20.000 exemplares, que após aumentos progressivos chegou a 55.000 em 1979 (edição n. 28), média mantida na maior parte de duração do processo (apesar de chegar ao máximo de 60.000 nas edições 49 e 50 em 1983). A quantidade de páginas também sofreu alterações significativas. Das 35 páginas iniciais, a revista variou para uma média de 40 e posteriormente 50; na edição n. 15, de Janeiro-Fevereiro de 1977, atingiu a marca de 58 páginas que, fora algumas exceções como edições especiais, prevaleceu até 1982 (edição n. 46) quando a revista passou a ter 65 páginas, total mantido até seus últimos números.

Em relação à diagramação e a estrutura visual da revista, pode-se dizer que sofrem algumas alterações, principalmente no tocante a um amadurecimento gráfico, com o conteúdo melhor disposto na medida em que a própria vai se consolidando. Afora esse amadurecimento, o "design" varia também em relação aos diferentes períodos pelos quais a revista passa, conforme está apresentado no capítulo posterior. Entretanto, apesar dessas variações, pode-se dizer que dois elementos são estruturais na apresentação visual: riqueza de material fotográfico ou ilustrado, e densidade de textos. As páginas de INTERIOR estão quase todas tomadas por um desses dois conteúdos; textos comprimidos em colunas apertadas, e imagens fotográficas e/ou desenhos. Poucos recursos estéticos de página são utilizados, e pouco espaço das páginas ficam sem preenchimento. Propagandas e publicidades também só aparecem na edição 16 (março-abril de 1977), e apenas de ações ou entidades governamentais. Anúncios de empresas particulares aparecem pela primeira vez em janeiro-dezembro de 1982 (n.42).

Na estrutura burocrática do ministério, INTERIOR estava vinculada à Coordenadoria de Comunicação Social, que, por sua vez, estava diretamente subordinada ao Gabinete do Ministro. Seu primeiro diretor responsável, Orlando de Almeida e Albuquerque, que também era na ocasião chefe do Gabinete, apresenta os propósitos da revista no editorial da primeira edição:

> Esta, pois, a razão primeira e maior da Revista do Ministério do Interior, publicação que nasce da proposição de levar a todos os escalões do País, sejam eles territoriais, administrativos, sociais, profissionais, empresariais, políticos ou estudantis, um conhecimento razoável do grande problema que é este grande Brasil, das soluções que ele requer e do esforço que elas exigem e, em todo esse quadro, oferecer aos diversos níveis de público visão equilibrada das principais políticas que compõe o escopo delegado ao Ministério do

> Interior, obrigando-nos a um texto objetivo, que seja um código estável para os registros, avaliações e progressivas conclusões. (INTERIOR, dez. de 1974)

Esta revista, depois de criada, acompanhou toda a existência do próprio MINTER – até 1989, totalizando 70 edições ao todo – assumindo um papel importante (em alguns momentos mais em outros menos) como veículo de divulgação das informações compatíveis ao ministério, como menciona o texto de apresentação de um documento organizado pelo Centro de Documentação (CEDOC) do ministério. Este documento apresenta um índice de temas trabalhados na revista até 1985, com as respectivas indicações do título das matérias, número em que ela foi publicada, data, e outra informações catalográficas:

> A revista INTERIOR, editada pela coordenadoria de comunicacao (sic) social do MINTER, e (sic) o mais dinamico (sic) veiculo (sic) informativo das atividades deste ministerio (sic) e dos diversos assuntos ligados a sua area (sic) de atuacao (sic). (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1985)

Valéria Velasco e Pontes[3], editora-chefe da revista ao longo de quase toda sua duração, diz que a proposta era a de divulgar a integração que estava sendo realizada pelo ministério:

> o chefe do gabinete do ministro Rangel Reis [Orlando de Almeida e Albuquerque] propôs a criação da revista, ele era uma pessoa que tinha uma visão de comunicação muito boa, e ele queria mostrar esse trabalho de integração que estava sendo feito pelo ministério, aí decidiu mostrar pelo meio de uma revista. Ele resolveu criar a revista INTERIOR e resolveu me chamar para editar a revista.

No documento do CEDOC acima mencionado, muitos temas são recorrentes, como SUDAM, SUDENE, SUDECO, SUFRAMA, entre diversos outros que estão diretamente ligados as atribuições do MINTER, entretanto, chama a atenção a quantidade de matérias enquadradas sob o tema do desenvolvimento (reforçando a imagem do MINTER como "ministério do desenvolvimento"). Diversas variações são elencadas: Desenvolvimento agrícola, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento industrial, desenvolvimento integrado, desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento setorial, desenvolvimento social, desenvolvimento urbano e, principalmente, desenvolvimento econômico, com um total de 48 matérias. Em contrapartida, considerando esse mesmo contexto, chama a atenção o fato de não existir

[3] A entrevista me foi concedida dia 04/04/2009 em seu escritório em Brasília. Aproveito aqui para agradecer a atenção, solicitude e delicadeza com que me recebeu.

nem sequer um verbete para o tema da Segurança Nacional, o par complementar do desenvolvimento nesse projeto.

A revista INTERIOR, como pôde se observar, se apresenta claramente inserida no contexto de busca de novos fundamentos de legitimidade para o governo. Este, desde então, investiu energia considerável no tratamento de sua própria imagem. Essa questão de investimento de energias na busca de convencimento, legitimidade, etc., é muito bem trabalhada nas ciências sociais como "disputas simbólicas", sendo Pierre Bourdieu, com sua idéia de capital simbólico, uma referência fundamental para esse debate.

Bourdieu (2007a) estabelece a própria dinâmica cultural como objeto de estudos. Para ele, a cultura é composta por elementos dinâmicos que se rivalizam em torno das representações do mundo social. Para ele, as "formas de ver e interpretar o mundo" são *sistemas simbólicos*. Por sua vez, estes sistemas simbólicos seriam *estruturantes estruturados*, ou seja; estruturas de "construção da realidade", sistemas de interpretação e atribuição de significados que, por sua vez, são produzidos por grupos sociais em disputa pela efetivação de sua própria estrutura ("forma de ver e interpretar o mundo") como a legítima, a aceita como "verdadeira":

> Os «sistemas simbólicos», como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo...(BOURDIEU, 2007. p. 9)

Esses *sistemas simbólicos* não podem ser compreendidos senão através das relações de poder neles envolvidos. As *estruturas estruturadas* são produtos dinâmicos de um complexo jogo de poder, onde o conflito é fato constante.

Essa compreensão da realidade social, através da dinâmica cultural, abre margem para a interpretação científica da própria representação do mundo. Abre margem para a interpretação das *imagens representadas*, daquilo que se vê como algo que se vê através de uma *estrutura estruturada* que é reconhecida como legítima. Ou seja, a ação de criar representações, imagens do mundo, explicações e interpretações, é também passível de compreensão através da análise científica, de se tornar ela própria objeto de análise. Como o autor expõe ao analisar a categoria *região*:

> As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades [...] ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradoiros que lhe são correlativos, como o sotaque, são um caso particular

> das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos (Idem, Ibid.p. 113)

A classificação em si é uma ação, é a concretização do poder simbólico que *está* vencedor em conflitos nos diferentes campos. O uso de uma classificação, ou a aceitação de um enunciado, implica na representação do estado do conflito simbólico, e não na representação do estado do real, como pode se pensar.

Esse domínio simbólico é fundamental, pois a representação condiciona as ações, como diz Bourdieu (*op. cit*.) em relação à fronteira:

> A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na acção do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito (p. 115).

As lutas simbólicas começam no próprio estabelecimento de quem é legítimo para classificar, ordenar, e gerar enunciados sobre a realidade social. Temos aqui uma sofisticada e produtiva perspectiva do universo cultural como um universo político.

Em suma, esses são os elementos que compõem o universo temático no qual esta pesquisa está compreendida. Nosso objeto teve sua existência orientada por uma necessidade simbólica, esteve abrigado em um ministério essencial para o cumprimento da cobiça ao desenvolvimento, traço marcante de um período bastante singular na história política e social do país, compreendido como Regime Militar.

Tal regime, nos primeiros momentos após o golpe de 1964, sustentou sua legitimidade na suposta eficácia administrativa, evidenciada pelo alto índice de desenvolvimento econômico, e no uso coercitivo da força. Esses dois elementos mantinham um equilíbrio entre si, que sustentava a ordem do governo. Entretanto, a partir do final do governo Médici o Brasil passou a vivenciar uma crise econômica, que era também mundial, e o equilíbrio da legitimidade foi ameaçado. Foi necessária uma suavização do uso da força, a chamada "distensão" do governo Geisel. Para manter a ordem política fez-se necessário também uma investida na construção e/ou reforço de uma imagem positiva ao regime.

A “construção dessa imagem” passa necessariamente pela imersão no universo simbólico de disputas. Faz-se necessário mobilizar recursos e energia para instituir “formas de pensamento”, representações que legitimem a idéia de seu interesse como “a mais correta”, a “mais racional”, a “mais viável”, a “mais benéfica”, a “mais digna”.

No contexto brasileiro em questão, balizado por um projeto geopolítico consubstanciado no binômio desenvolvimento/segurança nacional, que é criada a revista INTERIOR em dezembro de 1974, no âmbito do MINTER, justamente um dos órgãos de maior atuação em prol do desenvolvimento.

Diante desse quadro, este trabalho pretende elaborar uma interpretação da revista INTERIOR em duas questões centrais, que são estritamente relacionadas entre si: pelo seu significado enquanto elemento dinamizador de capitais simbólicos contido em um campo conflituoso; e como portadora/definidora de uma maneira de tratamento de um conteúdo programático de questões. Em outras palavras, a análise recai, por um lado, sobre o sentido atribuído à revista enquanto um elemento concreto de disputa simbólica; e, por outro lado, da mesma enquanto (re)produtora de um tratamento definido de um universo temático específico.

Essas duas questões centrais foram também os dois princípios norteadores da leitura sistemática da revista. A leitura das 70 edições esteve sempre atenta basicamente ao que estava sendo tratado e a como estava sendo tratado; doravante, tal distinção será classificada respectivamente como *forma* e *conteúdo*. Ciente da profundidade do debate filosófico em torno do que seria propriamente forma e conteúdo, e sem envolvimento com proporcional profundidade nesse debate, optou-se mesmo assim por essa distinção como meio de categorização, fundamental para o procedimento interpretativo. Explico melhor.

Diante da problemática apresentada, a revista INTERIOR mereceu um tratamento de fonte documental, de acordo com as finalidades da pesquisa. Ela foi tratada concomitantemente como i) elemento objetivo, um veículo de capital simbólico; e ii) portadora de certa maneira de tratar certas questões e temas.

Ao primeiro domínio corresponde a classe designada como *forma*, pois parte-se do suposto de que aí reside a materialização dos interesses em jogo, processo esse que define o seu formato, a sua estrutura, a maneira como ela se apresenta. O que é e o que

não é tratado se caracteriza como um conjunto de coisas que define um perfil da revista, concede um "rosto" e uma "identidade", o que, por sua vez, diz muito sobre aquilo que se pretende, qual o interesse motriz da mesma. A essa dimensão da problematização da revista chamar-se-á *forma*.

Já o segundo domínio corresponde a como foram tratadas essas questões e temas. Quando se define aquilo que é "digno" de pauta, o que é relevante e o que não é relevante para ser tratado (aspectos que dizem respeito à *forma*, conforme aqui classificado), o passo seguinte é o tratamento em si destas questões. Para tanto, conceitos e pré-conceitos, categorias, modelos interpretativos, referencias teóricas, entre outros fatores são operacionalizados para exercer a análise. Por mais "simples" que possa parecer uma exposição sobre um assunto qualquer ela está sempre, necessariamente, fundamentada em alguma coisa que norteia o pensamento. São justamente esses "nortes", esses modelos interpretativos que caracterizam a dimensão do *conteúdo*, que referencia esta análise.

Essa distinção *forma* e *conteúdo* apresentada não é das mais claras e precisas, como se percebe. A profundidade e complexidade dessa questão deixam margem para alguns desentendimentos possíveis. É por essa razão que o tratamento dessa classificação foi feito sempre com rigorosa vigilância, a que tornou, mesmo diante das dificuldades, essencial para o procedimento desta pesquisa.

Na prática, a leitura sistemática da revista INTERIOR através das classes metodológicas acima expostas deu-se da seguinte maneira. Todas as edições foram lidas por completo. Nestas leituras procurou-se observar e identificar o que estava sendo tratado, quais os assuntos que constavam na pauta, além de observar os "detalhes" fundamentais, como tiragem, pessoas envolvidas, informações que não eram de pauta (como anúncios publicitários, por exemplo), número de páginas, etc.

Simultaneamente, dentre aqueles conjuntos de matérias encontradas em cada edição, foram destacados os conteúdos julgados mais significativos, aqueles que foram compreendidos como substancialmente relevantes para se caracterizar uma "maneira de se pensar" própria da revista. O resultado primário desta sistematização se encontra em anexo (Anexo 3).

Além do contato direto com a revista, foi realizado também, como antes mencionado, entrevista com Valéria Velasco e Pontes, editora-chefe, cujo roteiro de entrevista semi-estruturada está em anexo (Anexo 2), e uma busca nos documentos arquivados do MINTER, que estão disponíveis para consulta no acervo do Arquivo Nacional, sede de Brasília-DF.

O objetivo maior que direcionou a entrevista com Valéria Velasco foi conhecer as minúcias, os aspectos corriqueiros, cotidianos, as que não se expressam em nenhum documento formal; as tensões que marcam o processo produtivo de uma revista como esta, e que não são nitidamente perceptíveis no produto final. Tal entrevista foi de muita valia, pois clareou aspectos importantes para a interpretação desenvolvida neste trabalho.

Nos arquivos do Arquivo Nacional de Brasília foi realizada busca com o objetivo de encontrar documentos que enriquecessem os dados disponíveis para se traçar a estrutura, o funcionamento e o percurso tanto da revista INTERIOR quanto do MINTER, órgão que a abrigava.

Os arquivos referentes ao MINTER, juntamente com outros órgãos estatais extintos, foram organizados inicialmente pelo setor de documentação do próprio MINTER. Posteriormente, com a extinção do ministério, esses documentos foram direcionados ao arquivo do Ministério do Planejamento, que deu os ajustes finais e encaminhou ao Arquivo Nacional-DF, cabendo à este a finalidade que Castro (2008) chama de *instituição arquivística*. Esses documentos foram organizados em fundo, subfundo, grupo e subgrupo; e foram catalogados em um sistema digital, o que facilitou de maneira inestimável a busca.

Todos esses documentos relativos ao MINTER foram dispostos sob fundo de mesmo nome. Como não se dispunha de maiores informações nem indícios de onde poderiam ser encontrados os documentos que poderiam cumprir a finalidade da busca, se fez necessário vasculhar todos os grupos possíveis. Desta forma, o item "subfundo" foi preenchido em branco, para não criar limitações, e as inscrições que compunham o item "grupo" foram exploradas uma por uma. Eram elas: CCS – Coordenadoria de Comunicação Social (6 resultados); CAP – Coordenadoria de Assuntos Parlamentares (0 resultados); CE – comissões especiais (0 resultados); CISET – Secretaria de Controle Interno (1865 resultados); CJ – Consultoria jurídica (2601 resultados); CNDU -

Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (8 resultados); CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente (3 resultados); DA – Departamento de Administração (461 resultados); DP - Departamento de Pessoal (88 resultados); DSI – Divisão de Segurança e informática (3 resultados); GM – Gabinete do Ministro (2532 resultados). O item "subgrupo" não foi acionado.

Essas inscrições representam órgãos existentes na própria estrutura ministerial em diferentes níveis, salvo exceção do item DSI, que consta como Divisão de Segurança e *Informática*, quando no organograma ministerial consta como Divisão de Segurança e *Informação*. De toda forma, é bem possível que esse desajuste seja conseqüência de um pequeno erro de digitação ou de comunicação, e não de uma opção arquivística propriamente dita.

Em referência aos avanços conquistados em função dessa busca, em primeiro lugar há de se constatar que a documentação encontrada disponível está bastante incompleta. São numerosos documentos encontrados de forma isolada, praticamente aleatórios, e não permitem um entendimento mais claro sobre aquilo que se buscou. A maior riqueza de informações acessadas foram as indicações contidas em Leis, Decretos e Portarias que tanto definem as competências do Ministério quanto indicam as vinculações deste com órgãos da administração indireta, como a SUDENE, SUDAM, FUNAI, etc. Apesar dessa significativa limitação, algumas poucas informações puderam ser levantadas.

Em relação ao MINTER, foram encontrados diversos documentos com conteúdos bastante interessantes e de grande relevância histórica, como as discussões sobre o Estatuto do índio, a Lei de Anistia, pareceres jurídicos a respeito de demarcações de terras, desapropriações, documentos relativos à Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) que foi o primeiro órgão governamental brasileiro dedicado exclusivamente ao tema do Meio Ambiente, SUDENE, SUDAM, SUDECO, etc. Informações que podem ser muito bem aproveitadas por pesquisas relativas a temas correlatos.

Muito pouco foi encontrado em relação à revista INTERIOR. Na busca direta deste termo como palavra-chave são encontrados apenas três resultados, ambos relacionados a um convênio entre o MINTER e a Associação dos Servidores do Ministério do Interior (ASMINTER) para o gerenciamento da revista, que, segundo o próprio documento, seria o convênio 014/GM/80, celebrado em 10/07/1980. Dois destes

documentos atestam o orçamento da revista, um relativo ao período entre janeiro e junho de 1982, num total repassado pelo Ministério de Cr$ 6.011.250,00, o outro sobre o saldo da revista em 1980 – Cr$ 826.426,41 – e até julho de 1981 – Cr$ 129.241,16. O outro é um parecer favorável da CJ sobre a legalidade deste convênio.

Enfim, são estes os fundamentos que organizam e orientam a análise que vos é apresentada. Para se desdobrar tal apresentação o texto está organizado em duas partes, além desta introdução, das referências bibliográficas e dos anexos.

O primeiro capítulo, chamado de "A revista INTERIOR: um *estruturante estruturado*" apresenta a interpretação da revista enquanto um elemento objetivo envolvido em um campo de conflitos simbólicos, ou seja, uma *estrutura estruturada*, conforme Bourdieu (2007a). São exploradas as características constitutivas da revista, as diferentes feições e os sentidos que ela assume ao longo de sua existência, as diferentes forças que entram em acordos e desacordos e que a dinamizam, a manifestação desse movimento no produto final.

Já o segundo capítulo leva o título de "O *interior* da revista INTERIOR", e trata basicamente do que a análise levou a crer ser a questão fundamental, o alicerce que sustenta a revista; a saber, certo interesse pelo *interior*, ou melhor, por aquilo que é identificado como *interior*. Esse interesse é manifestado mais ilustrativamente nas regiões-foco da revista, Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste.

Encerra este trabalho a sessão "Considerações Finais", na qual são apresentadas algumas sínteses interpretativas e se busca inserir todo o debate até então desenvolvido em um programa maior de debates, que diz respeito aos usos e desusos do pensamento geográfico na formação territorial brasileira.

1. **A REVISTA INTERIOR: UM *ESTRUTURANTE ESTRUTURADO***

Como se sabe, a revista INTERIOR foi uma publicação oficial, ou seja, pertencente ao aparato de Estado, em um contexto brasileiro bastante ímpar, o Regime Militar. Por suposto, obviamente, não se pode considerar tal fato como "ingênuo". Uma revista, tal qual a que aqui se trata, exerce enorme força no complexo jogo de relações sociais que legitimam ou deslegitimam políticas, idéias e ações. A sua existência, por si só evidencia sentidos, significados relevantes que justifiquem o empenho de energia (profissionais, recursos financeiros, burocracia, etc.) para efetivá-la. É justamente a tarefa de caracterização e interpretação desses sentidos e significados que esse capítulo pretende realizar.

- Governo e imprensa no Brasil de Geisel

Um primeiro sentido se evidencia na sua própria forma: a revista. Uma revista representa um formato específico de imprensa, dentre outros do poderoso mercado editorial. A imprensa, de uma forma geral, por sua qualidade de portadora de informações, é inquestionavelmente um elemento socialmente poderoso. Anderson (2008), em seu clássico ensaio sobre o nacionalismo, dedica um capítulo praticamente exclusivo para demonstrar como a imprensa foi um dos condicionantes fundamentais para o desenvolvimento do sentimento nacional moderno[4]. Segundo ele, a consolidação do mercado editorial de jornais e livros desenvolvidos como um empreendimento capitalista qualquer, atrelado a existência de tecnologia compatível e à fatalidade das inevitáveis fragmentações lingüísticas, firmaram as condições necessárias para o surgimento de uma consciência nacional entre 1776 e 1838, o que ele chama de consolidação de um novo formato de *comunidade imaginada*:

> Podemos resumir as conclusões dos argumentos apresentados até agora dizendo que a convergência do capitalismo e da tecnologia de imprensa sobre a fatal diversidade da linguagem humana criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada, a qual, em sua morfologia básica, montou o cenário para a nação moderna. (ANDERSON, op. cit. p.81)

[4] Ver capítulo 3: "As origens da consciência nacional" (ANDERSON, 2008. pp. 71 – 83).

É interessante se observar que neste contexto a imprensa cumpriu função primordial para um dos processos mais significativos da modernidade ocidental, que é o surgimento dos Estados-Nacionais; o que dá uma dimensão do alcance social que ela pode alcançar. Obviamente, não cabem generalizações apressadas ao ponto de se pretender atribuir este alcance a toda imprensa, de uma forma universal. Cada elemento editorial tem diferentes alcances e forças, dependendo de vários fatores como, entre outros, o contexto em que está inserido, e a quantidade e a qualidade de recursos que dispõe. Entretanto, esta aí um significativo exemplo de força social que a imprensa pode assumir.

No mundo contemporâneo a imprensa, como veiculadora de informações, assume um papel também de extrema relevância; levando-se em conta que a partir das décadas de 1960/70 (justamente o momento no qual nosso objeto de pesquisa está inserido) se edifica aquilo que Milton Santos (2004) chamou de Meio Técnico-Científico-Informacional. Mesmo ciente das limitações que esta noção sofre, devido à sua ampla generalização, suas características mais relevantes contribuem para a interpretação deste primeiro sentido da revista INTERIOR.

Meio Técnico-Científico-Informacional seria a periodização do tempo/espaço marcado pela indissociabilidade da ciência e da técnica. Segundo este autor, existiriam macrossistema técnicos, que seriam os grandes aparatos que suportariam uma rede global de veiculação de informações de todas as naturezas (como aeroportos) e que constituiriam a base material das redes de poder. Ou seja, no Meio Técnico-Científico-Informacional conviveriam objetos técnicos dispostos em sistemas combinados com outros sistemas de ações, alimentado basicamente pelas informações que nele está contido. A informação é o grande vetor:

> Podemos então falar de uma cientifização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar sua circulação (SANTOS, 2004. P. 239)

Na escala do lugar, como uma fragmentação específica da totalidade desse macrossistema, se configuram microssistemas, também configurados pelo sistema de objetos e sistema de ações correspondentes, que, por sua vez, também são dinamizados pelas informações contidas no sistema.

Têm-se então que, segundo a análise de Milton Santos, a informação assume força estruturante em todas as escalas sociais, desde as mais amplas, marcadas por agentes hegemônicos que dispõem de sofisticados instrumentos de comunicação e veiculação de informações, até as escalas intermediárias e menores, nas quais os agentes não dispõem desses instrumentos (ou não mobilizam energia suficiente para dispor) e se utilizam de instrumentos de menor alcance, como pode ser o caso de uma revista, por exemplo.

Retornemos à INTERIOR. Dezembro de 1974 sai sua primeira edição. O Brasil está sob governo do militar Geisel, que, como se viu, estava comprometido com a política de "distensão". O Regime Militar vivia uma crise de legitimidade, os índices econômicos, que até então apresentaram uma franca ascensão, são retraídos, o mundo vivia aguda crise e o Brasil não ficou de fora.

Retomando a análise de Lafer (1975), a legitimidade política do regime até 1973 estava centrada um aspecto positivo e outro negativo. A legitimidade negativa estava sustentada pelos aparelhos de repressão, que silenciavam as críticas, já a legitimidade positiva estava sustentada em uma imagem de eficiência administrativa, reforçada pela atuação marcante de reconhecidos tecnocratas, mas edificada fundamentalmente pelo "milagre econômico". O crescimento econômico foi fundamental para que os militares se mantivessem no governo, e sustentou o avanço da repressão, mantendo a estirpe da chamada "linha dura" do regime, representadas pelos generais Costa e Silva e Médici.

A crise econômica significou então a perda de uma das esferas basilares da legitimidade do Regime, demandando novas estratégias. A "linha dura", enfraquecida, perdeu espaço dentro da própria cúpula militar, e não pôde evitar que a "ala dos moderados" galgasse o governo, encabeçado por Geisel tendo Golbery do Couto e Silva como um dos principais articuladores. Essa ala assumiu o governo para garantir a continuidade do projeto político que estava sendo implementado, apostando na eficiência de uma imagem mais amena do Regime.

Este é o ponto crucial. A crise econômica se converteu em crise de legitimidade e, para não se colocar em risco a manutenção da ordem política vigente, apostou-se na *imagem*. O rompimento com a imagem ríspida, repressora e dura do regime, em prol de uma imagem mais "democrática", mais aberta, foi uma das preocupações fundamentais para o reequilíbrio das forças de sustentação da legitimidade. Para tanto, a produção e circulação de informações para o grande público ganhou relevância. A imprensa, com

todo o seu poder social, tornou-se um instrumento importante. Evidência disto é o fato de em 19 de novembro de 1970, através do decreto n. 67.611, pela primeira vez aparecer uma regimentação específica para a comunicação social do governo federal, que instituiu a Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, logo reformulada e ampliada, conforme as demandas que surgiram, para através do decreto n. 75.200 de 9 de janeiro de 1975 se tornar Assessoria de *Imprensa* e Relações Públicas da Presidência da República (QUEIROZ, 1977).

Em suma, o que se apresenta é um contexto no qual a governança estatal brasileira esteve mobilizada na busca de sua manutenção (e de seu projeto político) através de estratégias de investimento na sua própria imagem diante do grande público; isto em uma configuração mundial onde a informação se torna cada vez mais preponderante. Considerando a expressiva força social que a imprensa pode assumir como (re)produtora de informações, chega-se a uma interpretação de um primeiro sentido possível da revista INTERIOR: ser instrumento de circulação de informações interessantes sobre o governo, para propagar uma imagem positiva do Regime.

Trata-se de uma interpretação preliminar, derivada da própria contextualização do objeto, e que abre um campo de esclarecimento interessante. Entretanto, uma questão, também preliminar, permanece: Por que o MINTER para abrigar uma publicação com esse sentido? Antes de prosseguir nessa questão, cabe ressalvar que a revista INTERIOR não foi a única publicação oficial deste contexto, o que significa que não se pode considerá-la como o instrumento por excelência para cumprir este sentido.

As possíveis razões encontradas para essa resposta são três: em primeiro lugar, pela própria função desempenhada por esse ministério; em segundo lugar, pela infra-estrutura de comunicação que o MINTER dispunha; por último pela presença de um indivíduo em particular: Orlando de Almeida e Albuquerque.

Comecemos pela primeira. O MINTER, como foi visto, era um órgão por demais abrangente, estava em sua competência atribuições relativamente singulares, como a ocupação territorial e o saneamento básico; a política nacional de habitação e a assistência ao índio. Era também um ministério cuja figura esteve estritamente vinculada ao desenvolvimento. Essas duas características foram deveras relevantes para o princípio de conformação de uma imagem positiva do governo. Vejamos.

Uma imagem positiva de um governo é facilitada por informações de setores variados. Ter conhecimento do que se faz positivamente em relação às migrações, às secas, à política habitacional, ao socorro de calamidades públicas, etc., promove, na maioria das vezes, uma opinião favorável muito mais do que o conhecimento de ações setorizadas, mesmo que positivas. A revista INTERIOR de fato reflete esta amplitude.

A outra característica, ainda mais fundamental em relação a este fim, é o vínculo figurativo (e também político) entre MINTER e desenvolvimento (mais enfaticamente o desenvolvimento regional). Já que o desprestígio do Regime residia especialmente na desaceleração do crescimento econômico, nada mais propício do prover a opinião pública de informações que a convençam de que o desenvolvimento está a plenos pulmões, tendo em vista que desenvolvimento e crescimento econômico são dois conceitos tratados praticamente como sinônimos[5]. Mais uma vez, a própria revista evidencia essa tonalidade desenvolvimentista, como uma apreciação de seu índice temático demonstra (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1985).

Essas duas características faziam do MINTER um órgão convincente, estratégico para a boa imagem do governo. No entanto, não encerram as dúvidas a respeito das razões de ser a revista que aqui se trata gestada e gerida neste ministério. Outros fatores merecem consideração.

Jeová Franklin de Queiroz[6] (op. cit.) desenvolve um diagnóstico da comunicação do MINTER, usando como objeto o modelo de sistema de comunicação social aprovado pela Portaria Ministerial n. 0550 de 23 de dezembro de 1976. Segundo ele, o MINTER teria sido o primeiro órgão do governo federal a empreender um esforço sistemático para delimitar de maneira esclarecida um sistema de comunicação social coerente:

> O Ministério do Interior (MINTER) se situa como o primeiro organismo, em seu nível e dimensão, na área do Poder Executivo, a desenvolver esforços efetivos para a reestruturação de suas atividades de comunicação social, sob a forma de sistema, segundo uma base mínima de fundamentação técnica e científica. (QUEIROZ, op. cit. p.3)

O próprio autor indica ter participado da elaboração deste modelo como assessor através de um convênio estabelecido entre o MINTER e o Instituto Interamericano de

[5] Sobre o conceito de desenvolvimento presente na própria revista ver o Capítulo 4.
[6] É fundamental destacar que este autor foi também um dos mais destacados articulistas da própria revista INTERIOR, assinando diversas matérias e reportagens e sendo um dos mais elogiados pelos próprios leitores. Foi também lembrado por Valéria Velasco, na já citada entrevista.

Ciências Agrícolas (IICA) da Organização dos Estados Americanos (OEA) para fazer diagnóstico desta mesma questão. Estas iniciativas demonstram uma preocupação efetiva com a dimensão da comunicação.

Outro trabalho encontrado sobre o sistema informacional do MINTER é o de Torres (1989). Mais precisamente, o objeto assumido pela autora é o sistema de documentação das publicações oficiais do ministério. Apesar de não tratar especificamente sobre os instrumentos comunicacionais, suas reflexões tendem a demonstrar um tratamento refinado do MINTER para com as suas próprias informações:

> É importante salientar que o controle e a preservação da produção documentária do MINTER sempre se constituiu numa grande preocupação para a Coordenadoria de Documentação - COD. Já em 1977, sua programação incluía projetos voltados para esses aspectos. Haja visto o Projeto do Módulo Documentos Oficiais do Sistem Ue (*sic*) Documentação do Ministério do Interior, que definiu a política de identilicaçao (*sic*), reunião, controle, normalização, tratamento técnico, distribuição e disseminação de seus documentos oficiais.(TORRES, op. cit. p.188)

Além desta superioridade apresentada em relação a infra estrutura e predisposição para um procedimento sofisticado dos meios comunicacionais e de tratamento de informações, outro fator se evidencia como relevante para se interpretar o fato de uma revista como a INTERIOR ter se situado no MINTER: a figura de Orlando de Almeida e Albuquerque.

Na ocasião do surgimento da revista, Orlando Albuquerque era o Chefe de Gabinete do Ministro Maurício Rangel, posição de comando destacado no órgão. Manteve-se também como Diretor-Responsável da revista da primeira à vigésima sétima edição, num total de quatro anos, dos quais assinou o editorial da edição inaugural, e quase todos os outros editoriais neste intervalo de tempo. Sua participação como articulista também é efetiva, assinando matérias na maioria destas edições. Foi sob sua diretoria também que a revista apresentou um crescimento vultoso no número de páginas e de tiragem. Assim, a revista que teve 20.000 exemplares na primeira edição chegou a 50.000 na décima quinta, depois de três anos; índice muito próximo dos 55.000 (que posteriormente seria a média regular) e apresentou uma regularidade expressiva, sendo publicada todos os bimestres, sem falta, até a edição 27, depois de quatro anos e o fim do governo Geisel.

Estas são todas evidências que indicam a participação de Orlando Albuquerque como fundamental. Entretanto, esta participação é evidenciada principalmente pela própria editora chefa da revista, Valéria Velasco:

> o chefe do gabinete do ministro Rangel Reis [Orlando de Almeida e Albuquerque] propôs a criação da revista, ele era uma pessoa que tinha uma visão de comunicação muito boa, e ele queria mostrar esse trabalho de integração que estava sendo feito pelo ministério, aí decidiu mostrar pelo meio de uma revista. Ele resolveu criar a revista INTERIOR e resolveu me chamar para editar a revista.

Então, segundo Valéria, Orlando Albuquerque, além de toda essa participação efetiva, teria sido o próprio propositor da revista. Tudo isso nos leva à interpretação de que a sua pessoa tenha que ser de fato considerada como uma das razões para a revista INTERIOR ter sido alocada no MINTER.

Têm-se, desta forma, subsídios que conduzem a interpretação de que, diante do contexto que demandava o investimento em recursos úteis para manter a estabilidade da legitimidade governamental, uma revista no formato que foi dado à INTERIOR teria grande valia, e o MINTER seria um órgão apto para conduzir semelhante empreitada em função i) da sua própria natureza; ii) das condições infra-estruturais favoráveis; iii) e da presença de uma pessoa de alto gabarito no ministério com predisposição para enfrentá-la.

Como foi dito, o sentido atribuído à revista, que foi até então trabalhado, parte de uma primeira aproximação, resultante do confronto desta com o contexto em que esteve inserida. Entretanto, uma análise mais aprofundada da revista em si revela outros elementos cabíveis para uma interpretação mais contundente deste objeto. Partimos então para a análise.

- Poder simbólico e representação

O tratamento da questão dos sentidos que dão significados à revista INTERIOR foi orientado aqui pela noção de representação e lutas simbólicas elaborada por Bourdieu (2007a, 2007b). Para ele, o universo das representações em si pode ser assumido como objeto de análise científica refinada, desde que se desenvolva ampla reflexão para se esquivar das interpretações limitadoras, que ele genericamente chama de *objetivistas* e *subjetivistas*.

Destes, os primeiros, os *objetivistas*, seriam aqueles que concebem as representações como fenômenos que se diferenciam da realidade propriamente dita, para esses pensadores o valor de uma representação estaria na sua conformidade com a realidade concreta. Já os subjetivistas seriam os que consideram a realidade como pura representação.

Diferentemente dessas duas concepções, para ele as representações devem ser assumidas como fenômenos objetivos, entretanto, esta objetividade não estaria em uma suposta conformação com base na "realidade", mas sim no próprio processo de sua conformação, através de conflitos e disputas entre sistemas simbólicos rivais. Em outras palavras, as representações não seriam mero produto da imaginação, do subjetivo espírito humano, advindas da consciência dos sujeitos; tão pouco seriam meras projeções mais ou menos condizentes com "a realidade de fato". As representações são produtos dinâmicos de complexos processos sociais protagonizados por agentes sociais mobilizados através de sistemas simbólicos.

Este movimento ocorre através do confronto entre esses agentes, cada qual operando para estabilizar seu próprio sistema simbólico como o legítimo. É desta forma que os sistemas simbólicos devem ser compreendidos como *estruturantes estruturados. Estruturantes* porque são a partir destes sistemas simbólicos que se estruturam as representações do mundo, as formas de se concebê-lo; e *estruturados* porque as estruturas são conformadas através de um conflituoso processo no qual os agentes a disputam. Por serem esses conflitos protagonizados pelos agentes sociais, estão necessariamente subordinados à estrutura de relações de poder mais amplas da composição social, é aqui que o sistema simbólico se caracteriza como poder simbólico, pois se torna ele mesmo um meio de exercício de poder entre os grupos e classes sociais antagônicos: "*O poder simbólico, poder subordinado, é um forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder.*" (BOURDIEU, 2007a). Retomamos esta caracterização mais adiante, mantenhamos o foco na dinâmica dos conflitos.

A "arena" onde os conflitos se desdobradam está expressa nos conceitos de *habitus* e *campo*. O *Habitus* (palavra retomada do pensamento clássico) é o conceito central para a apreensão teórica dessa dinâmica que transcende as perspectivas subjetivistas e objetivistas,

através dele a atenção se concentra na ação criativa do agente diante das normas estabelecidas:

> Parece-me, com efeito que, em todos os casos, os utilizadores da palavra *habitus* se inspiravam numa intenção teórica próxima da minha, que era a de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construção de objetos. (BOURDIEU, op. cit. p. 62)

O princípio está na concepção de que de fato, como apregoa o estruturalismo, a estrutura age sobre o agente na forma de condicionante social. O indivíduo está inserido em uma *ordem* social herdada, presente nas normas de conduta do comportamento, do pensar e do agir. Entretanto, o que o estruturalismo ignora é que o indivíduo também é agente ativo nesta ordem herdada, ele não somente a reproduz, mas também a transforma de maneira criadora, subvertendo a própria estrutura, impondo uma nova, modificada. Por esta via a estrutura passa a ser concebida de maneira dinâmica, transformada a todo o instante pelos agentes criativos. Esta é a essência do conceito de *habitus*, algo como a força de um hábito atrelada à força do poder inventivo dos indivíduos.

O conceito de *habitus* estaria estritamente vinculado ao conceito de *campo*. O *campo* seria o universo compreendido pelas relações sociais entre os elementos que compartilham uma mesma estrutura. Nesta mesma estrutura circulam capitais simbólicos e materiais que cooperam ou conflitam entre si pela legitimidade da ação. Os diversos sujeitos envolvidos concorrem através de investimentos em capital simbólico que se transmutam em relações objetivas. Compreender um campo é compreender o fundamento da crença que o sustenta, qual a linguagem nele operado, quais as coisas materiais e simbólicas que nele se arriscam, o que está em jogo. É compreender também a ação dos sujeitos como iniciativas criativas, que subvertem a lógica, que investem capital simbólico e material para transformar as crenças e as linguagens:

> Compreender a génese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os actos dos produtores e as obras por ele produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. (Idem, Ibid. p. 69)

Tudo isso inserido em uma lógica *relacional*, segundo a qual cada elemento se define pela forma/função que sustenta no próprio campo. As unidades só podem ser concebidas de forma *relacional*, a partir das relações que estabelecem entre si. Diversos campos se consolidam em um contexto social amplo, como o intelectual, o artístico, o político, o da alta costura, entre outros.

É desta forma que os sistemas simbólicos concorrem, os agentes investem seus respectivos capitais simbólicos para reger, ditar as normas do pensar e do agir nos campos específicos. Estas normas se configuram como *habitus*, o que quer dizer que agem efetivamente sobre os indivíduos, normatizam as condutas, entretanto, nunca se cristalizam por completo, estão sempre se mantendo através de uma tensão constante com os outros agentes que forçam as transformações que lhes convém.

Entretanto, a complexidade da concretude social é de tal ordem que não permite que esquemas como esses dêem conta de sua totalidade. Assim como no interior de um *campo* os elementos se definem pela sua característica *relacional*, os *campos* também requerem entendimento pelo viés *relacional*. Não se pode considerar um campo somente por suas características intrínsecas, há também fatores de ordem externa que devem ser considerados, onde eles concorrem e/ou cooperam entre si. Além disso, os agentes se confundem entre os diversos campos, atuando simultaneamente, e de formas diferentes, configurando um contexto social embaralhado de múltiplas definições. É esta complexidade o grande desafio.

Todas as dimensões da realidade social estão envoltas nesta dinâmica, inclusive o conhecimento. Conhecer implica em categorizar, classificar e conceituar; significa nomear e atribuir uma ordem; ordenar os elementos que em primeiro plano estiveram dispersos. Os métodos, os raciocínios e as lógicas do pensamento que elaboram essa ordem, essas classificações, não são "naturais", são produtos de processos sociais como os acima descritos, ou seja, conflituosos, dinâmicos. O que está em jogo aqui é o que Bourdieu (op. cit.) chama de o poder de *di-visão*, o poder de instituir a *forma* de ver e também de dividir e unir o que se vê.

As classificações são sempre sociais, por mais que possam aparentar uma naturalidade, de tão familiarizadas que estão. Uma classe nunca é idêntica à condição do "real", é sempre o produto de uma luta simbólica protagonizada por agentes sociais, e, necessariamente, envolvem interesses concretos. A familiarização em si significa uma aceitação do estado atual dos conflitos simbólicos.

> As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em conseqüência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou não se pode «permitir-se a si mesmo» implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites («isso não é para nós») ou, o que é a mesma coisa,

> um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar. (Idem, Ibid. p.141)

O poder sobre as classificações representa uma poderosíssima força social, é a própria concretização do poder simbólico. É quando o símbolo passa da dimensão do conhecer para a dimensão da ação. De uma categoria de ordenação intelectual ele passa a uma normatização das condutas, na forma de princípios morais, leis jurídicas e valores de uma forma geral. É o discurso *performático*; um discurso classificatório que acaba por produzir concretamente àquilo que classificou. A eficácia desse discurso reside na intensidade da autoridade de quem o profere, e também na sua coerência objetiva com os princípios dos grupos sociais aos quais se destinam:

> O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade (Idem, Ibid. p. 117)

Outro ponto então surge como central: a questão da autoridade. A concretização do poder simbólico requer certa autoridade, uma espécie de patente, algo que o qualifique a falar, e a partir desta qualidade, sua fala esteja legitimada. Aqui se inserem as figuras dos especialistas, por exemplo. O especialista tem sua legitimidade referenciada em instituições como as universidades e a escola. A busca da autoridade muitas vezes passa pelo recurso a essas instituições, que assumem posição estratégica no jogo de disputas simbólicas. Vejamos um exemplo.

Segundo Bourdieu (2007b), a escola é o fator fundamental na criação de um "consenso cultural", um elemento integrador da cultura. Ela, enquanto instituição consagrada que define esquemas de pensamento, produz uma homogeneidade lógica, uma comunhão de conceitos, de compartilhamento de linguagem.

A escola seria algo pensado, uma instituição cuja forma e conteúdo expressariam uma determinada visão; é o que ele chama de "pensamentos de escola". Devido à sua enorme projeção, à sua grandiosidade enquanto *a* instituição reconhecida à transmissão da "educação", a escola seria central na consagração de temas e questões considerados como as relevantes. Além destes temas e questões, a escola impregna também as formas de tratá-los, os métodos. O conjunto de questões e as respectivas formas de tratamento configuram o que este mesmo autor chama de "escolas de pensamento". Esta categoria designa algo próximo da idéia *de tradições de conhecimento* (SOUZA LIMA, 2008;

2002), uma forma de se pensar cristalizada, que é transmitida e perpetuada como consagrada.

Aí está o poder simbólico efetivo da escola, os agentes que dispõem da oportunidade de mobilizá-la o fazem considerando a sua própria perspectiva que, por sua vez, é transmitida e edificada, tornam assim os seus temas e as respectivas formas de tratá-los uma tradição de enorme alcance.

Bourdieu atenta para um aspecto importante nessa questão; reiterando,o que são consagrados são os temas e os seus respectivos tratamentos, não as opiniões que se emitem sobre eles. Por mais que as opiniões sejam divergentes, o que se estabelece é o consenso sobre o que está sendo tratado. Desta forma, por mais que os mais diferentes juízos sobre uma questão sejam manifestados, existe em comum o tratamento desta questão e a sua apreensão lógica, a racionalidade que baliza a formação das opiniões. É nisto que a escola seria um instrumento por demais eficiente: definir a pauta e o código da razão.

Para a análise da revista com vistas à interpretação dos sentidos atribuídos a ela, fez-se necessário também a elaboração de um aparato metodológico. Após a definição das duas frentes gerais da análise em *forma* e *conteúdo* (ver introdução), se delineou uma apreensão mais específica para ambas. Segue aqui pormenorizado os delineamentos referentes à primeira.

Por pressuposto, partiu-se da compreensão de que o formato, a forma na qual se apresenta a revista é em si reveladora de sentidos. O que é tratado, quando é tratado, como se estrutura esse tratamento (hierarquia de temas) diz muito sobre o próprio significado da revista. Seguindo essa premissa, pode se considerar a maneira pela qual Alfredo Wagner de Almeida (1978) procedeu ao levantar a *bio-bibliografia* de Jorge Amado como uma contundente inspiração. Jorge Amado foi analisado enquanto protagonista do campo intelectual, ao mesmo tempo envolto em uma série de outras relações sociais com instituições diversas. A partir da análise do personagem, Almeida (op. cit) procurou elucidar o complexo de relações sociais travadas entre o campo intelectual e outras instituições sociais, em uma relação de *legitimidade contrastante*.

Em seguida o autor dedicou-se a apresentar seu método de busca de fontes de dados. Em um primeiro momento foi feita uma leitura de bibliografias e bio-

bibliografias de Jorge Amado, com o intuito de se levantar sua produção. Como resultado se teve o levantamento dos títulos considerados fundamentais e informações básicas sobre o autor.

Depois de sistematizar as principais obras de referência de Jorge Amado, ele apresenta a forma pela qual essas leituras lhe permitiram fazer um levantamento de dados biográficos da personalidade em questão. Esses dados seriam pertinentes não para traçar uma trajetória de vida do mesmo, mas sim para traçar as redes de relações sociais nas quais ele esteve envolvido, e serviram como guias para a busca das referências bibliográficas. É interessante destacar a maneira que Almeida concebe os "fatos" presentes em sua bibliografia. Apesar de inquestionáveis enquanto fatos, ele pressupõe que estes aparecem em detrimento de outros, dessa forma, mesmo que a partir de fatos, se constrói uma *representação* biográfica do autor.

Esta sofisticada análise conduziu o raciocínio, por paralelo, em nosso próprio objeto como uma representação em si, como se a revista INTERIOR esboçasse uma bio-bibliografia do MINTER. A revista INTERIOR, por ser uma publicação bimestral e por "retratar" aquilo que se quer mostrar do MINTER, daria conta então de *representar* o movimento do pensar e agir deste ministério. Os fatos são então selecionados para compor essa representação, e a seleção obedece a princípios norteadores significativos para os grupos sociais desta composição. Temos então a concepção da estrutura da revista como produto da lógica dos grupos sociais que a estão dinamizando, estes grupos estão aqui evidenciados; ou seja, a rede de relações sociais expressas, assim como Alfredo Wagner fez com Jorge Amado. Esse delineamento operacionalizou a análise.

Em outro trabalho este mesmo autor (ALMEIDA, 1983) desenvolve uma análise das *bibliotecas marxistas*. Trata-se de compêndios bibliográficos, que incluíam artigos e livros que cumpriam as funções de manuais e/ou considerados clássicos, organizados e selecionados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos cursos de formação de quadros, as denominadas *escolas do partido*. Almeida elaborou sua análise problematizando basicamente a eficácia que essas "bibliotecas marxistas" tinham no cotidiano do partido. Cabe destacar que seu objetivo não foi focado na apreciação dos conteúdos em si, mas sim em "como" esses conteúdos foram repassados, quais os meios

mobilizados para que eles pudessem atingir seus objetivos. Daí segue a seguinte conclusão do próprio autor:

> Acima de tudo, o que vai atestar a eficácia da biblioteca básica mencionada é que os títulos que a compõem são adotados nos programas das escolas de partido, constituindo-se, pois, em leituras obrigatórias e imprescindíveis. O não cumprimento destas leituras inclusive implicava sanções ditas pela disciplina partidária. (ALMEIDA, 1983. p.38)

Através destes procedimentos, o autor estabeleceu uma rigorosa forma de compreensão da eficácia do instrumento *bibliotecas marxistas*. É neste ponto que sua contribuição pode ser aproveitada neste trabalho. A questão da eficácia de um instrumento de veiculação de capital simbólico, como pode ser considerada a revista INTERIOR, é de grande valia para a interpretação de um sentido possível desta revista. Aqui essa eficácia foi analisada através da contraposição entre aquilo que se manifestou enquanto o sentido atribuído à revista pelos seus próprios promotores (Corpo Editorial e MINTER) e os sentidos manifestados pelos seus leitores.

- A revista INTERIOR, uma primeira aproximação

A grande questão que se enfrenta daqui em diante é então a busca dos sentidos da revista INTERIOR, interpretados a partir de uma análise da revista em si. De partida, de acordo com as apreciações teóricas acima formuladas, concebe-se a revista como uma representação do Brasil pelo MINTER. Em outros termos, a revista INTERIOR se configura como uma representação de um país que se quer mostrar, seja pela sua grandeza territorial, ou pelo projeto do desenvolvimento que está sendo implementado, ou pela exuberância natural, ou pela cultura de seu povo, etc. A identidade entre os diversos elementos que se apresentam na revista está no fato de abordarem um país de acordo com a proposta política do MINTER.

Entretanto, essa identidade é relativa. O que a relativiza é o fato de que quando se faz referência ao MINTER não se está tratando de uma unidade perfeitamente coerente, uma e coesa. O MINTER, assim como o Estado, ou outro órgão de equivalente abrangência, se define por uma estrutura complexa, que abarca sujeitos motivados por sentidos diferentes, por vezes até contraditórios entre si. Defronta-se então com a problemática da definição de unidades.

Max Weber (1974) trabalha com a idéia de Estado como uma forma relacional, uma unidade formada sobre uma diversidade muitas vezes conflitante entre si. Para chegar a tal definição, o autor destrincha rigorosamente os conceitos basilares, a começar pelo próprio objeto sociológico. Para ele caberia à sociologia a compreensão da *ação* social através da busca de seus sentidos objetivamente válidos. Toda ação social é orientada por um sentido, uma intencionalidade que pode ser de diversas naturezas (racionais, sentimentais, etc.) e não necessariamente consciente. Este caráter distingue a ação social da individual, pois esta seria uma "imitação puramente reativa", sem uma intencionalidade definida

Das ações sociais, existem também aquelas de natureza coletiva. Segundo o autor, essas não podem ser entendidas como unidades em si, pré-estabelecidas, mas sim como ações com um sentido em comum. Este é o ponto chave, é o sentido da ação que a define e, por conseqüência, define as unidades que agem. As ações coletivas devem ser compreendias como unidades de sentido, formadas por indivíduos diversos. Isso significa dizer que as unidades não são um bloco fechado e coeso, mas sim uma junção de diferentes indivíduos com um mesmo fim, e que essa unidade se garante exclusivamente por esta finalidade, não existindo, portanto, uma homogeneidade:

> Para la interpretación comprensiva de la sociologia, por el contrario, esas formaciones no son outra cosa que desarrollos y entrelazamientos de acciones específicas de personas individuales, ya que tan solo éstas pueden ser sujetos de uma acción orientada por su sentido. A pesar de esto, La sociologia no puede ignorar, aun para sus próprios fines, aquellas estructuras conceptuales de naturaleza colectiva que son instrumentos de otras maneras de enfrentarse com la realidad. (WEBER, 1974. p. 12)[7]

Têm-se então que uma unidade definida por um sentido pode não existir em relação a outro sentido. Tal abordagem remete a uma complexificação das formas sociais, um entrelaçamento de sentidos sobrepostos que podem definir unidades e rupturas diante de um mesmo fenômeno.

Nesta mesma linha interpretativa o antropólogo Barth (1993), ao estudar a sociedade balinesa, critica os estudos antropológicos (particularmente Geertz) por

[7] "Para a interpretação compreensiva da sociologia, ao contrário, essas formações não são outra coisa que desenvolvimentos e entrelaçamentos de ações específicas de pessoas individuais, já que tão somente estas podem ser sujeitos de uma ação orientada por seu sentido. Apesar disto, a sociologia não pode ignorar, inclusive pelos seus próprios fins, aquelas estruturas conceituais de natureza coletiva que são instrumentos de outras maneiras de enfrentar a realidade" (Tradução livre)

buscar nas particularidades uma coerência, uma regularidade que possa ser compreendida como uma generalidade, que caracterize toda a sociedade em questão, ignorando assim as variações. Para este autor, as particularidades devem ser entendidas de acordo com as suas propriedades específicas; a idéia é tratar as variações como características próprias dos grupos estudados, e não como "erros" e "desvios". Estas variações estariam conectadas através dos processos sociais, e neste ponto que residiria o grande desafio da análise antropológica: interpretar a configuração dos processos sociais lidando com a complexidade das particularidades dos agentes desses processos. A idéia de processo se torna central, é aí que se situa a unificação dos agentes dispersos.

Em poucas palavras, as especificidades não podem ser relevadas, mas, ao contrário, devem ser metodologicamente assimiladas, concebidas através do processo em que estão inseridas, bem situadas no tempo e no espaço.

Decorre daí a necessidade de rigidez com uma dimensão analítica fundamental: a escala. Bensa (1996) elabora uma contribuição expressiva neste sentido. Expõe ele os encontros e desencontros estabelecidos entre a história e a antropologia, chamando a atenção para a emergência de uma corrente teórico-metodológica que teria surgido na Itália no fim da década de 1970, denominada de *microhistória*. Segundo esse autor, essa perspectiva não repercutiu como deveria na antropologia, no entanto, ele sugere que a primeira tem muito a contribuir com a segunda (e, por extensão, pode-se assimilar esses princípios para outras áreas das ciências sociais), principalmente nos seguintes aspectos: contexto, temporalidade, escala e símbolos.

Segundo este autor, um contexto se configura como um conjunto de atitudes e pensamentos dotados de uma lógica própria. De acordo com a perspectiva da micro-história os acontecimentos particulares deveriam ser entendidos como a identificação de um processo que possa ser relacionado a um contexto. Em relação a análise de discursos, o contexto se torna ainda mais relevante ao entende-los como um campo de diálogo, ou seja, uma relação entre interlocutores, onde as expressões refletem o contexto deste diálogo.

Em relação à temporalidade, Bensa (op. cit.) crítica uma perspectiva demasiadamente sincrônica dos antropólogos, atentando para a dimensão do tempo para a compreensão dos fenômenos. De acordo com ele, a microhistória compreende o tempo inserido como uma dimensão própria da cultura. A análise dos processos de forma

concreta, ou seja, como foram vividos, é capaz de identificar uma estrutura não equilibrada, mas sim dinâmica, produto/processo de forças herdadas e forças do presente, se definindo também uma escala temporal.

Por fim, a análise recai sobre as variações de escala e o uso indiscriminado do recurso "simbólico" em antropologia. Segundo este autor, a antropologia parte de uma noção de que a escala do micro *reflete* a ordem macro, como uma lógica geral. Este pensamento se fundamentaria em um recurso a uma concepção de "simbólico" que seria uma espécie de capacidade cognitiva superior, presente em toda e qualquer atribuição de significado. Para Bensa, ao contrário, o "simbólico" deve ser definido como um sistema de comunicação contextualizado, que evidencie os sujeitos e os interesses de um enunciado.

Com isso, as escalas de análise se definiriam pelo próprio fenômeno social, no qual cada elemento representaria uma escala específica, emergindo assim uma análise multi-escalar.

Voltemos novamente à revista. INTERIOR era editada pelo MINTER, e com isso podemos deduzir que foi ela um veículo de representação que reflete o pensamento desse ministério. Pode-se assumir tal interpretação como correta, já que, conforme Weber (op. cit.), pode se interpretar um sentido único que conforma essa unidade. A ação social que confere uma comunhão de sentido está no ato de governar, ou melhor, de gestar como órgão da administração pública àquilo que lhe foi atribuído. A razão de existência de cada setor ministerial serve ao sentido maior de dar conta da tarefa incumbida de *governar*, cada qual com a sua devida contribuição.

Entretanto, ainda segundo Weber (op. cit.), aquilo que se define como único em relação a um sentido pode ser fracionado em relação a outro. O MINTER foi evidentemente um órgão com muitas frações, a sua própria estrutura burocrática já indica isso. Entretanto, para os fins dessa pesquisa, interessa menos os grupos institucionalizados. Diante do objeto de estudo (a revista INTERIOR) procurou-se compreender o processo de elaboração da revista, e tal exame demonstrou frações oriundas da apreensão conceitual. A análise evidenciou dois grupos distintos, mas não necessariamente opostos: o corpo editorial da revista, liderado pela sua editora-chefe; e a hierarquia do ministério, a qual a INTERIOR estava subordinada.

No seu pronunciamento, Valéria Velasco destacou, dentre outras coisas, um aspecto particularmente interessante:

> e a medida que nós fomos avançando na pauta nós fomos propondo uma abertura pra assuntos que estavam também, tinham ligação de uma forma ou outra com o projeto de desenvolvimento e que poderiam ajudar a tornar a revista mais leve. Nós começamos a mostrar por exemplo a arte brasileira, o artesanato das diversas regiões, que tudo isso fazia parte desse contexto da proposta de desenvolvimento, porque que vai desenvolver aquela região, porque que esse projeto é o mais adequado. Então você pegava o projeto "x" e a gente mostrava no que isso ia interferir na vida da população dali e quem era essa população. Então a partir do momento que a gente estava mostrando quem era essa população a gente também mostrava o que ela fazia, então a gente começou a mostrar a parte de arte, literatura, então a gente começou a mostrar a literatura de cordel, o artesanato das várias regiões, as características, a população indígena, que a FUNAI [*Fundação Nacional do índio*] também fazia parte do MINTER. Então a gente criou uma proposta de pauta , é..., mais 'humana' digamos assim, uma pauta cultural e voltada pro desenvolvimento humano ali, pras características da população daquela região, a proposta era integrar e mostrar essa integração, e mostrar quem era essa população brasileira, então com isso a gente, eu acho que a gente fez um trabalho muito importante porque nós mostramos um Brasil que era muito ainda desconhecido do resto da população, a gente estava chamando a atenção para aquele Brasil

Essa passagem, pela forma que a interpretamos, é bastante reveladora, indica ao mesmo tempo unidade e divergência. Ao usar referência a "nós", ela evidencia um grupo particular, ao qual ela estava identificada. Ela revela ainda que esse "nós" se mobilizou para tentar exercer um direcionamento das pautas, utilizando a estratégia de introduzir àquilo que era de interesse desse "nós" aos interesses dos que estavam excluídos desse grupo, mas estavam inseridos na unidade maior. Enfim, evidencia-se a existência de um "nós" que se opõe a "eles", entretanto ambos estão no seio de um mesmo processo, a revista INTERIOR, onde um grupo se opõe e ao mesmo tempo se conjuga ao outro. A passagem a seguir, extraída do editorial da edição número nove, de 1976, assinada pela própria Valéria Velasco, reforça essa idéia:

> ESTA edição da revista INTERIOR traz a segunda de uma série de reportagens (a primeira, enfocando Caruaru, em Pernambuco, integrou o número de dezembro de 1975) que, abordando as cidades de todas as regiões, procurarão apresentar ao leitor algo de representativo da vida brasileira, através de uma pequena mostra das atividades nas quais estão empenhadas as comunidades que povoam nosso vasto interior (INTERIOR, n. 9. Março/Abril de 1976. p. 3)

A partir desse trecho, percebe-se que a existência desses grupos distintos esta manifestada também na pauta das edições. A editora chefa da revista apresenta uma série de reportagens que já teria começado que "procurarão apresentar ao leitor algo de representativo da vida brasileira". É significativo o fato de existir essa série e dessa existência ser anunciada. Pelas características proclamadas, essa série nunca teve fim. Matérias com essas características perduram toda a existência da revista a partir de então.

De uma forma geral, as edições intercalavam matérias de diversos formatos. Eram ali publicados artigos mais técnicos, como estudos detalhados e pormenorizados sobre assuntos específicos, como irrigação, migrações, etc; tinham matérias mais estilizadas, com linguagem mais elaborada, próxima da literária, explorando riqueza de detalhes; igualmente, havia matérias mais informativas, com o texto tipicamente jornalístico, obedecendo à estrutura consagrada às notícias. Existiam também matérias que escapavam a estas classificações, outras que continham todas elas, ou algumas delas.

Mesmo diante dessa miscelânea, é possível se identificar um formato mais típico do grupo que doravante será designado *corpo – editorial*, que a distingue do grupo que doravante será o *ministerial*. O *corpo-editorial* geralmente, repito, geralmente, eram os autores das matérias mais estilizadas, se expressavam por um texto mais rebuscado, abordavam assuntos que não tinham vínculo direto com os trabalhos do ministério, e os tratavam por uma perspectiva diferenciada, destacando aspectos do cotidiano. Basicamente, o *corpo-editorial* tratava da cultura popular, trazia para as páginas da revista o folclore das cidades, um tratamento diferenciado dos lugares, das pessoas e do Meio Ambiente, como na seguinte passagem da matéria assinada por Jeová Queiroz sobre a Mata Atlântica:

> No rastro das moto-serras e do fogo, depois da ilusão de lucro fácil com a fugaz fertilidade deixada pela mata assassinada, o verde é substituído pelos tons ressequidos do solo empobrecido, raso e marcado pela erosão. Paisagem monótona só modificada duas ou três vezes por ano por inundações que se repetem sempre cada vez em escala maior. (INTERIOR, n.56. Maio/Junho de 1984. p. 30)

Outra característica importante que os diferenciavam era o fato de suas matérias serem, na maioria das vezes, assinadas. Fora deste formato, as únicas matérias assinadas eram aquelas que levavam o nome de autoridades do governo e/ou do ministério, artigos do ministro e seus assessores, do diretor-responsável da revista, dos presidentes das

autarquias, dos bancos, secretários de governo (como constantemente aparecia Paulo Nogueira Neto, secretário de Meio Ambiente) e, entre outros. Do restante das matérias assinadas, a maioria pode ser atribuída ao *corpo-editorial*.

Suas estratégias de inserção também são identificáveis. No começo da proclamada série de reportagens, as matérias eram facilmente identificadas pelos seus temas e seus formatos. Entretanto, de maneira não muito contextualizada, "encaixadas" pela habilidade do articulista, apareciam no texto menções a algum órgão ou entidade do MINTER, o trecho a seguir, extraído desta mesma reportagem mencionada na citação anterior, que trata da cidade de Vila Boa de Goiás, demonstra isso com alguma clareza:

> As festividades populares são eminentemente religiosas: procissão do fogaréu, à noite, com archotes, durante a Semana Santa; festa do Divino Espírito Santo, no primeiro domingo de julho; Festa de N.S. do Rosário, em outubro, tradição advinda do ciclo da mineração e calcada em costumes dos escravos.
> Iniciativas novas: construção de um conjunto de casas populares, pelo BNH; assentamento de meios-fios e construção de galerias de águas pluviais; uma praça no bairro São Francisco; pavimentação de ruas na periferia da cidade. (INTERIOR, n, 9. Março/Abril de 1976. p. 40)

A matéria está cabalmente tratando das riquezas culturais do município, explorando seu folclore e a sua riqueza histórica, o único desvio temático encontrado faz referência ao Banco Nacional de Habitação (BNH). Desvio relativamente, pois o autor (desconhecido, pois essa é uma das matérias típicas do *corpo-editorial*, mas que não levam assinatura) consegue habilmente inserir a informação com uma certa continuidade com o tema.

A percepção de um grupo diferenciado de matérias (das quais se atribui ao corpo-editorial) se deu pelos próprios leitores da revista, com forma se vê nesta passagem extraída da sessão "cartas: da própria revista:

> [...] Mas é certo que não posso deixar de aplaudir a iniciativa de inserção, ao lado de textos mais técnicos, de temas que envolvam as cidades deste país que se sobressaem por alguma coisa: beleza, economia, folclore ou seus atrativos culturais. Da outra vez eu já havia me deleitado com a reportagem sobre Caruaru, mas achei que agora era indispensável lhes enviar esta carta a fim de estimulá-los a preservar nesta linha (INTERIOR, n. 14. Novembro/Dezembro de 1976. p. 50)

Eis então que este conjunto de evidências concebe a existência dos grupos mencionados. Entretanto, é fundamental destacar que não há elementos seguros que

levem a se considerar uma composição orgânica de fato desses grupos, como se eles estivessem efetivamente organizados, com suas estratégias, objetivos e metas bem definidas, ao contrário.

Fundamental também é deixar claro que a distinção que se propõe entre os dois grupos não é em hipótese alguma uma contradição declarada, uma oposição tenaz entre eles. Não estamos tratando aqui de uma organização social aberta, da qual a participação é livre e as oposições abertas; trata-se se um órgão de governo, uma revista inserida na estrutura burocrática de um ministério em pleno Regime Militar, o que caracteriza uma subordinação institucional irrevogável, com pequenas possibilidades de livre-manifestação por parte desse grupo subordinado (o que, entretanto, não impede a expressão das singularidades apresentadas estrategicamente nas frestas da instituição). Além disso, conforme se verá nas páginas seguintes, vários aspectos demonstram uma unidade entre esses grupos em questões centrais. O que se propõe é a definição de projetos particulares protagonizados por dois grupos em uma unidade totalizante, que é a revista.

A formação do *corpo-editorial* enquanto um grupo mais ou menos identificado parece se dever ao fato de a editora-chefe ser responsável por selecionar os membros dessa equipe, como ela mesma mencionou em sua entrevista. O que se interpreta é que este grupo estava mobilizado de maneira mais ou menos explícita; os propósitos e concepções sobre a revista, mesmo que compartilhados, seriam elaborados individualmente, e não enquanto grupo. Já em relação ao grupo *ministerial*, é mais facilmente identificável essa composição organizada devido à própria estrutura hierárquica do ministério.

Esses grupos se mobilizaram de diferentes formas; por vezes um gozou de maior espaço nas edições do que o outro, o que, em hipótese alguma, quer dizer que eles se revezaram no comando político da revista, este esteve *sempre* bem definido no grupo *ministerial*.

Os grupos se "rivalizavam"[8] em condições desproporcionais de força. O grupo *ministerial* representava a articulação da revista com a cúpula do MINTER. O primeiro diretor responsável foi Orlando de Almeida Albuquerque, como já mencionado, que era

[8] "Rivalizavam" entre aspas, pois, conforme dito, se trata na realidade de uma "rivalidade e complementar".

ao mesmo tempo chefe do gabinete, cargo diretamente subordinado ao ministro (ver Anexo 1)e exerceu a diretoria de 1974 a 1978; sucedeu ele por apenas uma edição Luiz Ribeiro de Mendonça; em seguida assumiu o cargo Nelson Braga O. Ferreira, que era também Coordenador de assuntos parlamentares do ministério, cargo subordinado ao Gabinete do ministro, permaneceu diretor de1979 a 1980; foi sucedido por Waldemir de Aragão Paiva, que era também Coordenador de Comunicação Social do MINTER, respondeu pela direção de 1980 à 1985, quando mudou o governo e a direção da revista foi assumida pelo novo Coordenador de Comunicação Social, José Martins Arantes, que permaneceu até 1986; em 1987 ele foi sucedido por Milton Gontijo que também exerceu o cargo por somente uma edição; sucedido por Paulo César da Silva Gonçalves, que assumia também a Coordenadoria de Comunicação Social, e permaneceu diretor até a extinção da revista. Em síntese, por todo o momento a revista INTERIOR foi dirigida por membros da cúpula ministerial, na maioria das vezes o Coordenador de Comunicação Social.

As pessoas acima mencionadas, cada qual a seu devido tempo, lideraram o grupo denominado como *ministerial*. Estavam todos eles representando a elite decisória do MINTER, o que significa que eram eles a principal ponte do comando à revista.

As variações no tempo em que cada grupo se destaca na definição do formato das edições, segundo o que se interpretou, se deve basicamente a importância que a cúpula ministerial delegou à revista; quanto menos significativa a revista se tornava para os objetivos da direção do ministério, mais espaço e liberdade gozou o grupo *corpo-editorial*, ao reverso, nos momentos mais estratégicos para esta mesma direção, mais "espremido" se tronava esse grupo. E assim decorreu-se por toda a trajetória da revista, que é o assunto a ser tratado no tópico que segue.

- Processo da revista INTERIOR

Neste ponto, o texto se concentra em um esforço de definição de períodos que caracterizem toda a trajetória da revista. A periodização foi pensada através da categorização de elementos comuns que possam definir unidades, apesar das particularidades de cada número. Privilegiou-se as relações entre os grupos conceituados para a definição dessas categorias. Esse procedimento analítico não se

fundamenta em nenhuma intenção prescritiva, em busca de uma "definição definitiva", mas sim em um esforço interpretativo referenciado de acordo com os objetivos próprios da revista.

A idéia de periodização surgiu do primeiro contato mais extenso com a revista, um simples "bater de olhos" é capaz de perceber enormes diferenças entre as edições, principalmente se este "bater de olhos" se der sobre números espaçados. O que levou a se pensar que não existe *uma* revista INTERIOR que possa se caracterizar a partir de elementos genéricos e que a defina em toda a sua integridade, existe sim um *processo* vivido pela revista INTERIOR. Esse processo, como se pretende demonstrar, é dinamizado basicamente por esses dois grupos antes definidos.

Esta evidência obrigou a retomada de Barth (1993). Como foi dito, este autor recai sua análise sobre as variações culturais, ou, melhor dizendo, sobre as distinções que se configuram no seio de uma aparente unidade. Segundo ele, essas variações se fazem perceptíveis através do processo em que estão inseridas. É através dos processos que as forças se manifestam e os agentes podem ser percebidos. Pois bem, temos aqui uma unidade aparente (a revista INTERIOR) marcada por frações que a dinamizam (os grupos distintos), vamos ao processo[9].

I. Gestação

Este primeiro intervalo compreende as edições entre a número 1 e 5. A revista nesse período se apresenta fortemente marcada como veículo de informações oficiais. As matérias são na maioria das vezes apresentações da natureza dos programas, setores e políticas do MINTER. Dessa forma, se observa explanações sobre as tarefas do BNB, a função da CODEVASF, a grandeza da SUDENE, o trabalho da FUNAI e do Rondon.

A revista vive nesse período um amadurecimento gráfico, assumindo um padrão de diagramação cada vez mais esteticamente harmonizado, começando a explicitar informações como créditos das fotos, local de impressão e agência de distribuição. Sua tiragem passa de 20.000 na primeira edição para 40.000 na quinta, mantendo o número de páginas em trinta e cinco.

[9] Este processo está aqui representado através de uma tipologização que, conforme dito, é uma simplificação da diversidade e complexidade de fatores que poderiam ser levados em conta. A não referência a essa diversidade pode gerar uma falsa idéia de linearidade histórica, entretanto, ressalta-se que essa periodização serve exclusivamente para a finalidade desta análise, e não representa de fato a totalidade do movimento da revista.

Não é possível nem se quer identificar a presença do *corpo-editorial*. A revista está completamente hegemonizada pelo grupo *ministerial*. Na primeira edição não se acusa nenhum editor-chefe, já na segunda, José Julio Pontes é apresentado nesta função, a própria Valéria Velasco só aparece como editora-chefe na terceira edição. De uma forma geral , as matérias são mais próximas do formato jornalístico padrão.

II. Amadurecimento

Período compreendido entre as edições 6 e 14. É nesta fase que a revista se estabiliza, adquire seu formato que vai prevalecer por muito tempo. Atinge a tiragem de 45.000 e se estabelece com cinqüenta páginas em média.

Neste período a presença dos dois grupos já se faz perceptível. A edição número 6 traz uma matéria sobre os índios Karuap com uma linguagem bem estilizada, com bastante fotos e focando a cultura desses índios. Na edição seguinte já aparece a matéria sobre Caruaru-PE, explorando o seu folclore e cultura popular. Neste intervalo aparecem ainda matérias sobre a cidade de Goiás-GO, Santarém-PA e Gramado-RS. São as evidências do *corpo-editorial* se organizando e disputando espaço na revista.

Mesmo com essa primeira manifestação deste grupo, é o seu oposto, o *ministerial*, que demonstra pleno controle das edições. Neste intervalo estão edições como a oitava, exclusivamente sobre o BNH, inclusive elaborada com contribuição do setor de divulgação do banco, e a décima, que foi uma edição especial que aborda cada setor, órgão, entidade e território federal vinculada ao MINTER. Está neste intervalo também uma seqüência de reportagens sobre as Forças Armadas, todas assinadas por Orlando de Almeida e Albuquerque.

A presença desse diretor é extremamente relevante, parece que é em torno de sua figura que esses dois grupos se articulam, como se ambos estivessem respaldados por ele. Ao passo em que ele assume a posição de grande protagonista do grupo *ministerial*, parece consentir também com o grupo *corpo-editorial*, concedendo-lhe certa guarida.

Em síntese, a relação entre os dois grupos parece ser bem harmoniosa neste período. O grupo do *corpo-editorial* parece aceitar bem sua condição de subordinado àquela estrutura, conquistando espaço, apesar de reduzido. Já o grupo ministerial, representado por Orlando Albuquerque, por sua vez, parece não incomodado, ao contrário, satisfeito com as inovações pontuais do outro grupo, que começa a se definir.

III. Era “Próalccol”

Período compreendido entre as edições 15 e 28. A tiragem se manteve em uma média de 50.000, em algumas flutuando para 52.000. O número de páginas variou de cinqüenta e oito no começo para sessenta e seis no final, com algumas variações no decorrer do período.

É caracterizado por certa continuidade com o período anterior, entretanto, a descontinuidade é o fator mais significativo, e está na mudança na relação de convivência entre os dois grupos.

As edições neste intervalo foram majoritariamente governistas, o grupo *ministerial* centralizou muito mais a revista, com todas as edições publicando artigos de pessoas de cargos de direção no ministério, artigos de próprio ministro e transcrição de discurso do Presidente Geisel. Além disso, os projetos governamentais tomaram conta das páginas da revista, notoriamente o Próalcool e a questão energética (fato destacado no nome atribuído ao período); além disso, tem, por exemplo, a edição de número 28 na qual o próprio editorial, assinado por Orlando Albuquerque, indicava ser a edição uma resposta às críticas sobre a estratégia de irrigação.

O grupo do corpo-editorial teve pouco espaço para se manifestar, aquela série de matérias sobre as cidades, mencionadas anteriormente, ao teve continuidade na edição 26, onde a cidade de Penedo-AL é retratada por um viés folclórico e cultural. Entretanto, demonstrando a efetividade desse grupo, é possível perceber a sua presença em edições como as 22 e 23, onde os temas, apesar de bem oficiais, são tratados por um formato mais literário, ou mais “leve”, com abordagem diferenciada desses temas e tratamento menos oficioso, como pode se observar nessa matéria sobre a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA):

> Para onde vai tanta borracha?
> Difícil, tarefa para muita imaginação, é descobrir onde não entra a borracha.
> Imaginemos o Maracanã numa tarde de domingo, decisão de campeonato, 150 mil pessoas de olhos pregados em 22 homens que correm de um lado para o outro. Que fazem eles no campo retangular, coberto de grama, com quase 10 mil metros quadrados? Simplesmente correm atrás de um artefato de borracha revestido de couro (INTERIOR, n.22. Janeiro/Fevereiro de 1978. p.4)

É a mudança de estratégia diante de um contexto desfavorável o que se observa.

IV. Simbiose

Período que compreende as edições 28 à 32. Se inicia sob a Presidência de Figueiredo, e Mario Andreazza como ministro do Interior. Tem um intervalo de um ano entre a ultima edição do período anterior e a primeira deste, justificada no editorial da edição 28 pelos problemas gerados na sucessão de governo.

Enquadrou-se um curto intervalo para este período em função do caráter particular que essas edições representam. Aqui acontece o que se chamou de "simbiose" entre os dois grupos. Com a troca dos altos cargos do MINTER, o grupo *ministerial* toma outra forma, menos articulado em torno da revista. Orlando Albuquerque deixou de fazer parte da revista e do ministério, em seu lugar assumiu como diretor-responsável primeiro Luiz Ribeiro de Mendonça, somente na edição 28, e posteriormente Nelson Braga O. Ferreira, da 29 em diante.

Nessas quatro edições, somente a 28 teve o editorial assinado pelo diretor-responsável, todas as outras foram assinadas por Valéria Velasco, editora-chefe. Esses diretores também não aparecem assinando artigos e matérias, como fazia Orlando Albuquerque. Em suma, a participação dos diretores responsáveis foi muito menos marcante. O grupo *corpo-editorial* ganhou espaço, entretanto, não houve uma hegemonização de fato. Por exemplo, matérias mais típicas desse grupo, como as anteriormente descritas, foram pouco presentes nessas edições, para ser mais preciso, só publicou-se uma, na edição 29, sobre uma personalidade local na cidade onde se instalara uma agencia do BNB. O que se pode interpretar foi uma continuidade entre esses dois grupos. O *ministerial*, menos articulado em torno da revista, permitiu maior espaço para o corpo-editorial, porém, este assumiu o espaço sem confrontar a perspectiva mais oficial, de certa forma internalizando os próprios princípios do grupo *ministerial* para prosseguir com maior liberdade na revista.

Credita-se a isso uma estrutura mais "leve" (conforme expressão de Valéria Velasco na entrevista), um espaço mais aberto, como exemplo na edição 32, onde se tem um debate bem aberto sobre a Amazônia, inclusive com depoimento de Aziz Ab'Saber, figura tradicionalmente crítica. Evidencia também essa "leveza" o fato de a partir de então diversas matérias ganharem assinaturas, na qual pessoas como Herval Cruz e Jeová Queiroz, de perspectiva próxima a de Valéria Velasco, aparecerem assinando matérias às vezes relacionadas a temas tradicionais do grupo *ministerial*.

Em poucas palavras, o período aqui denominado de "Simbiose" marcou uma gerência do próprio *corpo-editorial* sobre a revista, porém de maneira respeitosa em relação à proposta do grupo *ministerial*, como não poderia deixar de ser diante da situação institucional.

V. Maturidade e complexificação

Esse período compreende o intervalo mais longo que se delimitou (da edição 33 a 55). Esta foi, de acordo com aquilo que se observou, a fase mais estável da revista, mesmo com a mudança na direção responsável, ocorrida na edição 35, quando Waldemir de Aragão Paiva assumiu.

Pode-se dizer que aquela "simbiose" anterior permaneceu, entretanto diferenciada. Percebe-se, contraditoriamente, uma definição mais nítida de cada grupo, ao passo que aquela assimilação foi também, e certa medida, continuada. Explico melhor.

O grupo *corpo-editorial* se fez mais marcante que na fase anterior; mais matérias enquadradas no modelo idealizado se manifestaram, inclusive na edição 40 Jeová Queiroz assina uma matéria sobre a ilha de Alcântara-MA que talvez seja a mais bela de toda a história da revista, muitas matérias levam assinaturas e, principalmente, se edificou duas sessões mais ou menos regulares: "Memória Nacional" e "Cultura Popular". Essas sessões garantem o tema cultural na pauta habitual da revista.

Por sua vez, o grupo *ministerial* também se fez mais presente, não pela participação efetiva **explícita** de seu diretor na revista, pois esse assina apenas um editorial e nada mais. A presença desse grupo se fez mais clara pelas próprias pautas, em todas as sessões preponderaram as pautas relativas aos programas e projetos do MINTER, e matérias assinadas pelas suas autoridades.

Apesar dessas duas posturas bem definidas, observa-se também uma continuidades em relação à "simbiose" anterior, como por exemplo, uma matéria de, mais uma vez, de Jeová Queiroz, sobre Rondônia na edição 37, ou de Eduardo Brito sobre as exportações da Zona Franca de Manaus (Ed. 42), ou ainda de Carlos Ribeiro apresentando uma perspectiva desenvolvimentista do artesanato do Vale do Jequitinhonha-MG (Ed. 46).

Nesse intervalo a revista sofre também algumas mudanças significativas. O número de páginas atingiu o total de sessenta e seis na edição 46, e a tiragem foi a 60.000 nas edições 49 e 50. Entretanto a mudança que mais se destaca é o começo de publicidades, o que não existia até então. Na edição 35 aparecem as primeiras publicidades, sempre de órgãos do próprio MINTER, na edição 39 um leitor manifesta descontentamento através da sessão "cartas" e questiona essas publicidades, por supostamente se perder a independência editorial da revista, a editora chefe responde que estas fazem parte de um esforço em tornar a revista auto-sustentada, e que a independência editorial estaria garantida, pois as publicidades eram todas de órgãos do mesmo ministério. Numa edição especial sobre a Zona Franca de Manaus (Ed. 42) começam as primeiras propagandas de empresas particulares, onde as publicidades eram também de empresas relacionadas à Zona Franca. A partir dessa edição as propagandas particulares, sempre de empresas relacionadas ao MINTER, e as do ministério continuaram regularmente, e nada mais foi comentado a respeito.

Para sintetizar a caracterização deste período, cabe destacar que ele parece ser o mais ilustrativo da revista como um todo (caso isso seja possível). Nele estão manifestados com evidência os dois grupos, ora cada qual em seu canto, e ora misturados, indicando uma coexistência harmoniosa e conflituosa.

VI. Era "Informe Especial"

Esse período, compreendido em um pequeno intervalo entre junho e dezembro de 1983 (edições 51, 52 e 53), é na verdade mais um hiato entre seus antecessor e sucessor. O intervalo de três edições marca a prevalência absoluta do grupo *ministerial*, em que aparece apenas uma matéria expressiva do *corpo-editorial*, assinada por Severino Francisco sobre o repente nordestino (Ed. 52). No mais, predominam pronunciamentos de autoridades do MINTER e matérias que de forma geral trataram diretamente dos órgãos do ministério. Chama a atenção a repetição monótona de matérias enquadradas em uma sessão intitulada de "Informe Especial". O formato que apareceu pela primeira vez na edição 32, passa desde então a se repetir sem regularidade, mas com relativa constância. É porém, nesse pequeno intervalo que o "Informe Especial" apareceu excessivamente. Sua estrutura é basicamente a seguinte: texto rápido, informativo, destinado a notificar algum acontecimento do ministério, a diagramação é chamativa,

destaca a sessão das demais; enfim, “Informe Especial” se assemelha muito a notas publicitárias.

As matérias assinadas escassearam, quando apareciam reproduziam a mesma linha, como a matéria de Jeová Queiroz sobre o guaraná na Amazônia (Ed. 52) e Fernando Pinto sobre o Mato Grosso e Rondônia (Ed. 53).

Na edição 53, a última desse período, consta um total de seis “Informes Especiais”; entretanto, aparece como matéria de abertura uma reportagem sobre Augusto Rodrigues, considerado como artista popular, assinada por Thaís Mendonça. Esta modalidade de reportagem, de conteúdo cultural, se cristalizou e foi característica do período que sucede a este.

VII. Maturidade e Complexificação II

Este período está contido entre o as edições 54 e 60. De uma maneira geral, assume as mesmas características que o quinto período, como se estivessem em uma continuidade interrompida. Porém, uma mudança há de ser considerada, que se deu em relação à “simbiose” anterior.

Neste período o grupo *corpo-editorial* demarcou espaço mais contundentemente, por cristalizar a sessão “Cultura Popular” na abertura da revista, absolutamente todas as edições deste intervalo foram abertas por essa sessão. Além disso, os temas de cultura e folclore popular, assim como as linguagens sofisticadas ganharam espaço significativo na revista.

O grupo *ministerial*, por sua vez, teve espaço mais amplo (como sempre até então) e marcou bem esse espaço, com as pautas características dos temas diretamente relacionados às atividades do ministério e a linguagem mais “fria”.

Aquela “simbiose” anterior é dissolvida. Os grupos estão mais ou menos bem demarcados (tendo em vista que esta definição nunca esteve absolutamente definida), com os seus respectivos espaços muito bem demarcados.

VIII. Quase *corpo-editorial*

Este período (das edições 61-62 à 66) compreende uma fase muito particular da revista. Seu início é marcado pelo fato histórico do fim do Regime Militar. Apesar de

poucas edições, estão aí compreendidos dois anos, de 1985 a 1987. A primeira edição do período engloba duas em uma (61-62), se remete a um quadrimestre e mantém o mesmo número de páginas das edições anteriores. A tiragem não é apresentada, somente a da edição 66 que indica 40.000 exemplares, 15.000 a menos que a edição 54, a última a explicitar o índice de tiragem. A regularidade das edições foi bastante comprometida.

Neste período pela primeira vez o grupo *corpo editorial* assumiu espaço maior do que o grupo *ministerial*, isto até a edição 63, até aí se viu um predomínio das matérias próximas do formato e universo temático tratados por esse grupo. Foi na verdade uma "avalanche de matérias", que partiam do editorial até a metade do total de páginas, e depois aparecem as matérias mais tradicionalmente *ministeriais*. A edição 63, por exemplo, traz matérias desse grupo *ministerial* somente depois da pagina 34, antes, traz um artigo assinado por Valéria Velasco pela primeira vez na revista.

Tal fato, acredita-se, está atrelado ao período de transição governamental, em função do qual o MINTER não teria ainda se organizado suficientemente. Na mesma edição 63 um novo diretor-responsável assina a edição, se trata de José Mario Arantes. Sua presença parece ter reequilibrado a interferência ministerial, freando a ascensão do *corpo-editorial*. As edições 64 e 65 retomaram uma constância na composição da revista, o que não significou a supressão do corpo-editorial, este se manteve com mais espaço que nos períodos anteriores. A ampliação significativa do corpo-editorial trouxe consigo criticas ferrenhas ao regime anterior, como se verifica na matéria assinada por Jeová Queiroz (Ed. 61-62), uma das mais contundentes nesse sentido.

A edição 66, de 1987, por sua vez, é bastante *sui generis*. Ela é inteiramente dedicada à Constituinte. Tem um texto de abertura assinado por Raymundo Faoro, e representa um sentimento muito otimista em relação ao momento político e à Constituinte, por parte dos dois grupos.

Cabe aqui um destaque, não seria uma incoerência manter uma mesma classificação a um grupo cuja composição foi de fato tão modificada ao longo deste percurso todo, como é o caso do *ministerial*? Acredita-se que não, pois o formato, os temas e as formas de tratá-los apresentam uma continuidade irreparável, mesmo na transição do Regime Militar para o governo Sarney. O que se vê é uma mudança das pessoas e uma continuidade de idéias.

IX. O fechar das cortinas

Esse período é o derradeiro da revista, compreende as edições 68 e 69. Os números 67 e 70 não foram encontrados nas bibliotecas consultadas pessoalmente[10]. O que por si só já é um fator a ser considerado.

As duas edições consultadas têm um perfil bem diferente de todas as demais, principalmente se comparadas com as suas imediatamente antecessoras. A número 68 data de abril de 1989, e apresenta uma mudança radical, a começar pelo próprio ministro do interior, João Alves Filho, o diretor-responsável, que passou a ser Paulo César da Silva Gonçalves, coordenador de Comunicação Social do MINTER, e o editor-chefe, que passou a ser Waldemir Aragão de Paiva, ex-diretor. Mudou também toda a equipe de reportagem, o padrão de diagramação e o número de páginas caiu para 50.

Poder-se-ia dizer que a totalidade absoluta das matérias publicadas carregavam um tom estritamente "oficial", não fosse a matéria de José Mario Rodrigues sobre "Coxinho", uma figura maranhense. Fato é que, guardada essa exceção, a revista nestas duas edições foi mais "oficial" do que em qualquer outra passagem de sua história. Foram relacionadas matérias não só da pauta do MINTER como do governo federal, e muita. A mudança brusca se percebe também na sessão "cartas", que publicou manifestação quase que exclusiva de políticos, como senadores e deputados, acusando o recebimento de seus respectivos exemplares.

A ausência desses outros dois exemplares em todas as bibliotecas consultadas, o que não pode ser tomado como uma coincidência, possivelmente se deve à reestruturação radical da revista, que poderia ter refletido na sua própria distribuição. Mas, infelizmente, não se tem recursos para interpretação mais segura.

* * *

Sabe-se dos perigos representados por atos como esse de classificação, pois estas podem culminar no erro de "congelar" a realidade social, sempre complexa, em formatações vazias de significado. Entretanto, apesar de perigosas, essas classificações

[10] São as seguintes: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa (UFV), biblioteca do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CCMN/UFRJ) e as Bibliotecas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FFLCH-FAU/USP). As referencias dessas edições foram acusadas, dentre todas as consultadas, somente no sistema de busca via internet da biblioteca do Senado Federal, em Brasília.

são necessárias, desde que sirvam como esforço analítico dinâmico de compreensão. A periodização acima foi elaborada com o objetivo de dar certa medida da revista INTERIOR como movimento, como ação dinamizada por agentes sociais ativos. Não pretende ser, tão pouco, definitiva, prescritiva.

Por certo que os agrupamentos não caracterizam com precisão todos os elementos neles contidos, entretanto, coerente com a finalidade objetivada, esta periodização é ilustrativa das forças que se mobilizam e dão forma e conteúdo para essa revista. Trata-se de um instrumento criado por um órgão de governo, por um elemento da estrutura estatal brasileira; nele existe uma hierarquia clara e bem definida. São nas frações dessa estrutura rígida, porém, que as disputas acontecem, mesmo que submetidas a uma "harmonia" posta pela hierarquia institucional. É a minúcia desse movimento que essa periodização se pretende esclarecedora.

- Espaço de interlocução

A busca dos sentidos concretizados no processo social representado pela revista INTERIOR não cessa na apreciação de seu contexto político, nem no entendimento de seu processo. Recuperando as contribuições de Bensa (1996) a respeito da necessidade fundamental de se compreender um discurso diante de seu contexto de interlocução, passa-se agora a indagar o sentido dessa revista em um campo concreto, composto por agentes da interlocução.

Considera-se aqui, ainda com base em Bensa (op. cit.), que um diálogo estabelece em contexto particular; o diálogo em si se caracteriza um campo estabelecido. O discurso de uma agente propagador só tem significado se compreendido como um discurso para alguém. É preciso então saber identificar os sujeitos desse campo que abarca a revista INTERIOR. Por um lado, obviamente, está a revista, marcada por uma fração entre grupos "concorrentes", entretanto a hierarquia institucional os acomoda em uma unidade de subordinação; de outro lado está o seu público-alvo, mais difícil de definir conceitualmente.

A caracterização desse público-alvo passa aqui pelo único recurso possível para tal fim, a sessão "Cartas" publicada na última página da revista, que apresentava manifestações de leitores que mandavam correspondências. Esta sessão foi publicada

pela primeira vez na edição 14 de Novembro-Dezembro de 1976, e permaneceu constantemente até a última edição, salvo algumas pouquíssimas exceções. Em nenhuma outra fonte (entrevista e documentos arquivados) foi possível encontrar informações a mais.

Da parte da revista, as suas próprias páginas tornam público o sentido que esta (sempre considerada em sua pluralidade) faz de si mesma. Uma aproximação desse sentido está na própria concepção do Sistema de Comunicação do MINTER, que abrange a revista. Na edição 13 estão apresentadas suas finalidades:

> No tocante à elaboração da política e diretrizes de ações especificas do MINTER, seus objetivos [do sistema de Comunicação] tendem a 'predispor, **motivar e estimular a adesão e participação coletiva** no desenvolvimento das políticas nacionais de desenvolvimento regional, migrações internas, habitação, saneamento básico, assistência às populações atingidas por calamidades, assistência ao índio e preservação do meio ambiente' e, assim agindo, *'***contribuir para que a imagem externa e interna do Brasil seja fiel à realidade***'* (INTERIOR, n.13, Setembro/Outubro de 1976. p. 32. *Grifo nosso*.)

A primeira expressão da revista sobre si mesma está em uma pequena nota na contracapa da primeira à sétima edição que diz o seguinte: "*INTERIOR é uma revista de circulação dirigida, distribuída a autoridades, órgãos oficiais, técnicos governamentais, empresários, entidades de representação de classes, universidades e bibliotecas*" (INTERIOR, n.1, Dezembro de 1974). Ainda na edição primeira, o editorial assinado por Orlando Albuquerque é revelador, além de passagem destacada anteriormente[11], outro trecho é bastante significativo:

> Face à ação diversificada do Ministério do Interior na obra global, propomo-nos, nós da revista INTERIOR, constituí-la o veículo comum de todos os órgãos a ele jurisdicionados, que irá reforçar e atualizar o seu **conhecimento de Brasil**. Do que se faz e do que se pode fazer por ele. [...] na constante arregimentação de idéias, forças e fé, para que juntos, Governo e Povo, possamos daqui a algum tempo estampar em nossa tela de recordações a gratificação maior de termos sido, um dia, uma das pedras do patriotismo que terá, então, edificado diante do mundo a grande pirâmide brasileira. (Idem, Ibid. p. 3. *Grifo nosso*)

Na edição número 14, em comemoração aos dois anos da revista, o então ministro Rangel Reis fala das atribuições do MINTER e a função da revista:

[11] Ver Introdução.

> INTERIOR tem estado atenta a todas essas particularidades, e por isso tem conseguido levar a bom termo sua missão. Não se satisfaz, porém, com os sucessos já alcançados. Antes procura novas formas de fornecer a seus leitores – de interesse e motivações variadas, e situados em todas as partes do país – cada vez mais e melhores informações. Sem perder de vista o fato de que, ao agir, desempenha seu papel de contribuir, no que lhe compete, para a **aproximação cada vez maior entre governantes e governados, da qual resulta o consenso indispensável ao desenvolvimento integrado do Brasil**. (INTERIOR, n.14, Novembro/Dezembro de 1976. p.4. *Grifo nosso*.)

Na edição 27, também em comemoração, agora de quatro anos da revista, o então diretor-responsável, Orlando Albuquerque mais uma vez manifesta um significado para a revista:

> Assim foi que INTERIOR pôde oferecer sua contribuição ao **debate de idéias** que, no Brasil do período Geisel, tem-se feito cada vez mais amplo, acordando no País a **consciência da necessidade da participação de todos** na construção do futuro e na decisão de seus destinos. (INTERIOR, n.27, Novembro/Dezembro de 1978. p. 4. *Grifo Nosso*.)

Em uma publicidade da revista em suas próprias páginas, na edição 56, tem um texto que começa da seguinte forma: "*Uma revista pode ser mais que uma simples publicação periódica. Pode ser a **síntese da vida nacional**, por exemplo. Mostrando os problemas e as soluções.*" (INTERIOR, n.56, Maio/Junho de 1984. p. 17. *Grifo Nosso*.).

Outras edições também apresentam idéias de si mesmo, porém, desta vez, retratadas por sua editora-chefe, como em passagem de um editorial:

> a abordagem dos assuntos traz a marca registrada da proposta editorial de INTERIOR, retratada na sua **linguagem aberta e crítica** e no princípio de que a comunicação só se processa se fluir em canal de mão dupla, ou seja, ouvindo-se a todos – povo, comunidade, governantes. Democraticamente. Com isso, INTERIOR comemora, nesta edição, a entrada em seu décimo ano de trabalho de **mostrar o Brasil aos brasileiros**, com uma certeza: é possível (e preciso) fazer jornalismo no serviço público. E com credibilidade. (INTERIOR, n. 53, Novembro/Dezembro de 1983. p. 3. *Grifo Nosso*.)

Ou em outra passagem, no editorial da edição 66: "*Interior retoma assim, com mais vigor, a sua presença como **instrumento de debate** sobre o processo de crescimento do país*" (INTERIOR, n. 66, Abril de 1987. p. 4. *Grifo Nosso*.)

Essas são as passagens mais ilustrativas do que se pôde encontrar a respeito do sentido atribuído à revista pelos seus produtores. As expressões destacadas nas citações

são elementos centrais para se extrair daí um sentido. Antes, porém, como era de se esperar, a fração entre dois grupos distintos, demonstradas neste texto, se evidencia também aqui. Podem-se agrupar essas expressões em três grupos: i) "*motivar e estimular a adesão e participação coletiva"*; "*aproximação cada vez maior entre governantes e governados, da qual resulta o consenso indispensável ao desenvolvimento integrado do Brasil"; "consciência da necessidade da participação de todos"*; ii) "*debate de idéias"*; "*linguagem aberta e crítica"*; "*instrumento de debate"*; iii) "*'contribuir para que a imagem externa e interna do Brasil seja fiel à realidade'"*; "*conhecimento de Brasil"*; "*síntese da vida nacional"; "mostrar o Brasil aos brasileiros"*.

O primeiro agrupamento tem em comum um sentido explícito de ser a revista instrumento na busca de *consenso*. "Participação de todos", "participação coletiva", essas palavras, inseridas em seu contexto textual, remetem ao consenso "de cima pra baixo", ou melhor, um projeto definido pelos governantes que há de ser assimilado pelos governados, e aí se tornar consenso. Esse projeto é o desenvolvimento, o crescimento dos índices econômicos nacionais, e o seu fator agregador é a "vontade nacional", o "bem geral da Nação", a qual todos devem se submeter. Está aí um exemplo absolutamente claro de se tomar o país pelo seu território, e não pelo seu povo, a que Moraes (2005a) chamou de *Ideologias Geográficas*.

Nesse grupo estão excertos do ministro Rangel Reis, um passagem não assinada, e outro de Orlando Albuquerque, ou seja, está aí representado o entendimento do grupo *ministerial* para com a revista diante de seu contexto de interlocução. Este grupo estava então mobilizado em torno de propagar informações para a consensualização em torno do projeto político vigente.

Já o segundo agrupamento apresenta um sentido diferenciado, "debate" é a palavra-chave para se formular as expressões que respondem ao que se espera da revista. Essas passagens destacadas são todas de autoria de Valéria Velasco, e uma de Orlando Albuquerque. Isto reforça a idéia que se têm até então sobre o grupo *corpo-editorial*, com uma proposta diferenciada, reforça também aquilo que se pensou sobre Orlando Albuquerque enquanto um elo entre os dois grupos, sua perspectiva está enquadrada nas duas definições. Segundo o que está manifestado, a editora-chefe Valéria Velasco, enquanto articuladora de seu grupo, concebe a revista com um

importante veículo de *debate*, e não de consenso, a revista cumpriria uma função dialógica.

Entretanto, há um terceiro agrupamento no qual os dois grupos se misturam. Mais uma característica que reforça as interpretações anteriores quanto à dinâmica dos dois grupos. Ambos os grupos estavam mobilizados em torno de uma proposta coesa de *representar o Brasil*, promover uma *imagem do país*. Uma das expressões mais fortes utilizadas é "síntese da vida nacional", bastante ilustrativa.

Quanto ao público-alvo, o outro lado que compõe esse campo de interlocução, de acordo com as cartas de leitores publicadas na revista que se identificaram mais detalhadamente, estão políticos, militares, professores do ensino básico e do superior (inclusive um número expressivo de geógrafos, nos dois níveis), estudantes, pesquisadores, técnicos, jornalistas, agricultores e profissionais do próprio MINTER.

Como foi dito, é tarefa bastante delicada a interpretação do significado que esses leitores atribuem à revista, devido à escassez de informações. De todo modo empreendeu-se este esforço, com base naquilo que os próprios leitores escreveram, quando escreveram, sobre a revista.

Muitos leitores manifestaram se interessar na revista pelo acompanhamento do que está acontecendo no Brasil, para ter um melhor entendimento do país: um leitor da cidade de Crato, no Ceará, escreve o seguinte: "…*É uma revista atualizada, que* ***mostra os assuntos brasileiros em sua realidade***…"(INTERIOR, n. 31, Março/Abril de 1980. p.58. *Grifo Nosso*.), outro, de Cornélio Procópio-PR, escreve coisa semelhante: "*Venho congratular-me com a revista INTERIOR pela utilidade dos* ***conhecimentos oferecidos sobre a realidade nacional****, principalmente do Nordeste brasileiro.*" (INTERIOR, n. 19, Setembro/Outubro de 1980. p.58. *Grifo Nosso*.). Como estes, dezenas de outros leitores manifestaram interesse semelhante.

Outra intenção para com a revista bastante freqüente na manifestação de seus leitores esta na sua utilização como material didático, como fonte alternativa de informações diante a escassez de material bibliográfico:

> Gostaria de parabenizá-los pelas novas linhas de abordagem dos grandes problemas nacionais e agradecer pelo papel de constante atualização e fonte de **material didático** que a publicação desempenha, especialmente para **professores de geografia** como eu.

> (INTERIOR, n. 61/62, Março/Junho de 1985. p.65. *Grifo Nosso*.)

Grande número de leitores chamou a atenção para o fato de a revista chegar ao "interior distante". Esse leitor de São Luiz-SC assim se expressa:

> …Agora tenho em mãos uma fonte de pesquisa, o que é difícil nesses povoados longe das cidades, onde (não sei se deveria dizer, mas a verdade deve ser dita) não existe uma biblioteca adequada para pesquisas. Este é o grande problema que o **estudante do interior** enfrenta. (INTERIOR, n. 52, Setembro/Outubro de 1983. p.65. *Grifo Nosso*.)

Além desses interesses, que são mais numerosos, existem também aqueles que manifestam interesse por "conhecimentos gerais", fonte de informações sobre os "lugares distantes", fonte de informações técnicas para especialistas, informações sobre meio ambiente, conhecimento sócio-antropológico e por questões de conscientização e crítica (Todas as cartas que manifestaram esse sentido estão expostas depois da edição 60). Além disso, alguns poucos leitores manifestaram interesse em conhecer as ações do governo, conforme escreve um Secretário de Saúde do Distrito Federal em 1980:

> INTERIOR se coloca, assim, como um instrumento da maior importância e **eficácia na divulgação dos objetivos e programas governamentais**, desempenhando-se com fidelidade, justeza e qualidade. (INTERIOR, n. 35, Novembro/Dezembro de 1980. p.58. *Grifo Nosso*.)

Esses são generalizadamente os interesses manifestados pelos leitores da revista em relação à mesma.

A interpretação de um campo de interlocução, além da identificação de seus agentes, exige também uma compreensão de como ali circulam as informações. Neste sentido, a análise que Jeová Queiroz[12] (1977) desenvolve em sua dissertação de mestrado é bastante elucidativa.

O autor avalia o modelo aprovado com o estado atual do sistema de comunicação do MINTER. Segundo ele, o modelo de Comunicação Social a ser implementado pelo MINTER tem como função básica estabelecer canais de fluxo de informações entre o sistema e o que ele chama de "meio ambiente" (sociedade brasileira como um todo), através de um processo interativo que busca atender às necessidades do "meio ambiente". Esses canais de fluxo de informações são concebidos como meios para se

[12] Vale lembrar: o autor é o mesmo repórter de grande destaque na revista.

atingir a parcela da sociedade não diretamente atendida pelo MINTER, inserindo-a no processo. Além disso, o sistema deverá também estabelecer meios diretos com a presidência. O fator propulsor da interação sistema/meio ambiente seria o que o autor chama de crítica da realidade, uma autocrítica da estrutura e funcionamento do próprio sistema. Desta forma pretende-se atender à primeira diretriz estabelecida no documento que normatiza o modelo em questão: "*a) predispor, motivar e estimular a adesão e participação coletiva no desenvolvimento das políticas nacionais de:...*[competências do MINTER]" (MINISTÉRIO DO INTERIOR, *apud* QUEIROZ, op. cit. p. 30).

Como resultado, o autor evidenciou um distanciamento entre o modelo idealizado e a realidade operacional do sistema; para explicar essa distância ele caracteriza como fator fundamental o caráter dialógico, estabelecido pelo modelo, que não corresponderia à prática, marcada por uma comunicação social unilateral, na qual o MINTER cumpriria a função de propagador e o público-alvo de receptor de informações.

A revista INTERIOR foi abertamente reconhecida como o principal elemento desse Sistema de Comunicação Social do MINTER; isso nos leva a considerar a conclusão desse autor como perfeitamente extensiva à própria revista. É com base em suas considerações[13] e na apreciação dos significados atribuídos a ela, pelos seus promotores e pelos seus leitores, que se compõem os elementos de interpretação do sentido da revista inserida em seu campo de interlocução.

Se a revista INTERIOR foi então o agente que prevaleceu na interlocução (deduzindo isso da análise de Queiroz (op. cit)), e esta, por sua vez, esteve sob controle do grupo *ministerial*, o sentido crucial da revista nesta interlocução esteve então centralizado neste grupo. Foi ele quem dinamizou o campo, conforme foi visto, como uma força hegemônica, pois gozava do controle das orientações políticas da revista. O outro agente do campo, o leitor, não pôde protagonizá-la efetivamente, pois cumpriu função de receptor de informações.

Tem-se um campo estabilizado onde se veicula energia com finalidade de se concretizar o poder simbólico dominante mobilizada em torno do sentido atribuído pelo seu agente hegemônico, logo, se tem um capital simbólico que impera na elaboração de

[13] É importante advertir que a data de publicação de seu trabalho é 1977, quando a revista estava em seu terceiro ano; porém, diante das evidências anunciadas por este autor, não se têm indícios de mudança significativa nas características centrais em sua análise.

uma *representação* sobre o país de acordo com os princípios políticos do grupo político dominante. A revista se tornou nesse campo de interlocução a concretização do poder simbólico, conforme Bourdieu (2007a).

Esta conclusão parece ser a mais marcante, todavia crer que ela pode encerrar a interpretação dos sentidos da revista em um campo de interlocução seria desconsiderar a dinâmica do campo, seria desconsiderar as contradições e rupturas desse processo. As forças contra-hegemônicas conseguem também fazer circular informações, apesar de menos abrangentes, e pode assim concretizar também certo poder simbólico. O *corpo-editorial* enquanto força atuante também há de ser considerado como significativo; expressivo na consolidação de *imagens*, mas que não consolidam *representações* mais amplas.

- Função didática e poder simbólico

O poder de estabilizar certa *representação*, entretanto, está com o grupo dominante, aquele cujo capital simbólico é mais eficaz (para se empregar o mesmo termo utilizado por um dos leitores citados), se impõe através dos conflitos em exercício no campo. Neste caso, se pode de fato falar em uma *representação*. A eficácia que a revista INTERIOR, enquanto discurso, teve como promotora de *representações* está no sentido mais destacado que ela assumiu nesse campo; ou seja, sua eficácia maior está no seu sentido maior: o **didático**. É sobre ele que se desdobra este tópico que finaliza o capítulo.

Este sentido esteve sempre muito bem esclarecido, tanto pelos leitores como pelos promotores da revista, compreendendo ambos os grupos. Valéria Velasco, em um de seus editoriais descreve de passagem, como se fosse algo tão evidente que não fosse necessário comentário, algo resolvido: "*Com finalidades múltiplas (**didática**, informativa, ilustrativa, etc.), INTERIOR manteve sempre uma das suas características básicas, que é a impessoalidade*." (INTERIOR, n.27, Novembro/Dezembro de 1978. p. 5. *Grifo Nosso*.).

Mas são as cartas dos leitores que melhor demonstram o quanto a revista se tornou material didático, cadernos que assessoraram professores na prática educativa formal,

principalmente da educação escolar básica e da área de geografia. Segue abaixo a transcrição de uma professora de Geografia de Formiga-MG:

> Como sabem, a Geografia luta com a carência de bibliografias atualizadas e por isso a maioria de nossos trabalhos e pesquisas são feitos baseados em publicações. Como professora de Geografia, sinto na pele o problema, e foi numa pesquisa dessas que tomei contato com a revista INTERIOR, podendo então observar o quanto ela poderá ser útil em meus estudos e minha carreira. (INTERIOR, n. 14, Novembro/Dezembro de 1976. p.50)

Ou então este coordenador de escola em Catanduva-SP:

> Todos os assuntos tratados na INTERIOR têm uma significação muito especial, especialmente porque eles se destinam à leitura e estudo de nossos alunos. Diríamos, então, que os temas abordados se revestem da maior importância do ponto-de-vista da educação de nossa juventude, sobretudo pela seriedade, pela profundidade e pela autenticidade conferida às matérias (INTERIOR, n. 48, Janeiro/Fevereiro de 1983. p.66.)

Como esses exemplos diversos outros poderiam ser extraídos da sessão "cartas" da revista. Professores universitários ou do Ensino Básico, de geografia, biologia, arquitetura ou ecologia, estudantes de todos os níveis também, de cidades grandes do sudeste à cidades pequenas no Norte e Nordeste; uma ampla gama de leitores manifestando a satisfação em utilizar a revista enquanto material didático. De fato o formato e a abrangência dos temas favorecem o seu uso como recurso de ensino; exuberância de fotos e ilustrações, informações técnicas, notícias e relatos de "lugares distantes", entre outros fatores .

Ao assumir esse caráter de suporte ao ensino, a revista INTERIOR se insere em uma poderosa instituição produtora de *representações*, ou cristalizadora de pensamentos. conforme se desenvolveu acima, tendo como suporte Bourdieu (2007b). A escola, concebida segundo um pensamento, é o elemento mais básico, e por isso fundamental, para se estabelecer uma *escola de pensamento*, ou uma *tradição de pensamento* (SOUZA LIMA, 2008; 2002). Além do mais, a escola cumpri também uma função de gerar "famílias espirituais" (Bourdieu, op. cit.), ou seja, um círculo de convivência cuja afinidade está na aptidão em comum por temas específicos, do qual o interesse tem por base o *pensamento de escola*.

Porém, por mais relevante que seja , essa dimensão didática da revista INTERIOR não se esgota na educação formal, institucionalizada. A sua função didática extravasa os

muros da escola na medida em que se torna fonte fidedigna (por vezes até a única) de informações sobre o Brasil. A *representação* de Brasil que ali está se difunde e é assimilada com facilidade pelos seus leitores. Nesse amplo sentido didático reside o que seja, talvez, o sentido primordial de nosso objeto, e o caracterize como um forte instrumento simbólico.

Assim como, em outro contexto, a imprensa foi condição para o advento das "comunidades imaginadas" através da *representação* massificada do "espírito nacional" (ANDERSON, 2008), a revista INTERIOR enquanto uma revista de circulação ampla no território nacional, proporcionou também a difusão de certa *representação* nacional, concentrada em um tema fundamental: o *interior* do Brasil. É esta a questão do capítulo que segue.

2. **O “INTERIOR” DA REVISTA INTERIOR**

A revista INTERIOR foi um instrumento de concretização de poder simbólico, situado em um campo caracterizado por uma relação hegemônica de um agente, o MINTER e seu Sistema de Comunicação, do qual ela se apresenta como um dos principais elementos. O poder simbólico se concretiza através da eficácia de seus agentes (os *estruturantes estruturado*) em se estabilizar *representações*, classificações, formas de *di-visão* do mundo social (BOURDEIU, 2007a). É neste sentido que a revista que aqui se discute pode ser compreendida nos termos do citado autor, como um *estruturante estruturado* mobilizado em efetivar *representações* acerca do país.

Entretanto, ela não pode ser considerada uma estrutura perfeitamente equilibrada e harmoniosa, há de ser pensada como uma estrutura dinâmica, processual, movimentada por agentes mais ou menos difusos. Ao ser analisada, distinguiram-se dois grupos com propostas em certa medida divergentes em relação à revista. Estes grupos, apesar de não poderem ser perfeitamente distinguíveis, foram classificados como ministerial e corpo-editorial; o primeiro organizado em torno da cúpula de mando do MINTER, e o segundo em torno de sua editora-chefe, Valéria Velasco. Enquanto o primeiro esteve centrado no objetivo maior da busca de um consenso amplo a respeito do projeto político encampado pelo governo; o outro estava disposto a efetivar um espaço de troca de idéias, onde os diferentes aspectos do Brasil deveriam ser mostrados e exaltados.

É no objetivo de se falar sobre o país gerando uma *representação* do mesmo que os dois grupos se encontram. Este “falar sobre” é bastante amplo, muitos temas estão contidos no universo de pautas interessantes para ambos os grupos, mas todos eles trazem em si uma característica geral: versam fundamentalmente sobre um país profundo, expresso nos seus domínios mais “distantes”, ou seja, o seu *interior*, também trabalhado no pensamento social brasileiro enquanto *sertão*, *fundos territoriais*, etc.

Cada grupo está comprometido em debater esse *interior*, cada qual a seu modo, divergente conforme os propósitos que os diferenciam. Este é o ponto crucial desse capítulo. Pretende-se aqui interpretar os diferentes conteúdos sobre o *interior* trabalhado pelos diferentes grupos “concorrentes” da revista. Elabora-se um entendimento de como essa categoria é conceitualizada por esses agentes em dois níveis diferentes;

primeiramente em relação a temas pontuais, e em seguida em relação às regiões consagradas como *interior*.

A conceitualização está sempre inserida em uma determinada *tradição do conhecimento*, conforme Souza Lima (2008; 2002). Este autor analisa as políticas públicas tutelares voltadas para os índios no Brasil, observando as formas pelas quais o conhecimento dessa administração foi transmitido e reproduzido pelos seus agentes. Essa transmissão é efetivada através de mecanismos específicos, como cursos de formação de quadros (no caso analisado); são estes mecanismos que garantem certa continuidade, certa reprodução de conceitos e forma de tratá-los, que caracterizam uma *tradição do conhecimento*. Souza Lima (op.cit.) se debruça exatamente sobre esses mecanismos, a prática da transmissão. Seria possível então se esboçar uma genealogia do conhecimento, uma história do saber.

Esse aspecto é de grande relevância. Inserir uma "forma de pensar" em uma tradição significa historicizar o conhecimento, observar suas nuanças, e, principalmente, seus fundamentos e suas implicações. A compreensão histórica de uma "forma de pensar" pode ser compreendida também pelos seus conteúdos, pela operacionalização de conceitos de significados similares. É desta forma que a idéia de *tradições do conhecimento* é aqui utilizada. O tratamento que os agentes da revista INTERIOR prestam à idéia de *interior* está insere-se em uma tradição, como um reprodutor dinâmico, ou seja, como um agente que reproduz de maneira inventiva, reformuladora.

As contribuições de Alfredo Wagner Almeida (2008a) reforçam essa perspectiva. Este autor avalia as variações sobre o que ele chama de um pensamento cristalizado sobre a Amazônia, fundamentado no conceito de *Archivo*, elaborado por Foucault:

> *Archivo* como genealogia, consiste num registro variado de formulações, argumentos, noções operacionais, impressões, metáforas e figuras de retórica, que se acham 'archivados', de maneira inconsciente, nas representações de diferentes explicadores, comentadores regionais e intérpretes, que reproduzem acriticamente, num automatismo de linguagem, de acordo com um léxico singular que é acionado a cada vez que se fala de ou sobre a Amazônia. (Idem., 2008a .p. 11)

Sua análise recai sobre essas interpretações cristalizadas, identificadas como "a própria" Amazônia, assimiladas e reproduzidas automaticamente, como verdades incontestes, como os próprios "fatos". Através do conceito de *Archivo* ele elabora uma

genealogia desses conceitos, identifica a origem e os seus fundamentos ao longo de seu processo de cristalização. O discurso é desnaturalizado e assumido como uma representação, uma classificação, um agrupamento de alguns fatos em detrimento de outros, que juntos se apresentam como uma lógica coerente e idêntica à "realidade".

Para os fins da presente pesquisa essas formulações são bastante válidas. As "formulações, argumentos, noções operacionais, impressões, metáforas e figuras de retórica" 'archivadas' sobre o *interior* do Brasil são os conteúdos das *tradições de conhecimento*.

A presente abordagem não dispõe da mesma sofisticação analítica dos referidos autores na análise da prática, dos mecanismos de transmissão, pois isso ensejaria trabalho de magnitude incompatível com o propósito desta análise. A tradição e as formas cristalizadas de se pensar o *interior* remontam a uma longa trajetória do pensamento social brasileiro, cujas análises dos meios de transmissão ou das genealogias dos conceitos seriam mais do que suficientes para uma pesquisa à parte.

Em outro trabalho, o mesmo autor (2008b) enfrenta novamente a questão dos discursos cristalizados; ao assumir como objeto o que chama de "a ideologia da decadência", que dá título ao livro. O autor identifica uma proclamada decadência da lavoura no Maranhão como um lugar-comum em toda a historiografia e obras literárias que perpassam a história econômica e social do estado. Segundo ele, essa concepção absolutamente naturalizada impede que seja analisada enquanto um discurso sobre os fatos, e não os fatos em si. Ele assume esse discurso como objeto, para compreendê-lo em sua formação social.

A origem desse discurso é, segundo ele, contemporânea ao fenômeno em si. Os primeiros autores a exaltarem essa "decadência da lavoura" estariam vivendo o processo em relação direta (entre 1813 e 1822). Primeiramente ele identifica que todos esses autores precursores desse discurso estavam inseridos de alguma forma no grupo social dos agricultores, os mesmos cujas lavouras estavam em crise. Através dessa interpretação o discurso analisado revela seus sentidos políticos mais claros. Os autores que proclamavam a decadência da lavoura pertenciam à classe social da lavoura, e objetivaram associar a decadência de sua classe à decadência do estado. A crise da classe social maranhense ligada à lavoura foi interpretada por esses autores como a crise do Maranhão; e esta interpretação se tornou consagrada a tal ponto que virou inconteste.

A análise de Almeida demonstra as estratégias de consagração do discurso em questão, que tinham como porta-vozes os que tinham faziam parte de instituições de consagração intelectual, como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e a Academia Maranhense de Letras (AML). Estas instituições gozavam de enorme prestígio, e reconhecimento social de enorme valor. Vir a ser integrante destas instituições significava passar por um processo de indicação, cuja alternativa para se alcançar esse fim era notabilizar aqueles que poderiam lhe conferir o título, criando-se um círculo de citações e referências dos que eram reconhecidos como *patronos* e *clássicos*:

> Os denominados patronos e clássicos, designações classificatórias não excludentes, tem suas interpretações impostas à vida cultural da sociedade. As instituições, de cujas galerias e panteons fazem parte, se encarregam de propagá-los recomendando-os sutilmente a quantos aspirem à consagração. (ALMEIDA, 2008b. p. 31)

Assim, através de uma institucionalização da consagração intelectual uma interpretação muito bem situada, perfeitamente inserida em seu contexto político, se tornou cristalizada como um lugar-comum, um *fato* da história. Podem-se discutir os méritos da questão da decadência da lavoura, mas não se discute a questão em si, esta é inconteste. Este *fato* consagrado é reproduzido naturalmente, e os debates sobre a histórica econômica e social do Maranhão até os dias de hoje o reforçam cada vez mais; mesmo as críticas.

A conduta dessa análise também em muito contribuiu com a apreciação da revista INTERIOR. Mais uma vez está delineada uma história dos conceitos, uma trajetória interpretativa. Mais uma vez também a presente pesquisa não está à altura da sofisticação desta análise, mesmo assim, seus procedimentos teórico-metodológicos são enriquecedores para a interpretação da revista como uma "herdeira" de conceitos, categorias e forma de tratá-los, que implicam em sentidos políticos diretos.

- A questão do *sertão* e/ou *interior* no pensamento social brasileiro

Moraes (2002-2003) desenvolve uma discussão do *sertão* enquanto conceito, que, segundo ele, não teria uma definição precisa. Ao contrário dos demais conceitos geográficos, *sertão* não remete a um espaço telúrico definido, a uma empiria

observável. Seria na realidade um qualificativo, em geral pejorativo, para definir um espaço segundo valores e interesses dominantes:

> Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. (MORAES, 2002-2003. p. 13)

Este qualificativo seria multiforme, de acordo com a representação que se faz do lugar. A essa gama de significados possíveis ele atribui o nome de "imaginário do sertão", que, apesar de vago, carrega algumas características gerais: i) a própria iniciativa de utilizar esse imaginário já supõe uma predisposição de transformação nesse espaço, através de uma ocupação e exploração; ii) essa denominação é geralmente atribuída a áreas de "soberania incerta", nas quais se pretende avançar, ou seja, uma área de expansão; iii) o *sertão* só se define pelo seu contrário. Essa designação remete a ausência daquilo que está presente em outro lugar, definido como o seu contrário; iv) o sertão também é qualificativo do "exótico", é a morada do "diferente", do "outro".

A atribuição sertão seria então um conceito nada ingênuo, um pressuposto de um projeto de dominação que tem como prerrogativa o próprio designativo como uma dominação simbólica que precede a dominação efetiva. À dominação simbólica, caracterizada pela aceitação do termo, procede a tarefa de conhecer e desvendar esse espaço, para então transformá-lo. O *sertão* é então um designativo político.

Em outra obra (MORAES, 2005b), esse mesmo autor elabora uma reflexão generaliza problematizando a relação entre o discurso geográfico e formação histórica brasileira. Segundo ele, nos países de formação colonial o discurso sobre o território foi fundamental para edificar as ordens nacionais. A colonização seria o aspecto fundante, que, por si só, remete a um conteúdo territorial devido ao fato de ser esse processo, em primeira instância, uma conquista de lugares.

Diferentemente dos Estados Nacionais europeus, cujos discursos das identidades nacionais se alicerçaram em "tradições" que remetiam a uma origem pátria de "longos tempos"; os Estados pós-coloniais referenciaram os discursos das nacionalidades no próprio território, devido à ausência de uma "longa tradição" possível.

No Brasil, além da condição pós-colonial, a questão do território ganha ainda mais expressão. Um dos argumentos mais fortes para a legitimação do Estado foi a ocupação

e proteção dos *fundos territoriais*; como por exemplo no caso da idolatria aos bandeirantes como símbolo da nacionalidade. A tarefa fundamental desses "desbravadores" era a de expandir as frentes de ocupação, e por essa razão foram exaltados como expressão da nacionalidade. Ocupação do espaço e nacionalidade caminharam lado a lado.

Para Moraes (*Idem*, *Ibid*.), desde a independência a unidade territorial foi o grande elemento articulador do discurso da nacionalidade. Um pacto oligárquico mobilizou o território como elemento fundamental do discurso nacional, prescindindo ao povo. O país passou a ser seu território, e não o seu povo:

> Em síntese, ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade nacional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado. (p.95)

Esse fenômeno da referência ao território estaria presente de forma marcante na formulação de discursos sobre o Brasil desde então, nos mais diversos momentos da vida política e intelectual nacional. O interessante é destacar que segundo este autor, o território ou o espaço sustentaram sempre discursos conservadores, reprodutores da subalternidade do Brasil diante dos países centrais. Os grandes protagonistas destes discursos seriam sempre as elites nacionais que se aglutinavam ao capital internacional e reproduziam a condição periférica no seio da própria sociedade brasileira. A subalternidade internacional se efetivava em diferenças sociais nacionais.

Lia Osório Machado (MACHADO, 2002) também avalia formações discursivas calcadas em preceitos geográficos no Brasil, recortando o período compreendido entre a última década do século XIX e as três primeiras do XX, fase que ela classificou como de redefinição da identidade nacional.

Alguns temas seriam marcantes no contexto citado, como o debate sobre as raças e o meio tropical. Discutiu-se aí a idéia de "raça brasileira"; a miscigenação as adversidades do meio tropical, as más heranças raciais de Portugal, etc. toda essa argumentação teria se dado no debate sobre as causas da "inferioridade brasileira". A geografia estaria no cerne deste debate:

> E, por certo, o conceito de raça será associado ao determinismo: ao determinismo geográfico, na avaliação das vantagens e desvantagens

> da ação do clima 'tropical' e da estrutura do relevo sobre o povo; ou, ao contrário, com determinismo racial, defendendo a tese de que a 'fatalidade' geográfica do meio tropical podia ser superada pelo aprimoramento das qualidades da população. (MACHADO ,op.cit. p.329)

Figuras ilustres, tidas como clássicos do pensamento social brasileiro enfrentaram esse tipo de debate: Silvio Romero e a sua geografia social, Euclides da Cunha e "os dois Brazis", e o centralismo de Oliveira Viana. Particularmente para os fins deste trabalho, é interessante ressaltar as idéias destes dois últimos.

Oliveira Viana, ainda segundo Machado (*op.cit.*), defendia três teses sobre o território: i) o sertão representava o somatório e as possibilidades da nação, subentendendo que ali estariam as bases para a unificação nacional; ii) o Brasil estaria em vias de alcançar a "pureza racial" através da miscigenação com os europeus; iii) somente uma política centralizadora poderia garantir as potencialidades do Brasil. De forma geral, Oliveira Viana defendia que o país poderia vir a ser uma nação forte, cuja força estava impressa nos *sertões*. Este autor seria contra as explicações demasiadamente afeitas ao mundo urbano, ressaltando o papel que a *hinterland* teria na definição da formação nacional, garantida por uma política centralizadora.

Euclides da Cunha, por sua vez, teria edificado no pensamento social brasileiro a máxima dos "dois Brazis": "*Em Os Sertões encontramos a origem de uma das imagens mais persistentes da estrutura sócio-espacial do Brasil, a da existência de 'dois Brazis*'" (MACHADO, op.cit. p. 337). Este autor teria identificado um contraste entre dois países diferentes, o do *sertão* e o do *litoral*, destacando com grande veemência a influencia do meio na conformação desses dois tipos.

João Maia (2008) se propõe a desenvolver uma abordagem, segundo ele, inovadora sobre o pensamento social brasileiro do começo do século XX; trazendo a perspectiva da noção de *terra* como uma chave interpretativa que possibilite diversos avanços nesse debate. A busca é a de elaborar uma nova configuração, um novo "mapa intelectual" (nos dizeres do autor) do pensamento social brasileiro.

Sua análise recaiu de forma central nas obras de Euclides da Cunha e Vicente Licínio Cardoso. Esses personagens foram inseridos em um contexto intelectual caracterizado como "engenharia periférica", que seria marcada por uma assimilação do positivismo como código moral, e não como doutrina filosófica; pela oposição em

relação ao contexto intelectual brasileiro; e um forte descontentamento em relação aos rumos adotados pela Primeira República.

Ambos os autores teriam usado os casos Russo e americano como exemplares da construção dos novos tempos. Euclides da Cunha teria visto no caso brasileiro o barbarismo como propulsor de uma nova civilização moderna, em um sentido inventivo, tal qual ele teria atribuído ao caso russo; ao mesmo tempo, teria ele visto a figura do seringueiro (o personagem desse barbarismo nacional) como um americano típico. Já Vicente Licínio teria aproximado o Brasil dos EUA através da associação do trabalho livre, a terra democrática; e da Rússia através da tradição como base para essa invenção. O caráter inventivo, prospectivo de suas interpretações é realçado enfaticamente. Maia encontra nesses autores uma conciliação entre o projeto modernizante e a operacionalização da categoria *terra*:

> O mergulho de ambos no mundo da terra não implicava, pois, rejeição ao moderno, ou mesmo um ajuste de contas com uma identidade nacional já fixada, mas antes a constatação de que o Brasil compunha-se de um conjunto de espaços novos e periféricos, afinados com a nova geografia do Ocidente. [...] A 'energia inconsciente' da terra atraía-os, pois ambos enxergavam e vivenciavam o Brasil como uma forma civilizatória a ser construída, numa combinação entre pragmatismo, invenção e pedagogia que forjam o núcleo da experiência que associo à expressão 'Rússia Americana' (MAIA, J. op. cit. p. 190)

Com fins de estabelecer a relevância e a atualidade do debate apresentado, João Maia ressalta alguns ecos em todo o pensamento social brasileiro da obra dos autores por ele trabalhados. Temas por eles explorados teriam sido apropriados em debates centrais. Destacar-se-ia o fato de esses autores terem consolidado uma s*ociologia da terra*, ou seja, a *terra* entendida como modo de pensar.

É interessante destacar a divergência explícita de Maia em relação a Moraes (2005b). Diferentemente de Moraes, para Maia a categoria *terra* teria sido mobilizada com fins não só conservadores, mas também de uma forma inventiva, um projetar para o futuro. A idéia de "Rússia americana" seria sugestiva para se pensar o nacional como um processo em construção, e não como um essencialismo originário. Teria então se aberto um espaço para se pensar a modernidade como algo plural, marcado por diferenças, o que derrubaria a idéia de centro-periferia que concebe esta como um projeto inacabado daquela. Na verdade, a periferia guardaria em si um projeto alternativo, autêntico e original.

Em suma, nesta análise é ressaltado o caráter dúbio a que Vicente Licínio e Euclides da Cunha concederam à categoria *terra*. Por este meio os autores retratados teriam compreendido um Brasil profundo marcado pelo atraso e pela tradição, pelo incivilizado e autêntico. De maneira ambígua estes autores preconizaram uma valorização enquanto identidade nacional e uma desvalorização em termos de progresso àquilo que se chamou de *terra*.

A apreciação do trabalho mais clássico de Euclides da Cunha, "Os Sertões" (CUNHA, 2007), de fato evidencia essa dubiedade[14] mencionada. Euclides parte suas reflexões da caracterização do meio físico que ele toma por objeto (ou as condições mesológicas, conforme suas próprias palavras). Na primeira parte do livro, "A terra", nos é apresentado uma descrição fisiográfica do território brasileiro como um todo, enfatizando um contraste tremendo entre os meios, até chegar ao sertão de Canudos. Aqui a descrição assume um tom dramático, uma melancolia que apresenta um lugar inóspito, de relevo desordenado, clima árido e vegetação ofensiva. O sertão seria único e particular, "uma categoria geográfica que Hegel não citou", conforme é nomeado um dos subtópicos desta primeira parte.

> Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, de flora agonizante...(CUNHA, 2007. P. 46)

O sertão que trata Euclides seria um lugar naturalmente isolado, de difícil acesso e permanência. É o meio um dos grandes protagonistas da história do sertão, pois suas condições adversas que "isolaram os sertanejos por três séculos". O sertanejo é definido como uma raça oriunda do cruzamento entre o jagunço paulista[15] e o índio.

O jagunço teria chegado ao sertão através do rio São Francisco, expandindo-se na busca ao ouro. Euclides caracteriza esse rio como o da unificação nacional, por ser o meio de encontro do Brasil com aquele sertão esquecido. O rio só teria duas entradas

[14] Não se pode afirmar ao certo até que ponto esta dubiedade em relação à Euclides da Cunha seria verdadeiramente ambígua ou contraditória (como defende Maia), e não complementar; entretanto, como não cabe aqui proceder a uma análise mais aprofundada de seu pensamento, prosseguiremos aceitando o fato de existir de fato essa caracterização dupla do sertanejo brasileiro

[15] O autor ressalta que esse "paulista" foi na verdade um termo genérico para caracterizar os forasteiros que lá chegavam do Sul.

possíveis, pela foz e pela nascente; fora disso ele atravessara área impenetrável, todos os desventurados que arriscaram a empreitada não voltaram. Foi através dele que o jagunço teria chegado ao sertão ocupado pelos índios Tapuia, que, arredios, lá tomaram morada ao escapar do litoral povoado pelos portugueses e pelos índios Tupi.

Esses dois povos forjaram a mestiçagem que deu origem ao sertanejo, tipo racial definido por *curiboco*. Este tipo, isolado devido às condições do meio, se formaria com uma unidade bastante definida, sem outros cruzamentos, pois estava isolado de contato. Diferentemente, a mestiçagem do litoral estaria marcada por um confuso processo em aberto. Aí está o ponto crucial do tratamento que Euclides emprega ao sertanejo.

Este tipo, isolado historicamente do Brasil, estaria a três séculos em processo de definição étnica. Estava ali delineado um tipo autêntico, original e puro. Já o tipo litorâneo seria impuro, fruto de uma mestiçagem constante e incoerente. Em contra parte, o litorâneo estava, ou bem ou mal, inserido no processo histórico da "civilização", já o sertanejo era absolutamente um "atrasado", a par da evolução histórica. Estaria aí equacionada a grande questão do sertão, estaria aí a autenticidade nacional ou o atraso a ser superado? A passagem seguinte é ilustrativa desse tratamento:

> Estabelecendo no interior a contigüidade do povoamento, que faltava ainda em parte na costa, e surgindo entre os nortistas que lutaram pela autonomia da pátria nascente e os sulistas, que lhe alargavam a área, abastecendo-os por igual com as fartas bocadas que subiam para o Vale do Rio das Pedras ou desciam até as cabeceiras do Parnaíba, **aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade.** (CUNHA, 2007. pp. 104-105. *Grifo Nosso*.)

Esta aí delineada a dubiedade com que se trata o *sertão,* é ao mesmo tempo uma autenticidade e um atraso. É uma sociedade rude, de costumes rudimentares como a religião mística; cheia de belas tradições arraigadas, de conhecimentos supersticiosos. Esta concepção, como já identificado por inúmeros autores, cristalizou-se no tratamento da questão do *interior*, e, defende-se aqui, é reproduzida na própria representação da revista INTERIOR, nosso objeto.

- A ambigüidade do *interior* da revista INTERIOR

Para o entendimento dos temas e da forma de tratá-los privilegiados pela revista INTERIOR é interessante retomar-se os seus propósitos originários, que justificaram sua existência, segundo o Ministro Rangel Reis:

> Particularmente os últimos números de INTERIOR têm se mostrado capazes de abranger toda a variada gama de assuntos que fazem o dia-a-dia das entidades subordinadas ou vinculadas ao Ministério do Interior. Sem descurar das atividades setoriais, como as que são empreendidas por órgãos como a Secretaria do Meio Ambiente, o Banco Nacional de Habitação ou o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, **dedica-se a explicar e discutir, com especial ênfase, as ações do campo do desenvolvimento regional**, no qual se concentra parcela ponderável dos esforços governamentais. (INTERIOR, n.14, Novembro/Dezembro de 1976. p.4. *Grifo Nosso*.)

Eis então o propósito mais elementar: mostrar o desenvolvimento regional. Esta era a tarefa primordial do MINTER, e a sua divulgação foi o elemento motivador da revista na esfera das tomadas de decisões do ministério.

A política de desenvolvimento pensada regionalmente tinha por pressuposto um desequilíbrio entre as regiões definidas enquanto tais; o Sudeste e o Sul concentravam o desenvolvimento, já as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste viviam o subdesenvolvimento, definido pela escassez, pelo "atraso". E, de fato, as "regiões a serem desenvolvidas" predominaram nas páginas da revista INTERIOR, sendo tratadas através das mais diversas dimensões. Pode-se dizer seguramente que o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste, nesta respectiva ordem, são os "atores principais" desta trama.

Imbuída de mostrar o desenvolvimento regional, a revista passou a tematizar as "regiões a serem desenvolvidas", ou seja, aquelas regiões onde o desenvolvimento ainda não existia, ou existia parcamente. A escassez define então a pauta da revista. Em suas páginas estarão os "vazios demográficos", ou os "vazios econômicos" de um "Brasil distante", aquele em que o progresso *ainda* não chegou. O que aqui entendemos por *interior é* exatamente esse princípio do "distante", do lugar marcado pela "escassez", que de forma similar foi trabalhado imensamente no pensamento social brasileiro como *sertão*, ou *fundo territorial*, entre outras conceituações.

Interior não remete a lugares determinados, não tem limites definidos de extensão espacial nem temporal. O *interior* aqui se refere a uma oposição, se caracteriza pela

negação, por aquilo que não é. O *interior* do Brasil, neste caso, é a parcela "não desenvolvida" do país.

A impávida mata, os largos campos escassamente povoados e os lugares de vivência "tradicional" compõem o universo temático da revista, unificados todos em torno da oposição em relação à parte desenvolvida do país. São todos esses lugares não-desenvolvidos, necessitados do desenvolvimento pensado através do recurso teórico e político da região; ou seja, o próprio desenvolvimento regional.

A interpretação considera que aí reside a essência temática da revista. Na verdade, muitos assuntos podem ser elencados, alguns até de enorme freqüência em suas páginas[16]; secas, habitação, enchentes, artesanato, poluição, meio ambiente, e mais uma infinidade de outros temas. Entretanto, a análise do tratamento que esses temas têm na revista apresenta um traço em comum, elemento estruturante único, que é a idéia de *interior*. O desenvolvimento, o artesanato, a agropecuária e todos esses temas estão referidos a um "Brasil distante". Todos, excetos aqueles relacionados às grandes cidades.

É inegável que as cidades e seus problemas de habitação, poluição e qualidade de vida são pautas constantes na revista INTERIOR, inclusive por alguns momentos mais do que outros; e que essas cidades não estão inseridas nessa perspectiva do *interior*, ao contrário. A existência dessas pautas está relacionada ao ampliado escopo delegado ao MINTER, do qual as ações de saneamento básico, o Plano Nacional de Habitação, a assistência aos municípios e, posteriormente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) estavam incluídos. Entretanto, da mesma maneira que essas linhas de ações, de certa forma, eram "paralelas" ao restante das atividades do MINTER, assim o eram também na revista. Parece não existir uma unidade no pensar e agir político desse grupo de atividades com o restante. Foi exatamente por essa razão que o ministro Andreazza, em entrevista para a própria INTERIOR, assim se manifestou quando questionado sobre o anúncio do desmembramento do MINTER por parte de Tancredo Neves, que assumiria a presidência:

> Temos lido a respeito dessa idéia. Achamos que seria uma boa solução. Na hipótese de desmembramento, essas três áreas deveriam estar juntas, num mesmo ministério: Habitação, Saneamento e

[16] Confirma isso a existência de um índice de temas específico da revista com 110 páginas (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1985).

> Desenvolvimento Urbano. **No atual ministério poderiam permanecer, a meu ver, o desenvolvimento regional e assuntos correlatos**. (INTERIOR, n. 65, Janeiro/Fevereiro de 1985. p. 14. *Grifo Nosso*.)

E de fato, mesmo Sarney assumindo a presidência, houve esse desmembramento em Ministério do Interior, que permanecia, e Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Após esse desmembramento, as cidades deixaram de aparecer nas páginas da revista, salvo quando se tratava de problemas ambientais[17].

Sendo assim, acredita-se que apesar da freqüência com que os temas relacionados às grandes cidades foram tratados até certo momento, eles representavam algo "à parte" da linha geral de tratamento da revista[18], assim como estavam "à parte" no ministério. Este paralelismo permite que se afirme ser o *interior* a grande questão geral da revista, mesmo que outros tratamentos estejam também relacionados. Prossigamos então a ela.

Defende-se aqui que a idéia de *interior* foi fundante no debate da revista INTERIOR, tomando o caráter de alicerce unificador de todo o seu discurso. Por essa essencialidade, a sua conceitualização não poderia estar livre da própria ambigüidade marcada pelos dois grupos "concorrentes" da revista, o ministerial e o corpo-editorial. Ao contrário, não só não esteve livre como foi um dos elementos fundamentais de distinção. O *interior* da revista INTERIOR é dúbio, dubiedade esta que se insere na dinamização desses dois grupos.

Em aspectos gerais, o ministerial, organicamente vinculado à elite dirigente do MINTER e, por conseqüência, ao projeto desenvolvimentista do governo, fez predominar um *interior* eminentemente subdesenvolvido, cujo compromisso era o "alavancar o crescimento econômico", era um *interior* a ser transformado, dinamizado, modernizado. Um *interior* cuja civilização não se faz presente, as marcas do progresso não se efetivaram. Segue passagem de uma matéria de Orlando Albuquerque sobre o exército brasileiro que evidencia bem este sentido:

> Também longe das vistas da quase totalidade da população, já quase se faz em **rincões distantes**, **perdidos** na imensidão da Amazônia, do Centro-Oeste e em **espaços ainda fracamente povoados**, é a ação das

[17] Pois, mesmo com a transferência da pauta ambiental para o novo ministério, a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e, mais tarde, a criação do Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a temática ambiental continuou relacionada com freqüência nas páginas da revista, diferentemente dos temas urbanos.

[18] À parte relativamente, pois estavam em consonância com o projeto político global do desenvolvimentismo/Segurança Nacional.

> unidades de fronteira e colonização, num quase anônimo porém hercúleo trabalho naquelas extensas áreas onde **só o uniforme verde-oliva marca a presença do homem e da civilização brasileira**. (INTERIOR, n. 9, Março/Abril de 1976. p. 4. *Grifo Nosso*.)

As palavras destacadas expressam o suposto caráter incivilizado daquilo a que ele se refere como "rincões distantes". A fraca densidade populacional anuncia a natureza impávida em detrimento da civilização. Entretanto, o *interior* não é só marca da natureza, é também marca humana. A marca do subdesenvolvimento, do modo de vida "tradicional", não moderno, é também *interior*:

> Com a irrigação, apregoa Uirandé [presidente do DNOS à época] será possível **substituir os métodos empíricos tradicionais das lavouras de subsistência por moderna agricultura de mercado**. (INTERIOR, n. 65, Março/Junho de 1986. p. 41. *Grifo Nosso*.)

Enfim, este grupo é o condutor da concepção mais clara de *interior* enquanto oposição ao mundo desenvolvido, ou "moderno". Eles são os proclamadores de um *interior* trabalhado politicamente pelo MINTER, o "ministério do desenvolvimento".

Mas esse não é o único tratamento que a questão recebe na revista, há também uma forma particular de interpretação do *interior*, conduzida pelo grupo corpo-editorial. Esse grupo, como foi visto, atribuía um sentido diferenciado à revista INTERIOR, seus esforços se mobilizaram para fazer dela um canal de debate de idéias, onde estivesse expresso o "Brasil dos brasileiros", o país conforme vivido por seus cidadãos dos diferentes lugares. Este grupo adotou como tema de preferência as pessoas, os lugares, os acontecimentos folclóricos, etc.; buscou mostrar uma riqueza cultural que existia no Brasil e não circulava nos meios da cultura de massas. Essa riqueza estava onde a cultura de massas estava *ausente*, onde a tradição estava arraigada, ou seja, estava no mesmo *interior* distante que o MINTER estava ocupado em "levar o desenvolvimento".

O *interior* é dotado de uma cultura simples, mas mágica e profunda, na qual o sofrimento, a pouca disponibilidade de recursos são os fatores marcantes. É nesse *interior* pobre em desenvolvimento, mas rico em profundeza humana, que estão características exuberantes da cultura nacional. Valéria Velasco chega a falar em um *interior* com a possibilidade de ser onde o Brasil é mais representativo (curiosamente na mesma edição, uma página antes de onde está a citação de Orlando Albuquerque destacada anteriormente):

> Na realidade, conhecer a pujança das grandes metrópoles, a atividade febril dos prósperos centros industriais e a concentração dos esforços que movimentam e transformam as capitais dos Estados não é suficiente para compreender e explicar o que é o Brasil: ele vive e pulsa também – **e em certos aspectos mostrando características até mais representativas** – nas ruas e praças das cidades interioranas, onde também se está construindo a grandeza do Brasil-potência. (INTERIOR, n. 9, Março/Abril de 1976. p. 3. *Grifo Nosso*.)

É neste *interior* que figuras como Patativa do Assaré (retratado na edição n. 55), Chico Antônio (retratado na edição n.50), e tantos outros "artistas populares" produzem artes geniais, que seriam o próprio retrato de onde vivem. Esse aspecto é bastante interessante; não se trata simplesmente de mostrar grandes artistas "perdidos no sertão", se trata de mostrar uma grandiosidade sertaneja (ou interiorana), tradicional e profunda, da qual esses artistas são filhos. A arte não é só deles, a arte está no próprio *interior*. A matéria sobre Patativa do Assaré, assinada por Severino Francisco, diz muito sobre esse sentimento, conforme a passagem a seguir:

> Em sua voz/poesia, **Patativa do Assaré traduz toda uma vivência cotidiana do homem sertanejo** – sua faina, sua alegria, sua tragédia, suas esperanças, **numa epopéia da vida anônima popular**, história afetiva do Nordeste, gráfico nervoso da sensibilidade. (INTERIOR, n. 55, Março/Abril de 1984. p. 8. *Grifo Nosso*.)

Cultura popular, simplicidade e magia forjadas em meio às esperanças e os sofrimentos de um lugar onde o desenvolvimento não assumiu parada; esses são, de forma generalizada, os atributos do *interior* ao qual o corpo-editorial está tratando.

Os dois grupos que atuam dinamizando a revista o fazem em torno dessa questão do *interior*, ela se torna então mais um fator distintivo dos dois. Entretanto, reitera-se aqui a correlação desigual de forças entre eles. Como foi visto, existiu uma subordinação institucional que representava também uma hierarquização dos temas; o que quer dizer que, guardadas as características intrínsecas de cada período da revista, a concepção do grupo ministerial, de cunho mais desenvolvimentista, prevaleceu sobre a do corpo-editorial, mais "cultural". Essas duas formas específicas de tratamento estão no bojo do movimento representado pelo processo permanente que é a revista INTERIOR.

Contudo, esse movimento, apesar de apresentar variações significativas nos discursos no decorrer do tempo, não apresenta nenhuma modificação que justifique uma apreciação específica. De forma geral, esses dois grupos mantêm uma coerência

discursiva interna durante todo o processo, uma continuidade na forma de tratar o tema *interior*, e é por isso que serão aqui apreciados de forma única, e não por períodos.

A "divergência" no tratamento se evidencia ainda mais quando se tratam de questões mais específicas, pontuais, que ocuparam as páginas das edições. O primeiro tema que tem tratamento privilegiado na revista e é também elucidativo da ambigüidade a qual é tratada a questão do *interior* é o desenvolvimento. Esta é a pauta central não só da revista como do MINTER e do governo como um todo. Entretanto, internamente à revista, ele não recebe o mesmo tratamento

O desenvolvimento é o foco principal do grupo ministerial, é este grupo que distribui artigos, matérias e reportagens de diversos conteúdos para ilustrar um país em processo de desenvolvimento. O significado deste termo está bastante próximo do crescimento econômico, da crença na economia de mercado: quanto mais capitalizada estiver a produção, mais desenvolvido está o país. Para se atingir essa meta os empresários são conclamados, as políticas de incentivos fiscais e tantas outras medidas governamentais adotadas em prol da intensificação da capitalização são apresentadas na revista como a própria representação do desenvolvimento. Fala-se também em desenvolvimento social, em melhorias humanas, mas sempre em um sentido subordinado ao crescimento econômico, como reflexo deste. Por todas as edições se encontram testemunhos deste pensamento, sem muitas dificuldades para ser encontrado.

A economia capitalista é usada como mais do que somente um modelo de desenvolvimento, é um "marco civilizatório", é algo que só não faz sentido em sociedades primitivas. Em matéria sobre a Usina de Sobradinho é retratado em uma passagem a dificuldade representada por ribeirinhos que insistiam em não deixar suas terras para o enchimento do lago; o depoimento de Ítalo Galvão, agrônomo incumbido do projeto de reassentamento das famílias quanto a isso é o seguinte:

> A vida do ribeirinho é toda vinculada ao rio. Além disso, ele possui acentuado espírito gregário que faz com que as famílias se organizem em clãs, que se apóiam mutuamente, num **tipo de vida bem primitivo. Falta-lhe ambição de progresso**. O ribeirinho tem medo da mudança, principalmente para lugares distantes. Tem medo do desconhecido. (INTERIOR, n. 17, Maio/Junho de 1977. p. 17. *Grifo Nosso*.)

O desenvolvimento é o "progresso", é o "estágio avançado da civilização" e, por esses valores, há de se mobilizar todos os esforços em seu nome. O Brasil é um "*país*

que tem pressa" (INTERIOR, n. 15, Janeiro/Fevereiro de 1977. p. 22.), há de se reabilitar da defasagem desenvolvimentista. Esta defasagem está fundamentalmente no *interior* subdesenvolvido, no *interior* onde o "progresso" precisa atingir rapidamente. É esta a concepção desenvolvimentista de *interior*, o espaço atrasado que caracteriza os desequilíbrios regionais.

Nas páginas da própria revista se abre uma reflexão a respeito da natureza dos desequilíbrios regionais (ou, em outros termos, do subdesenvolvimento de umas regiões diante do desenvolvimento de outras). Dois artigos bastante densos, carregados de conceitos técnicos, trazem à tona esse debate, ambos refletem o pensamento de Roberto Cavalcanti Albuquerque, Secretário de Planejamento do MINTER. O primeiro na edição n. 28, relativa ao bimestre de setembro e outubro de 1979, não leva a sua assinatura, mas o texto é escrito, segundo seu autor (não identificado), com base nas reflexões dele e de sua equipe técnica. O outro artigo leva sua assinatura, e é publicado em Março/Abril de 1982, n. 43.

O primeiro artigo defende enfaticamente que os desequilíbrios regionais nada mais são que uma questão temporal, e assim devem ser pensados; ou seja, as regiões estariam desequilibradas por estarem em *estágios* diferentes do desenvolvimento. A questão é a defasagem temporal de uma região diante da outra, e as ciências econômicas seriam aquelas mais aptas a apresentarem as soluções necessárias para suprir essas defasagens, para que o desenvolvimento de uma região alcance o nível das outras:

> E a dimensão espacial só vem preocupar quando se diagnosticam desequilíbrios de **níveis ou ritmos de desenvolvimento**, especialmente quando se localizam, regionalmente, **defasagens 'temporais' de crescimento**, ou seja, **'atrasos' relativos, localizados na dinâmica do processo econômico-social**. (INTERIOR, n. 28, Setembro/Outubro de 1979. p. 4. *Grifo Nosso*.)

O desenvolvimento ganha aqui caráter evolutivo, onde é possível se discernir níveis sobrepostos. O *interior* seria nesse sentido uma categoria temporal de atraso, seria o espaço defasado no tempo, uma espécie de passado que teima em permanecer no presente e há de ser varrido do futuro.

Por outro lado, no segundo artigo, o mesmo Roberto Cavalcanti de Albuquerque, ocupando o mesmo cargo, curiosamente, atenta para a dimensão espacial do desenvolvimento. Em seu texto ele aborda conceitualmente o planejamento regional e

assegura que deve ser repensado em uma noção mais abrangente, que de conta da dimensão espacial do desenvolvimento, associando esta à repartição da renda. O tempo seria estratégico para se pensar o crescimento econômico, e o espaço a distribuição de seus resultados:

> Essa inserção da variável espacial, no entanto, torna-se mais fácil quando a preocupação obsessiva pelo desempenho se mescla com a consideração da questão da **repartição de seus benefícios** (INTERIOR, n. 43, Março/Abril de 1982. p. 38. *Grifo Nosso*.)

Em um intervalo de menos de três anos a preocupação com o desenvolvimento ganha uma conotação social, associada à dimensão espacial. Entretanto a estrutura do discurso permanece: a questão principal do desenvolvimento é o crescimento econômico, enraizado na dimensão temporal ("atraso"), agora se soma a essa questão uma preocupação social, como uma adjacência do desenvolvimento, e por isso a dimensão espacial é repensada. O desenvolvimento avança no tempo, recuperando as defasagens edificadas no espaço. O *interior* é uma marca do atraso temporal incrustada no espaço, é uma cicatriz que o progresso esqueceu-se de recuperar, e deve, a partir de então, fazê-lo. Essa é a essência do conceito desenvolvimentista exposto na revista de maneira indelével, protagonizada pelo grupo ministerial.

O corpo-editorial, por sua vez, pouco se expressa diretamente sobre esse tema. Como vimos, no modelo aqui aceito como típico de suas matérias o conteúdo do debate sobre o desenvolvimento de fato não tinha espaço. Entretanto, é possível se identificar em suas matérias certo receio em relação ao que o próprio ministério evocava sobre desenvolvimento. O desenvolvimentismo propagado pelos índices de crescimento econômico e capitalização da economia em detrimento das atividades produtivas "tradicionais", a conclamação do empresário para gerir as atividades antes de artistas (como o artesanato) e outros elementos preciosos para a perspectiva hegemônica aparecem nas páginas do corpo-editorial na maioria das vezes como o grande vilão desarticulador de culturas arraigadas, populares e representativas de um país mais "profundo". Em matéria assinada por Severino Francisco sobre a arte das carrancas do rio São Francisco, essa idéia está bastante clara, vale a pena a citação deste extenso trecho:

> Estes são alguns estilhaços de um 'Chico-lenda', **um rio mitológico que começou a desaparecer com a substituição das barcaças pelos barcos a vapor e por toda uma nova estruturação da vida**

> **econômica e social em torno do Vale do São Francisco, a partir de 1940. Hoje, o Rio São Francisco se divide entre o arcaico e o moderno**. Mas os signos deste 'Chico-lenda' ainda estão vivos nos trabalhos de uma legião de artesãos, que confeccionam carrancas e modelam mitos inspirados em lendas do Vale. Aproximadamente 20% da população de Pirapora vive em função de atividade de pesca e do artesanato. Deslocada de seu contexto original, a carranca perdeu a sua força de **símbolo mediador da relação corpo a corpo com a natureza**, tornou-se elemento decorativo, objeto com pretensões estéticas.
> *Ronco da cuíca* – Os artesãos precisam, antes de tudo, sobreviver, e na guerra pela vida vale tudo. **A repetição de modelos, induzida pela grande massa de turistas é fatal**. 'Carranca é imaginação. Você cria na mente para passar na madeira. E, se é imaginação, não pode repetir', comenta o artesão Joaquim da Silva. (INTERIOR, n. 57, Julho/Agosto de 1984. p. 52. *Grifo Nosso*.)

Está aí, como em diversas outras passagens, o retrato de um lugar "tradicional", cuja cultura foi forjada em um tempo lento, próprio do lugar; e a assimilação deste lugar à lógica da produção em massa põe em risco a sobrevivência dessa cultura. O arcaico, como o trecho demonstra, é a tradição, ameaçada pelo moderno, que é o desenvolvimento.

A produção em massa é sintoma de economia capitalista, é indicador do desenvolvimento. Apesar de não existir uma oposição aberta à idéia de progresso, a indignação com que esse grupo retrata a decadência da cultura popular diante do avanço econômico parece traduzir bem um descontentamento para com o desenvolvimento proclamado pelo discurso oficial.

Esse mesmo embate se faz presente em outra questão importante: o nacionalismo. Esboça-se em torno do projeto nacional uma contradição nítida entre os dois grupos e suas respectivas concepções de *interior*.

O *corpo-editorial* expressa uma valorização da cultura popular que emerge deste *interior*, deste "Brasil profundo". Representante digno da cultura nacional. A autenticidade do brasileiro diante de um mundo de cultura massificada parece estar guardada no *interior*, na sua gente e nos seus lugares. Ali, onde o desenvolvimento ainda está por começar a fazer suas "vítimas" (as culturas populares) parece estar resguardada a cultura nacional. Ali aonde o progresso não chegou, a pobreza e o sofrimento mostram o que há de mais autêntico e belo na cultura nacional. Em matéria de Severino Francisco, a poetiza Cora Coralina é assim representada: "*Quando Cora Coralina fala, é a voz de uma região contida pelo isolamento, pelo atraso, pela pobreza*

e que, talvez por isso mesmo, traga uma contribuição particular, especial e rica ao acervo da cultura nacional." (INTERIOR, n. 47, Novembro/Dezembro de 1982. p. 4. *Grifo Nosso*.).

Já o grupo ministerial expressa um nacionalismo em tom bastante diferente. O compromisso desse grupo com o projeto político vigente evidenciou uma exaltação da Nação e do nacionalismo em seus sentidos políticos diretos, tal qual foi bem trabalhado por Anderson:

> A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o 'fim da era do nacionalismo', que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional (*nation-ness*) é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos. (ANDERSON, 2008. p.28)

É esse o sentido que o grupo ministerial atribui à Nação, um conceito com alto poder legitimador de ações políticas. No caso do projeto político em questão, o nacionalismo foi o par casado e indissociável do desenvolvimento. Era o fortalecimento da Nação que legitimava a necessidade do desenvolvimento, ao passo que este exaltava o orgulho patriótico, como um "Brasil-potência" que iria a vir a cumprir seu ideal.

O nacionalismo conclamava os leitores a se aglutinarem no projeto político do "Brasil-potência", a assumirem o ideal de desenvolvimento como seu, um desafio de cada um, construído no dia a dia, demandado pela "vontade nacional". Eis as palavras de Orlando Albuquerque no já citado editorial da primeira edição da revista:

> O **desenvolvimento** é uma tarefa por demais pesada e grandiosa para que se atribua apenas ao Governo a responsabilidade da sua promoção. **É missão de todos**, quando nada porque a todos aproveita. Cada um de nós, forjado nessa tão densa **tônica de brasilidade**, privilégio nosso, pode e deve, na sua ação individual, fazer-se presente nos diversos trâmites do processo global. (INTERIOR, n. 1, Dezembro de 1974. p. 3. *Grifo Nosso*.)

O desenvolvimento é sustentado pelo espírito da Nação, em nome da qual todos devem dirigir seus esforços. Desenvolver o país significa superar os desequilíbrios regionais, dinamizar as regiões atrasadas para efetivar-se um "Brasil-Potência". O *interior* enquanto lugar do atraso efetiva-se como preocupação central. Para que se cumpra o destino de "progresso da Nação" é preciso um esforço coletivo de salvação deste *interior* da estagnação a qual ele está condenado.

O esforço de salvação, entretanto, é hercúleo (segundo as palavras de Orlando Albuquerque), e o empreendimento, de tão vultoso, torna em si mesmo mais um elemento de reforço do patriotismo. O *interior* estagnado figura a imagem de uma questão em comum, unificadora, exercendo assim uma função estruturante da "comunidade imaginada" (ANDERSON, op. cit.)

A fronteira agrícola é exemplar dessa missão nacionalista de desenvolver o *interior*. Nas páginas da revista INTERIOR está documentado o seu processo de expansão que aconteceu principalmente durante a década de 1970 no Brasil; e, mais uma vez, esse tema é também elaborado com a mesma ambigüidade demonstrada até aqui. A fronteira agrícola foi majoritariamente a expansão da agricultura capitalizada, baseada nas grandes produções de mercado, principalmente para o Centro-Oeste brasileiro, mas não só; algumas sub-regiões, como no sul do país, consideradas de agricultura "atrasada" também sofreram esse processo.

Há uma visão que aqui se atribui ao grupo ministerial que segue essa linha nacionalista da fronteira. O sentido é bem claro: através da expansão da fronteira agrícola o território brasileiro está se *modernizando*. É a modernidade avançando onde até então imperam os modos de vida tradicionais, é o país alcançando o seu ideal. A Revolução Verde[19] e o agronegócio estão incumbidos de, em nome da Nação, recuperar o *interior* através do avanço da fronteira agrícola, são os "novos bandeirantes", como várias vezes é mencionado na revista.

O sentido da fronteira vai além do econômico, conforme muito bem elucida Berta Becker (1990). O seu avanço projeta uma imagem de futuro, tem repercussão fundamental no imaginário que se cria em torno dela, algo como se o país estivesse avançando rumo ao "progresso", à "modernização". Projeta-se um *interior* transformado, do qual a superação do atraso significaria o "progresso". A fronteira é o progresso da própria Nação, imaginada em um futuro próspero. Os modos de vida tradicionais serão superados, onde prevalecia o arcaico irá se impor o "moderno", onde técnicas rudimentares isolavam as pessoas e os lugares, tecnologias sofisticadas irão conduzir à redenção. Segue passagem ilustrativa desse tratamento em matéria sobre o Programa Sudoeste-I, da SUDESUL:

[19] Por "Revolução Verde" me refiro ao processo de amplas transformações ocorridas na agricultura brasileira principalmente durante a década de 1970, marcado pela inserção de sofisticado aparato tecnológico, como insumos agrícolas, agrotóxicos e técnicas de manipulação de espécies.

> A grande potencialidade da sub-região do sudoeste do Rio Grande do Sul, no que diz respeito a solos para cultivo, **torna viável a expansão das atividades agrícolas, até hoje apenas incipientes**. Além disso, as condições topográficas permitem ampla mecanização das lavouras, o que vem sendo estimulado, considerando-se que a agricultura mecanizada propicia resposta financeira imediata mais elevada, apóia o desenvolvimento da pecuária e **provoca modificações benéficas no comportamento do homem rural**. (INTERIOR, n. 7, Dezembro de 1975. p. 12. *Grifo Nosso*.)

Esse é o sentido de fronteira propagado na revista INTERIOR através da perspectiva desenvolvimentista do grupo ministerial; e é justamente em função dessa perspectiva que a expansão da fronteira é encarada de forma oposta pelo corpo-editorial. Sua imagem, como foi visto, está diretamente associada ao "progresso", à "modernização" em detrimento da tradição, que é exatamente aquilo que mais desperta o interesse desse grupo no *interior*.

Por esta razão, a fronteira não foi adotada como foco principal em nenhuma reportagem enquadrada na produção desse grupo. Ela aparece em suas páginas quando se trata de culturas "tradicionais" que estão a sofrer processos de dissolução. Assim como a fronteira é associada à "modernização" pelo grupo ministerial, assim também o está para o corpo-editorial, a diferença está na atribuição de valor ao fenômeno. Para este grupo, diferentemente que para aquele, a fronteira representa uma ameaça a culturais arraigadas, aquelas mesmas que tem significativa importância na definição da cultura nacional. Os índios são expostos como as maiores vítimas dessa fronteira, como os Ianomani (INTERIOR, n.61, Março/Junho de 1985) e os Bororo, que são retratados em matéria assinada por Jeová Queiroz, donde se extraiu a seguinte passagem:

> Triste e sem cor para os bororo, são as terras que ficam sob o rastro do boi e do trator. Confinados em seus territórios e ilhados pelos bois, os bororo tem cada vez menos espaço para a caca e a coleta de frutos vegetais, seus **tradicionais meios de sobrevivência**. **O avanço das fronteiras agrícolas** chegou a um ponto tal que lhes faltam até a arara e outros pássaros de plumas coloridas, **dificultando e quase impedindo o desenvolvimento de sua arte plumária, destacada pelo alto grau de elaboração e senso estético** (INTERIOR, Julho/Dezembro de 1985. p. 18. *Grifo Nosso*.)

A fronteira é a portadora da cultura de massas mundializada, e seu poder avassalador põe em risco uma manifestação original da cultura nacional, como a indígena.

A questão indígena é em si um dos focos privilegiados de trabalho da revista. Parcela bastante considerável do total de matérias são dedicadas a este tema, podendo ser a revista consultada como reveladora do processo de tratamento da questão. Ambos os grupos enfrentam a questão, cada qual a seu modo.

O corpo-editorial, na mesma linha de raciocínio em relação à fronteira, vê na população indígena uma espécie de "povo originário", os primeiros e mais representativos habitantes do Brasil. Em diversas matérias esse grupo propôs abertamente divulgar a riqueza de elementos e a sofisticação cultural de modo geral desses povos; enfrentando o que eles mesmos repetidamente apontavam como uma visão distorcida que o brasileiro tem do índio. Distorcida principalmente pela imagem universalizada que se tem do índio norte-americano, que bombardeava as telas dos cinemas e televisores brasileiros. Mais uma vez a cultura de massas atentava contra a cultura nacional. Os índios seriam parte representativa desta proclamada cultura nacional; aliás, mais do que isso, representariam a sua parte mais "pura":

> **Puros, eles lembram detalhes da criação do mundo, como se tudo tivesse começado com eles**. Resistentes, eles prevêem o fim do mundo, quando 'tudo acaba, não terá mais Yanomam'. Representando ainda o maior grupo tribal isolado das Américas, os índios ianomamis **têm despertado grande interesse da comunidade cientifica do Brasil e do exterior**, mas pouco se sabe ainda sobre esta cultura que, por ocupar uma área resguardada por rios, serras e florestas, **ainda não foi totalmente atingida pelos reflexos negativos do mundo dito civilizado**. (INTERIOR, n. 61-62, Março/Junho de 1985. p. 58. *Grifo Nosso*.)

Os índios representam para esse grupo uma cultura "exótica", extraordinária e curiosa, principalmente em função de dois aspectos interligados: sua cultura próxima da natureza e sua distância do mundo "civilizado". Essas duas características são pontos comumente reforçados em suas matérias. A passagem a seguir, retirada de uma matéria sobre a IV Moitará (uma mostra de artesanato indígena promovida pela FUNAI) ilustra as duas: "*as características de diversas pecas denotam um autêntico* ***primitivismo do ideal selvagem do homem Kayapó****, tão bem representado pelo uso do akokakò (batoque)*." (INTERIOR, n. 1, Março/Abril de 1983. p. 24. *Grifo Nosso*.).

Os índios eram "puros" porque eram também natureza. Não se expressa nessa perspectiva uma contraposição entre cultura e natureza, pelo menos não em relação aos índios. É nessa perspectiva que eles recebem um tratamento distintivo em relação à "civilização".

Nesse dois aspectos, as perspectivas dos dois grupos se assemelha, ambos representam o índio como um ser próximo da natureza, distante do mundo "civilizado". Entretanto, a diferença entre os dois tratamentos está novamente no juízo de valor atribuído a isto. O corpo-editorial diferenciava os índios da "civilização" entre aspas, já o ministerial os diferenciava simplesmente da civilização. Este fato é aqui interpretado como indício do juízo de valor que se faz a esse povo. As aspas indicam uma relativização de um sentido positivo *a priori* de "civilização", já a ausência das aspas indicam o contrário, a reafirmação deste juízo positivo.

E de fato é o que se observou em relação à conceituação dos povos indígenas por parte do grupo ministerial. De acordo com essa concepção, os índios seriam reconhecidos como uma cultura particular, e mereceriam um tratamento específico – como várias matérias sobre a FUNAI ou sobre a demarcação de suas terras indicam. Entretanto, esteve sempre claro que a aceitação de sua condição especial de cultura a ser resguardada não poderia de forma alguma representar um empecilho para o desenvolvimento nacional. A população indígena, para ser preservada, terá que se adequar às formas "modernas" do homem "civilizado". Essa foi a tônica dominante no discurso ministerial. Em matéria intitulada "Os novos fazendeiros" se retirou a seguinte passagem:

> Enfim, procurou-se formar uma infra-estrutura razoável para **elevar o padrão de vida das famílias indígenas.**
> Ao mesmo tempo, iniciou-se também o aprendizado de novas técnicas agrícolas, com a utilização de equipamento pesado como arados e tratores, e das formas de aplicação dos insumos com **maior rendimento na produção**. Como complemento da atividade no campo, foram também **ministrados ensinamentos** de piscicultura (criação e reprodução de peixes em açudes artificiais), sericultura (só em 1980 foram plantadas 380 mil mudas de amoras, cuja folha é o alimento básico do bicho-da-seda) e a bovinocultura, com o número suficiente de gado leiteiro para abastecimento exclusivo das comunidades, particularmente das crianças. (INTERIOR, n. 55, Março/Abril de 1984. p. 37. *Grifo Nosso*.)

Observa-se com este exemplo, e com outros, um sentido de aculturação explícita. Esse sentido é explicitado como benéfico para o país, que desta forma não "abre mão de seu desenvolvimento", e para os próprios índios, cujo "padrão de vida se eleva". A questão indígena, pelo que esse grupo transparece em seus escritos, é importante e benéfica para o Brasil, mas não pode se tornar nem sequer um empecilho para o desenvolvimento nacional.

Essa tônica é semelhante ao tratamento dado à questão ambiental por este mesmo grupo. Este tema é singularmente interessante no universo temático da revista, vale destacar alguns aspectos antes de adentrar melhor as perspectivas de tratamento da questão ambiental.

A revista INTERIOR testemunhou a emergência do discurso e das políticas ambientais no Brasil. Foi no âmbito do MINTER que foi criado o primeiro órgão brasileiro de políticas públicas voltadas objetivamente para o Meio Ambiente, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Ao longo de toda a sua trajetória a secretaria e mais ainda o seu secretário, Paulo Nogueira Neto (que foi secretário por toda a sua existência), tiveram amplo acesso à revista; diários de viagem, artigos técnicos, reportagens sobre temas específicos, etc., tiveram grande divulgação nas páginas da revista.

A SEMA foi criada como resposta aos questionamentos que a comissão brasileira, chefiada pelo então Ministro do Interior José Costa Cavalcanti, recebeu no decorrer da Conferência de Estocolmo, em 1972. Desde então, até ser extinta em 1989 pelo governo Sarney que criara o IBAMA, a SEMA foi a grande responsável pelo tratamento da questão ambiental, protagonizando medidas importantes como a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938/81) e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) (BRASIL, 10/12/2009).

A revista traz um registro da evolução do discurso ambiental brasileiro. Obviamente que está ali muito mais um registro do discurso oficial, de toda a forma, este não poderia se furtar à evolução do debate em uma escala mais ampla. É evidente a evolução da forma de se tratar a questão, que do início da revista, em 1974, até 1977 (de forma pouco precisa) está centrada nos problemas gerados pela poluição do ar e dos rios. A partir de 1977 a discussão fica mais abrangente, sendo problematizada também a utilização de recursos e a exploração de recursos florestais. Infelizmente, a bibliografia pertinente ao debate ambiental no Brasil ainda não se descobriu essa revista[20], que certamente seria de enorme valia para o debate.

Retomando a interpretação sobre as concepções ambíguas em relação ao *interior*, não se observou essa ambigüidade de forma muito clara no debate ambiental, talvez por ser ainda muito recente quando ele é encampado pela revista. De toda forma, os dois

[20] Pelo menos àquela bibliografia que até então pude me deparar.

grupos parecem estar dispostos a propagar uma "consciência ambiental", entretanto o desenvolvimento mais uma vez aparece como bem supremo e incontestável, e a preocupação ambiental seria mais uma adjacência, cumprindo um papel secundário. Nessa passagem do editorial (que não leva assinatura) de uma das edições esse pensamento está expresso:

> O documento, segundo afirmou o ministro Mario Andreazza ao iniciar, em Brasília, as comemorações da Semana do Meio Ambiente, 'representa o inicio de uma nova etapa da evolução brasileira, em que **o enfoque desenvolvimentista se enriquece com os componentes**, às vezes esquecidos, **da própria natureza**, pois contém diretrizes e definições que respondem à necessidade publica de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a melhoria da qualidade de vida, através da defesa do meio ambiente'. (INTERIOR, n. 38, Maio/Junho de 1981. p. 3. *Grifo Nosso*.)

O meio ambiente está associado ao *interior* por ser a própria natureza. Como foi argumentado até aqui, esta categoria é mobilizada na revista sempre para caracterizar algo "distante", lugares escassos de povoamento e/ou ocupação econômica. Este é o próprio retrato da natureza e do meio ambiente, algo distante de onde está o "progresso", cujo desafio está justamente em compatibilizar a transformação desse *interior* em lugares dinâmicos sem desfigurar o que se chama de meio ambiente. A revista é sintomática do início da preocupação em associar desenvolvimento e preservação da natureza, até então absolutamente separados. Pode-se indagar se não estariam aí os germes do discurso do "desenvolvimento sustentável", hoje tão em voga; mas essa questão fica para pesquisas futuras.

Enfim, grande abrangência de temas compõe o universo trabalhado pela revista INTERIOR. Assuntos como as migrações, as políticas habitacionais, as políticas de assistência aos municípios, entre outros fazem dessa revista uma fonte de considerável relevância possível para o debate acadêmico de diversas áreas. Entretanto, aqui se optou por trabalhar somente temas que, simultaneamente, mais se destacavam na revista e mais contribuíram para elucidar a argumentação aqui sustentada. A seguir, em tópicos destacados, concentraremos o foco no tratamento desta mesma questão – a idéia de *interior* – só que desta vez concentrados nas regiões que notadamente eram assim concebidas. A ordem dos tópicos obedece à ordem da constância de cada região nas páginas da revista.

Antes de enveredarmos nas regiões enquanto tema de trabalho da revista INTERIOR, cabe ressaltar que a presente análise não estabeleceu como preocupação a questão regional em si, ou, melhor dizendo, o tratamento conceitual de região[21] que sustenta a sua aplicação no discurso da revista, considerou-se mais o conteúdo da questão das regiões; em outras palavras, debruçou-se sobre o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste, e não as categorizações em si, sempre buscando problematizar a construção da idéia de *interior* dos agentes em questão.

- A região como sujeito/objeto do desenvolvimento

Reiterando, o foco deste tópico não é o debate conceitual a respeito da região, não se buscou aqui traçar ou explicitar o tratamento teórico que a noção de região recebe na revista. Entretanto, as regiões aparecem como tema constante nas páginas da revista, o que faz merecer algumas considerações.

A região emerge como tema principalmente vinculada ao desenvolvimentismo do pensamento oficial. O desenvolvimento foi pensado pelos quadros tecnocratas do governo de maneira associada, na maioria das vezes, à região. Esta figurou-se como, ao mesmo tempo, objeto das políticas estatais, e sujeito do desenvolvimento (MORAES, 2005b). Esta constatação se confirma na revista INTERIOR.

Reforçando o argumento de que a idéia de *interior* orientou a *representação* de Brasil difundida na revista, Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste, enquanto temas, estão constantemente relacionados nas pautas das edições. Estas regiões sintetizariam o objeto de trabalho do regime militar, ou seja, seriam as unidades as quais incidiriam preferencialmente o "esforço do desenvolvimento", justamente por este elemento não estar ali presente. Ali estariam os "longínquos lugares", "distantes" dos centros dinâmicos do território nacional; ou, em outras palavras, o *interior*.

Sul e Sudeste também são temas da revista, porém de forma fragmentada. O Sudeste figura em suas páginas na maioria das vezes por problemas relacionados ao desenvolvimento, como moradia, poluição e demais problemas urbanos; já o Sul não aparece como um *interior*, mas sim como uma região dinâmica e moderna, mas que

[21] Para um debate aprofundado do tratamento de identidades regionais, ver Haesbaert (1997), onde o autor trabalha a questão da identidade regional nordestina e gaúcha.

apresenta fragmentações ainda defasadas, lugares específicos e não a região. Avancemos mais sobre as "regiões do *interior* nacional".

3.1 Nordeste: a "região problema"

A região Nordeste é tema recorrente em todo o pensamento social brasileiro, desde os ensaios clássicos até estudos mais especializados, de economistas, geógrafos, sociólogos, etc. Essa gama ampla de interpretações que se debruçam sobre a região é atraída basicamente em função de uma imagem que o próprio debate ajuda a corroborar, que é a imagem de um Nordeste sofrido, flagelado pela seca, desfavorecido e severamente penalizado pelas condições (ou "fatalidades") naturais. Castro (1992) denomina todo esse debate em torno da região como a "questão Nordeste".

Segundo esta autora, a "questão nordestina" emerge de uma série de elementos constitutivos de uma imagem de *região-problema*; as secas, a miséria, os índices econômicos e sociais como um todo, bastante baixos. Assumindo essa questão como objeto de análise, ela identifica que este tratamento cristalizado tanto no âmbito teórico como no político, favorece na realidade a uma elite regional tradicional, forjada nas grandes fazendas do litoral açucareiro. A imagem de *região-problema* sustentaria o alarde de esforços em comum de toda a nação para a superação do quadro desolador que assola a região:

> Deve ser exaltado que a construção da idéia de um Nordeste pobre e sofrido, para o qual as atenções do país precisavam estar freqüentemente voltadas, correspondia à valorização da elite açucareira no contexto nacional. Esse paralelismo não nos parece casual, nem uma decorrência óbvia da segmentação do espaço regional em duas distintas, mas, pelo contrario, é significativo da ambivalência da historia política da região, cuja oligarquia, enquanto se apropria da imagem de pobreza, participava ativamente do bloco de poder do Estado. (CASTRO, 1992. P. 60)

Andrade (1983) também se debruça sobre a imagem de *região-problema* do Nordeste, questionando o fato de que, segundo ele, esta interpretação usual da região costuma ignorar algumas determinações estruturais da condição exaltada. Para ele o Nordeste deveria ser interpretado como uma região marginalizada na divisão territorial do trabalho e atingida por uma estrutura econômica altamente concentrada; e não como um problema climático. O nordeste do semi-árido apresentaria os mesmos problemas

sociais, o que derrubaria qualquer argumento sustentado nas condições climáticas desfavoráveis. O autor defende que a interpretação tradicional dos problemas nordestinos causados pela condição climática da seca é na verdade uma sustentação ideológica do *status quo* político, que seria a verdadeira causa dos problemas:

> Às regiões ricas e às classes dominantes nordestinas interessa a manutenção do sistema espoliador da grande maioria da população e as leva a manter tanto uma estrutura política de sustentação, baseada em um eficiente sistema repressivo, como também em desenvolver uma ideologia que procura transferir para as condições naturais as causas do nosso subdesenvolvimento, da miséria que domina a região. (ANDRADE, 1983. p. 86)

Diante destes termos, pode-se considerar um tratamento usual da "questão Nordeste" edificado em princípios políticos vinculados aos grupos dominantes da região. A imagem de região desfavorecida, flagelada por uma condição climática, sustenta uma atenção constante na região e uma diversidade de políticas de transferência de renda.

De fato, o Nordeste enquanto *região-problema* é algo tão arraigado no imaginário político brasileiro, é uma coisa de tamanha aceitação que se tornou inquestionável. Por estar este discurso atrelado a interesses políticos diretos, pode-se dizer com segurança que esta representação é a concretização bastante eficiente de um *poder simbólico*. Neste sentido, a revista INTERIOR é em parte uma grande reprodutora deste tratamento.

O Nordeste é o tema mais recorrente na revista; em geral um Nordeste flagelado, problemático. A região está representada em suas páginas pelo grupo ministerial majoritariamente como um *interior* que padece de debilidades profundas, uma estrutura arcaica sustentada por práticas e modos de vida "não modernos". É importante ressaltar que quando se diz "Nordeste como um *interior*", refere-se à região enquanto imagem, enquanto *representação* generalizada. Seguem alguns dos elementos mais significativos desta *representação*.

A estrutura fundiária parece ser um dos elementos que definem este *interior*. Vale aqui retomar as considerações de Oliveira (1981) sobre a composição dos grupos políticos que protagonizaram o golpe de 31 de março de 1964. Segundo este autor, a força política golpista estava substanciada pelos militares e pelas classes dominantes do

Centro-Sul, alijando as elites agrárias do Nordeste. Esta ponderação elucida o sentido da crítica que se faz à estrutura agrária na revista.

Como se viu no capítulo anterior, o que aqui considerei como grupo ministerial caracterizou aqueles diretamente vinculados à cúpula de comando do MINTER, e por extensão, do Regime. Interpretou-se aqui que as páginas que se referiam ao Nordeste, atribuídas a este grupo, constantemente criticavam a estrutura agrária concentrada, com presença de latifúndios improdutivos de um lado e minifúndios economicamente inviáveis de outro. Pelo que se pode perceber, este modelo esteve sempre relacionado a um "arcaísmo", a um modo de produção incompatível com o desenvolvimento capitalista, considerado como moderno. Esta estrutura "ultrapassada" era um dos elementos que faziam do Nordeste um *interior* "atrasado":

> O Ministério do Interior, através da Codevasf, já anunciara que 'para a realização das inadiáveis obras de defesa e de melhor aproveitamento econômico-social das várzeas, é imprescindível a ocupação de áreas de terras com diques e canais e **substancial alteração na estrutura fundiária da área**, caracterizada hoje por minifúndios e consideráveis latifúndios, quase todos produzindo em parcelas mínimas, sob um **sistema incapaz de assegurar subsistência satisfatória às famílias produtoras** (INTERIOR, n. 4, Junho de 1975. p. 32. *Grifo Nosso*.)

Além de concentrada, o sistema agrário nordestino foi também representado como atrasado em função das técnicas nele empregado. O agricultor da região produziria através de técnicas "rudimentares", "atrasadas", típicas de um "tempo distante". No trecho destacado a seguir, retirado de uma matéria sobre o Projeto Sertanejo, pode se evidenciar este sentido com clareza:

> O DNOS vem observando que **o agricultor nordestino encontra-se em uma fase muito atrasada, não só culturalmente como em relação às técnicas de exploração agrícola. Ele ainda usa os processos tradicionais e rotineiros de trabalhar o solo e praticamente desconhece os insumos modernos, de modo que se trata de um homem em estágio muito atrasado.** (INTERIOR, n. 13, Setembro/Outubro de 1976. p. 38. *Grifo Nosso*.)

A abordagem que a revista, através do grupo ministerial, emprega sobre a agricultura nordestina é típica de um *imaginário de sertão*; evidencia-se uma escassez (neste caso as "técnicas modernas" de agricultura), que logo é associada a um problema, que exige uma solução. Trata-se nitidamente de uma dominação simbólica que desvaloriza um lugar por oposição a outro, e legitima assim intervenções concretas.

Diante dessas considerações, cabem algumas reflexões mais pontuais. Pelo que foi apontado por Andrade (*op. cit.*), a problemática nordestina esteve na maioria das vezes equacionada pelo fator "seca", ignorando-se com isto as estruturas sociais. Aqui, pelo que se pôde ver até então, ocorre justamente o contrário: a estrutura defasada é assinalada como a primeira causa do problema nordestino.

Para se elucidar este problema, primeiramente se faz necessário a consideração do contexto político que se trata, pois este representa uma redefinição dos agentes políticos expressivos no qual a elite agrária tradicional do Nordeste foi rebaixada a segundo plano. Se, conforme Andrade (*op. cit*.), o discurso da seca esteve sustentado por esta elite, é natural que a sua decadência signifique a perda da eficácia de seu discurso. Entretanto, há de se considerar também que a dimensão simbólica não é mero reflexo da dimensão estrutural, ela goza de uma dinâmica relativamente autônoma. A *representação* do Nordeste da seca se manteve mesmo diante do declínio do grupo que o sustentou, porém perdeu em parte sua eficácia, deixou de gozar livremente do status de "questão crucial", para, a partir de então, compartilhar essa centralidade com o problema da estrutura agrária.

Um "bater de olhos" sobre a revista leva a perceber a questão da seca também um dos elementos mais constantes na sustentação da imagem da *região-problema*. Este aspecto se aplica não apenas à revista, mas principalmente ao MINTER e demais órgãos ali alocados, como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOS). A seca se mantém aqui como a própria imagem da região: "*Nordeste e seca estão secularmente associados*" (INTERIOR, n. 4, Junho de 1975. p. 12). Na verdade, este fenômeno é um dos mais fortes na caracterização do Nordeste enquanto *interior*, já que onde imperava a seca as condições humanas eram flageladas, a pobreza e a miséria tomavam conta, o progresso econômico e o desenvolvimento encontravam rigorosos obstáculos. Como diria Euclides da Cunha (op. cit.), "a seca é o fator que isolou o sertanejo por três séculos".

Assim é que estão documentadas, nas páginas de INTERIOR, uma infinidade de políticas diretamente voltadas para a questão das secas: construção de barragens, açudes e, principalmente irrigação. A revista testemunha cinco anos de estiagem que o semi-árido teria vivido entre 1980 e 1985, testemunha também a evolução do tratamento da

questão, as iniciativas tomadas pelo poder público, entre tantos outros acontecimentos relativos às secas; enfim, as secas foram um dos temas mais expressivos de nosso objeto.

Sua *representação* do fenômeno acompanha a perspectiva desenvolvimentista do governo. Recuperar o Nordeste de seu "atraso" passa pela reestruturação agrária, mas também fundamentalmente para fazer com que o nordestino possa "conviver com as secas" (para aproveitar uma expressão bastante comum na revista). Conviver com as secas significava implementar uma infra-estrutura de grande porte, com barragens para projetos econômicos de grande porte, represas e açudes para os pequenos empreendimentos agrícolas e a irrigação, que se destaca como a "grande solução". As páginas dessa revista dão uma dimensão da enormidade de recursos alocados em irrigação.

Outro aspecto bastante relevante na composição de representação do Nordeste enquanto *interior* é a frágil industrialização. Em um aspecto mais amplo, pode-se dizer que a debilidade da estrutura agrária esteve associada a esse fator, seriam, segundo a argumentação analisada, traços complementares. Não são raras as matérias que versam sobre os problemas da região, conjugando sempre esse fatores como elementos basilares de uma economia frágil.

O que se representa é um Nordeste onde prevalecem formas tradicionais de economia, centradas nos latifúndios e minifúndios, que impediram a emancipação da indústria na região. Esse quadro teria provocado uma descapitalização da elite regional, o que por sua vez perpetua a estrutura tradicional. Esta aí o cerne da "questão Nordeste" de acordo com o tratamento da revista: um círculo vicioso de "arcaísmo" que impede o desenvolvimento (lembrando que desenvolvimento aqui significa crescimento econômico). O Nordeste estaria preso em um modo de produção "não moderno", e este fato seria o causador da pobreza e atraso.

Esta é a *representação* do Nordeste como um *interior* atrasado. A "questão Nordeste", interpretada dessa forma, exige para a solução do problema a implementação daquilo que lhe falta: as "técnicas modernas de produção". Assim se justificam os incentivos fiscais e as grandes obras com a finalidade de injetar capital na região, para assim dinamizá-la aos moldes de uma economia "moderna", ou plenamente capitalista

(aqui os termos são sinônimos), com indústrias e infra-estrutura adequada. Esta seria a condição para desenvolver o Nordeste, ou livrá-lo da sofrida condição de *interior*.

E é exatamente este trabalho de capitalização da economia nordestina que a revista INTERIOR procura mostrar como a grande ação do governo. A *representaçã*o da região como pobre e atrasada carrega de imediato o conjunto de "soluções" em que a duras penas o governo tem se empenhado. Testemunha isso uma declaração do ministro Rangel Reis sobre a mudança no Nordeste:

> – **O Nordeste de hoje vive o progresso**. As estradas o cortam em todas as direções; a energia elétrica se expande em função das grandes obras de engenharia; a indústria se desenvolve, através do programa de incentivos fiscais, pela atuação da SUDENE; aceleram-se os projetos de irrigação, executando-se uma verdadeira reforma agrária nos perímetros das áreas irrigadas, aproveitando-se a água acumulada, ao longo dos anos, nos açudes públicos; estende-se a rede de telecomunicações; **melhora-se a vida do povo**, dos 35 milhões de brasileiros do Nordeste, um terço da população do País, com novas habitações, com saneamento básico, água e esgotos sanitários, saúde pública, treinamento de mão-de-obra e maior oferta de empregos. (INTERIOR, n. 13, Setembro/Outubro de 1976. p. 24. *Grifo Nosso*.)

Particularmente significante para o contexto atual, cabe destacar que no bojo dessas grandes obras para "salvar" o Nordeste se apresenta também um debate sobre um possível projeto de transposição das águas do São Francisco, que pode ser bastante interessante para incrementar o debate da política de transposição levada a cabo pelo governo atual.

Todavia, como já foi visto, a revista INTERIOR não pode ser considerada como uma uniformidade em relação ao seu discurso. Paralelamente, ao passo que o grupo ministerial protagoniza essa *representação* desenvolvimentista que sustenta um Nordeste enquanto um *interior* atrasado, apresenta-se também uma região rica em folclore, cultura popular e tradição. É esta a *representação* protagonizada pelo corpo-editorial.

Este grupo ressalta com constância "outro Nordeste", um Nordeste de efervescência cultural. Aqui a imagem de *interior* é reproduzida, mas, conforme a idéia particular desse grupo. A riqueza contida nessa cultura está contida na sua espontaneidade, no seu caráter de manifestação livre, verdadeira e significativa dos

sentimentos populares. São riquezas que está expressa nas artes mais elementares, como esculturas e artesanatos, músicas e cantigas, teatro e rituais.

Todos esses elementos são ricos e belos porque são "autênticos", símbolos de uma tradição de longo tempo. Forjados através das dificuldades vividas, do sofrimento latente, da simplicidade que os separa da "vida moderna" das grandes cidades. O trecho a seguir, extraído de uma matéria de José Mario Rodrigues sobre a arte popular nordestina é revelador:

> Todo artista popular nordestino tem uma história triste para contar e que resume em três situações: fome, dificuldade de viver e de sustentar seus filhos. **Seria o mesmo que dizer: a arte popular nordestina tem um único berço, forrado da mais extrema pobreza**. (INTERIOR, n. 31, Março/Abril de 1980. p. 5. *Grifo Nosso*.)

Estes sujeitos são os mesmos que estão alijados do "desenvolvimento", e nessa condição de isolados que eles puderam conceber uma cultura rica e própria, "autêntica" e original. Jeová Queiroz, em matéria sobre a chegada do BNB à cidade de Santa Maria da Vitória, às margens do São Francisco, assume como personagem de sua matéria (lindamente composta, por sinal) um escultor de carrancas tradicional da cidade:

> Uma visita a Santa Maria da Vitória e o indispensável papo com Francisco Biquiba de Lafuente Guarany, o mais criativo escultor de carrancas do São Francisco, significa o reencontro com as raízes da cultura baiana e, por extensão, com **o que de mais autêntico e original ainda existe na cultura popular brasileira**. (INTERIOR, n. 55, Novembro/Dezembro de 1979. p. 50. *Grifo Nosso*.)

A arte das carrancas seria a mais bela expressão de como o seu povo conviveu com aquele rio, tão significativo para eles. Essas esculturas representariam ao mesmo tempo a benção de poder usufruir daquelas águas e um receio místico, um cuidado com "os deuses".

3.2 A "Hiléia Amazônica"

A Amazônia figura na revista como a segunda região de maior constância em suas páginas, e é também um dos temas constantes do pensamento social brasileiro. A composição dos elementos que definem a *representação* desta região enquanto *interior* também são ressonantes de um tratamento usual da região. Vejamos.

Alfredo Wagner (2008b) se debruça sobre o que ele chama de "esquemas interpretativos da Amazônia". Segundo ele, a região teria sido alvo de interpretações calcadas em "geografismos" e "biologismos" desde os viajantes naturalistas, que cristalizaram esses esquemas interpretativos que acabaram por se tornar lugares-comuns na interpretação da região. Para este autor, esses esquemas estriam calcados basicamente em duas linhas gerais: "modernização" ou "progresso", e "racionalidade"; muito apropriado pelas intervenções estatais:

> As reformas pombalinas combinavam a noção de 'progresso' com o que denominavam de 'racionalidade econômica'. Este esquema interpretativo é reproduzido no tempo, tornando-se uma sociologia espontânea da explicação Amazônica […] Pelo menos até o final do século XX, elementos básicos de tal esquema interpretativo podem ser identificados sob uma forma de vulgarização cientifica, quando todos discutem ou preconizam formas de exploração 'racional', ocupação 'racional' e ação 'racional' como 'moderna', suportando planos, projetos e programas oficiais de desenvolvimento da região amazônica. (ALMEIDA, 2008b. p. 25)

Para este autor, a interpretação usual de que a Amazônia seria um "espaço vazio", com povoamento esparso, carente de uma "ocupação racional" tem por pressuposto concepções profundamente etnocêntricas que desconsideram a territorialidade dos modos de vida "tradicionais" de povos como os ribeirinhos, os indígenas, entre outros. De acordo com essa interpretação já naturalizada, as formas de vivência características desses povos não seriam "racionais". Perspicazmente o autor entende que o que se diz como 'racional' é a violência simbólica da imposição de uma lógica, a lógica do capital. Esses "povos da floresta" não obedeceriam à lógica da reprodução do capital, que exigiria produção em escala, voltada para o mercado objetivando a produção do lucro. De acordo com essa lógica, a territorialidade de tribos indígenas, por exemplo, se configuraria em um "espaço vazio".

É essa racionalidade que legitima o pressuposto de que a Amazônia necessitaria de intervenções políticas que viessem a "integrar" a região; ou seja, incorporar a área ao capitalismo nacional, superar o que se considera como "arcaico", "primitivo" (os povos da floresta).

Essa interpretação é nítida no grupo dominante da revista. A figuração mais forte que se tem em suas páginas sobre a Amazônia é a idéia de "hiléia". Retomemos o significado mais tradicional deste termo, presente nos dicionários:

> **hiléia.** [do Gr. Hylaia, fem. De hylaios, 'da floresta', 'selvagem', atr. Do AL. Hyläa, ou do Gr. Hylé (v. hile-), 'matéria', 'madeira', 'floresta', + -éia.] S.f. Fitogeog. **1.** A floresta Amazônica, segundo denominação de Alexander Von Humboldt (1769-1859), naturalista alemão, e Aimé Goujaud Bonpland (1173-1858), naturalista francês. **2.** P. ext. A Amazônia. (NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO, 1986 .p. 896)

A característica mais marcante da região de acordo com essa *representação* é a de "floresta". A Amazônia seria um *interior* distante dos centros dinâmicos do território nacional, onde predomina a lógica impetuosa da vasta floresta que cobre a região. As técnicas "civilizacionais" (como sistemas de transportes e comunicações "modernos") seriam ausentes dessa parcela do território; sua gente estaria vivendo de maneira "isolada do desenrolar histórico", impotentes diante da "imperiosa mata", "atrasados culturalmente". Entretanto, essa mesma visão é capaz de observar condições favoráveis para o "progresso" e o "desenvolvimento".

Em primeiro plano, a Amazônia é antes de tudo exuberância. Uma exuberância natural, de matas e rios, e uma exuberância territorial, de vastas planícies. Essa impavidez que sacramentou até então o "atraso", pode ser a fonte de "desenvolvimento". Segundo o que se interpretou da revista INTERIOR, de acordo com seu grupo hegemônico (o ministerial), existiria uma incompatibilidade entre o "grau de desenvolvimento" e as potencialidades da região:

> [a Zona Franca de Manaus] resgate a Amazônia ocidental da **estagnação econômica** e lhe conceda um **grau de desenvolvimento e ocupação compatível com suas potencialidades e as aspirações nacionais**. (INTERIOR, n. 42, Janeiro/Fevereiro de 1982. p. 4. *Grifo Nosso*.)

Essa incompatibilidade seria causada fundamentalmente pela situação de isolamento em que a região teria vivido. Euclides da Cunha, em sentido semelhante, denominará a Amazônia como "à margem da história" (MAIA, 2008). Esta é a causa primeira do sublevado "grau de desenvolvimento" da região. Assim como o semi-árido esteve isolado em função de sua rispidez ambiental, a Amazônia esteve isolada pelo oposto, a exuberância de seu meio.

As páginas da revista que tratam da Amazônia parecem sempre falar de uma condição ambiental muito expressiva da floresta e das águas que teria "sufocado" o desenvolvimento humano naquelas paragens. Daí o "atraso" de seus povos. Era necessário pois, para o bem nacional, que os benefícios do "desenvolvimento" possam

atingir e recuperar a região de seu isolamento, tornando o homem mais apto para controlar o meio.

Recuperar do isolamento significaria então transpor as técnicas da "civilização moderna" para aquela área; significaria fazer com que o homem amazônico encontre a sociedade do desenvolvimento, para isso era necessário a premissa básica da efetivação de um infra-estrutura solidificada no território:

> Sem energia, estradas, transportes, hospitais, saneamento, habitação, educação, previdência social e demais elementos afins, **não é possível haver progresso** e, muito menos, ocupação. Então **o objetivo de assegurar-se a infra-estrutura econômico-social é indispensável para o que se tem em vista, ou seja, tomar posse da Amazônia** e levá-la, passo a passo, a integrar-se efetivamente ao resto do país. (INTERIOR, n. 28, Setembro/Outubro de 1979. p. 47. *Grifo Nosso*.)

Nota-se como o objetivo é bem claro: "tomar posse da Amazônia". Segundo essa interpretação a região seria um lugar entregue à imperiosidade do meio, de dominação efetiva instável. A questão amazônica é um exemplo claro do binômio desenvolvimento/segurança nacional. Se o desenvolvimento não atingir a Amazônia outro Estado-Nação pode vir e fazê-lo. Se o Brasil não conseguir impor a técnica ao meio, outros países o farão.

A implementação de uma infra-estrutura sólida é a condição pela qual o homem amazônico estará recuperado de seu isolamento. Seu trabalho será incorporado aos "esforços nacionais do desenvolvimento", a região estará integrada ao território nacional, e o "Brasil" usufruirá de suas riquezas.

Por esta via a Nação brasileira garantiria a sua soberania sobre as potencialidades que a exuberância natural, antes inimiga, oferece. Incorporadas ao desenvolvimento as características do meio se tornam aliados consideráveis:

> As **imensas potencialidades da Amazônia brasileira na agropecuária, representadas pelos recursos naturais disponíveis**, tais como amplos espaços, topografia favorável, abundância de água, radiação solar e excelentes pastagens naturais, permitirão que **a região**, que já tem na pecuária uma de suas principais atividades, **aumente substancialmente a produção e a produtividade** (INTERIOR, n. 12, Julho/Agosto de 1976. p. 43. *Grifo Nosso*.)

A Amazônia é encarada como um desafio, um imenso espaço "não populoso" que precisa ser dinamizado pelo "progresso". A construção de estradas, a implementação de

projetos de colonização, os pólos de desenvolvimento, os distritos industriais e agropecuários, as hidrelétricas para gerar energia, entre outras ações governamentais são apresentadas na revista INTERIOR, através do grupo ministerial, como um processo de edificação dos meios necessários para a expansão do "desenvolvimento" e libertação dos povos amazônicos, cuja situação de "atraso" impede que se imponham sobre a floresta.

Além das condições infra-estruturais, é preciso também tornar a região atrativa ao capital. Neste aspecto, o discurso majoritário enunciado na revista é um exemplo claro do que anunciou Almeida (2008b) em relação ao apelo ao "racional".

Diversas vezes está exaltado nas páginas da revista uma dimensão que seria fundamental ao desenvolvimento: a pesquisa em tecnologia. Segundo o que se pôde perceber, os autores interpretavam a Amazônia como uma região muito específica, cujas particularidades haveriam de ser compreendidas. A partir dessa premissa, se advogou com enorme constância a necessidade de pesquisas de tecnologias próprias para as condições amazônicas, de exuberância florestal, grande quantidade de água e relevo plano. Essas pesquisas teriam que dar conta do desafio de "domar" a "floresta", o que significa tornar a Amazônia propícia para a reprodução de capital.

> Tudo isso sem perder de vista um **modelo de desenvolvimento florestal** que contemple o **manejo racional** e sustentado das áreas florestais, **compatibilizando ecologia com economicidade**. (INTERIOR, n. 28, Setembro/Outubro de 1979. p. 52. *Grifo Nosso*.)

Efetiva-se por esse raciocínio uma dualidade entre a "floresta" em seu estado bruto, e a "floresta" incorporada ao "desenvolvimento". Do primeiro lado estariam as formas de vida "tradicionais" dos povos amazônicos, do outro as formas capitalistas de aproveitamento da mata como "recurso"; de um lado estaria uma forma de submissão à "floresta", de outro, como seu oposto, estaria a forma "racional" de aproveitamento.

Essa oposição entre os povos "tradicionais" e a necessidade de ocupação efetiva é marcante no discurso referido. As páginas do grupo ministerial evidenciam uma lógica etnocêntrica que representa o homem amazônico (ribeirinho, seringueiro, índio, etc.) como um só grupo social marcado pelo "atraso". Esse homens se tornam também objetos da intervenção pública em nome do "desenvolvimento", conforme foi visto anteriormente sobre a questão indígena. Em matéria sobre a emergência de seringais organizados com base em "técnicas modernas" de gerenciamento, que irão substituir a

atividade dos seringueiros tradicionais; tal fato é posto como inevitável para o desenvolvimento nacional, já que estes exercem uma exploração "primitiva", incompatível com a economia de mercado e, por conseqüência, com o "desenvolvimento". O seringueiro tradicional é representado como uma "espécie em extinção":

> Há, entretanto, parte da população ameaçada pela expansão dos seringais de cultivo. É a formada pelo tradicional seringueiro, que sobrevive de explorar dia a dia árvores esparsas em terras que nunca serão suas. **Além de persistir numa atividade quase suicida, ameaçado pela própria natureza** (ataques de cobras, feras, insetos, intoxicação e cegueira provocadas pela fumaça empregada na defumação do látex), **o seringueiro não vai conseguir manter sua profissão por muito tempo, em razão da impossibilidade de os seringais nativos competirem com os de cultivo.** (INTERIOR, n. 22, Janeiro/Fevereiro de 1978. p. 16. *Grifo Nosso*.)

O "atraso" do homem e a imperiosidade do meio exigiriam esforços consideráveis da "Nação". Em nome da soberania e da segurança nacional o desenvolvimento deveria tomar conta apressadamente do espaço amazônico, e galgá-lo ao futuro. Um enunciado de uma matéria sobre Carajás bem ilustra isso:

> CARAJÁS
> **O salto para o futuro.**
> Homens e máquinas constroem, no meio da floresta, a esperança de uma nova fonte de divisas para o desenvolvimento do país. (INTERIOR, n. 48, Janeiro/Fevereiro de 1983. p. 30)

Eis o desafio, vencer a "selva", submeter a "floresta" aos desejos "nacionais" do "desenvolvimento". O projeto geopolítico balizado pelo binômio Desenvolvimento/Segurança Nacional está incumbido de promover a Amazônia a parte integrante efetivamente do país, consolidando a expressão e os auspícios do "Brasil-potência". A Zona Franca de Manaus é freqüentemente destacada como uma política bem sucedida nesse sentido:

> Hoje, daquele lugar **onde só havia selva** em 1967 e a produção se resumia à caça e ao extrativismo vegetal, estão saindo máquinas e equipamentos da **mais alta tecnologia industrial utilizada no mundo**. (INTERIOR, n. 64, Janeiro/Fevereiro de 1986. p. 41. *Grifo Nosso*.)

Mas essa não é a única expressão da Amazônia contida nas páginas da revista. Nessa questão, novamente, está presente de maneira visível a ambigüidade de

tratamento. Existe outro sentido dado à região nas matérias que interpretamos como pertencentes ao grupo corpo-editorial.

Apesar de não empregar a mesma energia que em relação ao Nordeste, este grupo também se mobiliza em torno de uma *representação* da Amazônia. A região é expressa como um mistério, como um ente ainda desconhecido em seus pormenores:

> a Amazônia, uma **imensa e misteriosa região** a respeito da qual a maioria dos brasileiros na sabia (sabe?) rigorosamente nada, exceto os dados elementares ensinados na escola primaria a respeito dos rios, florestas e doenças misteriosas contraídas pelos bandeirantes. (INTERIOR, n. 36, Janeiro/Fevereiro de 1981. p. 40. *Grifo Nosso*.)

Este grupo parece corroborar com a perspectiva da Amazônia enquanto uma região isolada. Todavia, esse isolamento assume outra significação. Diferentemente da concepção desenvolvimentista, que parte para a solução do "problema", esse grupo assume essa condição como causa de uma definição original, capaz de despertar muita curiosidade.

A região seria um *interior* tão distante e alheio da maioria dos brasileiros, que os atributos ainda não foram sequer desvendados, mas que existem grandes expectativas sobre. A exuberância é também uma característica definidora, mas definidora de uma área muito particular. A predominância da "natureza" compõe um cenário "selvagem" e dá um tom de "aventura" que se torna um atrativo turístico.

A grande marca dessa representação, poderia se dizer, é a referência a esse universo particular. A Amazônia seria um tipo único no mundo. Em matéria sobre Santarém-PA, assinada por Jeová Queiroz:

> Às margens de um rio azul que se perde nas águas barrentas do Amazonas, uma cidade quase sonolenta e sitiada **pelo progresso vive uma cultura de resistência forjada ao longo de séculos de convivência com a imposição de outras culturas ditas mais civilizadas**.
> Aberta ao sol, ao céu e ao rio, ela se entrega também, fascinada, às inovações trazidas pelos estrangeiros, com a tranqüilidade de quem adiquiriu com a sucessão de tantas invasões, ao longo da historia, a **certeza de que o novo logo fica velho e o que acaba mesmo prevalecendo é sua maneira de ser**. (INTERIOR, n. 58, Setembro/Outubro de 1984. p. 30. *Grifo Nosso*.)

A Amazônia seria um lugar tão único e especial que até mesmo as forças inequívocas da cultura de massas não são capazes de se impor sobre sua própria maneira

de ser. Forjada ao longo dos séculos, em uma relação direta com o meio, a região seria marcadamente original.

3.3 Centro-Oeste: a "região solução"

Das regiões mais trabalhadas nas páginas da revista, o Centro-Oeste é a que menos destaque recebe. Os temas Nordeste e Amazônia, de certa maneira, centralizam as pautas, pois eram tidos como as "grandes questões" daquele contexto. Todavia, o Centro-Oeste é também objeto de um tratamento específico.

Tal qual a Amazônia, essa região é tratada como um "vazio demográfico", porém, com delineamentos diferentes. O Centro-Oeste é *representado*, segundo o grupo ministerial, como uma área estratégica por estar próxima do Sudeste, região mais dinâmica da economia nacional, e simultaneamente colada à Amazônia, podendo servir de "porta de entrada" para esta região. A proximidade com o Sudeste lhe caracteriza como uma área de expansão dos capitais aí concentrados.

A grande proposta que está explicitada é a de expansão da fronteira agrícola, conforme anteriormente explicitado. O Centro-Oeste como tratamento do grupo ministerial é a própria expressão da fronteira agrícola. A região estaria configurada por condições altamente favoráveis para a implementação de um modelo agrícola pautado em elevado nível de mecanização e tecnologia.

As condições do meio físico do Centro-Oeste seriam a sua grande vantagem, e caracterizaria uma "vocação natural" da região. O relevo plano se revela propício para a mecanização da produção agrícola e favorável para a pecuária. Somado a essa condição prévia, ocorreu um investimento maciço de capital, dinamizando a região. Os incrementos tecnológicos de insumos e técnicas agrícolas transformam o cerrado, até então considerado pobre e inapto para a agropecuária, em uma área de grande produtividade.

> Nas últimas décadas, a Região Centro-Oeste, caracterizada como uma **área de fronteira agrícola por excelência**, experimentou um processo de ocupação em ritmo acelerado. A expansão da agricultura e pecuária, no entanto, nem sempre se deu de maneira ordenada, em função principalmente da **necessidade de se povoar a região e mesmo de servir como alternativa para o esgotamento das terras de outras regiões, como a Sul-Sudeste.**

> Esta etapa hoje é considerada superada – o incremento demográfico da região situou-se em torno de 5% ao ano nas últimas duas décadas – e apesar de eventuais problemas ocorridos na exploração dos recursos econômicos regionais, **o Centro-Oeste continua sendo a região solução para as dificuldades nacionais**. (INTERIOR, n. 69, Setembro de 1989. p. 12. *Grifo Nosso*.)

Nesse novo contexto socioeconômico, o Centro-Oeste deixa de ser um *interior* problemático para ser a "região solução". O Centro-Oeste se configura para esse grupo como a idealização daquilo que se espera do *interior*. Anteriormente "vazio" e improdutivo, a inserção de grande quantidade de capital transformou a realidade da região. De um *interior* atrasado passou a uma área "desenvolvida"; é de fato o que se esperaria de todo o vasto *interior* brasileiro.

Quanto ao grupo corpo-editorial, pouco se tem a falar sobre essa região, a não ser o que já foi trabalhado em relação ao artesanato e a cultura indígena. O Centro-Oeste, longe do avanço desenvolvimentista, é *representado* pelo corpo-editorial através de grupos sociais, lugares, acontecimentos como a feira de artesanato indígena (MOITARÁ), personalidades culturais, como a poetisa Cora Coralina, entre outros. De toda forma, não se pode interpretar uma *representação* regional propriamente dita.

****

Antes de encerrar este capítulo se faz relevante uma retomada da ambigüidade definida. Encontrou-se em Euclides da Cunha (2007) um tratamento ambíguo do *sertão* que teria se edificado no pensamento social brasileiro. O que se procurou demonstrar aqui é que esta ambigüidade ressoa na revista INTERIOR. Essa ambigüidade seria protagonizada por dois grupos distintos que se organizam no seio da revista. São estes grupos que, de acordo com suas respectivas propostas editoriais, dinamizam o nosso objeto.

A semelhança que ambos os tratamentos tem com Euclides da Cunha é nítida. Aquela ambigüidade de tratamento referida a este autor é notável aqui através do tratamento dos dois grupos. A ambigüidade com que Euclides contemplou o *sertão* é a mesma ambigüidade com que a revista INTERIOR, através de seus agentes protagonistas, tratou o seu *interior*. Os dois extremos dessa ambigüidade são: i) um

interior atrasado, a ser modernizado; e, por outro lado, ii) interior como autenticidade, morada mais autêntica da cultura nacional.

A revista INTERIOR se mobiliza em parte, através do grupo ministerial, a sustentar uma *representação* do *interior* como a esfera subdesenvolvida do país, a parcela responsável pelo "atraso". No *interior*, que é traduzido principalmente pelas regiões, é que prevalecem formas de vida não modernas que são os entraves para o "desenvolvimento nacional" e devem ser superadas, supridas pela inserção dessas regiões na economia de mercado. Aqui, capitalização da economia é o significado do "desenvolvimento" e o elemento central do projeto político para o *interior*.

O corpo-editorial protagoniza o outro extremo da ambigüidade. Este grupo difunde uma *representação* do *interior* como o que há de mais autêntico na cultura nacional. Aqui, para além das regiões, as pessoas e os lugares são os temas principais. As manifestações interessantes e ricas do folclore, das tradições, dos encantamentos que o cotidiano interiorano oferece são as características de culturas originais, pois foram forjadas no "lugar", alheias ou resistentes à esmagadora cultura de massas que tornam homogêneos o espaço.

Daqui defronta-se um ponto em comum. Ambas as perspectivas conjugam do interesse de falar de um "Brasil distante"; ou seja, os interesses estão de acordo em tratar da parcela do país onde impera a "escassez", o "atraso", onde a cultura "moderna" não reside, ou seja, de falar sobre o *interior*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis então. A apreciação que até aqui se desdobrou sugere algumas considerações finais, sem, entretanto, nenhuma pretensão de encerrar a questão. As páginas anteriores resultam de um esforço analítico de compreensão do objeto assumido, a revista INTERIOR, enquanto uma instituição específica de (re)produção de um determinado entendimento, uma *representação* sobre o *interior* brasileiro.

A interpretação foi baseada em um recurso metodológico fundamental: a distinção de duas dimensões em separado, que se optou por se chamar de *forma* e *conteúdo*. Esse entendimento foi bastante revelador. Através desse recurso pôde se compreender o objeto simultaneamente enquanto uma estrutura e uma portadora de uma determinada forma de tratamento. Essas duas dimensões são inseparáveis na existência objetiva do fenômeno; não é possível se imaginar sua estrutura senão conciliada com o seu propósito, com o conteúdo que ali está explicitado; não é possível se pensar uma forma de tratamento senão vinculada com a materialidade do sujeito que interpreta.

Mesmo diante dessa inseparabilidade, concebeu-se que essas duas dimensões, indissociáveis no plano empírico, poderiam ser separadas no plano teórico em função de uma **relativa** autonomia. As suas dimensões foram pensadas aqui como fragmentações da totalidade representada pela revista e o seu discurso. Fragmentações que possuem uma dinâmica particularmente relacionada ao todo. O que quero dizer é que apesar de mutuamente dependentes, a *forma* e *conteúdo* apresentaram lógicas próprias. Pensada enquanto um instrumento, um veículo propagador de capitais simbólicos emanados de um grupo social específico, a revista INTERIOR tem certos atributos específicos de inserção no mundo social, que são orientados pela sua função, seus sentidos trabalhados no capítulo dois. Já, por outro anglo, pensada enquanto uma abordagem de conteúdos particulares, referenciados em modelos teóricos de apreciação, a revista tem outra forma de inserção neste mesmo mundo. *Forma* e *conteúdo*, estrutura objetiva e estrutura discursiva; eis os elementos conjugados para entendimento de nosso objeto.

Com relação à sua dimensão formal, o que se observou foi que a revista INTERIOR é o produto da dinâmica constituída entre dois grupos mais ou menos opostos que imprimiram uma "forma de ser" a revista enquadrada em seu contexto. Desses grupos, o que foi chamado aqui de *ministerial* deteve o controle da revista

enquanto instrumento político. Mesmo que por momentos, ou em questões específicas seu grupo oposto gozou de relativa liberdade, é evidente que a hierarquia institucional de vinculação ao MINTER, cujos representantes era o próprio grupo *ministerial*, foi marcante da definição da "cara" da revista. Pautado nessa constatação, pode-se afirmar que, enquanto instrumento simbólico, INTERIOR foi efetivamente mobilizada em torno do projeto político governamental do desenvolvimentismo. Ela cumpriu uma função "didática", de "ensinar" compatível com o ideal hegemônico de sensibilizar a todos – ou conscientizar, de acordo com os dizeres mais usuais – da importância fundamental do desenvolvimento.

Mas a consideração dos esforços do *corpo-editorial* enquanto agentes capazes de inserir uma funcionalidade da revista compatível com seus próprios projetos políticos não pode ser ignorada. Este grupo se fez perceber com muita força e expressão, justificando uma advertência de que, apesar do sentido hegemônico, há também na revista outro sentido paralelo, coadunado com um interesse pelo "povo brasileiro" e sua riqueza cultural.

Não se pode dizer que se tratou exatamente de uma disputa propriamente dita entre esses grupos. Na maioria das vezes, o que se deu, segundo o que se interpretou, foi mais um pacto entre as duas partes; o grupo *corpo-editorial* esteve ciente da subordinação hierárquica, e não tencionou efetivamente ela, já o *ministerial* reconhecia a necessidade do outro grupo, que tornava a revista mais interessante aos leitores e, por conseqüência, mais efetiva enquanto instrumento simbólico.

A vitalidade com que a revista se manteve por longo período indica a sua extrema relevância para a consagração de formas de tratamento, poder de classificação e *representação* do mundo social.

Como se viu, o *interior* enquanto categoria explicativa do próprio Brasil centralizou essa *representação*. Versando sobre vários temas distintos, praticamente todos eles tinham em comum uma referência em uma idéia de *interior*, ou seja, de um Brasil "distante", profundo. Aqui também os grupos mobilizaram referenciais interpretativos distintos. O grupo ministerial operacionalizou formas consagradas de caracterização desse *interior* como lugares atrasados incompatíveis com o projeto de desenvolvimento nacional; já o *corpo-editorial* busca um referencial tão consagrado

quanto para representar esse *interior* como aquilo de mais autêntico que existia em termos de cultura nacional.

Percebe-se ainda que, apesar de não termos meios suficientes para traçar uma trajetória concreta, que ambos os referenciais encontram sua base em Euclides da Cunha, autor clássico do pensamento social brasileiro, consagrado inclusive com honrarias institucionais, cujas idéias tiveram repercussão de alcance indiscutível.

Todo esse trabalho se fundamenta em um projeto maior e coletivo, que é o de somar esforços para se consolidar uma história do pensamento geográfico brasileiro de uma forma contundente com a complexidade que tal empreitada exige. O primeiro desafio colocado é a própria definição do que se está buscando; o que define um *pensamento geográfico* para que se possa interpretar sua história?

O pensamento geográfico seria o universo de conhecimentos, institucionalizados ou não, acerca do território, da região, do lugar, enfim, todas as dimensões e categorizações do espaço em toda e qualquer circunstância social. Moraes (2005a, 1985) chamou de *pensamento geográfico* o universo de pensamento pertinente ao temário geográfico:

> - As explanações sobre a relação entre a sociedade e a natureza e a sociedade e o espaço, em diferentes escalas, constituem um primeiro exemplo [...]
> - Os discursos acerca da mobilidade populacional no espaço, os assentamentos e as migrações, podem definir uma outra classe de temas. A temática da relação cidade-campo e da urbanização teriam relevo nesse tópico [...]
> - As obras de descrição de áreas também participam do campo de interesse. A formação das identidades locais e regionais pode ser bem rastreada nessa temática [...]
> - E, 'last but not least', os escritos que diretamente tematizam o território, sua organização, sua gestão, sua transformação, suas contradições. (MORAES, 2005a. p.34)

Através da introdução desse conceito, a história da geografia ganhou novos contornos. Até então a década de 1930 era atribuída como o nascimento da geografia brasileira, através da criação de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), e da criação dos cursos superiores de geografia na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Brasil (hoje UFRJ).

Apesar dessa contribuição, essa noção de pensamento geográfico não pode ser considerada como consensual. Escolar (1996), geógrafo argentino, discorda dessa definição. Segundo ele, pensamento geográfico, conforme foi desenvolvido por Moraes, pecaria em razão de seu pressuposto básico: a "consciência espacial". Para Escolar o "geográfico" não se define por uma consciência, pois tal raciocínio leva a crer que o espaço geográfico existe enquanto realidade dada, o que seria um "essencialismo" incompatível com uma conceituação mais coerente de uma disciplina. Seria algo como se o espaço geográfico estivesse ali em sua forma e conteúdo, disponível para a consciência compreendê-lo.

Escolar, ao contrário, enfatiza que a definição ontológica e epistemológica de um campo disciplinar passa necessariamente pela sua apreciação histórica. A geografia, neste caso, seria resultado de uma formação discursiva que define um objeto e sua forma de tratamento através de um processo social.

Outra contribuição que problematiza essa idéia de pensamento geográfico é a de Sousa Neto (2001). Segundo este autor tal noção representou um avanço considerável para os estudos de história da geografia, pois resgatou para o universo de debates um período até então negado. Entretanto, ele reforçaria uma concepção de que existe um período científico e outro pré-científico da geografia:

> Nesse movimento, de somente ver história da ciência [geográfica] da década de 1930 para cá, é que o período anterior foi repetidamente tratado como pré-científico e, neste caso, para fugir à tentação de fazer uma história da Geografia tida como inexistente, passou a se fazer uma história do pensamento geográfico (SOUSA NETO, 2001. p.120)

Essas considerações apontam para uma dificuldade latente em se definir o que seria o *pensamento geográfico*; aí estão delineadas questões epistemológicas complexas que estão longe de serem superadas. Tão pouco se pretende aqui fazê-lo. Por isso, apesar das divergências, avancemos nas questões relativas a essa história do pensamento geográfico brasileiro.

Esse tratamento do "geográfico" para além da institucionalidade trouxe consigo significativas contribuições. Uma das mais importantes está inserida no campo da política em seu sentido restrito, limitado ao Estado. Diversos argumentos freqüentemente mobilizados no debate político para legitimar ou deslegitimar projetos

passam pela região, território, lugar, etc., assumindo muitas vezes esses conceitos e categorias como centrais. Uma contribuição fundamental nesse sentido é a de Moraes (2005a, 2005b). Investigando o que ele conceituou como *Ideologias Geográficas*, este autor se lança à compreensão desses fenômenos discursivos como recursos políticos de grande eficácia na formação territorial brasileira (MORAES 2005b).

Diante da posição estratégica que significa ser hegemônico em relação à "consciência espacial" dentro dos conflitos sociais, os mais diversos agentes desses conflitos se organizam de diferentes formas (menos ou mais eficazes, de acordo com as possibilidades técnicas e políticas) em torno dessa disputa. Criam-se então discursos "orgânicos" veiculados por uma camada social organizada para se universalizar a consciência espacial a qual lhe apeteça. Quando esse fenômeno parte de uma entidade política definida, estaria caracterizada a ideologia geográfica.

> Assim, aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva, deverão ser priorizados. Tendo, todavia, o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos atinentes ao universo da cultura. A estes discursos mais 'orgânicos' (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de *ideologias geográficas*. (MORAES, 2005a. p.35)

Muito se tem avançado nessa perspectiva de compreensão do discurso geográfico envolto em seus contextos políticos e sociais. A necessidade de sua compreensão é latente e dispensa maiores elucidações. Escolar (*op. cit.*) traz à tona a urgência da análise do discurso geográfico como produtor de realidades sócio-espaciais, seja nas configurações espaciais concretas (hidrelétricas, reservas ambientais, etc.), como em configurações imateriais (limites territoriais, regionais, etc.). Segundo ele, essa demanda se intensifica em função da fragilidade na formação disciplinar da geografia, muito presa aos fenômenos empíricos e pouco atenta às reflexões teóricas. Estaria a geografia vazia de um fundamento teórico próprio, e, por conseqüência, com um discurso frouxo, pouco explicativo da realidade social, que abre margem para a propagação de justificativas ideológicas:

> O que nos deixa como saldo o objeto 'geografia' enquanto produtor direto ou indireto de justificações ideológicas sobre o territorial, políticas de planificação, ontologização de divisões administrativas convencionais, naturalização de diferenças históricas localizadas (ESCOLAR, 1996. p. 13)

Em outra passagem, nessa mesma obra, o autor, debruçado sobre a "representação patriótica", elenca o território como elemento central desta. Segundo ele, os Estados-

Nacionais são construções simbólicas a partir de marcos históricos que, através de um discurso ordenado, os identificam por meio de referências a limites espaciais. Essas construções simbólicas se revestem de parâmetros científicos (para se legitimar enquanto critério da verdade) que alegam uma formação territorial, uma formação geográfica enquanto discurso e prática. Os limites territoriais, o próprio território se enquadra então como elemento discursivo de sustentação da nacionalidade, que, por sua vez, se converte em parâmetro objetivo condicionante das relações sociais. O apelo geográfico dessa noção é explícita:

> Natureza e espaço têm, nesse sentido, um mesmo papel, o de ser os fundamentos necessários de todas ideologias geográficas, as quais se encontram indissoluvelmente ligadas a uma noção essencial de pátria, e com isso a uma concepção não antagônica das diferenças de classe na sociedade. (Idem, Ibid. p.141)

Ana Daou (2008) aborda a questão do nacionalismo do Estado-Novo no Brasil. Ela enfrenta a questão a partir da série "Tipos e Aspectos do Brasil", inicialmente publicada na Revista Brasileira de Geografia (RBG), que, por sua vez, era uma publicação realizada pelo recém criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a autora, o IBGE tinha por finalidade conhecer e difundir o conhecimento sobre o país. A RBG era uma das estratégias de difusão do Instituto. A série "Tipos e Aspectos" tinha por conteúdo ilustrações de Percy Lau acompanhadas de legendas escritas pelo próprio corpo técnico do IBGE. A proposta era a de se difundir imagens que representassem as pessoas e os meios físicos regionais brasileiros, de tal forma que se criasse uma idéia de reconhecimento mútuo, preconizando uma unidade (a unidade nacional) na diversidade. Esse reconhecimento seria protagonizado por dois elementos: o vínculo à terra, ao "solo pátrio", e a imagem do trabalho como regulador desse tipos em seus respectivos meios.

Essa série, posteriormente publicada em várias edições na forma de livro, teria obtido bastante circulação em função do poderio e da estrutura do IBGE que possibilitou tal fato. Obteve também grande aceitação na opinião pública em função da própria circulação, do sucesso da proposta da identificação regional/nacional, e do prestígio que já gozava Percy Lau como ilustrador.

Temos então que Daou desenvolveu uma análise iconográfica das representações sociais contidas nas ilustrações de Percy Lau a partir de seu conteúdo, seu contexto

social, suas possibilidades de circulação, e sua repercussão na formação da opinião pública.

Essas contribuições apontam para uma sofisticação analítica em relação à história do pensamento geográfico no Brasil. O "pensamento" passa a ter "corpo"; agentes definidos que o protagonizam e meios de circulação cuidadosamente apurados. Percebe-se um movimento, mais ou menos recente, de estudos nessa área que tem discriminado temas específicos com instituições, personalidades do pensamento social brasileiro, geografia escolar, as questões epistemológicas, entre outros. Esse discernimento produziu resultados fecundos. Nestas poucas páginas que restam, pretendo discutir um pouco a questão das instituições. A geografia brasileira tem descoberto o papel relevante que estes entes têm na produção e propagação de saberes geográficos, principalmente em relação às sociedades geográficas[22].

Considero a revista INTERIOR como uma instituição do pensamento geográfico. Assim a concebo porque se trata de uma entidade organizada e estruturada fundamentalmente em razão da promoção de conhecimentos sobre o território. Posto desta forma, considero que a experiência interpretativa efetuada nos capítulos anteriores pode trazer algumas contribuições mais amplas para a análise de instituições similares.

O estudo de entidades concretas, associações de indivíduos mobilizados para protagonizar interpretações sobre a realidade social e, mais especificamente, sobre o território, só tem a perder se prescindir da análise das associações em si. Toda forma associativa tem um sentido (ou sentidos) que a justificam. Estes sentidos se definem na dinâmica da instituição, na estrutura de tomada de decisões, na organização efetiva dos indivíduos.

As instituições, aparentemente coesas, podem guardar em si fraturas reveladoras de aspectos fundamentais para a sua interpretação. Essas fraturas, como foi o caso do objeto presente, podem evidenciar sentidos diferentes e grupos diferentes, rivais ou não. A eficácia de seu discurso se revela também, além da sua coerência, nos meios em que a instituição em questão opera; quais são os agentes dinamizadores, quais as capitais simbólicos investidos, qual a quantidade de energia canalizada na entidade, etc.

[22] Em relação às sociedades geográficas ver, por exemplo, o trabalho de Pereira (2005) sobre a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro.

Questões dessa natureza revelam um "pensamento" que é também uma prática, uma prática discursiva. A análise dos *modos operandi* das instituições são tão reveladores para a história do conhecimento geográfico quanto os conceitos, os métodos, os modelos interpretativos (questões já consagradas nos trabalhos que se dedicam ao tema). Compreender o funcionamento dessas entidades significa compreender as estratégias discursivas, o jogo político do conhecimento, ou, o saber "na prática".

Acredito com este trabalho contribuir para o aprofundamento da compreensão do pensamento geográfico enquanto um fenômeno social, uma formação discursiva que guarda estratégias políticas claras. Divergindo daqueles que concebem uma dinâmica interna e autônoma do conhecimento, me posiciono aqui conjuntamente àqueles concentrados em compreendê-lo como um fenômeno social. Apesar de parecer óbvia, a afirmação incita posições contrárias.

Analisar contundentemente o pensamento geográfico e seus desdobramentos significa combater poderes simbólicos concretizados, que, por sua vez, significa enfrentar estruturas de poder e ações políticas legitimadas muitas vezes por essa dominação simbólica. À essa finalidade eu somo a minha singela contribuição.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

REVISTA INTERIOR. Brasília: Ministério do Interior. Ano I, n. 1, dezembro de 1974. Bimestral

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano I, n. 2, fevereiro de 1975. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano I, n. 3, abril de 1975. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano I, n. 4, junho de 1975. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano I, n. 5, agosto de 1975. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano I, n. 6, outubro de 1975. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano I, n. 7, dezembro de 1975. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano II, n. 8, fevereiro de 1976. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano II, n. 9, março-abril de 1976. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano II, n. 10, maio de 1976. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano II, n. 11, maio-junho de 1976. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano II, n. 12, julho-agosto de 1976. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano II, n. 13, setembro-outubro de 1976. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano III, n. 14, novembro-dezembro de 1976. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano III, n. 15, janeiro-fevereiro de 1977. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano III, n. 16, março-abril de 1977. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano III, n. 17, maio-junho de 1977. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano III, n. 18, julho-agosto de 1977. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano III, n. 19, setembro-outubro de 1977. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano III, n. 20, novembro de 1977. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano III, n. 21, novembro-dezembro de 1977. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IV, n. 22, janeiro-fevereiro de 1978. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IV, n. 23, março-abril de 1978. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IV, n. 24, maio-junho de 1978. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IV, n. 25, julho-agosto de 1978. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IV, n. 26, setembro-outubro de 1978. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano V, n. 27, novembro-dezembro de 1978. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IV, n. 28, setembro-outubro de 1979. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano V, n. 29, novembro-dezembro de 1979. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VI, n. 30, janeiro-fevereiro de 1980. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VI, n. 31, março-abril de 1980. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VI, n. 32, maio-junho de 1980. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VI, n. 33, julho-agosto de 1980. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VI, n. 34, setembro-outubro de 1980. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VII, n. 35, novembro-dezembro de 1980. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VII, n. 36, janeiro-fevereiro de 1981. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VII, n. 37, março-abril de 1981. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VII, n. 38, maio-junho de 1981. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VII, n. 39, julho-agosto de 1981. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VII, n. 40, setembro-outubro de 1981. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VIII, n. 41, novembro-dezembro de 1981. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VIII, n. 42, janeiro-fevereiro de 1982. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VIII, n. 43, março-abril de 1982. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VIII, n. 44, maio-junho de 1982. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VIII, n. 45, julho-agosto de 1982. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano VIII, n. 46, setembro-outubro de 1982. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IX, n. 47, novembro-dezembro de 1982. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IX, n. 48, janeiro-fevereiro de 1983. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IX, n. 49, março-abril de 1983. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IX, n. 50, maio-junho de 1983. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IX, n. 51, julho-agosto de 1983. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano IX, n. 52, setembro-outubro de 1983. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano X, n. 53, novembro-dezembro de 1983. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano X, n. 54, janeiro-fevereiro de 1984. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano X, n. 55, março-abril de 1984. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano X, n. 56, maio-junho de 1984. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano X, n. 57, julho-agosto de 1984. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano X, n. 58, setembro-outubro de 1984. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XI, n. 59, novembro-dezembro de 1984. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XI, n. 60, janeiro-fevereiro de 1985. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XI, n. 61-62, março-junho de 1985. Bimestral

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XI, n. 63, julho-dezembro de 1985.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XII, n. 64, janeiro-fevereiro de 1986. Bimestral.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XII, n. 65, março-junho de 1986.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XIII, n. 66, abril de 1987.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XV, n. 68, abril de 1989.

_____. Brasília: Ministério do Interior. Ano XV, n. 69, setembro de 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de. *Revolta e Conciliação*: um estudo da trajetória intelectual de Jorge Amado. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.

_____. As bibliotecas marxistas e as escolas de partido. In: *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro. n.9, junho de 1983. pp. 35-46.

_____. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.

_____. *A ideologia da decadência*: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008b.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

ANDERSON, B. R. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ANDRADE, M. C. de. *As alternativas do Nordeste*. Recife: Universitária, 1983.

BARBOSA E SILVA, L. *A reforma administrativa de 1967*. No prelo. s/d.

BARTH, F. The complexity of civilization. In: BARTH, F. *Balinese Worlds*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. pp. 337-354.

BENSA, A. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, J.(org). *Jogo de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1996. pp 39-76

BECKER, B. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília; Rio de Janeiro: Ed. Universidade de Brasília; Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BOMFIM, P. R. de A. Uma superfície política para o 'Leviatã benevolente'. *Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, n. 4-5, 2002-2003.

_____. *A ostentação estatística* (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64). Tese de doutorado em Geografia humana. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. *Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967*. Disponível em: <http://www.lex.com.br/coletanea/default.aspx>. Acesso em 28/06/2007.

_____. *Decreto nº 66.882 de 16 de julho de 1970*. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=197266>. Acesso em 24/03/2009.

_____. *Informações Históricas*. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/>. Acesso em 20/06/2008.

_____. *IBAMA: Histórico*. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/institucional/historico/. Acesso em 10/12/2009.

CASTRO, C. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CASTRO, I. E. de. *O mito da necessidade*: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CUNHA, E. da. *Os Sertões*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DAOU, A. M. Tipos e aspectos do Brasil: Imagens e Imagem do Brasil. In: ROSENDHAL, Z. ; CORRÊA, R. L. (orgs). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. pp. 135-162.

ESCOLAR, M. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERREIRA, S. M. P. Planejamento e políticas públicas na Amazônia: as experiências da SUDAM e SUFRAMA. In: KON, A.(org) *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999. (série debates)

GUIMARÃES NETO, L. O Planejamento regional no Nordeste: notas para uma avaliação. In: KON, A.(org) *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Perspectiva, 1999. (série debates)

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade*: a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

IORIO, G. S. *Ideologias Geográficas sob Regime Militar no Brasil: O Ministério do Interior (1974-1980)*. Monografia. Departamento de Artes e Humanidades, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2007.

LAFER, C. *O sistema político brasileiro*: Estrutura e processo. São Paulo: Perspectiva, 1975. (Série debates)

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: Conceitos e temas*. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MAHAR, D. J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MAIA, J. M. E. *A terra como invenção*: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. *INTERIOR: Índice*. Brasília: Ministério do Interior (CEDOC), 1985.

MORAES, A. C. R. de. *Ideologias Geográficas*. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. *Território e História no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005b.

_____. Sertão: um outro geográfico. *Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, n. 4-5, 2002-2003.

_____. Epistemologia e Geografia. *Revista Orientação*, São Paulo, v.6, p.75-79, 1985.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO. 2ª Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1986.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

PEREIRA, S. N. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista da SBHC*, v.3, n.2, jul/dez de 2005. pp. 112-124.

QUEIROZ, J. F. de. *Um estudo sobre a comunicação social no serviço público brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 1977.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SOUZA LIMA, A.C. Traditions of Knowledge in colonial Management of inequality: Reflections on an Indigenist Administration Perspective in Brazil. In: *World Anthropologies Journal*, 3;2008. pp. 7-32.

_____. Tradições de conhecimento na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração colonial indigenista no Brasil. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. (org) *Trânsitos Coloniais*: Diálogos críticos Luso-Brasileiros. Lisboa/Pt: Impressa de Ciências Sociais, 2002.

SOUSA NETO, M. F. de. Geografia nos trópicos: história dos náufragos de uma jangada de pedras?. *Terra Livre*. São Paulo, n.17, 2º semestre de 2001. pp. 119-138.

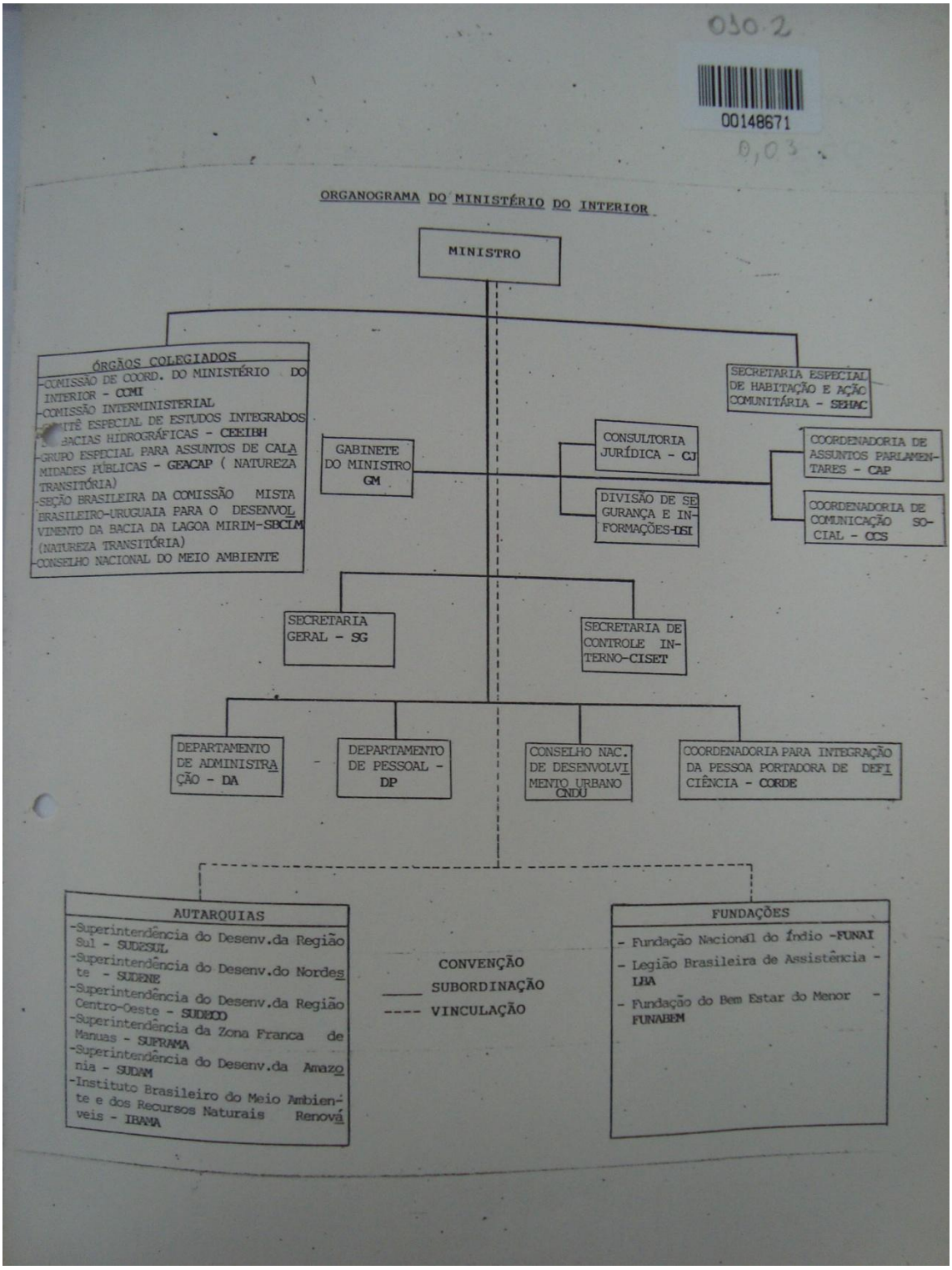
TORRES, S. M. A experiência do MINTER no controle e preservação de suas publicações oficiais. *Revista de Biblioteconomia*. Brasília, n. 17, v. 2, Julho/Dezembro de 1989. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/RBB/article/viewFile/478/457>>. Acesso 13/02/2010.

VLACH, V. R. F. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. In: *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, anos III-IV, nº 4-5, 2002-2003

WEBER, M. *Economia y sociedad*. México D.F: Fondo de cultura económica, 1974.

ANEXOS

Anexo 1: Organograma do MINTER



Anexo 2: ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Entrevistada: Valéria de Velasco e Pontes, Jornalista, editora-chefe da revista INTERIOR das Ed. nº 2 à 67, e nº 70 (compartilhando com Waldemir Aragão de Paiva). Trata-se de uma revista bimestral produzida pela Coordenadoria de Comunicação Social do Ministério do Interior. Seu número inaugural foi editado em dezembro de 1974 e, ao que consta, seu último número data de fevereiro de 1990, com a edição de número 71.

1. **Questões sobre o funcionamento da revista**

Como chegou à revista INTERIOR e ao cargo de editora-chefe?

Quais eram os objetivos da revista, qual a finalidade de sua publicação, sua razão de ser?

Que circunstâncias a revista deixou de ser publicada?

Havia alguma linha editorial? Qual era? Foco principal, eixo central, tema geral, etc.

Quem definia os temas e o que seria escrito? Havia alguma subordinação ao Ministério nesse tipo de decisão, ou o editorial da revista tinha autonomia?

Quem escrevia as reportagens?

Existiam divergências marcantes, grupos divergentes, dentro dos que faziam a revista?

A Srª consegue visualizar períodos diferenciados, momentos diversos no percurso da revista? (maior ou menor abrangência, maior ou menor tiragem – a Ed. 5 teve uma tiragem de 45 mil, a Ed 1 de 20 mil, etc.).

2. **Questões sobre a influência da revista na opinião pública**

Para onde os exemplares eram distribuídos? Que público buscava atingir?

É possível se identificar um público mais assíduo, leitores mais cativos?

Como a Srª interpreta a inserção da revista na opinião pública de forma geral?

Os artigos publicados na revista eram publicados em outros periódicos e/ou jornais?

3. **Questões sobre a relação entre INTERIOR / MINTER / e Regime militar**

Qual o vínculo institucional da revista com o MINTER?

Existia algum tipo de tensão/divergência entre a direção da revista e a direção do ministério?

Existia algum tipo de restrição sobre quais assuntos e como eles deveriam ser tratados?

Anexo 3: SISTEMATIZAÇÃO REVISTA INTERIOR

Edição: Ano I/ Número I/ Dezembro de 1974. 35p.

Tiragem: 20.000 exemplares

Do que trata? Em maioria trata de pautas relacionadas diretamente ao desenvolvimento: Banco do Nordeste, Desenvolvimento urbano, Codevasf e Polonordeste. Trata também da SEMA, Rondon, FUNAI, enchentes e uma seção de repasses.

Como trata? Basicamente é uma apresentação de alguns órgãos vinculados ao MINTER. Logo no editorial é explicitado o sentido da revista em contribuir com o desenvolvimento nacional através da acentuação da "tônica de brasilidade" e conscientização, conhecimento do Brasil. O tom patriótico é explícito. Tem um bom texto para citação. Durante as demais matérias fica evidente a idéia de desenvolvimento como ponto em comum, inclusive na matéria sobre a SEMA. Fica clara também a perspectiva de "levar o desenvolvimento" para as profundezas do Brasil, o que está bastante compatível com a idéia de *imaginário do sertão*; essa é inclusive uma idéia bastante recorrente. É também evidente o estabelecimento da iniciativa privada (o empresariado) como o grande parceiro.

Edição: Ano I/Número 2/fevereiro de 1975. 35p.

Tiragem: 20.000 exemplares

Do que trata? A pauta privilegiada dessa edição parece ser a reportagem de capa, e que ocupa nove páginas, sobre a SUDENE, na qual são exaltados os bons resultados no programa na superação do atraso nordestino em relação ao restante do país. (tem uma citação legal na página 5). Tem também uma matéria assinada pelo ministro Rangel Reis, na qual ele apresenta as ações do MINTER, por regiões e por setores. Tem uma entrevista com o presidente do BNH, uma matéria sobre o projeto Rondon, Polocentro, projeto de irrigação no Rio Grande do Sul, Banco da Amazônia e atualidades.

Como trata? O tom geral da revista me parece ser o do avanço sobre as questões de desigualdades sociais. Entretanto, de forma contraditória, a idéia de crescimento econômico vinculado às grandes empresas e à acumulação de capital é sempre reforçada. Na entrevista com o presidente do BNH tem uma passagem interessante em que ele diz que no novo governo não vai mais se esperar o bolo crescer para ser repartido (p.22). Na matéria sobre o Banco da Amazônia, também é destacada a idéia

de distribuição de renda, e na linha seguinte é apontada a necessidade de acumulação de capital para o crescimento econômico. No meio dessa matéria, se fala de projetos agropecuários de incentivos aos investimentos da iniciativa privada. Parece-me que tentou se colocar tudo em um mesmo bojo: as valiosas transformações propiciadas pelo Rondon e a necessidade de crescimento econômico, como se um fosse o prolongamento do outro.

Edição: Ano I/n. 3/abril de 1975. 35p.
Tiragem: 20.000 exemplares
Do que trata? Trata basicamente da fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro. As matérias apresentam as vantagens e os desafios da fusão. Tem o editorial assinado por Orlando Albuquerque, tem um artigo do gov. do Estado do RJ, Floriano Peixoto Faria Lima, um artigo assinado pelo min. Rangel Reis e um artigo assinado pelo secretário da SEMA, Paulo Nogueira Neto.
Como trata? O grande centro é colocado como problema, ambiental e econômico. A edição como um todo tenta traduzir uma "vocação comunitária" da fusão. Isso fica evidente principalmente no editorial e na matéria intitulada "a comunhão do homem e da natureza", onde a idéia apresentada se assemelha muito à noção de gênero de vida.

Edição: Ano I/n.4/junho de 1975. 35p.
Tiragem: 20.000 exemplares
Do que trata? A reportagem de capa é sobre a Zona Franca de Manaus, assim como a primeira reportagem. São tratados também um acordo binacional entre Brasil e Uruguai para a construção de uma Hidrelétrica, um programa da SUDENE para o combate às secas do Nordeste, uma matéria sobre a atuação do Projeto Rondon no Amapá, um quadro de atualidades, o trabalho do BNB na área de desenvolvimento tecnológico, uma seção sobre o II PND, que aborda o PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), e uma matéria sobre o desenvolvimento do Baixo São Francisco.
Como trata? Chama atenção a primeira matéria sobre a Zona Franca. A tonalidade da matéria, cheia de dados otimistas, é claramente voltada para atrair os investidores, por vezes até parece uma matéria diretamente destinada a esse público. Na matéria sobre o Baixo São Francisco, pela primeira vez até então, a concentração fundiária é tocada, e ainda é tratada como um entrave, um dos fatores do "atraso secular" da região. Na matéria sobre o Rondon, novamente é ressaltado o seu papel como promotor do

desenvolvimento. Há também uma matéria, diretamente vinculada à SEMA, que trata do fenômeno da poluição e das questões ambientais como um problema, e é vinculado diretamente ao avanço industrial. Entretanto fica claro que o desenvolvimento não poderia ser prejudicado pelas questões ambientais.

Edição: Ano I/n.5/Agosto de 1975. 35p.

Tiragem: 40.000

Do que trata? A matéria de capa é sobre Meio ambiente, mais especificamente as áreas de preservação que a SEMA estava a executar. Tem um texto sobre o BNH; outro sobre as enchentes no Nordeste; outro sobre a atuação governamental em prol da recuperação de Voçorocas no noroeste do Paraná. Tem um texto sobre migrações internas, ressaltando os programas de desenvolvimento do governo como principal fator de equilíbrio regional, ao atrair os movimentos migratórios; uma matéria sobre a formação de mão de obra especializada na Amazônia, através da SUDAM; matéria sobre a atuação do BNB e do BASA para o fortalecimento das exportações no Nordeste e na Amazônia; e uma breve matéria a respeito dos esforços da FUNAI em estabelecer um diálogo com os índios.

Como trata? Cabe ressaltar o destaque dado a questão ambiental, sendo matéria principal abordando essa temática através da SEMA. Cabe destaque também o conteúdo sobre as migrações internas, é apontado um desequilíbrio regional medido pelos níveis de desenvolvimento das regiões, sendo apontadas algumas "áreas vazias". É interessante também a tônica do desenvolvimento muito apegada ao crescimento econômico que se demonstra na matéria sobre a formação de mão de obra qualificada na Amazônia. Na matéria sobre o BNB e o BASA fica muito claro qual a perspectiva desse desenvolvimento: favorecimento ao empresariado. Ressalta-se também uma "vocação natural" para exportações da Amazônia.

Edição: Ano I/n.6/ Outubro de 1975. 47p.

Tiragem: 45.000

Do que trata? Tem uma matéria sobre o Pantanal e as ação governamental sobre a região; uma matéria sobre um projeto de irrigação da CODEVASF; uma matéria que apresenta o problema das enchentes no Recife; outra matéria que sintetiza as explanações dos ministros do Planejamento e do Interior (Reis Veloso e Rangel Reis, respectivamente) sobre as ações governamentais em prol do desenvolvimento da região

Nordeste; uma matéria sobre um ritual indígena; outra matéria curta sobre a preocupação de algumas entidades governamentais com a industrialização do carbono no litoral de Santa Catarina; um artigo assinado pelo presidente do BNH (Alberto Klumb) na qual ele aborda a questão do saneamento vinculado à qualidade de vida; uma matéria sobre as condições de isolamento de Boa Vista e a região do Território de Roraima e uma matéria sobre o BASA

Como trata? A matéria sobre o pantanal apresenta a região destacando uma vocação para a pecuária. A definição da região está bastante próxima da idéia de gênero de vida. É interessante também o conteúdo trabalhado na matéria sobre o Nordeste, que o apresenta como uma região a ser desenvolvida pela industrialização, e a agricultura "rudimentar" é colocada como o principal empecilho. A matéria sobre os Índios é destacadamente contrastante com as demais, o conteúdo explorado é pouco tangível a ação governamental, os indigenistas Orlando e Cláudio Villas Boas são citados como descritores de todo o ritual apresentado. Na matéria sobre Boa Vista, ela é apresentada como um imaginário do sertão quase que perfeito, a superação do seu isolamento é colocado principalmente através da criação de uma infra estrutura de transportes rodoviários. Na matéria sobre o BASA fica muito clara a idéia de desenvolvimento como aprofundamento da economia capitalista.

Edição: Ano II/n.7/Dezembro de 1975. 43p.

Tiragem: 45.000

Do que trata? A primeira matéria se destina a apresentação da construção de uma usina hidrelétrica no Amapá; depois tem uma matéria bem curta, de uma folha, sobre a inserção de conteúdos relativos à ecologia no ensino de primeiro grau, protagonizado pela SEMA; segue uma matéria sobre um projeto de desenvolvimento para uma sub-região da Região Sul; depois uma sobre o trabalho do DNOCS na área de piscicultura; matéria sobre a transformação do Rondon em Fundação, o que significa lhe possibilitar autonomia financeira; uma matéria sobre o folclore e a feira de Caruaru; outra matéria que apresentou o trabalho da SUDAM no desenvolvimento do cultivo do dendê na Amazônia; matéria sobre um projeto do BNB de apoio em assistência técnica e financiamento às pequenas e médias empresas; uma matéria que apresenta o trabalho da SUDAM como equilibrado entre a exploração econômica e a preservação.

Como trata? Destaca-se inicialmente a idéia de desenvolvimento atrelado a instalação de infra-estrutura no território, principalmente meios de circulação e transportes, e

energia elétrica, na matéria sobre a usina hidrelétrica no Amapá. Na matéria sobre o plano de desenvolvimento da sub-região na região Sul, é propagada uma idéia explícita de fronteira técnica de modernização, que busca efetivar a vocação natural da região. Na matéria sobre Caruaru o conteúdo trabalhado difere completamente do restante da edição, os temas diretamente governamentais são explorados no finalzinho da matéria, como que a título de legitimação, mas o foco quase que pleno da matéria é bastante dissociado da propaganda governamental. Na matéria sobre o BNB o tom é abertamente o seguinte: modernizar é necessário e significa capitalizar, ou seja, tornar plena a economia de mercado, a matéria parece ser destinada diretamente aos pequenos e médios empresários, pois apresenta focada em como participar do programa. Noutra matéria sobre a SUDAM, ela parece estar abertamente respondendo às críticas de que a SUDAM estaria, através da ocupação econômica da Amazônia, devastando a floresta; quanto a isso eles defendem a seguinte postura: a Amazônia enquanto domínio natural é estratégica, mas isso não pode fazer dela intocável

Edição: Ano II/n.8/ Fevereiro de 1976.43p.
Tiragem: 45.000
Do que trata? Exclusivamente sobre o BNH, enquanto uma agência encarregada de transformar o crescimento econômico em melhorias sociais.
Como trata? Trata basicamente das políticas voltadas para habitações populares, favorecimentos da aquisição de casa própria, e apresenta o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) como os suportes financeiros do BNH.

Edição: Ano III/n.9/Março-Abril de 1976. 43p.
Tiragem: 45.000
Do que trata? Na mesma página do índice consta um "Ao Leitor" assinado por Valéria Velasco (editora-chefe), na qual ela apresenta a edição; a primeira matéria é assinada por Orlando de Almeida e Albuquerque (chefe do Gabinete do Ministro do Interior e Diretor responsável pela revista) e apresenta a atuação do exército no desenvolvimento nacional; a segunda matéria se destina a apresentar a colônia militar no Oiapoque; segue-se uma matéria que aborda o histórico de atuação do exército na formação e preservação do território nacional; outra que apresenta a instalação de uma usina hidrelétrica em Santarém; outra que apresenta o conteúdo discutido na reunião da

Comissão de Coordenação do MINTER (CCMI); outra que apresenta a seca nordestina como um problema secular enfrentado pelo governo; outra que aborda a construção de um distrito agropecuário em Manaus; outra sobre a atuação do BNB para incentivar às exportações; uma matéria extensa sobre a mudança de estratégia do RONDON; e uma última matéria sobre a cidade de Goiás.

Como trata? No setor "ao leitor" é apresentada uma idéia de que o interior, em certos aspectos, representa melhor as características do Brasil. No artigo do Orlando Albuquerque, o exército nacional é bastante exaltado como instituição fundamental para o desenvolvimento da pátria, tem citações boas sobre a idéia de interior e sobre um cunho nacionalista. Na matéria sobre a usina hidrelétrica é apresentado o caráter estratégico da dotação de infra-estrutura energética no território para que se possibilite o desenvolvimento. Cabe destaque, na matéria sobre o CCMI, um conteúdo que busca justificar a participação de parlamentares do partido ARENA nessa reunião. A justificativa é a que o MINTER deve prestar contas ao povo, e esses parlamentares eram os representantes do povo. Na matéria das secas, além da forma já consagrada de trabalhar a seca como problema secular, é destaca a necessidade de uma ação "integrada" dôo governo para superar esse problema; o principal meio para tanto seria modernizar, e este, por sua vez, seria transformar a agricultura tradicional em empresarial. Na matéria sobre o distrito agropecuário de Manaus novamente a necessidade de desenvolvimento infra-estrutural é destacado, além da interpretação das migrações para lá dirigidas como exageradas, causadoras de problemas. Na matéria derradeira, sobre a cidade de Goiás, são exploradas as riquezas culturais, o folclore e a história da cidade; a menção a ação governamental é praticamente nula, não fosse uma pequena menção, de passagem, do BNH.

Edição: Ano II/ n.10 – EDIÇAO ESPECIAL/Maio de 1976. 75p.

Tiragem: 45.000

Do que trata? A revista trata inteiramente de um balanço de cada órgão, Território Federal, ou outra atividade diretamente subordinado ao MINTER, por ocasião da CCMI. Tem a seção inicial "Ao leitor", assinada por Orlando Albuquerque (Chefe do gabinete do MINTER e diretor responsável da revista), depois, cada matéria corresponde a um setor das atividades: inicialmente se tem os pronunciamentos do Ministro Rangel Reis, e do presidente do partido governista ARENA, Francelino Pereira; seguida de uma curta matéria sobre o próprio MINTER; depois se tem uma

sobre a SUDAM; depois BASA; SUFRAMA; uma matéria sobre o pronunciamento do ministro contextualizando o estágio dos Territórios federais; uma matéria sobre a SUDENE; sobre o BNB; seguida do DNOCS; CODEVASF; SUDESUL; BNH; DNOS; SEMA; FUNAI; RONDON, Secretaria geral do ministério; e, por fim, a íntegra do discurso intitulado "cinco sugestões para o Nordeste", do Deputado Manoel Novaes.

Como trata? Na seção "Ao leitor", é dito que o gabinete do ministro que determinou a elaboração dessa edição; destaca-se nessa matéria também a justificativa dada para a participação dos parlamentares "arenistas", se diz que o MINTER deve prestar contas ao povo, e aqueles parlamentares estão enquanto representantes de tal. Na matéria sobre o MINTER, lhe é dado um caráter de principal executor do governo na área social. (No texto sobre a SUDAM, é deixado claro que a grande proposta de desenvolvimento para a Amazônia é a exploração das vantagens comparativas. O BASA é apresentado como banco de crédito priorizado na área de infra-estrutura. Na matéria sobre os Territórios Federais são apresentados como seus principais problemas a situação fundiária e a escassez de infra-estrutura. Na matéria sobre o DNOS, a seca novamente é apresentada como um problema secular, que se deve não somente a razões climáticas, mas também a razões econômicas, como se o baixo desenvolvimento econômico também fosse uma razão desse problema. A CODEVASF é apresentada como principais objetivos modernizar a agricultura e gerar infra-etrutura. A SUDECO apresenta sua região como repleta de vazios demográficos e econômicos, e como área de expansão da economia do Sudeste. A SUDESUL apresenta uma característica própria, diferenciada das demais superintendências, pois tem por objetivo transformar a economia muito centrada no setor primário, mas não dinamizar a economia, como nas demais. Na matéria sobre a SEMA cabe destaque a apresentação de seu caráter normativo, e não executivo, ou seja, realiza estudos, acompanhamentos, etc, mas não fiscalização. Na matéria sobre a FUNAI, é claro o conteúdo de se considerado índio como secularmente atrasado. Na matéria sobre a Secretaria Geral, o tema das migrações internas é abordado; a mecanização agrícola, nas áreas rurais, e a estagnação econômica, nas áreas urbanas, são identificadas como as principais causas. A migração é vista como algo que, se planejada, pode ter um efeito positivo para preencher os vazios demográficos.

Edição: Ano II/n.11/Maio-Junho de 1976. 51p.

Tiragem: 45.000

Do que trata? Há uma seção "Ao leitor", assinada por Orlando Albuquerque, que apresenta o conteúdo da revista, dando destaque a matéria sobre a SEMA; a primeira matéria relata o discurso do ministro Rangel Reis em Ouro preto por ocasião das comemorações da inconfidência Mineira; em seguida se tem uma matéria sobre as enchentes no Recife, e as ações governamentais pra sanar os danos; segue-se uma matéria sobre a instalação do PRODEGRAN; depois tem uma artigo assinado pelo ministro, que também foi publicado pelo jornal Folha de S.P, que trata do problema das secas no Nordeste; depois uma matéria sobre Ceilândia, em Brasília, como uma área problema; matéria sobre o Programa Especial de Saneamento Ambiental do próprio MINTER, que parece ser de divulgação do projeto para possíveis interessados; depois se tem uma matéria exaltando a expansão da pecuária na Amazônia; depois tem uma matéria sobre a pesca enquanto uma alternativa econômica para o nordeste; segue-se um artigo, na verdade, a transcrição do discurso do presidente Geisel em um congresso intitulado "o homem e o campo", promovido por uma fundação ligada ao Arena; depois se tem uma matéria apresentando as normas de controle de poluição do ar, elaboradas pela SEMA; por último se tem uma matéria sobre os Centros Sociais Urbanos, um programa do governo federal.

Como trata? No discurso de Rangel Reis é entoado um conteúdo absolutamente nacionalista, patriótico, e defende os ideais de democracia e liberdade de Tiradentes, associando esses ideais aos do atual governo (da Revolução de 64), defendendo que este garantiu a democracia diante dos que propagavam a baderna. O conteúdo da matéria sobre a PRODEGRAN é a própria essência da Revolução Verde, expansão da fronteira agrícola, superação da agricultura tradicional pela agricultura mecanizada e papel da produção em tecnologia. No artigo do ministro sobre o problema das secas no nordeste, a solução para o problema seria o desenvolvimento tecnológico. Na matéria sobre a Amazônia, novamente sua vocação natural para a pecuária é exaltada, e as atividades governamentais para o desenvolvimento tecnológico e a modernização dessa atividade como aproveitamento racional, dos recursos. Na matéria sobre a pesca no nordeste mais uma vez o conhecimento científico para o desenvolvimento tecnológico é ressaltado. No discurso do presidente Geisel é fundamentalmente apresentado o papel do desenvolvimento tecnológico e da modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola. Na matéria sobre a SEMA é ressaltada a preocupação com a poluição do ar. Na matéria sobre os Centros Sociais Urbanos é de destaque a problemática do urbano enquanto questão.

Edição: Ano II/n.12/Julho-Agosto de 1976. 51p.

Tiragem: 45.000

Do que trata? Tem um editorial assinado pela Editora-Chefe, que apresenta o conteúdo da revista; na primeira matéria foi apresentado o Projeto Sertanejo, promovido por diversos órgãos governamentais; seguida de outra matéria sobre o nordeste em relação a um projeto de irrigação; em seguida tem uma longa matéria assinada pelo diretor-chefe da revista sobre a Marinha; em seguida tem uma matéria sobre a criação do Parque Indígena do Araguaia; em seguida tem uma matéria sobre Gramado; depois uma matéria sobre Rondônia e as ações governamentais no Território; seguida de uma matéria sobre o Programa de Melhoramento de Pastagens na Amazônia Legal; e, por fim, uma entrevista com o superintendente da SUDECO.

Como trata? Na primeira matéria sobre o projeto sertanejo, novamente é passada a idéia da região como um problema a ser solucionado pelo desenvolvimento tecnológico, a estrutura agrária também é apresentada como um dos fatores de retrocesso, por conviverem latifúndios e minifúndios. Na matéria seguinte, novamente essa idéia é apresentada, com a mesma tônica, que pressupõe um nordeste de agricultura pobre e primitiva. Na matéria sobre o Parque Indígena, é claro a idéia de preservar a cultura indígena enquanto patrimônio da cultura nacional, mas essa preservação não pode ser sinônimo de estagnação, se deve ao mesmo tempo proporcionar uma dinamização da economia. A matéria sobre Gramado parece seguir aquela série de reportagens antes mencionada, seu conteúdo é bastante destoante do tom governista da revista, aqui é explorado a exuberância e a beleza local. Na matéria sobre Rondônia é interessante o problema abordado da questão fundiária, derivado de uma ocupação espontânea. Na matéria sobre o programa de melhoramento de pastagens na Amazônia, a idéia de aproveitamento das potencialidades resultantes da vocação natural da região para transformar em desenvolvimento através de pesquisas agropecuárias. Na entrevista com o superintendente da SUDECO o ponto mais trabalhado se refere à busca de conjugar o excedente populacional do país com a ocupação necessária de espaços vazios, potenciais para o desenvolvimento, a importância da pesquisa científica é novamente ressaltada.

Edição: Ano II/n.13/ Setembro-Outubro de 1976. 51p.

Tiragem: 45.000

Do que trata? Tem um editorial assinado pela editora-chefe; a primeira matéria é sobre a poupança voluntária que serve como financiamento do BNH, e tem um sentido claro de divulgação; segue-se uma matéria sobre a Marinha, assinada pelo diretor geral da revista e chefe do gabinete do ministro; seguem-se depois três matérias destinadas ao crescimento industrial do nordeste, a primeira abordando os esforços governamentais, a segunda abordando a modernização do empresariado nordestino e as linhas de incentivos fiscais, principalmente o FINOR, e a terceira sobre os distritos industriais como centros industriais planejados; em seguida se tem uma matéria sobre o próprio sistema de comunicação do MINTER; depois se tem uma matéria sobre um campus avançado do Rondon em Araçuaí-MG; depois uma matéria sobre o projeto Sertanejo, de irrigação no Nordeste; em seguida se tem uma matéria que são trechos selecionados da viagem do secretário da SEMA, Paulo Nogueira Neto, para Londres à fins de conhecer as políticas ambientais de lá; por fim tem uma matéria que apresenta os procedimentos governamentais em caso de calamidade pública, onde é apresentado o GEACAP.

Como trata? Na seção "Ao leitor"'é utilizada a expressão "Brasil arquipélago". Na matéria sobre a aeronáutica é passada uma instituição fortemente presente no desenvolvimento nacional. Nas matérias sobre o nordeste, é transmitido um conteúdo da região como em processo de modernização, de progresso, em função da grande atuação governamental, enfatiza-se também o papel das pesquisas em tecnologia. Na matéria sobre a comunicação do MINTER, essa é apresentada como um instrumento de criar confluência de idéias entre governantes e governados, para acontecer um *feed-back* necessário para o planejamento. Na matéria sobre o projeto Sertanejo a tônica do nordeste pobre e atrasado é ressaltada.

Edição: Ano III/n.14/Novembro-Dezembro de 1976. 50p.

Tiragem: 45.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo diretor-responsável da revista; a primeira reportagem é na verdade um artigo assinado pelo próprio ministro (Rangel Reis) em comemoração aos dois anos da revista INTERIOR; em seguida tem uma extensa reportagem dedicada a apresentara uma Amazônia em transformação a partir da ação governamental; segue-se uma matéria que aborda o problema dos detergentes não biodegradáveis na poluição dos rios; segue uma matéria sobre o trabalho dos sertanistas na ação de pôr em contato os "civilizados" com os índios; em seguida se tem outra extensa reportagem sobre o desenvolvimento do álcool como alternativa energética,

essa matéria está dividida em quatro partes, i) é enfatizada a crise no mercado de gasolina e as condições favoráveis para o Brasil produzir álcool, ii) é explorado o sucesso dos experimentos do álcool como fonte de combustível no Brasil; iii) se tem um histórico do aproveitamento do álcool no Brasil; iv) se apresenta como SUDENE e o BNB já estariam se preparando para investir nessa possibilidade; a matéria seguinte apresenta a cidade de Santarém, explorando sua construção folclórica, a cultura popular e as lendas que vigoram na história da cidade; segue-se matéria reportando a atuação do BNB na promoção do desenvolvimento do Nordeste; por último consta uma seção destinada a publicar cartas enviadas pelos próprios leitores da revista.

Como trata? No artigo do ministro, a revista é apresentada com o propósito de divulgar o desenvolvimento regional, tendo por tema as porções do país defasadas em relação ao desenvolvimento, a revista cumpriria também uma função de "aproximação entre governantes e governados na busca do consenso indispensável ao desenvolvimento do país". Na matéria sobre a transformação vivida na Amazônia, enfatiza-se a ação governamental para se dinamizar a economia através do investimento em infra-estrutura e pesquisa tecnológica. Na matéria sobre os sertanistas, muitos nomes são citados: Francisco Meirelles, Orlando Villas Boas, Francisco Bezerra de Lima e Apoena Meirelles, que inclusive tem alguns pronunciamentos transcritos na matéria; o tom da matéria é nitidamente de contato entre civilização e os índios. Na matéria sobre o álcool é interessante notar o tom nacionalista com que essa nova tecnologia é exaltada. Na matéria sobre Santarém é interessante notar também como destoa do tom governista do restante da revista, apesar de não deixar de exaltar a modernização e o progresso como produtos da ação governamental.

Edição: Ano III/n.15/ Janeiro-Fevereiro de 1977. 58p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela Editora – chefe. A primeira matéria trata da criação do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus como mais uma ação do governo para o desenvolvimento da Amazônia; em seguida é uma matéria sobre um projeto de irrigação e drenagem do baixo São Francisco; uma matéria, bem em forma de notícia, sobe a possibilidade de se encontrar petróleo em Amapá; matéria sobre a instalação da usina hidrelétrica em São Simão, na divisa de Minas Gerais com Goiás; Em seguida se tem uma extensa matéria (pp. 28-37) sobre a problemática da energia; seguida de uma outra matéria sobe possibilidades de produção de energia e alimento;

matéria assinada por Orlando de Almeida e Albuquerque sobre a implementação do Sistema de Comunicação Social do MINTER; matéria sobre o Plano de Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim, na divisa do Brasil com o Uruguai; segue-se um artigo assinado por Otamar de Carvalho, secretário de orçamentos e operações do MINTER, sobre a dinâmica demográfica brasileira, os movimentos migratórios brasileiros e seu efeito sobre a região de Brasília; tem também uma matéria que apresenta o BASA como banco de desenvolvimento para a região; por último a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre a Zona Franca fica clara a atuação do governo para atrair a iniciativa privada como estratégia para o desenvolvimento. Na matéria sobre a Hidrelétrica de São Simão, as usinas são consideradas um mal necessário, já que o desenvolvimento rápido do país demanda energia elétrica ("o país tem pressa"). Na primeira matéria sobre energia, as fontes tradicionais são tratadas como esgotáveis em um futuro próximo, o que demandaria pesquisas de outras fontes alternativas, como a atômica, o hidrogênio e a Solar. Nessa edição, a matéria sobre o próprio sistema de comunicação do MINTER é particularmente interessante; aqui se apresenta esse método como indicação normativa do governo federal, no qual a visão de comunicação como sistema seria a mais eficiente em seus propósitos fundamentais; os objetivos fundamentais do sistema seriam estimular a vontade coletiva para o desenvolvimento, e contribuir para o prestígio do Brasil; tudo com tom bem nacionalista. Outros aspectos fundamentais do sistema são suas fontes: i) a atuação do setor público; ii) o PND; iii) a dinâmica política e sócio-econômica da Nação. É apresentada também, de forma indireta, como a revista se insere nesse sistema. Na matéria sobre o BASA mais uma vez é ressaltada a vocação da Amazônia para crescer em função de suas vantagens comparativas (extração e transformação de minérios, indústria madeireira e agricultura), seria o desenvolvimento uma ação protagonizada pela iniciativa privada, facilitada pelo governo através de obras de infra-estrutura, facilidades econômicas e pesquisas.

Edição: Ano III/n.16/Março-Abril de 1976. 74p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo diretor responsável; a primeira matéria trata da intenção "unânime" do Brasil em desenvolver energia nuclear como fonte energética alternativa, baseada no discurso do presidente Geisel; segue-se matéria que trata da necessidade de ação conjunta entre os diferentes níveis de governo (federal,

estadual e município) através da SAREM; em seguida uma matéria dedicada a apresentar a atuação do MINTER ao nível municipal; segue-se matéria sobre Campo Grande e seus aspectos históricos, sociais, econômicos e urbanos; depois uma matéria que apresenta um perfil geral dos prefeitos brasileiros segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal; em seguida matéria que procura normatizar um padrão ideal de procedimentos em relação aos municípios; em seguida matéria sobre Nilópolis como a cidade de maior concentração populacional da América Latina; depois matéria sobre Curitiba como exemplo de administração municipal que deu certo, exaltando-se especialmente o IPPUC; outra matéria para demonstrar o surgimento e a eficiência do planejamento administrativo no Brasil; matéria sobre o município de Capistrano no Ceará enquanto município pequeno que vive basicamente do FPM; segue a apresentação de Benjamin Constant, município do Amazonas que é considerado estagnado economicamente; depois tem um artigo assinado pelo superintendente da SUFRAMA, Júlio Regis Sobreiro, que faz um balanço da Zona Franca; segue então uma matéria sobre a X CCMI, na qual são apresentados todos os projetos e ações do MINTER de forma resumida de acordo com o que foi exposto na própria reunião; a edição é concluída com a seção "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre Benjamim Constant, é interessante notar que o município é destacado como essencial para a Segurança Nacional. Na matéria sobre Capistrano, não fica claro porque que foi escolhida a cidade para se falar, mas durante a matéria é exposto que a cidade é governada pela Arena e a câmara só tem um representante do MDB. Na matéria sobre a Zona Franca, novamente é enfatizado a integração e a ocupação econômica, assim como se destaca a idéia de explorar a "vocação natural" da região. Nos repasses apresentados na matéria sobre a X CCMI, vale destacar que na parte da Amazônia novamente a questão das vantagens comparativas é trabalhada. Cabe destaque também o fato de ter uma parte especial da matéria para o repasse na área de ciência e tecnologia, apresentando-se inclusive uma possibilidade de se criar dentro do próprio MINTER um órgão específico com essa finalidade.

Edição: Ano III/n.17/Maio-Junho de 1977. 58p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo Diretor-Responsável da revista; a primeira matéria trata da divisão do estado do Mato Grosso, já aprovada pelo presidente

através de estudo realizado pelo MINTER; segue matéria extensa (pp.8-18) sobre o enchimento do lago da represa de Sobradinho; segue artigo de apenas uma página assinado pelo Diretor-Responsável da revista, em que se retrata um perfil do leitor da revista INTERIOR; segue pronunciamento do Secretário Geral do MINTER, Dilson Santana de Queiroz, a empresários sobre os investimentos no Nordeste, especialmente o FINOR; segue matéria sobre o artesanato no Centro-Oeste por ocasião da I MARCO, promovida pela SUDECO; segue matéria sobre os bancos de desenvolvimento como formadores de mão de obra técnica para o desenvolvimento regional; depois matéria sobre o guaraná como produto natural e tradicional da Amazônia e que almeja-se sua exploração comercial; segue matéria que aborda o desenvolvimento da agropecuária no Centro-Oeste através da SUDECO, POLOCENTRO e o CPAC; segue artigo assinado pelo secretário da SEMA, Paulo Nogueira Neto, sobre o problema da poluição e os efeitos poluidores de uma substância produzida pelo processamento da cana de açúcar; matéria que retrata a visita do presidente Geisel, acompanhado pelos ministros do interior e da agricultura, à aldeia terena, como a primeira vez que um presidente brasileiro pisa em solo indígena no Brasil; por fim tem a seção "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre Sobradinho, a Hidrelétrica é tratada como o "progresso" e quem resiste a ela visto como "primitivo". A matéria sobre o perfil do leitor é fundamental para se compreender a própria revista, o nordeste é apresentado como um vasto e populoso lugar subdesenvolvido que ainda não teria se equiparado em nível de desenvolvimento. Na matéria sobre o artesanato do Centro-Oeste, essa atividade é apresentada como uma arte ingênua, que poderia ser valorizada em termos comerciais, se elevada a produção ao nível de escala. Na matéria sobre o guaraná da Amazônia, novamente se destaca a necessidade da exploração racional. Na matéria sobre a agropecuária no Centro-Oeste o tom é de incorporação do cerrado ao sistema produtivo nacional brasileiro através da pesquisa em tecnologia, crédito rural e mecanização da agricultura. Na matéria sobre a visita do presidente a aldeia terena, o conteúdo se refere diretamente a necessidade de se introduzir técnicas racionais para a agricultura, e se fala de uma aculturação voluntária do indígena em processo.

Edição: Ano III /n.18/Julho-Agosto de 1977. 58p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo Diretor-Responsável pela revista; a primeira e extensa matéria é sobre ecologia de uma forma abrangente, desde uma

"consciência ambiental" até uma concepção mais técnica; segue artigo assinado por Marco Antônio Pontes sobre o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília; segue matéria que retrata Porto Seguro – BA como uma cidade de grande potencial turístico; segue matéria que trata dos problemas fundiários que acontecem em Rondônia em função dos movimentos migratórios que para lá se destinam; segue matéria que apresenta o trabalho de saneamento do MINTER; segue matéria que apresenta a criação do Fundeci pelo BNB; em seguida aparece matéria com linguagem bastante literária, cheia de relatos, em comemoração aos dez anos do Rondon, na qual consta um pequeno artigo do próprio ministro Rangel; encerrando tem a sessão "Cartas".

Como trata? A matéria sobre ecologia o debate atinge a utilização de recursos, extrapolando a questão da poluição (que também é debatida), com um discurso muito parecido do que hoje se refere ao desenvolvimento sustentável. A matéria sobre Brasília apresenta uma necessidade de conter os movimentos migratórios, melhoria da infra-estrutura urbana para atender à população que já habita a cidade, e também se ressalta o papel de Brasília no processo de integração nacional. A matéria sobre Porto Seguro - BA parece ser daquela série de matérias dedicadas às cidades, pessoas, etc.

Edição: Ano III/n.19/Setembro-Outubro de 1977. 58p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo Diretor-Responsável da revista; a primeira matéria aborda a questão do FGTS; segue matéria que traz o Proálcool como resposta à crise mundial do petróleo; segue matéria sobre o trabalho de saneamento empreendido delo DNOS na baixada fluminense para conter os focos de malária; segue matéria comemorativa dos 35 anos do BASA assinada pelo seu presidente Francisco de Jesus Penha; segue matéria que aborda um movimento ecológico protagonizado por artistas que tem o nome de "Arte e pensamento ecológico"; segue matéria que retrata as condições negativas que estavam a acontecer em Rondônia em função dos intensos movimentos migratórios; segue artigo bem técnico assinado por José Otamar de Carvalho, Secretário de Planejamento e Operações do MINTER, sobre o fenômeno das migrações internas no Brasil; segue artigo assinado por Nilson Holanda, presidente do BNB em comemoração aos 25 anos do banco; segue matéria, em tom bem literário, que trata da experiência da criação de búfalos como uma grande perspectiva econômica para o Amapá; por fim a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre o Proálcool é enfatizado o fato que esse programa pode dinamizar a economia nordestina e contribuir para o equilíbrio regional do Brasil, em função das características favoráveis da região. Na matéria sobre o BASA é enfatizada a sua modernização administrativa recente, em termos de racionalização. Na matéria sobre a migração em Rondônia é dado como o grande fator para propiciar as migrações a reforma da BR-364. O relatório sobre as migrações no Brasil as ações governamentais são apresentadas com um sentido de racionalizar o processo migratório, ou seja, a migração em si não é encarada como um problema, mas deve ser bem orientada e planejada. Na matéria sobre o BASA exalta-se a função do banco de capitalizar a indústria e agricultura da Amazônia em prol do desenvolvimento regional.

Edição: Ano III/ n.20 – edição especial/ Novembro de 1977. 90p.
Tiragem: 50.000
Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo diretor responsável da revista; abre a revista artigo assinado pelo próprio ministro Rangel Reis exaltando a divisão do Mato Grosso como um grande feito; segue matéria que retrata a formação histórica de Cuiabá; segue matéria que retrata Cuiabá de crescimento acelerado e que vem apresentando problemas típicos de grandes cidades, causadas principalmente pela afluência de migrações; segue extensa matéria (pp. 14 -27) que trata da criação da Universidade Federal do Mato Grosso, chamada de "Universidade da Selva"; segue artigo assinado por Júlio Laender, superintendente da SUDECO, no qual os dois estados (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) são retratados como absolutamente distintos; segue matéria que aborda o trabalho da SUDECO em Mato Grosso; segue matéria sobre o histórico das idéias separatistas até o momento em que a separação se dá de fato; segue matéria que retrata a formação histórica de Campo Grande, e ainda a descreve a partir de seus principais elementos e perspectivas para o futuro; segue matéria que retrata a divisão política como uma concretização do que historicamente já estava separada; segue matéria que retrata as perspectivas econômicas dos dois novos estados; segue matéria bem técnica sobre as formações naturais de ambos os estados; segue matéria que aborda o trabalho da FUNAI e a vida indígena no Mato Grosso; segue matéria que explora o trabalho do Projeto Rondon no Mato Grosso; segue matéria que apresenta o EDIBAP como centro de estudos que envolvem técnicos de diferentes formações em prol do desenvolvimento da Bacia do Alto do Paraguai; segue matéria sobre o POLAMAZÔNIA no Mato Grosso; segue matéria que aborda o trabalho do DNOS no

Mato Grosso, depois matéria que retrata o município de Corumbá – MS; depois Três Lagoas – MS, como possível pólo industrial para o novo estado; segue matéria sobre Aquidauana – MS e sua boa perspectiva para o cultivo do café; depois Dourados – MS, como imenso potencial agropecuário; depois a cidade de Ponta-Porã, que está na divisa com o Paraguai; por fim matéria sobre o Pantanal como região problemática em função da estagnação econômica.

Como trata? Na matéria voltada para a "Universidade da Selva" o conteúdo se refere a uma produção científica voltada exclusivamente para a realidade da "selva", se fala inclusive em falar de uma civilização verdadeiramente nacional. Na matéria sobre a SUDECO se apresenta como desafio da superintendência integrar a região a economia nacional. Na matéria sobre os movimentos separatistas no antigo estado, se faz referencia a adesão de Geisel e Golbery a essas idéias através de debates formulados na ESG por volta de 1950, essa separação, para eles, representariam interesse para os objetivos de segurança nacional e desenvolvimento. Na matéria sobre Campo Grande, o primeiro problema colocado foi o das migrações. Na matéria específica sobre a divisão, ela é colocada como obedecendo aos interesses do desenvolvimento da região e do país. NA matéria sobre as perspectivas econômicas dos dois estados, o Mato Grosso do Sul é colocado como um estado mais amadurecido em termos de desenvolvimento, mas o Mato Grosso apresentaria grandes potencialidades para o desenvolvimento, principalmente pelos incentivos do governo. Na matéria sobre a atuação da FUNAI novamente é apresentada uma idéia dos índios em oposição à civilização, porém se apresenta como possibilidade as áreas indígenas serem incorporadas ao desenvolvimento nacional através da capitalização e aperfeiçoamento tecnológico e da mão-de-obra, preservando as características culturais das tribos. Na matéria sobre o Pantanal, estagnação econômica é justificada pela escassez de capital, e ainda pela utilização pouco elaborada do pouco capital que há.

Edição: Ano III/n.21/Novembro/Dezembro de 1977. 74p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo diretor responsável da revista; a primeira matéria fala da participação do presidente Geisel na reunião do conselho deliberativo da SUDENE; segue transcrição na íntegra do discurso presidencial na abertura do evento; segue matéria sobre a participação do ministro Rangel Reis na reunião, fazendo uma avaliação do trabalho do ministério na região; segue matéria que

aborda o debate suscitado na reunião em torno do desenvolvimento da região; segue matéria apresentando a atuação do BNB em prol do desenvolvimento do Nordeste; segue entrevista com Nilson Holanda, presidente do BNB; segue artigo assinado por José Lins Albuquerque, superintendente da SUDENE, que expões as diretrizes e as linhas de atuação da instituição; segue matéria que apresenta as discussões que aconteceram no Seminário Sobre Desenvolvimento Urbano, promovido pelo BNB; segue artigo assinado por Aloísio Campelo, superintendente da SUFRAMA, que apresenta a atuação da SUFRAMA; segue entrevista com Francisco de Jesus Penha, presidente do BASA, sobre as ações do próprio banco; segue artigo assinado por Hugo de Almeida, superintendente da SUDAM que trata da ação governamental para o desenvolvimento da Amazônia; segue artigo assinado por Paulo Affonso Meiro, superintendente da Sudesul que retrata sua própria entidade; segue artigo assinado por Júlio Laender, superintendente da SUDECO no qual ele desenvolve descrição mais ou menos detalhada sobre a região Centro-Oeste e da atuação da SUDECO; segue artigo assinado por Ismarth Oliveira, presidente da FUNAI sobre os 10 anos da entidade; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na transcrição do discurso do presidente, é relevante destacar que ele faz referencia a uma certa continuidade dos governos desde Castelo Branco, também destacou que os esforços governamentais desde então atenuaram as diferenças do Nordeste em relação as regiões desenvolvidas. Na participação de Rangel Reis ele destaca a atividade industrial e a necessidade de transformação da agricultura nordestina, principalmente em relação ao uso e posse da terra, para o desenvolvimento da região. Na matéria sobre os debates da reunião, é novamente ressaltado a indústria como principal fator de dinamização da economia nordestina, e a agricultura com defasada. Na matéria sobre o BNB defende-se que o banco se tornou um marco em desenvolvimento regional por ter inserido as práticas da pesquisa e do planejamento para tal atividade. Na entrevista com o presidente do BNB novamente essa idéia é reforçada. Na matéria sobre o Seminário sobre Desenvolvimento urbano é destacado o debate em torno do problema que as migrações têm causado às cidades. Na entrevista com o presidente do BASA, o banco é colocado na função primordial de integrar a Amazônia na economia nacional, estimular as importações e incentivar a pesquisa. No artigo do superintendente da SUDAM, a Amazônia é apresentada como região de imensas potencialidades que devem ser exploradas pelo aproveitamento dos setores mas vantajosos e com a ocupação e integração econômica da região ao Brasil como um todo;

nota-se o papel referenciado a pesquisa para se cumprir esses objetivos. Na matéria sobre a Sudesul, tal entidade é colocada por sua natureza de atura em sub-regiões ou setores específicos da economia, já que a região em si já apresenta níveis satisfatórios de desenvolvimento. No artigo do presidente da FUNAI, novamente aparece a tônica da civilização em oposição aos índios e a necessidade de incorporá-los à sociedade brasileira; aparece um novo desafio produzido pela expansão das frentes pioneiras.

Edição: Ano IV/n.22/Janeiro-Fevereiro de 1978. 58p.

Tiragem: 52.000

Do que trata? Sessão "Ao leitor" assinada pela editora chefe; a primeira e muito extensa matéria (pp.4-26) é sobre a borracha, que explora desde relatos estilizados, com tom bem literário, até informações mais técnicas do cultivo (como um glossário) e informações socioeconômicas do cultivo da borracha, através da Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA); segue matéria sobre o planejamento de Curitiba como exemplar por contemplar as demandas sócias e a perspectiva ambiental; segue matéria sobre o projeto Sudoeste-1 da Sudesul na área de campanha do RS, que apresenta de incio uma linguagem literária para depois tomar um tom mais oficial; em seguida matéria que retrata os principais temas do IV Encontro do Oeste; segue matéria de tom literário inicialmente, e depois com tom mais informativo, que retrata o progresso em andamento em Manaus em função da instalação da Zona Franca; segue matéria que retrata o desenvolvimento da agroindústria no São Francisco, possibilitada pela instalação da usina de Três Marias; por fim a seção "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre a borracha, se projeta para esse produto um cenário favorável, desde que seu cultivo se de em termos empresariais, com seringais plantados, ao mesmo tempo em que esse futuro se torna então pouco promissor para o seringalista tradicional, tanto o trabalhador do seringal quanto o dono dos seringais, tido essa exploração tradicional como pouco produtiva. Na matéria sobre o Encontro do Oeste exalta-se a necessidade de exploração das potencialidades que a região oferta e se levanta a demanda de reestruturação da SUDECO. Na matéria sobre Três Marias, o desenvolvimento da agroindústria é colocado em consonância com a exploração empresarial.

Edição: Ano IV/n.23/Março-Abril de 1978. 58p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo diretor responsável da revista; a matéria de abertura retrata o trabalho do DNOCS em promover a piscicultura em açudes do semi-árido; segue matéria em tom bem literário que aborda a imagem equivocada que o brasileiro tem do índio; segue matéria que retrata a contenção da doença de Chagas em Barreiras - BA através de um Campus avançado da UFMG por parte do Projeto Rondon, e também do trabalho de contenção da esquistossomose nos grandes centros urbanos; segue matéria que aborda as perspectivas positivas que a exploração da bauxita no Projeto Trombetas oferece à Amazônia; segue extensa matéria (pp 26-42) que aborda a instalação do Copec em Camaçari – BA; segue matéria que trata do debate em torno de energias alternativas em função da crise do petróleo, se enfatizando a energia eólica e o Seminário sobre energia eólica promovido pela SUDENE; segue matéria que retrata o desenvolvimento industrial da Zona Franca de Manaus como acompanhando o desenvolvimento comercial na capital Manaus; segue matéria que apresenta o CNRC, que seria um centro de pesquisas destinado a resgatar as referencias genuinamente nacionais diante do processo de desenvolvimento do país; por fim a seção "Cartas".

Como trata? Na sessão "Ao leitor" tem uma citação boa do caráter da revista em função da sua amplitude. Na matéria sobre os índios, se destaca o fato de a FUNAI não ser o assunto principal da matéria; alguns sertanistas são citados, como Orlando e Cláudio Vilas Boas e Raimundo Alves, além da antropóloga Maria da Conceição Beltrão; mesmo querendo passar uma imagem positiva dos índios, a idéia de diferenciação entre os índios e os civilizados é reproduzida. Na matéria sobre Camaçari-BA, o Copec é considerado como marco fundamental para um estágio mais avançado da indústria na Bahia e no nordeste como um todo; é enfocado também os esforços ambientais para contenção da poluição dos rios e amenização dos efeitos ambientais da cidade e da indústria; assim como a modernização administrativa que a cidade sofreu é enfatizada também. Na matéria sobre o CNRC se apresenta uma idéia de que a massificação da cultura gera o esvaziamento da cultura nacional.

Edição: Ano IV/n.24/Maio-Junho de 1978. 66p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? Sessão "Ao Leitor" escrita pelo diretor responsável da revista; a primeira matéria trata das enchentes no Recife e sua solução através do Sistema de Prevenções de Enchentes do Recife; segue extensa matéria (p.10 – 23) que apresenta o fenômeno

migratório na região Sul, tanto intra quanto inter regional; segue matéria que apresenta passagens de uma entrevista concedida pelo ministro Rangel Reis ao jornal Estado de S.P, na qual ele tenta definir um conjunto de sugestões para o seu ministério; segue matéria que retrata a criação da comissão especial para governar o recém criado estado do Mato Grosso do Sul; segue matéria que aborda a criação da Usina bico de Pedra no norte de Minas Gerais; segue matéria sobre o dia mundial do meio ambiente que traz também passagens do diário de viagem do secretário do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto a países considerados avançados em relação às políticas ambientais; segue matéria sobre o GEACAP como um grupo de prontidão para eventos de calamidades públicas; segue matéria que noticia a superação da meta prevista do BNH para construção de habitações; segue matéria originalmente publicada no jornal "O diário do Grande ABC" que ganhou o primeiro prêmio do concurso de reportagens do Projeto Rondon; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre as migrações, tal fenômeno em si é considerado como importante para o desenvolvimento do país, entretanto gera problemas também. Na entrevista de Rangel, várias sugestões são apontadas, principalmente em relação à necessidade de mudança na estrutura agrária do nordeste, a industrialização dessa região também, a contenção das migrações e o problema de regulamentação da Amazônia. Na matéria sobre o novo governo do Mato Grosso do Sul menciona-se uma necessidades de ocupação dos espaços vazios e a integração do estado à economia nacional com tom bem nacionalista. Na matéria sobre a Usina, a idéia da Hidrelétrica vem associada das idéias de progresso e prosperidade.

Edição: Ano IV/n.25/Julho-Agosto de 1978. 74p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao Leitor" é assinada pelo diretor responsável pela revista; a primeira matéria exalta o crescimento do Nordeste em função do trabalho da SUDENE; segue extensa matéria (pp 7 – 27) que retrata o trabalho do POLONORDESTE enquanto sistema de ação integradora dos diversos setores governamentais que atuam na região, e cumpre função primordial no desenvolvimento da região; segue matéria que retrata as potencialidades da região amazônica; segue matéria que retrata a atuação do POLAMAZÔNIA para o desenvolvimento da região; segue matéria que trata do planejamento da Região Geoeconômica de Brasília, para se evitar que ela se torne uma megalópole; segue matéria que apresenta os esforços SUDECO para promover a

industrialização da região; segue matéria que apresenta o POLOCENTRO como instrumento de desenvolvimento para o Centro-Oeste; fecha a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre a SUDENE são mencionadas as idéias de espaço vazio, a economia nordestina como atrasada e incompatível com a economia de mercado, e a busca de progresso orientada por uma concepção nacional. Na matéria sobre o POLONORDESTE o nordeste é colocado como área de expansão da fronteira agrícola em termos de agricultura, que cumpriria a função de mudar a estrutura agrária, tecnologizar e modernizar a produção. Na matéria sobre a Amazônia, a região é concebida como um espaço vazio que tem grande potencial, e, para converter esse potencial em fato faz-se necessário pesquisa sobre a "Hiléia" amazônica. Na matéria sobre o POLAMAZÔNIA as grandes questões colocadas são em relação à infra-estrutura e às pesquisas para se aproveitar as potencialidades, assim como a ocupação econômica. Na matéria sobre o Centro-Oeste, atribui-se um significado nacional ao seu desenvolvimento, por ser a região entre o Sudeste desenvolvido e a Amazônia "potencial", destacando-se a necessidade de investimento em infra-estrutura. Na matéria sobre o POLOCENTRO são apontados como prioridades os investimentos em infra-estrutura de transportes eletrificação, e apoio tecnológico para a agricultura.

Edição: Ano IV/n.26/setembro-outubro de 1978. 67p.

Tiragem: 50.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo diretor responsável da revista; a primeira matéria apresenta a irrigação enquanto elemento de modernização da agricultura e solução para a produtividade de áreas como o semi-árido nordestino; segue matéria que apresenta as condições degradantes em que vive o meeiero no Nordeste e apresenta o trabalho da CODEVASF para superar essa situação; segue matéria que apresenta o projeto de irrigação de Morada Nova - CE, operada pelo DNOS; segue matéria que apresenta um projeto de irrigação em lagoas do Piauí; segue matéria sobre o projeto de irrigação em Gurguéia, também no Piauí; segue matéria que apresenta todo o valor histórico e a própria história conturbada da cidade de Penedo - AL; segue artigo assinado pelo diretor responsável da revista que apresenta a indústria pesqueira como atividade econômica que deve ser empreendida; segue matéria que apresenta o Projeto de Colonização do Alto Turi, no Maranhão, como colonização oficial da Amazônia; segue matéria sobre as pesquisas contratadas pelo DNOS para melhor aproveitamento dos recursos do semi-árido; segue matéria, em tom bastante informativo, que apresenta

o mecanismo de incentivos fiscais para o Nordeste; segue artigo assinado por Otamar de Carvalho, secretário de planejamento e operações do MINTER, originalmente publicado em um *workshop* no México, que trata das diretrizes políticas para as migrações internas do MINTER;

Como trata? Na sessão "Ao leitor", é apresentada a revista como uma resposta às críticas em relação à política de irrigação. Na matéria sobre a atividade meeiera, ela é apresentada como sintoma do atraso nordestino, por isso deve ser combatida. Na matéria sobre Penedo – AL é explorado um conteúdo cultural artístico da cidade, além de sua história. Na matéria sobre a colonização do Alto Turi no maranhão, a colonização oficial é exposta como o melhor meio para a ocupação dos "espaços vazios". Na matéria sobre incentivos fiscais o conteúdo faz referencia à necessidade da difusão empresarial na agropecuária e na industrialização para "superar um atraso de três séculos". No artigo de Otamar de Carvalho as migrações são tratadas como resultado de desigualdades regionais e econômicas; nesse sentido a atuação política deve racionalizar esses movimentos, de forma que os compatibilizem com as necessidades do desenvolvimento nacional.

Edição: Ano V/n.27/Novembro-dezembro de 1978. 66p.

Tiragem: 52.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe; a primeira matéria faz um balanço dos 5 anos da revista e do sistema de comunicação do MINTER na gestão do ministro Rangel Reis, conta também com um pequeno artigo de seu diretor responsável; segue matéria que apresenta traços da proposta de mudança administrativa para os Territórios federais, faz também um diagnóstico breve de cada um; segue matéria que apresenta a construção de um Campus avançado do Rondon em Xapuri – AC; segue matéria que retrata o debate sobre a construção do Complexo Industrial-Portuário de Suape – PE; segue matéria que apresenta o exitoso processo de colonização em Mato Grosso; segue matéria que apresenta o Programa de recuperação da Ilha de Marajó, que pretende fazer da ilha produtora de alimentos; segue artigo bem técnico assinado pelo diretor responsável da revista no qual ele resenha o livro de Otamar de Carvalho sobre o desenvolvimento regional, ressaltando o planejamento regional como melhor estratégia de desenvolvimento; segue matéria que apresenta as discussões realizadas no IV Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre a própria revista apresenta-se o sistema de comunicação do MINTER como exemplar para o serviço público ser eficiente e objetivo em sua tarefa de informação; a revista INTERIOR é apresentada como o destaque desse sistema. Na matéria sobre Xapuri – AC, tal cidade é apresentada como "distante cidade" em "estado de dormência". Na matéria sobre o Complexo de Suape – PE, o conteúdo dirige uma interpretação que tal construção representa o desenvolvimento e a industrialização para Pernambuco. Na matéria sobre o Mato Grosso, parte-se da idéia de "novos bandeirantes", vencendo os obstáculos da natureza, e a colonização é posta como protagonista do desenvolvimento da região; busca-se também uma imagem de lugares dinâmicos dessas áreas de colonização.

Edição: Ano IV(sic)/n.28/setembro-outubro de 1979. 66p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pelo novo diretor responsável; abre a revista um texto bem denso, bastante técnico, que apresenta os estudos e conclusões de Roberto Cavalcanti de Albuquerque, secretário de planejamento do MINTER, sobre o desenvolvimento regional; segue matéria que retrata os debates acerca do Nordeste e principalmente da SUDENE; segue matéria que apresenta as ações do governo para combater os efeitos da seca, principalmente as migrações; segue matéria que apresenta o Projeto Sertanejo em comemoração a seus três anos; a matéria aborda o Programa de irrigação do nordeste, do DNOS; a matéria apresenta o projeto de irrigação da CODEVASF em Massangano, no "polígono das secas"; segue matéria que apresenta o Projeto Promorar, do MINTER, que tem como piloto a sua implementação na favela da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, no qual levará o nome de Projeto Rio; segue matéria que apresenta o problema urbano no Brasil e os princípios que irão nortear o trabalho do governo nessa questão através da criação do CNDU; segue matéria que apresenta o contexto amazônico situando os planos de ação do governo; segue matéria que apresenta a região Centro-Oeste como enorme potencialidade para contribuir com o desenvolvimento nacional; segue matéria que apresenta as finalidades do trabalho da Sudesul; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na sessão "Ao Leitor" é justificado o intervalo de um ano entre esta e a edição anterior em função dos ajustes decorrentes da troca de governo, tem boa citação sobre a natureza da revista. Na matéria sobre o desenvolvimento regional, é desenvolvida uma reflexão sobre esse tema, considerando que as desigualdades

regionais são resultado do tempo, e não do espaço, ou seja, é uma questão de atraso, defasagem; em seguida são apontadas como diretrizes principais da atuação do MINTER o desenvolvimento do Nordeste e a ocupação da Amazônia. Na matéria sobre os debates acerca do Nordeste, é afirmado que agora o debate político está revivificado. Na matéria sobre a irrigação do Nordeste, a seca é colocada como um problema secular. Na matéria sobre o CNDU, este órgão é apresentado como recém criado pelo atual governo, cabe destaque o fato de ter sido criado no âmbito do MINTER um órgão especificamente voltado para a questão urbana; tal questão será enfrentada através de investimentos em infra-estrutura nas grandes cidades, mas principalmente reorientar a distribuição espacial das atividades econômicas no sentido de fortalecer as cidades médias e evitar o êxodo rural. Na matéria sobre a Amazônia, tal região é colocada como de enorme potencialidade que deve ser ocupada e incorporada ao desenvolvimento nacional; são ressaltados os investimentos em infra-estrutura, industrialização, agropecuária e indústria madeireira como as principais potencialidades; cabe destaque o título de um pequeno texto dentro da matéria: "A Hiléia amazônica". Na matéria sobre o Centro-Oeste é de destaque a citação da região como "área-solução". Na matéria sobre a Sudesul, é destacado que a expansão da fronteira agrícola na região se daria de forma vertical, e não horizontal, ou seja, pela inovação tecnológica e aumento de produtividade, e não pela ocupação de espaço.

Edição: Ano V/n.29/novembro-dezembro de 1979. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; a primeira matéria traça um histórico dos 20 anos da SUDENE; segue matéria que noticia a visita do presidente Figueiredo à SUDENE, na qual ele afirma seu compromisso com o desenvolvimento da região; segue matéria que apresenta prognóstico de seca no semi-árido nordestino para os próximos cinco anos e as ações preventivas do governo; segue matéria que apresenta a implementação do Projeto Promorar na comunidade dos Alagados, em Recife; segue matéria que apresenta o crescimento das exportações no Nordeste, principalmente no setor secundário; segue matéria que apresenta o FINOR como experiência positiva de capitalização para o desenvolvimento do Nordeste; segue matéria que apresenta o projeto de irrigação para o Nordeste em implementação através da CODEVASF; segue matéria que apresenta a instituição da irrigação como a melhor estratégia de combate às secas, promovido pelo DNOS; segue matéria que noticia a

chegada de uma agência do BNB à Santa Maria da Vitória – BA, mas seu conteúdo versa fundamentalmente sobre Guarany, uma personalidade local; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre a SUDENE é ressaltada uma tônica de Nordeste secularmente atrasado, sendo esse atraso em superação através da modernização econômica. Na matéria sobre a visita do presidente à SUDENE, novamente esse conteúdo de problemas seculares do Nordeste é ressaltado. Na matéria sobre a ação preventiva do governo contra as secas, a preocupação maior colocada é a de manter a população no lugar. Na matéria sobre as exportações nordestinas, tal atividade é colocada como vocação da região, já notada por Caminha. Na matéria sobre irrigação destaca-se a atividade como imprescindível para a agropecuária nordestina. Na matéria seguinte, sobre o DNOS, a irrigação é colocada como solução definitiva para o problema fundiário, do atraso da agricultura, etc, ou seja, como a própria solução para o Nordeste. Na matéria sobre a chegada da agencia do BNB, o conteúdo explorado é bastante folclórico, como um conjunto de relatos de histórias contadas pela própria personalidade, que se trata de um artesão local; esse artesão é apresentado como representante autentico da cultura popular brasileira.

Edição: Ano VI/n.30/janeiro-fevereiro de 1980. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; a primeira matéria aborda o tema das migrações enfocando nas atividades governamentais e ressaltando ser esse o tema da campanha fraternidade do ano; segue matéria sobre as conseqüências positivas da agricultura irrigada no Vale do São Francisco; segue matéria que retrata as possibilidades para o desenvolvimento do Nordeste através da exploração do álcool canalizada pelo Proálcool; segue matéria que apresenta os esforços em pesquisa de novas tecnologias que possam produzir energia; segue matéria que apresenta os investimentos para se efetivar as possibilidades de exploração comercial do camarão no RN; segue matéria que retrata o assentamento de colonos com título de propriedade da terra em Morada Nova (usando como exemplo um agricultor local), se ressaltando a prática da agricultura irrigada; segue matéria que apresenta o Prosindi, como um programa a combater o déficit habitacional e as moradias precárias; segue matéria que apresenta o Programa de Desenvolvimento de Comunidades do MINTER, protagonizado pelo RONDON; segue matéria que retrata a poluição do lago Paranoá,

em Brasília, conseqüência da deficiência de saneamento da cidade diante do crescimento populacional inesperado; segue matéria que faz um balanço mais que positivo dos 13 anos da SUFRAMA, apresentando o incremento industrial e comercial, o sucesso do Distrito Agropecuário e as possibilidades oferecidas pela exploração da seringueira; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre as migrações, é ressaltado esse fenômeno como produto do desenvolvimento concentrado, e deve ser reorientado a fins de ocupar espaços vazios. Na matéria sobre a agricultura irrigada no Nordeste, tal processo é dado como fator de atração da agroindústria, gerando empregos e mantendo o homem no campo, evitando o êxodo rural. Na matéria sobre as pesquisas tecnológicas para energia, o Nordeste é destacado como região de enormes possibilidades fontes alternativas de energia. Na matéria sobre Morada Nova é ressaltado o sucesso da irrigação para o desenvolvimento da agricultura e permanência do trabalhador no campo. Na matéria sobre o Programa de desenvolvimento de Comunidades do MINTER, é chamada a atenção para o fato de que o crescimento deve ser considerado para além do crescimento econômico, como autonomização das comunidades. Na matéria sobre a SUFRAMA se faz referência a uma potencialidade da região que vai se tornando realidade, cita-se inclusive uma "luta contra a floresta".

Edição: Ano VI/n.31/ Março-Abril de 1980. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; a primeira matéria apresenta a arte popular nordestina como expressão artística valiosa; segue matéria que trata das gigantescas conseqüências das enchentes em todo o Brasil nesse ano; segue matéria que retrata a adesão do Brasil à Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais; segue matéria que faz rápida apresentação de algumas ações planejadas do governo, destacando-se o Polonordeste como o programa do MINTER que mobilizará mais recursos; segue matéria que retrata o programa da CODEVASF para estimular a piscicultura intensiva em larga escala no Rio São Francisco; segue matéria que fala da necessidade de preservação das "subculturas" nacionais , para a preservação de um país plural, trazendo algumas figuras indígenas que ocupam um página inteira cada uma para serem destacadas e se tornarem brincadeiras infantis; segue extensa matéria (pp.40 – 57) que trata da necessidade de desenvolvimento de tecnologias específicas para o desenvolvimento do semi-árido,

inicialmente assinada por Jeová Queiroz a matéria se divide em duas partes, a primeira chamada de "teoria", onde constam depoimentos de técnicos, e outra parte chamada "prática" onde são apresentadas as pesquisas em desenvolvimento nesse sentido; finaliza a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na primeira matéria é desenvolvida uma caracterização da arte popular nordestina como expressão profunda e valiosa desse povo, ingênua e não determinada pelo mercado. Na matéria sobre as enchentes é interessante destacar que é apresentado um debate sobre as causas dessas enchentes, que seriam o desmatamento e/ou as usinas, ambas causas negadas pelos técnicos. Na matéria sobre a conservação da natureza se apresenta um discurso muito semelhante ao que hoje denominamos de desenvolvimento sustentável, inclusive se usa a expressão "uso sustentável de espécies e ecossistemas"; fala-se também de uma crise ecológica. Na matéria sobre a piscicultura no Vale do São Francisco personagens da região e suas histórias são utilizados no desenrolar da argumentação. Na matéria sobre a cultura indígena é interessante notar que se fala da necessidade de efetivação de um espaço de circulação de idéias para se valorizar a cultura nacional; fala-se também em uma imagem destorcida do índio brasileiro, que seria assemelhada ao índio norte-americano.

Edição: Ano VI/n.32/Maio-Junho de 1980. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; a primeira matéria retrata o desenvolvimento de pesquisas sobre o biogás em diversas fontes; segue matéria que apresenta as principais ações e princípios da SEMA; segue matéria assinada por Herval Cruz Braz, que aborda a questão da gestão das Bacias Hidrográficas no Brasil com foco principal na bacia do Rio Paraíba do Sul; segue matéria que retrata Cubatão-SP como exemplo de índices de poluição quase insuportáveis em função da alta concentração de indústrias; segue matéria que apresenta um amplo debate a respeito dos rumos a serem tomados em relação ao futuro da Amazônia, pesquisadores de diversas áreas, técnicos do governo e empresários são ouvidos; segue pequena matéria sobre os primeiros projetos do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema para se combater a poluição; com o título de "informe especial", segue matéria que notifica um empréstimo do BIRD para o governo do Ceará executar o Projeto Ceará, de desenvolvimento da agricultura do estado; segue matéria que faz alusão aos 40 anos do DNOS, e apresenta os programas idealizados para

os próximos anos de atuação;segue matéria que apresenta os riscos e as conseqüências maléficas do uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura brasileira; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre a SEMA é destacada o caráter primordialmente normativo da entidade, destaca-se também a poluição como a principal preocupação e o uso nocivo dos agrotóxicos também é destacado. Em relação à matéria sobre a Amazônia, cabe destaque o fato de ser ela caracterizada pelo debate. Na matéria sobre os agrotóxicos fala-se da poluição e da evasão de divisas como conseqüências negativas do uso de tais substâncias.

Edição: AnoVI/n.33/Julho-Agosto de 1980.58p.

Tiragem: 55 000

Do que trata? A Sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; a primeira matéria apresenta o projeto Rondon em sua estrutura e funcionamento; segue matéria que apresenta o Programa de interiorização e fixação de mão-de-obra do Rondon, como uma medida de encaminhar técnicos para o interior; segue matéria que apresenta a operação regional, mais uma operação do Rondon; segue matéria que retrata uma expedição do Rondon a Aragarças, às margens do rio Araguaia; segue matéria assinada por Nonato Machado que retrata os trabalhos do Rondon em um campus avançado em Santarém-PA; segue extensa matéria (pp. 29-42) assinada por Jeová Queiroz que apresenta o trabalho do Rondon no sertão da Bahia; segue matéria que fala do campus avançado do Rondon de Boa Vista, no território federal de Roraima, que foi o primeiro Campus avançado do Projeto; segue matéria que retrata o programa Viagens de Estudos do Rondon na região de Serranópolis-GO, para pesquisas arqueológicas; segue matéria assinada por Augusto de Freitas que retrata o trabalho do Rondon, juntamente com a prefeitura e o BNH, na favela do Japão em Natal-RN; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria sobre a estrutura e funcionamento do Rondon, destaca-se a ênfase dada a importância dos estudantes conhecerem a realidade brasileira. Na matéria sobre o Programa de Interiorização, se destaca a idéia de interior como lugar longínquo e carente de desenvolvimento. Na matéria sobre Aragarças, se apresenta as impressões dos estudantes, que tinham a expectativa de encontrar "só mato". Na matéria sobre o campus avançado de Santarém-PA, o conteúdo remete a atuação dos rondonistas diante da deficiente estrutura local. Na matéria sobre o sertão da Bahia destaca-se a referência

a uma riqueza de outras naturezas que não as do "desenvolvimento", a matéria traz também um glossário de expressões baianas.

Edição: Ano VI/n.34 – Edição Especial/Setembro-Outubro de 1980. 58p.
Tiragem: 55.000.
Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pelo diretor da revista; a primeira matéria é um artigo assinado pelo ministro Andreazza, no qual ele exalta a importância da Inconfidência Mineira para a liberdade política do Brasil; segue matéria que busca retratar o movimento da Inconfidência inserido em uma época de prosperidade, efervescência cultural e idéias políticos diretamente relacionados com os movimentos revolucionários francês e dos EUA; segue matéria que traz depoimentos do vice-presidente da República, Aureliano Chaves, sobre a necessidade da Democracia, de estabelecimento de Ouro Preto como "berço cívico da Pátria", e sobre algumas características desta cidade no contexto da inconfidência e agora; segue matéria que retrata a história da Casa dos Contos em Ouro Preto, história esta que começa justamente com os idéias republicanos; segue artigo bem técnico assinado por Tarquínio J. B. de Oliveira, sobre a literatura dramática no contexto da inconfidência; segue outro artigo bem técnico assinado por Maurício Torres sobre o teatro na região inconfidente de Minas Gerais; segue artigo que retrata a formação de uma tradição musical própria da região de Ouro Preto, que vêm desde a época da inconfidência e perdura até então; segue matéria que apresenta partes de entrevista ao prefeito e ao secretário de turismo de Ouro Preto, nos quais eles debatem o turismo como um vínculo entre o passado e o futuro da cidade; segue matéria que apresenta os irmãos Carlos e Fani Bracher, pintores e defensores da preservação do patrimônio de Ouro Preto; segue matéria assinada por Cora Rónai que retrata um movimento artístico em Ouro Preto que busca valorização; segue matéria assinada por Eduardo Brito sobre as necessidades de investimentos em infra-estrutura de saneamento e combates às enchentes para a preservação de Ouro Preto; segue matéria que retrata o problema causado pelos meios de transporte modernos em Ouro Preto, e se vislumbram as soluções adotadas para equacioná-las; segue artigo assinado por Donalva Marinho que busca apresentar o debate sobre a definição de um perfil para o mineiro; segue matéria que é uma transcrição das entrevistas de Aloísio Magalhães e Wladimir Murtinho, do CNRC sobre a necessidade de preservação do patrimônio cultural nacional; segue breve matéria (p.57) sobre o

planejamento econômico para o estado de Minas Gerais; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria que busca retratar a época da inconfidência, se aborda o nacionalismo de seus protagonistas. Na entrevista com o prefeito e o secretário de turismo de Ouro Preto se desenvolve um debate sobre a necessidade de preservação dos monumentos históricos da cidade, ao passo que se tem também um anseio pela sua modernização. Na matéria sobre o CNRC tem destaque o debate (ou embate) entre progresso e tradição, industrialização e cultura.

Edição: Ano VII/n.35/ Novembro-dezembro de 1980. 58p.

Tiragem: 55 000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe, a primeira matéria trata da construção da Usina Orós-CE, no rio Jaguaribe; segue matéria que trata do FGTS, que seria um fundo de poupança compulsória; segue matéria que apresenta os balanços dos debates realizados durante o Seminário sobre Habitação e Desenvolvimento Social, promovido pelo BNH, MINTER e o Jornal do Brasil; segue matéria que apresenta o conteúdo dos debates do I Simpósio Brasileiro de Artesanato, realizado pelo Ministério do Trabalho; segue extensa matéria (pp. 20-31) assinada por Jeová Queiroz, que retrata a situação dos índios Xavantes, entre a preservação e a modernização; segue matéria que retrata a demarcação das terras indígenas dos Pataxó, na Bahia, mencionando-se também a dificuldade para se definir o povo Pataxó; segue matéria assinada por Eduardo Brito que retrata a história do Palácio do Catete como repleta de fatores interessantes; segue matéria que apresenta o Programa de Apoio às Populações Pobres da Zona Canavieira do Nordeste, que busca atendera à população pobre da Zona da Mata nordestina; segue matéria que retrata a condição do assentado pela CODEVASF nos projetos de irrigação; segue matéria que apresenta a instalação do Parque Industrial Permanente da Zona Franca de Manaus, tem também partes de entrevista com Manuel Silva Rodrigues, um dos responsáveis pelos programas de nacionalização da Zona Franca; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na matéria sobre o I Simpósio Brasileiro de Artesanato, tal atividade é apresentada como estratégica para o desenvolvimento de comunidades. Na matéria sobre os índios Xavantes o conteúdo trata da relação entre civilização e tradição, apontando uma impossibilidade dos aspectos tradicionais prevalecerem diante da "civilização". Na matéria sobre a Zona da Mata Nordestina, a expressão "Gênero de

vida" é utilizada atribuída ao geógrafo Mario Lacerda para se referir à essa região. Na matéria sobre os assentamentos pela irrigação da CODEVASF, se apresenta o exemplo de um agricultor bem sucedido, e atribui-se a uma série de fatores o insucesso de outros; ainda assim, apesar desse insucesso, as condições de vida desses assentados são consideradas como mais favoráveis que as de seus lugares de origem.

Edição: Ano VII/n.36/Janeiro-Fevereiro de 1981. 58p.

Tiragem: 55 000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe; abre a edição matéria sobre as discussões ocorridas durante a I Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países signatários do Tratado de Cooperação Amazônico; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que trata de um projeto de integração das universidades amazônicas com a finalidade de se produzir um conhecimento regional; segue "Informe Especial" sobre a SIDERAMA; segue matéria que, de forma bem "livre", desprendida de tom "oficial", apresenta a Amazônia como atração turística; segue matéria que apresenta a Zona Franca de Manaus, administrada pela SUFRAMA, como um centro de relevância que extrapola o comércio, oferecendo também indústria e agricultura; segue artigo assinado por Clara Pandolfo, diretora geral do Departamento de Recursos Naturais da SUDAM, que apresenta a proposta da entidade para a Política Florestal Amazônica; segue matéria que elenca uma série de projetos, programas, os pólos, e a própria SUDAM como responsáveis pelas novas características socioeconômicas da região; segue matéria que apresenta as Estações Ecológicas da Amazônia, implementadas pela SEMA, há também uma entrevista com Paulo Nogueira Neto, seu secretário; segue matéria assinada por Cora Rónai que traça um perfil do homem amazonense; segue matéria que apresenta a riqueza da arte plumária indígena em exposição no "Arte Plumária do Brasil", promovido pela SPHAN; segue matéria que apresenta os riscos que vem ameaçando a riqueza da biodiversidade amazônica; segue matéria que apresenta um projeto do DNOS de aproveitar as águas excedentes do rio São Francisco, que causam enchentes na época de chuvas em Sobradinho; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na primeira matéria, o conteúdo faz referência à necessidade de desenvolvimento da região amazônica, aproveitando seu potencial; fala-se também da necessidade de pesquisas cientificas e tecnológicas na região; é constante também a defesa da soberania dos países latinos americanos em utilizar a região. Na matéria sobre

as atrações turísticas da Amazônia, o conteúdo faz referencia a uma "aventura selvagem", além das atrações modernas das cidades de Belém e Manaus. No artigo sobre a Política Florestal para a Amazônia, pó conteúdo se refere a uma neutralidade sem radicalismo para se tratar o tema, e indica um aproveitamento da atividade madeireira. Na matéria sobre o perfil do homem amazônico, trata de uma "descoberta" da Amazônia, o homem amazônico é caracterizado como caboclo, mistura de índio com branco no qual prevalece a cultura branca; o índio é tratado como diferente da "civilização". Na matéria sobre a arte Plumária indígena, essa cultura é apresentada como extremamente rica, e que deve ser preservada. Na matéria sobre o Rio São Francisco, se apresenta um projeto indefinido, mas baseado na idéia de transposição do rio.

Edição: Ano VII/n.37/Março-Abril de 1981. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; a primeira matéria, assinada por Donalva Caixeta Marinho, destaca os 21 anos de Brasília, ressaltando a sua função de interiorizar o Brasil; segue matéria que apresenta o pronunciamento do ministro Andreazza no Senado e na Câmara dos deputados; segue matéria que apresenta o Projeto Asa Branca, do governo de Pernambuco apoiado pelo MINTER, que visa fortalecer a economia agrícola do Agreste e do Semi-Árido; segue matéria assinada por Afonso Carvalho que retrata a relevância da Carnaúba para o Semi-Árido nordestino, sua crise com o advento dos materiais sintéticos derivados do petróleo, e seu novo crescimento com a crise do petróleo; segue matéria assinada por Deigma Turazzi que trata das enchentes em Blumenau-SC e as providências tomadas pelo ministro do Interior; segue matéria assinada por Jeová Franklin que retrata Rondônia, prestes a se tornar uma unidade da federação norma; como um lugar pleno de florescimento econômico e desenvolvimento, a segunda parte da matéria apresenta a história da ferrovia Madeira-Mamoré; segue matéria assinada por Roberto Moreira que trata dos esforços do CNRC e o IPHAN para preservar a ferrovia Madeira-Mamoré como referência histórica do Brasil; segue matéria que apresenta o trabalho de artesões no Pará que estão recuperando a arte Marajoara e tapajônica de cerâmica; segue matéria que apresenta o trabalho do Projeto Rondon à bordo do barco Igaraçaua, que viaja pelos rios Solimões e Javari prestando atendimento às populações ribeirinhas; segue matéria que apresenta o trabalho de planejamento urbano em São Luiz-MA, protagonizada por

diversas entidades, do nível municipal ao nacional; segue matéria que retrata as ações do PROMORAR em São Luiz-MA; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria que apresenta o pronunciamento do ministro Andreeazza, é destacado em seu pronunciamento a prioridade do trabalho para a região Nordeste, e destacou uma política orientada para a convivência com a seca, através de investimentos em recursos hídricos e na agricultura irrigada.

Edição: Ano VII/n.38/Maio-Junho de 1981. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" não está assinada; a primeira, e extensa matéria (pp.4-11) trata da criação da Política Nacional do Meio Ambiente que irá tramitar pelo Congresso; segue matéria que trata dos benefícios gerados ao Norte de Minas Gerais em função da construção da barragem do Bico da Pedra e o projeto de irrigação de Gorotuba; segue matéria que apresenta a produção de aparelhos de som na Zona Franca de Manaus; segue matéria que apresenta o trabalho da SUDESUL para estimular a produção de alimentos em Pelotas-RS, explorando sua vocação e as condições favoráveis para o seu desenvolvimento; segue matéria que apresenta as marcas pré-históricas em Pedra Pintada, no território federal de Roraima; segue matéria que aborda as dificuldades enfrentadas pelo território federal do Amapá para se desenvolver; segue matéria assinada por José Mario Rodrigues que retrata o artesanato popular em Tracunhaém-PE; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta a literatura de cordel e a xilogravura como expressões do sertão nordestino; segue matéria que trata do crescimento produtivo espetacular do Centro-Oeste em função do aproveitamento da vocação regional para a agricultura e pecuária em larga escala; segue matéria que retrata o investimento em infra estrutura produtiva em Goiás para abrir mais uma fronteira econômica no Brasil; segue matéria que apresenta a Fundação Comunitária das Indústrias da Zona Franca (FUNCOMIZ), para o atendimento de projetos sociais comunitários; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na sessão "ao leitor" tem boas citações sobre uma perspectiva ambiental que se aproxima muito do atual conceito de desenvolvimento sustentável; na matéria sobre a Política Nacional de Meio Ambiente se destaca o histórico da questão ambiental no Brasil. Na matéria sobre a produção de aparelhos de som na Zona Franca, se destaca o título da matéria, que usa uma expressão que se repete várias vezes no texto: "selva", ou seja, se fala de uma produção industrial na selva, uma espécie de "oásis". Na matéria

sobre o território do Amapá se fala de um esforço em tirar este território do isolamento. Na matéria sobre o artesanato popular, que está em uma sessão intitulada "cultura popular", o conteúdo primeiramente explora o significado cultural desse tipo de arte, e depois apresenta um embate entre a originalidade e o consumismo da produção em massa. Na matéria sobre a literatura de cordel e a xilogravura, também inserida na sessão "cultura popular", essas atividades são apresentadas como autenticidades da cultura popular de um povo economicamente marginalizado; se fala de uma arte rica de imaginário, como o povo que a faz; se aborda também um embate entre cultura autêntica e o avanço da exploração comercial da mesma. Na matéria sobre o crescimento do Centro-Oeste são acentuados os esforços em pesquisa para propiciar produtividade, se fala também da implementação de uma infra estrutura de escoamento da produção; cabe destaque também a referencia a Delfim Neto dizendo que há uma revolução em curso no Brasil acontecendo no interior.

Edição: AnoVII/n.39/Julho-Agosto de 1981. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; a primeira matéria retrata a concessão, através do PROMORAR, dos títulos de propriedade no morro do Timbau, favela da Maré, RJ; segue matéria assinada por Jadson Oliveira que apresenta a idéia do "solo-cimento", em uso para construção de habitações populares na Bahia; segue matéria que apresenta o Centro Industrial de Aratu, na região metropolitana de Salvador; segue matéria que retrata o crescimento produtivo do pólo relojoeiro da Zona Franca de Manaus; segue matéria que apresenta o imenso sucesso da terceira MARCO, promovida pela SUDECO; segue matéria que apresenta o problema das secas no Nordeste como fenômeno tão antigo quanto a existência do Brasil, apresenta o I Programa de Irrigação do Nordeste, e apresenta também um histórico das medidas governamentais na região; segue matéria que apresenta a necessidade do desenvolvimento de pesquisas para o desenvolvimento econômico do Nordeste, ressaltando a possibilidade de convivência com a seca; segue matéria que apresenta as perspectivas da Jojoba como uma alternativa para a economia do semi-árido nordestino; segue matéria que apresenta entrevista com o general Annibal Gurgel do Amaral, secretário da Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC/MINTER); segue matéria assinada por Jeová Queiroz que retrata a xilogravura como arte popular nordestina; segue matéria que apresenta um projeto de estruturação de Ceilândia, cidade satélite de

Brasília, financiado pelo BNH; segue matéria que apresenta o Polonoroeste como esforço empreendido por seis ministérios para a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste; segue matéria que apresenta o projeto de restauração do histórico colégio do caraça, em Belo Horizonte; segue Informe Especial sobre agricultura irrigada; encerra a edição a sessão cartas.

Como trata? Na matéria sobre o Centro Industrial de Aratu, o baiano é retratado como "um espírito lúdico e folgazão" que é um entrave ao desenvolvimento industrial, mas aos poucos estava se adaptando ao ritmo das indústrias. Na matéria sobre a 3ª MARCO, o conteúdo se refere ao artesanato como uma arte ingênua, que está sendo incorporada pela organização empresarial em função da expansão do mercado, inclusive para exportação, gerando divisas. Na matéria sobre as secas no Nordeste, tal fenômeno é apresentado como um problema secular, e se apresenta uma nova fase no se combate, agora baseado no planejamento. Na matéria sobre a xilogravura no Nordeste, inserida na sessão cultura popular, se destaca a riqueza do texto, bem interpretativo e com muito conteúdo histórico. Na matéria sobre o Polonoroeste se fala de uma vocação e potencial agrícola da região, ressaltando-se o papel da infra-estrutura para o desenvolvimento desse potencial.

Edição: Ano VII/n.40/Setembro-Outubro de 1981. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "Ao leitor" não tem assinatura; a primeira matéria apresenta o desenvolvimento da mandioca enquanto matéria-prima para o álcool, destacando o complexo agroindustrial de Sinop-MT; segue matéria que apresenta o crescimento produtivo do Distrito Agropecuário da Zona Franca de Manaus como um grande avanço em relação à enorme dificuldade de abastecimento que a região até então enfrentava; segue matéria que apresenta o aproveitamento do vinhoto, resíduo da cana na produção do álcool, como ação de preservação do meio ambiente, em função de normativa da SEMA; segue matéria que apresenta o trabalho do Departamento de Meio Ambiente da administração de Itaipu para atenuar os impactos ambientais da Usina; segue matéria que apresenta a instalação da barragem Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte, por parte do DNOS; segue matéria que apresenta a entrega, por parte do presidente Figueiredo, das obras de contenção das enchentes do Rio São Francisco; segue matéria assinada por Jeová Queiroz, de forma bem estilizada, que apresenta a ilha de Alcântara como um universo riquíssimo e cheio de encantos; segue matéria que

apresenta o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, que se caracteriza pelo trabalho de desenvolvimento comunitário em diversas dimensões; segue matéria que apresenta Curitiba como exemplo de cidade moderna e bem planejada; segue matéria que apresenta o Programa de Açudes e Poços da Sudesul, que tem por objetivo sanar os efeitos danosos da estiagem que periodicamente cai sobre a região; segue matéria que apresenta o estágio avançado em que Rondônia se encontra para se tornar mais uma unidade da federação; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria sobre a mandioca em Sinop-MT, se destaca a atenção para a ocupação e desenvolvimento da Amazônia. Na matéria sobre Itaipu, cabe destaque o fato de a matéria trazer a preocupação com a preservação da flora e fauna, superando a preocupação restritamente com a poluição. Na matéria sobre a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o conteúdo faz referencia ao alagamento de uma cidade pobre e atrasada, que ao ser transposta se tornará moderna e dinâmica. Na matéria sobre Alcântara, o conteúdo versa sobre duas cidades, a primeira dos turistas que vão e voltam no mesmo dia, atravessada por um roteiro turístico bem definido, e a segunda do cidadão comum que habita a cidade e faz dela riquíssima em cultura popular. Na matéria sobre Curitiba essa cidade é exaltada como cidade que faz bem aos seus habitantes, destacando-se o IPPUC. Na matéria sobre Rondônia acentua-se a estrutura propícia ao desenvolvimento que o território já apresenta.

Edição: AnoVIII/n.41/Novembro-Dezembro de 1981. 50p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" não tem assinatura; a primeira matéria faz um resgate do histórico recente das políticas de desenvolvimento para a região Nordeste que incorreram na SUDENE e se desdobrou desta; segue entrevista com o Valfrido Salmito Filho, superintendente da SUDENE, na qual ele reafirma as vantagens que a instituição proporcionou ao Nordeste; segue matéria que apresenta o BNB como agencia de credito para o desenvolvimento do Nordeste; segue matéria que apresenta a dinamização da economia nordestina em função principalmente da industrialização; segue matéria assinada por José Mario Rodrigues que apresenta a cidade de Olinda por sua riqueza cultural, como uma "Meca da arte brasileira"; segue matéria que apresenta o desenvolvimento do Estado de Sergipe; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta as festividades em comemoração à criação do Memorial Zumbi na Serra da barriga em Alagoas; segue matéria que apresenta o DNOS como importante entidade

destinada a resolver o problema da escassez de água do semi-árido; segue matéria que apresenta as transformações ocorridas em Petrolina e Juazeiro em função das obras de irrigação da CODEVASF e da instalação do pólo agroindustrial; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na primeira matéria sobre a SUDENE, o conteúdo ressalta a evolução para um planejamento integrado e a industrialização como principal estratégia das ações de desenvolvimento do Nordeste. Na matéria sobre o BNB, o conteúdo ressalta o banco e a SUDENE como marcas de uma nova estratégia de desenvolvimento para a região, marcada pela capitalização. Na matéria sobre a dinamização da economia nordestina destaca-se principalmente a menção a uma ocupação do interior para o aproveitamento das "vantagens vocacionais". Na matéria sobre Olinda, se faz referencia a uma cidade rica em crônicas e poesias. Na matéria sobre Sergipe se faz alusão a uma "pressa em crescer", algo como "recuperar o tempo perdido"; para tanto, se faz referencia a uma necessidade de criar estradas e superar o problema das secas. Na matéria sobre o DNOS a água é tratada como recurso fundamental para o desenvolvimento da região, e a irrigação como estratégia fundamental.

Edição: Ano VIII/n.42/Janeiro-Fevereiro de 1982. 58p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora da revista; a primeira matéria apresenta a Zona Franca de Manaus como fator propulsor do desenvolvimento da Amazônia Ocidental; segue artigo assinado pelo ministro Andreazza que trata dos sucessos e das perspectivas para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, ressaltando os investimentos em infra-estrutura. Segue entrevista com Ruy Lins, superintendente da SUFRAMA, na qual ele apresenta aspectos do projeto e do funcionamento da entidade; segue matéria que apresenta Manaus como um centro de atração turística; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que retrata Manaus por suas características culturais; segue matéria que apresenta a Exposição Industrial Permanente em Manaus como um local para expor a diversidade do parque industrial da cidade; segue matéria que apresenta a proposta e os resultados do Distrito Agropecuário da Zona Franca de Manaus; segue matéria assinada por Eduardo Brito que trata dos problemas para as exportações da Zona Franca de Manaus, gerados principalmente em função da adoção de medidas protecionistas por parte dos países tradicionalmente importadores de seus produtos, e a infra-estrutura debilitada da região; segue matéria que apresenta a instalação de um

novo Distrito Industrial da SUFRAMA em função da saturação do atual; segue matéria que apresenta as necessidades e os esforços empreendidos para o conhecimento científico da Amazônia; segue matéria que apresenta o FUNCOMIZ como um fundo de assistência social; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na primeira matéria sobre a Zona Franca de Manaus, o conteúdo se remete a uma Amazônia Ocidental estagnada até a implementação da Zona Franca, ressaltando o papel da capitalização da região. Na matéria que destaca as atrações turísticas de Manaus, se desenvolve praticamente um guia turístico da cidade, destacando principalmente o comércio. Na matéria sobre as características culturais da Manaus, a cidade é apresentada como um universo cultural rico, uma mistura de cosmopolitismo com raízes culturais regionais. na matéria sobre o conhecimento científico, destaca-se a região como única e particular, e por isso deveriam existir esforços em pesquisas para conhecer essas particularidades.

Edição: Ano VIII/n.43/Março-Abril de 1982. 50p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" não tem assinatura; abre a edição um anúncio de premiação patrocinada pela SUFRAMA de trabalhos sobre a Amazônia nas áreas de Literatura, jornalismo, história e artes plásticas; segue matéria que apresenta a preocupação com as regiões metropolitanas no Brasil, enfocando principalmente a cidade do Recife e a ação de planejamento do CNDU; segue matéria que apresenta o FINOR e o desenvolvimento histórico do processo de incentivos fiscais para o Nordeste; segue extensa matéria (pp. 15-22) que apresenta o processo de interdição das terras Yanomani e seus traços culturais; segue matéria que apresenta ilustrações e poemas Yanomani que contam o começo do mundo, segundo a mitologia própria desse povo; segue artigo bem técnico, assinado por Roberto Cavalcanti de Albuquerque (secretário de planejamento do MINTER), no qual ele reflete sobre as características e necessidades do planejamento regional no Brasil; segue matéria que anuncia a empresa Confab S.A como vencedora da concorrência para fornecer material para a tubulação do sistema Massangano de irrigação da CODEVASF; segue matéria que apresenta o Projeto de irrigação do Betume como um projeto social; segue matéria que apresenta o PRODIAT, promovido por um convênio entre OEA e o governo brasileiro para estudar os potenciais da região entre o Araguaia e o Tocantins;

Como trata? Na matéria sobre as regiões metropolitanas do Brasil, o crescimento urbano é colocado como inevitável e irreversível. Na matéria sobre o FINOR, esse mecanismo é apontado como o principal instrumento financeiro para o desenvolvimento da região. A matéria sobre os Yanomani, que tem excelente citação, essa etnia é apresentada como misteriosa e isolada, produzindo muita curiosidade a seu respeito. No artigo de Roberto Cavalcanti, o conteúdo é bastante denso, cheio de números e estatísticas, na qual ele busca demonstrar como o desenvolvimento foi pensado somente na dimensão temporal, negligenciando a espacial, segundo ele, esse pensamento reflete a preocupação maior com o crescimento do que com a repartição do desenvolvimento.

Edição: Ano VIII/n.44/Maio-Junho de 1982. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" não é assinada; a primeira matéria é uma compilação de depoimentos de diversas pessoas, como professores universitários, técnicos, empresários, crianças e o secretário da SEMA, visando representar a consciência ecológica despertada no Brasil pós-conferencia de Estocolmo (1972); segue transcrição de entrevista com Paulo Nogueira Neto, secretário da SEMA; segue matéria que apresenta a íntegra dos 23 artigos da Declaração sobre o Ambiente Humano, produto final da Conferência de Estocolmo, e a declaração final da Conferencia de Nairóbi, 10 anos depois; segue matéria que apresenta os desastrosos níveis de qualidade de vida em Cubatão-SP em função da poluição, apresenta também a instituição de uma comissão para propor soluções para a cidade; encerra a edição a sessão "cartas"

Como trata? A primeira matéria, que expõe diversos depoimentos sobre a questão ambiental, se coloca como a própria representação da consciência ambiental. Na entrevista com o secretário da SEMA cabe destaque à questão do "poder", das possibilidades da SEMA, no qual estavam sempre questionados o poder de atuação da secretaria dentro da estrutura governamental.

Edição: Ano VIII/n.45/Julho-Agosto de 1982. 58p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" não tem assinatura; a primeira matéria apresenta a reinstalação, por parte do PROMORAR, de parte da população da favela da Maré –RJ; segue matéria que apresenta as investigações sobre os achados arqueológicos no Vale do Guaporém (região Centro-Oeste), que retratam a história dos Nambikwara; segue

matéria que exalta e traça um esboço histórico dos 15 anos do Projeto Rondon; segue entrevista com Myriam Levy Cardoso Moreira, presidente do Rondon; segue matéria que apresenta os estudos do professor Ezechias, chefe do Departamento Geral de Ecologia e Experimentação do IBGE, para criar o lago de São Bartolomeu em Brasília; segue matéria assinada por José Mario Rodrigues que apresenta a missa do vaqueiro, que ocorre no sertão pernambucano; segue matéria que apresenta o Projeto Gorotuba de irrigação, promovido pela CODEVASF no norte de Minas Gerais; segue matéria que anuncia o fechamento das comportas de Itaipu e a inundação de Sete Quedas, atração turística do Rio Paraná; a matéria apresenta o desenvolvimento de técnicas agrícolas no Paraná que fazem uso de agrotóxicos de forma moderada; segue matéria que apresenta o BASA como um banco de crédito bastante diversificado para a Amazônia, que financia desde pequenos produtores rurais até grandes empreendimentos como Carajás; segue informe especial sobre a barragem de Juturnaíba, no estado do Rio de Janeiro; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria sobre os 15 anos do Rondon, se apresenta uma idéia do projeto como que por finalidade atender e prestar assistência ao interior do país, defendendo estar o projeto vinculado ao ideal de "integrar para não entregar"; na entrevista com a presidente do Projeto, é explicitada uma conotação dada ao Rondon como interiorização dos técnicos de ensino superior. Na matéria sobre a missa do Vaqueiro, esta é apresentada como um ritual exótico cheio de tradição típica do sertanejo nordestino. Na matéria sobre o fechamento das comportas de Itaipu, e a inundação de Sete Quedas, é interessante destacar que a matéria quase que completamente exalta a beleza dos lugares que serão inundados em um tom de perda, de algo que nunca mais será recuperado.

Edição: Ano VIII/n.46/Setembro-Outubro de 1982. 65p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" não tem assinatura; abre a edição matéria que apresenta a primeira expedição brasileira à Antártida, para fins de pesquisa, perspectivas econômicas e até militares; segue matéria que apresenta a operação Mymba Kuera, de resgate de espécies da fauna dos lugares que serão alagados pela represa de Itaipu; segue matéria que apresenta as ações do MINTER de recuperação da Bacia do Paraíba do Sul, que sofre de intensa poluição por atravessar uma região densamente industrializada e de agricultura bastante tecnicizada; segue matéria que apresenta o

Projeto Tubarão, implementado pelo DNOS para o combate as enchentes causadas pelo rio Tubarão-SC; segue matéria que apresenta o Parque Nacional das Emas-GO, que visa proteger a diversidade da flora e fauna do cerrado; segue matéria assinada por Carlos Ribeiro que apresenta o artesanato no Vale do Jequitinhonha-MG como uma ação econômica viável para a geração de renda e superação do subdesenvolvimento da região; segue matéria que apresenta o programa de piscicultura e pesca desenvolvido pela CODEVASF no Vale do São Francisco; segue matéria que apresenta as ações do DNOS para o combate à erosão no noroeste do Paraná; segue matéria que apresenta o planejamento urbano de Florianópolis, inserido no programa Especial de cidades de porte médio, visando evitar que as cidades médias venham a se tornar megalópoles; segue matéria que apresenta de forma detalhada as características do Projeto RadamBrasil e aponta a descoberta de um Nordeste fértil como resultado; segue matéria que apresenta o sucesso atingido pelo Projeto Sertanejo em propagar o desenvolvimento para o semi-árido nordestino; segue matéria que apresenta o PROHIDRO; segue matéria que apresenta os problemas do estado do Acre, as ações do MINTER no estado e destaca principalmente a UFAC, patrocinada por altos investimentos da SUFRAMA como a principal estratégia de desenvolvimento do estado; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria sobre a operação Mymba Kuera chama-se a atenção para o impulso a industrialização que a construção da hidrelétrica irá impulsionar. Na matéria sobre o Parque Nacional das Emas, destaca-se o título da matéria que supõe um conflito entre progresso e conservação. Na matéria sobre o vale do Jequitinhonha é interessante destacar o sentido desenvolvimentista dado a essa atividade. Na matéria sobre o RadamBrasil, cabe destaque a menção a "dois Nordestes" diferentes, um da seca e outro das potencialidades descobertas através do Radam. Na matéria sobre o Acre, tal estado é apontado como a própria escassez.

Edição: Ano IX/n.47/Novembro-Dezembro de 1982. 66p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; abre a edição entrevista de Cora Coralina a Severino Francisco; segue matéria assinada por Cora Rónai que apresenta os principais artistas de Goiás: Siron, José Veiga e Goiandira; segue matéria que apresenta a arte popular como a melhor expressão do povo de Mato Grosso, valor esse reconhecido pela SUDECO e a PROSOL; segue matéria que

apresenta a monocultura da soja como bem sucedida no Mato Grosso do Sul; segue matéria que apresenta o gigantismo da fazenda Itamaraty, considerada a maior fazenda de soja do mundo e que agora está gerando uma cidade; segue matéria que apresenta e descreve as tribos indígenas instaladas nos Parques do Xingú, do Araquaia e do Aripuanã, segue informe especial sobre o Sanemat; segue matéria que apresenta as teses espiritualistas que atribuem a Brasília uma posição privilegiada para o Terceiro milênio; segue matéria que apresenta detalhadamente o trabalho da SUDECO em seus 15 anos, e os resultados para a região Centro-Oeste; segue matéria que apresenta o "descobrimento" agrícola do cerrado através dos investimentos em pesquisas e técnicas adequadas; ; segue matéria que apresenta a descoberta de minerais no Centro-Oeste; segue matéria que apresenta roteiros turísticos em Brasília, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; segue matéria que apresenta o pantanal como região rica e interessante ao turismo; segue matéria que apresenta o município de Pilar de Goiás, tombada pelo SPHAN; segue matéria que apresenta o franco crescimento do recente estado de Rondônia; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria de abertura, Cora Coralina é apresentada como representante cultural do estado de Goiás. Na matéria sobre a arte popular do Mato Grosso, cabe destaca-se a menção a um embate entre tradição e modernização, trabalha-se também com a idéia de arte popular como expressão mais autentica de um povo. Na matéria sobre a monocultura da soja se ressalta que esse cultivo demanda alto investimento de capital devido ao alto nível de mecanização que exige, e representa o progresso da região.na matéria sobre o trabalho da SUDECO, a região é apresentada como marcada por um progresso, uma passagem de uma condição atrasada para uma intensa dinamização da economia enquanto centro da agricultura altamente mecanizada e tecnicizada, fica claro também a idéia de ocupação e integração da região. Na matéria sobre o município de Pilar de Goiás, são exploradas as suas feições históricas, como uma cidade marcada pela decadência, e que enfrenta dificuldades em se manter as suas feições históricas.

Edição: Ano IX/n.48/Janeiro-Fevereiro de 1983. 66p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; abre a edição matéria que apresenta a instalação da Barragem do Açu-RN, por parte do DNOS; segue matéria que apresenta "a arte do povo", uma mostra de artesanato do Nordeste;

segue matéria que apresenta Antonio Poteiro, um artesão de Goiás, como um artista de uma arte "selvagem", popular de fato; segue matéria que apresenta as vantagens da poupança; segue matéria que apresenta a instituição da caderneta do FGTS como maneira do empregado controlar seus rendimentos; segue matéria que apresenta o Projeto de Apoio ao Trabalho Popular, realizado pela prefeitura do Recife, com recursos do MINTER e da Secretaria de Planejamento da Presidência; segue matéria que apresenta a criação de uma creche de apoio aos funcionários do MINTER; segue matéria que apresenta os trabalhos em curso em Carajás, inclusive com uma entrevista com Nestor Jos, secretário Geral do programa; segue matéria que apresenta as ações para amenizar os impactos sobre os indígenas em função da implementação de Carajás; segue matéria que apresenta a realocação dos indígenas do Posto Indígena de Pucuruí para o seu lugar de origem, hoje chamado de Posto Marudjewara, devido ao futuro alagamento do atual lugar onde habitam esses indígenas atualmente; segue matéria que apresenta a região de Bonito-MS como excelente atração turística; segue matéria que faz um balanço positivo do trabalho da SUDENE para o ano de 1983; segue matéria que faz um balanço positivo dos avanços da Amazônia para o ano de 1983; segue matérria que apresenta os premiados do Prêmio SUFRAMA sobre jornalismo, história, literatura e artes plásticas; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria de abertura, se apresenta o maior objetivo da barragem como o de favorecer a agricultura irrigada na região. Na matéria sobre "a arte do povo", o artesanato é apresentado como um "universo encantador", diferenciado da produção em massa que hoje domina o mercado. Na matéria sobre Carajás, a região de execução da obra é apresentada como um canteiro de obras em tom bastante positivo, colocando obras como sinônimo de modernização; acentua-se também a consolidação de infra-estrutura para a região, com portos e ferrovias principalmente. Na matéria sobre a preservação indígena diante do avanço de Carajás, o conteúdo trata dos impactos que esses índios sofrem com o contato com a civilização. No balanço sobre a SUDENE, os fatores que são destacados são o FINOR, a irrigação, barragens, Projeto Sertanejo e a industrialização. Na matéria sobre a Amazônia, destaca-se a pecuária como atividade prioritária.

Edição: Ano IX/n.49/Março-Abril de 1983. 66p.

Tiragem: 60.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" não tem assinatura, a primeira matéria apresenta o Programa Nacional de Desburocratização, de 1979, tem também entrevista com Rocha Maia, secretário-geral do MINTER, que aponta a informática como a melhor estratégia para a desburocratização; segue matéria que apresenta o trabalho de Saneamento que despoluiu a praia de ramos, na zona norte do Rio de Janeiro; segue matéria que se divide em três partes sobre a expedição a Antardida, i) anuncia o retorno da tripulação, ii) retrata as passagens da tripulação, iii) assinada por Cora Rónai, apresenta as impressões bastante estilizadas de uma das tripulantes; segue extensa matéria (pp. 20-49), baseada no IV MOITARÁ, feira anual promovida pela FUNAI em comemoração ao dia do índio. É basicamente dividida em duas partes, i) aparece uma análise bastante densa sobre os Kayapó enquanto organização social, referenciado nos seguintes autores: Terence Turner e Lux Vidal, ii) é uma descrição detalhada da indumentárias, dos objetos e dos instrumentos dos Kayapó; segue matéria que retrata as pesquisas e a implementação de combustíveis derivados do carvão vegetal na Amazônia; segue matéria que apresenta a profissão de sertanista, retratando os principais sertanistas do país: os irmãos Villas-Boas, Francisco e Apoena Meirelles, Cícero Cavalcanti, Sidney Possuelo e Wellington Figueiredo; segue matéria que apresenta o Encontro de Artesanato, que acontece em Betim-MG; segue matéria que apresenta o Sistema Nacional de Defesa Civil; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? A matéria sobre o IV MOITARÁ parece refletir bem o pensamento antropológico que tem interesse pelo "exótico", fala de um primitivismo indígena e uma harmonia na relação destes com a natureza. Na matéria sobre os sertanistas, estes são retratados como aventureiros, suscetíveis a doenças como a malária, ataques de índios arredios, etc. Na matéria sobre o encontro de artesanato, tal atividade é exposta como produto da habilidade e criatividade, diferentemente da produção em massa.

Edição: Ano IX/n.50/Maio-Junho de 1983. 66p.

Tiragem: 60.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; abre a edição matéria apresentando o estado calamitoso que as secas tem provocado no Nordeste, e as soluções alcançadas através da irrigação. Segue entrevista com Salmito Filho, superintendente da SUDENE, sobre as perspectivas da entidade em relação ao problema das secas; segue matéria que apresenta a seca no Maranhão, que não faz parte do "Polígono das secas", ao contrário, tem um regime pluviométrico bastante intenso;

segue extensa matéria (pp.20-36) que apresenta o Programa de Estudos para o Aproveitamento Integrado dos Recursos de Água e Solo no Semi-Árido Nordestino Mediante Transposição de Recursos Hídricos do Rio São Francisco, sendo executado pelo DNOS; segue entrevista com o diretor do DNOS, no qual ele detalha de forma mais pormenorizada o projeto da transposição; segue matéria que apresenta a experiência de outros países, como Rússia, França e EUA, de transposição de águas para solucionar problemas de secas; segue matéria, cuja linguagem mistura estilo literário e dados técnicos, que descreve o percurso do rio São Francisco e as comunidades ribeirinhas que o habitam; segue matéria que retrata a arte das carrancas produzidas por artesões do Vale do São Francisco; segue matéria que apresenta o SITEL, que controla os efeitos de poluição causados pela instalação do III Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, instalado na margem do rio Guaíba; segue matéria que apresenta Chico Antônio, "cantador" e agricultor no interior do Rio Grande do Norte; segue informe especial sobre o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Sul; fecha a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria de abertura da revista, a seca é tratada novamente como um problema secular. Na entrevista com o superintendente da SUDENE, o entrevistado diz que somente estocagem de água não resolve o problema nordestino, faz-se necessário investimento em pesquisas para se conviver com a seca. Na matéria sobre os efeitos da seca no Maranhão, pinta-se um quadro dramático da seca, e atribui-se as causas à devastação e à monocultura. Na matéria sobre o São Francisco, o programa ao qual trata a revista visa estudar as alternativas para a transposição do rio São Francisco visando o aproveitamento agrícola das áreas hoje atingidas pela seca. Na entrevista com o diretor do DNOS, a transposição é apontada como meio de desenvolvimento regional para o Nordeste. Na matéria sobre experiências de transposição em outros países, estas são sempre retratadas como bem sucedidas. Na matéria sobre as carrancas, essa atividade é apresentada como uma arte mágica e espontânea. Na matéria sobre Chico Antônio, tal pessoa é retratada como de traços simples e profundos, como um autêntico sertanejo.

Edição: Ano IX/n.51/julho-agosto de 1983. 66p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; abre a edição matéria que apresenta indícios arqueológicos encontrados no semi-árido nordestino que remontam a 20 mil anos; segue matéria que apresenta o projeto de lei baseado nos

estudos do CNDU para a criação de uma legislação própria para as cidades; segue matéria que aborda o crescimento e os problemas das grandes cidades brasileiras, e entrevista com o diretor do CNDU, na qual ele apresenta aspectos da filosofia que apresenta o projeto de lei; segue matéria que apresenta a piscicultura como atividade lucrativa para os sertanejos; segue matéria que apresenta os investimentos do BNB em pesquisa tecnológica para viabilizar o desenvolvimento econômico do semi-árido; segue matéria que apresenta o Projeto Asa Branca do governo de Pernambuco; segue Informe Especial para o II Pólo Petroquímico no RS; segue matéria que apresenta a multa por agressões ao meio ambiente estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente, que será cobrada pela Receita Federal; segue matéria que apresenta os danos causados pela mineração no sul de Santa Catarina, e a fiscalização da SEMA para controlar esse quadro; segue matéria que apresenta os trabalhos de despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro; segue Informe Especial sobre um congresso de irrigação; segue matéria que apresenta a industrialização de Anápolis-GO, com a consolidação de seu Distrito Agropecuário; segue matéria que apresenta o sucesso que o álcool vem tendo como alternativa energética, e aponta a cana-de-açúcar como possibilidade econômica para o semi-árido nordestino, conforme proposta da CODEVASF; segue curta matéria que apresenta os recursos a serem investidos no Nordeste através do FINSOCIAL; segue matéria que retrata os ganhadores do I Prêmio SUFRAMA e apresenta as regras de concorrência para o II, em aberto; segue Informe Especial sobre a expansão da rede de saneamento do BNH; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria sobre o projeto de lei sobre o fenômeno urbano, enfatiza-se a função social da propriedade do solo urbano, e se vê o crescimento das cidades como algo que vem trazendo efeitos negativos. Na matéria que apresenta os problemas das grandes cidades brasileiras, esse gigantismo é apontado como um grande problema para as cidades, causado principalmente pelas migrações internas, atraídas pelo desenvolvimento industrial. Na matéria sobre os investimentos do BNB o conteúdo remete a uma racionalização, a um desenvolvimento técnico como solução para o semi-árido. Na matéria sobre os danos ambientais no sul de SC, cabe destaque ao fato de que a problemática ambiental é aqui trabalhada como preservação, bem mais ampla do que a poluição, antes predominantes. Na matéria sobre Anápolis, a matéria enfatiza uma vocação agrícola do município, cuja incorporação industrial se deve às frentes de ocupação.

Edição: Ano IX/n.52/setembro-outubro de 1983. 66p.

Tiragem: 55 000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora assistente Donalva Caixeta Marinho; abre a edição matéria que apresenta o trabalho da Artene S.A que com 11 anos de existência, tenta promover o artesanato no Nordeste intensificando sua comercialização; segue matéria que apresenta a introdução da informática na administração do MINTER, com objetivo de desburocratizar a administração; segue entrevista com Gilwan Campos, secretário geral do MINTER, no qual ele explica as finalidades desse processo de modernização administrativa; segue matéria que apresenta o projeto de interiorização mais profunda do Rondon no território re Roraima; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta a valorização comercial do Guaraná, e as mudanças que essa valorização tem significado para certas regiões amazônicas, inclusive indígenas; segue matéria que noticia o começo dos trabalhos do PRODIAT; segue matéria que retrata os fortes impactos que a seca tem gerado no semi-árido nordestino, assim como apresenta os planos emergenciais e a intensificação dos planos de desenvolvimento regional do governo; segue matéria que apresenta a reativação da indústria da cerâmica em Recife, através do BNH, para aquecer a economia regional e prover de material os programas habitacionais; segue matéria que retrata o Pantanal, primeiramente como uma região viável economicamente, depois em função da Operação Pantanal, desencadeada pela Polícia Federal para combater os "coureiros", caçadores de jacaré; segue Informe Especial que apresenta os resultados positivos que vem sendo conquistados pela SUDAM; segue matéria assinada por Herval Cruz Braz que apresenta a situação de precariedade dos moradores carentes de Parati causados pela especulação imobiliária advinda do turismo, e as soluções encaminhadas pelo CNDU; segue matéria que apresenta as conseqüências das enchentes no sul do País como marco divisor na história da região; segue matéria que apresenta as medidas tomadas pelo BNH para incentivar as poupanças, esvaziadas em função da crise econômica; segue matéria que apresenta o trabalho de pesquisas protagonizadas pelo CETEC-MG em inventariar e recolher informações sobre a arte rupestre no estado; segue matéria assinada por Severino Francisco que retrata o repente como cultura popular, usando como plano de fundo o IV festival Nacional de Repentes, acontecido em Ceilândia; segue Informe Especial sobre os empreendimentos do BNH; segue Informe Especial sobre a fiscalização do BNH; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria de abertura, o conteúdo se refere a uma necessidade de aprimoramento técnico e de métodos para ampliar a produção e se atingir níveis comerciais para o artesanato; na matéria sobre a informática no MINTER, a informática é colocada como sinônimo de eficiência e agilidade na administração pública. Na matéria sobre o Rondon, Roraima é apresentado como um território marcado por escassez, carências. Na matéria sobre o Guaraná tem uma boa citação sobre a relação deste com os índios na página 22. Na matéria sobre o PRODIAT, ressalta-se o aproveitamento do potencial agrícola e agroindustrial da região. Na matéria sobre as enchentes no Sul, é interessante destacar que se faz um debate sobre a relação entre ecologia e desenvolvimento. A matéria sobre o repente é um confronto direto ao que se chama de cultura de massas, que seria uma incultura e aniquilaria a cultura popular autêntica; a matéria critica vorazmente o não reconhecimento dos valores culturais do repente.

Edição: Ano X/n.53/Novembro-dezembro de 1983. 66p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; abre a edição matéria assinada por Thaís Mendonça que apresenta o artista Augusto Rodrigues destacando seu espírito jovem; segue matéria que apresenta o Projeto Nordeste, que se trata do novo plano pensado por 300 técnicos nordestinos para repensar a estratégia de desenvolvimento regional do Nordeste; segue matéria que anuncia para o próximo ano a produção de vinhos a partir de uvas produzidas no vale do São Francisco através de agricultura irrigada, aborda também a irrigação como instrumento de viabilização econômica da região e tem entrevista com Erasmo José de Almeida, presidente da CODEVASF; segue matéria que apresenta o Conjunto Mundo Novo, em Vespasiano-MG, formado por ex-favelados de Belo Horizonte atingidos por uma enchente; segue matéria que apresenta o risco de extinção do camarão rosa em SC em função da pesca predatória, segundo a Superintendência de desenvolvimento da pesca (SUDEPE); segue Informe Especial sobre um Pólo Agroindustrial instalado no norte de Minas Gerais; segue matéria assinada por Fernando Pinto que apresenta o dinamismo apresentado no Mato Grosso e em Rondônia em função da reconstrução da BR-364 e do POLONOROESTE; segue Informe Especial sobre o crescimento de Rondônia; segue matéria apresenta o IV MARCO, promovido pela SUDECO ocorrido em Brasília; segue Informe Especial sobre a SUDAM; segue matéria que apresenta a instituição do

FUCAPI, entidade técnica vinculada a SUFRAMA incumbida de estudar as potencialidades da Zona Franca; segue matéria que apresenta as dificuldades e as possibilidades do território de Roraima, cuja imagem de fronteira agrícola do mundo é relativizada diante das dificuldades encontradas; segue Informe Especial sobre a transformação do território do Amapá em estado; segue matéria que apresenta a regularização da Área indígena Pirineus de Souza, no Mato Grosso, e apresenta a regularização de outras áreas; segue curta matéria (p. 58) que apresenta a Festa das Flores em Joinville-SC; segue pequena matéria (p.62) que apresenta os projetos de um complexo de barragens do Maranhão; segue Informe Especial sobre o BNH; segue Informe Especial sobre o CEMAC do BNH; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na sessão "ao leitor" tem boa citação sobre o que a revista pensa de si mesmo; na matéria sobre o Projeto Nordeste é apontado como prioridade a geração de empregos e melhor distribuição de propriedades. Na matéria sobre a produção de vinhos no Vale do São Francisco o conteúdo é pautado em demonstrar a agricultura irrigada no São Francisco como necessária e indispensável. Na matéria sobre o conjunto habitacional em Vespasiano-MG cabe destaque a menção do desenvolvimento de hortas nos quintais como um retorno às origens rurais. Na matéria sobre o Mato Grosso e Rondônia, essa região é caracterizada por ter passado de um vazio econômico a uma região dinâmica. Na matéria sobre as barragens do Maranhão se defende que essas barragens trazem melhorias para a agricultura do estado.

Edição: Ano X/n.54/Janeiro-Fevereiro de 1984. 66p.

Tiragem: 55.000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; abre a edição matéria assinada por Thaís de Mendonça que apresenta a exposição permanente de cultura popular da Casa do Pontal, no Rio de Janeiro, cujo acervo é de Jacques Van de Beuque; segue matéria que apresenta o teatro do BNH no Rio de Janeiro, apresenta também Nelson Rodrigues e a renumeração do teatro, que levará o nome deste dramaturgo; segue extensa matéria (10-15) assinada por Severino Francisco que apresenta o folclore do Padre Cícero em Juazeiro do Norte; segue matéria que apresenta a insatisfação e a manifestação de prefeitos por maior verbas para os municípios; segue matéria que apresenta a "ingenuidade" por parte dos prefeitos no tratamento orçamentário, e reverencia o tempo em que o TCU orientava os gastos dos prefeitos; segue matéria que apresenta a questão da repartição orçamentária entre os níveis de

governo; segue matéria que apresenta a instalação da Feira Permanente de Produtos da Zona Franca de Manaus, para atrair o turista a consumir também os produtos de lá, e não somente os importados; segue matéria que apresenta a qualificação dos componentes nacionais dos produtos da ZF, em função da nacionalização do know-how e da tecnologia; segue entrevista com Igrejas Lopes, superintendente da SUFRAMA, no qual ele apresenta a intenção de tornar a ZF em uma região exportadora; segue matéria que apresenta o problema que tem se tornado a migração para o inchaço das cidades médias e grandes; segue matéria que apresenta o PAM, criado pelo MINTER; segue matéria que apresenta o progresso econômico de São João Nepomuceno-MG, depois de uma crise enfrentada em função do fechamento da principal indústria da região; segue matéria que apresenta o estado de pobreza que vive Mossoró-RN, apesar das riquezas minerais de seu solo; segue matéria que apresenta a ilha de São Francisco do Sul-SC; segue matéria que apresenta as aspirações da cidade de Salvador-BA em se tornar patrimônio mundial da humanidade, e as dificuldades administrativas que tal empreendimento requer; segue Informe Especial sobre o PLANASA; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria que abre a edição a cultura popular é apresentada como rica e original, sendo ameaçada pela sua própria massificação. Na matéria sobre Padre Cícero, a devoção ao padre é atribuída ao povo marginalizado do Nordeste, e seria exercida como símbolo de esperança; essa tradição é apresentada como rica e mística

Edição: Ano X/n.55/Março-Abril de 1984. P.66

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinado pela editora chefe; a matéria de abertura assinada por Severino Francisco apresenta Patativa do Assaré, poeta sertanejo; segue extensa matéria (pp. 9-17) que apresenta a situação ambiental no Brasil extremamente desanimadora, sendo os principais responsáveis por isso o desmatamento e o uso de agrotóxicos; segue matéria assinada por Thaís de Mendonça, bastante estilizada, assume uma forma bem literária para apresentar o cotidiano de Vigia-PA, considerada a mais antiga povoação da Amazônia; a matéria apresenta a poluição e degradação que vem acontecendo em Lagoa dos Patos-RS, ameaça a pesca na lagoa; segue matéria que apresenta a decisão de antecipar a implementação do Projeto Nordeste, e traz mais detalhes sobre o mesmo; segue matéria que retrata o "Museu ao ar livre" de Orleans-SC, que busca resguardar seu passado e sua memória; segue matéria que descreve os índios

Karajá, habitantes do Parque Nacional do Araguaia; segue matéria que apresenta o trabalho da FUNAI com os índios Kaingang para o desenvolvimento de atividades agrícolas "modernas"; segue entrevista com Otávio Ferreira Lima, presidente da FUNAI, na qual ele expõe encaminhamentos recentes e futuros dos trabalhos da entidade; segue matéria que apresenta a liberação de recursos para Recife através do CNDU; segue matéria que apresenta o Projeto Operário, financiado pelo BNH, busca qualificar mão-de-obra para a construção civil e promover o intercâmbio entre empreiteiras e mão-de-obra para sanar o problema de desemprego no setor; segue matéria que apresenta o Projeto Mutirão, na Paraíba, que visa a revitalização das favelas e construções precárias; segue matéria que apresenta a idéia de que a participação comunitária contribui para uma boa gestão pública; segue matéria que apresenta os trabalhos do Rondon em São Gabriel da Cachoeira-AM; segue publicação da reportagem de Cláudio Barbosa, ganhador do II Prêmio SUFRAMA de jornalismo; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? A matéria de abertura traz trechos de poesias de Patativa do Assaré e aborda questões de sua vida, o poeta é colocado como a "voz do sertão", sofrido, simples mais muito profundo. Na matéria sobre a situação ambiental no Brasil, cabe destaque um índex de espécies ameaçadas de extinção no Brasil. A matéria sobre os índios Karajó explora os mitos e o folclore da tribo, presumindo uma riqueza cultural grande. Na matéria sobre os índios Kaingang, esta tribo é apresentada como em elevado nível de aculturação, e isso como um fator positivo, e a assimilação das técnicas modernas para a agricultura deles como algo também positivo. Na entrevista com o presidente da FUNAI cabe destaque à demarcação das terras indigenas como passo fundamental para a política indigenista brasileira, e a idéia de compatibilidade entre essas demarcações e as explorações econômicas de suas áreas, inserindo tecnologia. Na matéria sobre o Projeto Rondon em são Gabriel da Cachoeira- AM, esse município é apresentado como isolado e com tendência ao desaparecimento.

Edição: Ano X/n.56/Maio-Junho de 1984. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; abre a edição matéria que apresenta Cenair Maicá, cantor missioneiro gaúcho, segue matéria assinada por Elaine Lerner que apresenta a cultura missioneira dos índios tupi-guarani que é mantida através dos resquícios das ruínas de São Miguel das Missões- RS, patrimônio da

UNESCO; segue matéria que apresenta a posse e as expectativas do novo presidente da FUNAI, Jurandy Marcos da Fonseca; segue matéria que ressalta o diálogo como ponto chave da nova administração da FUNAI, ressaltando a imediata conversa de Marcos Terena (nomeado chefe de gabinete) com representantes indígenas; segue matéria que apresenta a satisfação indígena e a posse do índio Megaron como diretor do Parque Xingu; segue matéria que apresenta a revitalização histórica de Olinda- PE, patrocinada pelo BNH e SEPHAN, como projeto-piloto do Programa de Preservação e Revitalização de Núcleos Históricos; segue matéria que apresenta o Projeto de Irrigação Curu-Paraíba, no Ceará, como modelo de solução para o Nordeste; segue Informe Especial sobre o desenvolvimento de Mato Grosso; segue matéria que apresenta o projeto que o BNH e a UFC estão desenvolvendo no Vale do Curu- CE para estudar alternativas econômicas para o semi-árido; segue matéria bem estilizada assinada por Jeová Queiroz que retrata o avanço do desmatamento da Mata Atlântica e as conseqüências negativas que tal fato vêm causando; segue matéria que retrata a evolução do processo de desmatamento da Mata Atlântica no Brasil; segue matéria que faz um balanço dos Parques Nacionais brasileiros; segue matéria que apresenta o desmatamento acelerado das Florestas tropicais no mundo; segue entrevista com Paulo Nogueira Neto, secretário da SEMA, na qual ele fala a respeito da Amazônia e das medidas de controle e fiscalização em relação ao meio ambiente; segue matéria que apresenta achados de vestígios paleontológicos no município de Souza- PA; segue Informe Especial sobre os cuidados ambientais do Complexo Petroquímico de Camaçari- BA; segue matéria que apresenta o risco de extinção de algumas espécies de peixes do rio São Francisco em função do avanço da agricultura irrigada na região; segue matéria assinada por Carlos Ribeiro que apresenta o artesanato cearense; segue Informe Especial sobre o BNH; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? A matéria que abre a edição apresenta o cantor Cenair Maicó como estilo "nativista". A matéria sobre a cultura missioneira fala de uma coisa autêntica da identidade gaúcha. Na matéria sobre a posse do novo presidente da FUNAI, chama-se a atenção para o diálogo como ponto fundamental de sua administração e estabelece como meta a demarcação definitiva das terras indígenas; destaca-se aqui a nomeação do indígena Marcos Terena para cargo administrativo da FUNAI. Na matéria sobre o projeto de irrigação Curu-Paraíba, a irrigação, a mudança da estrutura agrária e o desenvolvimento tecnológico são apresentados como as soluções para o Semi-Árido. Na matéria sobre o avanço da devastação da Mata Atlântica, tal fenômeno vem sempre

relacionado ao avanço da ocupação. Na matéria que apresenta o desmatamento das florestas tropicais no mundo, o principal fator apontado como causa são os avanços dos projetos agropecuários "irracionais" financiados pelos governos do Terceiro Mundo. Na matéria sobre o artesanato cearense, tal atividade é apresentada como atividade produtiva, que pode ser exercida como profissão.

Edição: Ano X/n.57/Julho-Agosto de 1984. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "cartas" é assinada pela editora chefe; abre a edição matéria que apresenta Miguel dos Santos, um pintor paraibano que tem o nordeste como matéria prima a ser trabalhada; segue matéria que apresenta a criação do CONAMA como um órgão para assessorar o poder executivo na elaboração da Política Nacional de Meio Ambiente; segue entrevista com o secretário da SEMA; segue matéria que anuncia regulamentação para repasse de direitos autorais aos índios diante de qualquer utilização de seu patrimônio natural; segue matéria que anuncia reunião ocorrida entre os caciques Kaiapó e o presidente da FUNAI, no qual os índios reivindicaram a demarcaçao de terras e reclamaram principalmente da mineração; segue Informe Especial sobre o fornecimento de material da Brasilit para o projeto Massangano; segue matéria que expõe a reforma da fonte das Sereias em Fortaleza, considerada como patrimônio histórico; segue matéria que apresenta pesquisa financiada pelo CNDU cobre o uso do solo urbano de Brasília; segue matéria que apresenta a mineração como possibilidade econômica para o Nordeste atingido a 5 anos por uma seca rígida; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta os bons resultados do Projeto Massangano de irrigação em Petrolina-PE; segue matéria que apresenta o sucesso da CODEVASF em sua atuação como empresa pública, e destaca a irrigação como aspecto fundamental de seu trabalho; segue matéria que apresenta a irrigação como capaz de quintuplicar a produção agrícola brasileira, bastando para isso investimentos governamentais e compatibilização dos programas de crédito; segue matéria que apresenta as defasagens históricas na exploração da agricultura irrigada no Brasil, o que teria impedido o País de atingir o status de celeiro do mundo; segue matéria que apresenta a implementação da irrigação no Brasil, que se deu inicialmente no Rio Grande do Sul, principalmente pela iniciativa privada; segue matéria que apresenta os índices de produtividade de diferentes projetos de irrigação, com diferentes modalidades, demonstrando que de qualquer jeito a irrigação é lucrativa; segue matéria que apresenta o projeto da CODEVASF de

implementar uma serie de barragens no Rio Salitre para prover água para a irrigação; segue matéria assinada por Severino Francisco que apresenta as riquezas da tradição das carrancas no Vale do São Francisco; segue matéria que apresenta o lançamento do primeiro produto totalmente brasileiro da ZF, ressaltando a nacionalização da produção na região; segue Informe especial sobre o BNH; segue matéria que apresenta as medidas emergenciais di BNH para resguardar o Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Incoop); encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria que abre a edição, as pinturas do artista paraibano são apresentadas como reflexo direto da riqueza da vida nordestina. Na matéria sobre o CONAMA a idéia de defesa do meio ambiente não poderia contradizer a necessidade de desenvolvimento nacional. Na matéria sobre o Projeto Massangano, a irrigação é colocada como o próprio desenvolvimento do Nordeste. Na matéria que apresenta as possibilidades de ampliação da produção de alimentos pela irrigação, esta atividade é dada como ainda não plenamente implementada no Brasil em função da preferência dada ao avanço da área agricultarável. Na matéria sobre as carrancas, mostra-se um embate entre a cultura folclórica, produto da imaginação individual e a massificação do consumo turístico.

Edição: Ano X/n.58/Setembro-Outubro de 1984. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; a matéria que abre a edição apresenta a fundação do Museu do Homem em Manaus, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e contará com o acervo do indigenista Noel Nutels; segue matéria assinada por Mario Rodrigues, que apresenta Capibe, músico pernambucano; segue matéria que apresenta a inauguração do Adutora do Agreste, que irá levar água ao município de Itabaiana-SE; segue matéria que apresenta com otimismo a execução da primeira etapa prevista para o Polonoroeste, que seria a pavimentação da BR-364; segue matéria que chama a atenção para a velocidade em que a degradação do cerrado vem acontecendo, sem que tenha se conhecido antes as suas potencialidades; segue matéria que apresenta a região do Pantanal como um paraíso ecológico ameaçado pela lógica predatória do homem; segue matéria que apresenta as condições favoráveis do Território Federal do Amapá, já em condição de se tornar estado regular; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta, através de linguagem bastante estilizada, a gente e a magia de Santarém-PA; segue matéria que apresenta os

investimentos da Companhia Criadora de Búfalos para inserir esta produção no Pará; segue matéria que apresenta a conclusão do novo plano diretor da SUFRAMA apontando a Amazônia Ocidental como capaz de suprir sua própria demanda alimentícia, devido ao Distrito Agropecuário; segue matéria que retrata a riqueza monumental de Pelotas-RS como resquícios dos tempos de riqueza da cidade; segue matéria que exalta os 75 anos do DNOS, apresentando seu histórico e seus propósitos fundamentais contemporâneos; segue entrevista com José Oswaldo Pontes, diretor-geral do DNOS, na qual ele defende o papel fundamental da entidade para o Nordeste; segue matéria que noticia a transformação em área de Proteção Ambiental das foz dos rios Iriri, Roncador, Guapimirim, todos no estado do Rio de Janeiro; segue mat'ria que apresenta o Complexo Mirorós-BA; segue matéria que apresenta as obras da barragem do Rio das Flores-MA; segue Informe Especial sobre o BNH; a sessão "cartas" encerra a edição.

Como trata? Na matéria sobre a BR -364 é apontado um sucesso do programa no qual a obra na BR está inserida devido a ação planejada de ocupação do "espaço vazio" e incorporação dessas áreas ao desenvolvimento nacional (boa citação p.13). Na matéria sobre o Pantanal, a região é apresentada como exuberância e riquezas, um "paraíso perdido". Na matéria sobre Santarém-PA, a cidade é apresentada como capaz de fazer o novo se sujeitar ao seu estilo, bastante particular, e seria o próprio retrato da Amazônia. Na matéria sobre o Complexo de Missorós, este é exaltado como símbolo do desenvolvimento.

Edição: Ano XI/n.59/Novembro-Dezembro de 1984. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; a matéria inaugural da edição é assinada por José Mario Rodrigues, e apresenta o Museu do Homem do Nordeste, mantido pela Fundaj; segue curta matéria que trata dos brinquedos populares; segue matéria que faz um balanço crítico da SUDENE durante os seus 25 anos; segue matéria que apresenta o "Projeto Nordeste", que é uma revisão da estratégia de desenvolvimento regional para a região; segue matéria que apresenta uma síntese dos programas, a maioria já existente, que irão compor o Projeto Nordeste; segue entrevista com Marcos Jacob Melo, superintendente da SUDENE, na qual ele fala das tarefas e dificuldades da SUDENE; segue matéria que faz um balanço positivo do FINOR, e o apresenta como principal instrumento para o desenvolvimento regional nordestino;

segue matéria que apresenta as dificuldades que a cultura do algodão e a indústria têxtil tem vivido no Nordeste, apresentando como saída o crédito e a expansão da infra-estrutura, destacando a ação do BASA e da SUDENE; segue Informe Especial sobre a Zona Franca de Manaus; segue matéria que apresenta o município de Aurora, no cariri cearense, como o único que resistiu aos 5 anos de estiagem, em função da infra-estrutura hídrica; segue matéria que apresenta o Projeto de Colonização do Alto Turi-MA, promovido pela Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), como um projeto diferenciado em função da "participação comunitária"; segue matéria que apresenta o Projeto Ilha Energética, pensado originalmente pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e agora sob incumbência do BNH, que tem como objetivo a implementação de casas populares abastecidas com energia solar; segue pequena matéria que apresenta as grandes possibilidades que as fontes alternativas de energia, como a solar e o biodiesel, podem trazer para o Nordeste; segue matéria que apresenta os esforços do DNOS e da SUDENE para fomentar a piscicultura no sertão, imaginando ser essa uma possibilidade lucrativa; segue matéria que apresenta uma série de programas da CODEVASF destinados a desenvolver a piscicultura na região; encerra a edição "cartas".

Como trata? Na matéria de abertura, o Museu do Homem é apresentado como representativo de uma tradição rica e profunda do povo nordestino, na qual a miséria é um dos protagonistas. Na matéria sobre os brinquedos populares, essa atividade é relacionada às cidades pequenas do interior e às periferias das grandes cidades, onde a falta de recursos se combinaria com a imaginação dos artesões. Na matéria que faz um balanço da SUDENE, cabe destaque que opiniões críticas à SUDENE são manifestadas, principalmente por a entidade não ter cumprido as suas propostas iniciais elaboradas pelo GTDN, como a desconcentração de renda; fala-se também de um esvaziamento da entidade. Na entrevista com o superintendente da SUDENE, ele faz uma avaliação de que haveria uma defasagem dos meios que a entidade dispõe em relação aos objetivos que lhe são atribuídos.

Edição: Ano XI/n.60/Janeiro-Fevereiro de 1985. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; segue matéria assinada por José Mario Rodrigues que apresenta Ana Pamplona artesã considerada como artista popular do interior paraibano; segue matéria que apresenta a

folclórica cidade de Laranjeiras-SE, cuja vitalidade foi recuperada através do Encontro Cultural de Laranjeiras; segue matéria que anuncia Tancredo Neves como o novo presidente da República, destacando o Nordeste como prioridade; segue entrevista com o ministro Mario Andreazza, na qual ele faz um balanço amplo sobre o MINTER, e mais especificamente sobre sua gestão; segue matéria que apresenta os debates do I Simpósio do Tópico Úmido e I Encontro Científico e Tecnológico dos Países do Tratado de Cooperação Amazônica, no qual foram debatidos com pessimismo o futuro ambiental da floresta; segue matéria que anuncia o Projeto de Lei para a Política florestal da Amazônia, enviado pelo presidente Figueiredo ao Congresso; segue matéria que apresenta a reivindicação indígena – diante do Tratado de Cooperação Amazônica – de fazer parte efetiva nas decisões tomadas; segue Informe Especial grande (pp. 27 – 42) sobre o histórico do MINTER e o balanço da gestão Andreazza; segue matéria assinada por Luzamira Rêgo que retrata um Olinda-PE marcada por contrastes, no qual convive de um lado uma cidade mágica. Boêmia, Patrimônio Cultural da UNESCO, centro de atração turística, e de outro lado uma cidade pobre e debilitada; segue matéria que noticia a primeira punição por crime ecológico ocorrido no Brasil; segue Informe Especial sobre um conjunto habitacional em Mato Grosso; segue extensa matéria (pp. 54 – 62) que retrata um período áureo que a Zona Franca de Manaus estaria atravessando, onde estava sendo conquistado o estágio de nacionalização da produção; segue matéria que apresenta o sucesso da industrialização em Manaus; encerra a edição a sessão "Cartas".

Como trata? Na entrevista com o ministro Andreazza ele mais apresentou dados do que expos posições políticas, o que mais se destaca é a posição favorável dele em relação à dissolução do MINTER, sugerida por Tancredo. Na matéria sobre os encontros científicos na Amazônia, o conteúdo destaca a pesquisa e o conhecimento técnico (notoriamente o sensoriamento remoto) como fundamental para a Amazônia, sendo as Hidrelétricas e os Projetos Agropecuários apontados como os principais desmatadores. Na matéria sobre a política florestal para a Amazônia, destaca-se a associação da preservação com o desenvolvimento. Na matéria sobre a industrialização em Manaus tem uma visão positiva de transformar o que era capoeira em indústria.

Edição: AnoXI/n.61-62/Março –Junho de 1985. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "Ao leitor" é assinada pela editora chefe; a matéria que abre a edição é assinada por José Mario Rodrigues e apresenta a arte do Mamulengo em Olinda; segue matéria que apresenta um trabalho na UFV de tentativa de resgate da cultura popular na Zona da Mata mineira; segue matéria que apresenta os novos rumos do novo governo; segue matéria que apresenta o "emendão"constitucional que a câmara dos deputados e os senadores votaram para eliminar os aspectos autoritários da Constituição; segue matéria que anuncia o desmembramento do MINTER, elaborada por Tancredo Neves, em MINTER e Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, anuncia também uma mudança na orientação política do ministério, que não irá mais se orientar pelas grandes obras; segue matéria que apresenta as orientações políticas órgão por órgão do MINTER; segue entrevista com Maurício Vasconcelos, secretário-geral do MINTER, sobre a nova estrutura que dispões o MINTER e as linhas gerais que nortearão os trabalhos da pasta; segue matéria que apresenta a situação preocupante de Nordeste em função das fortes chuvas que vem assolando a região, depois de cinco anos de seca; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta clima de democratização em Brasília; segue apresentação de fotografias do arquivo de João Gondim de Lima sobre a construção de Brasília; segue entrevistas com lideranças de movimentos civis da cidade-satélite de Sobradinho apresentando a agitação política em curso; segue matéria assinada por Severino Francisco que retrata Brasília como uma cidade que vive, que pulsa, onde as coisas acontecem, acompanhando o clima da abertura política; segue matéria que faz um "raio-x" do processo de abertura política no Brasil, com a revogação de leis e medidas do governo autoritário, e o processo de efetivação da Constituinte; segue matéria que apresenta o movimento "Muda Nordeste", surgido em oposição ao modelo desenvolvimentista adotado pelo Estado até então como solução para o Nordeste; segue matéria assinada por Cida Teixeira que retrata o fenômeno da fome na Zona da Mata pernambucana, misturando uma linguagem estilizada com números e informações técnicas; segue matéria que apresenta as diretrizes que nortearão a CODEVASF no novo governo; segue matéria que descreve os Ianomani, ressaltando a necessidade de definição das áreas demarcadas; segue matéria que apresenta o processo de demarcação das terras dos Gorotibas, ameaçadas de exploração de minerais; segue matéria que foi a ganhadora do III Prêmio SUFRAMA de jornalismo, de autoria de Marcos Dantas de Moura Magalhães; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria de abertura da edição, o texto fala de uma arte popular, rica e espontânea, que tem sofrido com o avanço da cultura de massas (boa citação p.6). na matéria sobre a cultura popular da Zona da Mata, se fala sobre uma cultura popular que está se perdendo. Na matéria que apresenta os rumos do novo governo, o tom é de crítica aos governos militares, e de afirmação de que dali em diante o governo seria marcado pela participação e justiça social. Na matéria sobre o desmembramento do MINTER, cabe destacar uma afirmação atribuída ao ministro Ronaldo Costa de que o MINTER poderia ser conhecido também como "Ministério do Desenvolvimento". Na matéria que faz um "raio-x" do Brasil, o tom é bastante otimista, contrastando apenas as declarações de Raymundo Faoro, de que essa abertura poderia não passar de retórica. Na matéria sobre o "Muda, Nordeste", se apresentam as idéias bastantes críticas em relação às políticas para a região do regime anterior, inclusive ao próprio "Nordestão", deste movimento civil, atribuindo a estes programas uma conseqüência de concentração de renda. Na matéria sobre a CODEVASF, contrastando com o que vinha até então na revista, o tom é bastante desenvolvimentista, muito parecido com o discurso hegemônico anterior. Na matéria sobre os Ianomani, estes são tratados como "puros", sofrendo com o avanço das fronteiras econômicas.

Edição: Ano XI/n.63/Julho-Dezembro de 1985. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; abre a edição matéria assinada por José Mario Rodrigues que apresenta a arte culinária de bolos em uma comunidade perto de Maceió-Al; segue matéria que apresenta São Tomé das Letras-MG como um centro de atração turística esotérico; segue matéria que apresenta Igarassu, cidade histórica na região metropolitana de Recife, como um patrimônio histórico brasileiro; segue matéria que apresenta a nomeação de Apoena Meirelles como o novo presidente da FUNAI, e a crise profunda que a entidade tem vivido; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta a resistência dos índios bororos no Mato Grosso; segue matéria que apresenta o tombamento da Serra da Barriga, onde morreu Zumbi, como Patrimônio Nacional; segue matéria assinada por Jeová Queiroz e Valéria Velasco que aponta a situação dramática de pobreza e miséria em que vive o Nordeste brasileiro; segue matéria que apresenta o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, documento formulado através de amplas discussões para propor políticas para a região; segue matéria assinada por Luzanira Rêgo que apresenta o começo da implementação

do Projeto Nordeste em Sergipe, através do Programa de Apoio ao Produtor Rural; segue matéria que apresenta o BNB diante do desafio dos novos Projetos para o Nordeste e a escassez de recursos para implementá-los; segue matéria que apresenta os investimentos do governo federal e da iniciativa privada para a implementação do Programa de Irrigação do Nordeste; segue entrevista com Eliseu Andrade Alves, novo presidente da CODEVASF, na qual ele fala das metas de irrigação da entidade; segue matéria que apresenta o desenvolvimento do setor de informática do Distrito Industrial da Zona Franca, e a repercussão negativa com a pressão de outras regiões para acabar os incentivos fiscais; segue Informe Especial sobre o estado do Amazonas; segue matéria que apresenta a pressão demográfica que sofre Brasília, trazendo problemas sociais e urbanos, traz também as soluções encaminhadas pela SUDECO; segue matéria que apresenta os resultados das discussões sobre o VI Encontro do Centro-Oeste, em Campo Grande-MS; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria de abertura da edição o conteúdo fala de uma tensão entre a culinária tradicional e o crescimento dos "enlatados". Na matéria sobre os índios Bororó o conteúdo se desenvolve em uma dinâmica entre o avanço da fronteira agrícola e as resistências, que não conseguem impedir os riscos de repressão da tribo. Na matéria sobre o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, a matéria explora as diferenças deste para com os seus antecessores, que estaria na ampla participação popular que ele foi resultado, e pela ênfase no desenvolvimento social, e não no crescimento econômico; refere-se também a ausência de empresários e políticos nestas discussões por não estarem habituados a esse tipo de diálogo. O tom da matéria sobre o Programa de Irrigação do Nordeste é marcadamente desenvolvimentista, parecido com o hegemônico do regime anterior. Na matéria sobre o VI Encontro do Centro-Oeste, o tom é o de capitalização como sinônimo de desenvolvimento, também parecido com o hegemônico do período anterior.

Edição: Ano XII/n.64/Janeiro-Fevereiro de 1986. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; segue matéria assinada por Severino Francisco que retrata Maria do Barro, artesã nômade; segue matéria que apresenta a cidade de Caldas Novas-GO como um centro de atração turística; segue matéria que defende que a medicina indígena merece ser tratada como séria; segue matéria que apresenta a mudança de estratégia de atuação do Projeto

Rondon; segue matéria que apresenta a irrigação como alternativa definitiva para o Nordeste, tecendo críticas aos projetos de desenvolvimento do regime anterior, principalmente em função de seu caráter "faraônico"; segue matéria assinada por Luzânira Rego que apresenta a difícil realidade dos agricultores sem-terra no Paraná, que piorou com a estiagem que o estado atravessa; segue matéria que apresenta os efeitos da estiagem no Rio Grande do Sul, alarmando para uma situação de falência; segue matéria que apresenta o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia, que ressalta a necessidade de melhoria imediata para a região; segue matéria que apresenta a idéia de reformulação dos programas de incentivos fiscais; segue matéria que apresenta as reivindicações dos pesquisadores e servidores do INPA por melhores condições para a pesquisa na Amazônia; segue entrevista com Régis Ribeiro Guimarães, secretário-geral adjunto do MINTER para assuntos da Amazônia, na qual ele aponta a necessidade de instituição de um novo planejamento para a região; segue matéria que apresenta a maturação da Zona Franca de Manaus como um centro de produção industrial sofisticado e respeitado, superando a idéia de ser apenas um centro de comercialização; segue matéria assinada por Memélia Moreira que apresenta os intensos conflitos entre índios e mineradores, provocados pela tentativa de exploração de recursos minerais; segue matéria que apresenta o PRODIAT para o desenvolvimento, através da expansão da fronteira agrícola, de uma das áreas mais carentes do Brasil; segue matéria assinada por Nonnato Machado que apresenta o avanço da cultura da soja na região de Barreiras-BA, com as mesmas características dessa mesma cultura no Centro-Oeste brasileiro; segue matéria que apresenta a transformação de agricultores sem-terra em empresários do campo no Baixo São Francisco, através de projeto da CODEVASF; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria de abertura, Maria do Barro é retratada como uma pessoa especial e iluminada, que entende e vive a alma humana. Na matéria sobre Caldas-Novas se fala, de forma positiva, de uma cidade interiorana com as comodidades da vida moderna. Na matéria sobre a medicina indígena, se destaca uma declaração de Marcos Terena que diz que a medicina indígena não pode ser folclorizada, mas sim tratada com seriedade. Na matéria sobre o Rondon, cabe destaque às críticas ao projeto sob regime militar, que teria servido mais para desmobilizar o movimento estudantil. Na matéria sobre o I PDA, se tece elogios a estruturação que a região teve no regime anterior, mas se critica o fato de ter sido concentrada, não ter atingido a maioria da

população. Na matéria sobre a maturação da ZFM, cabe destaque a uma oposição declarada entre a industrialização e a selva.

Observações:

Edição: Ano XII/n.65/Março-Junho de 1986. 66p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe; abre a edição matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta as buscas pela autoria do romance de cordel " A garça encantada"; segue matéria que apresenta a exposição "ó de casa, com licença...do Jequitinhonha aos canaviais", organizada pela Secretaria Especial da Região Sudeste (SERSE); segue matéria que apresenta a Gruta do Salitre, no sertão da Bahia; segue matéria assinada por Severino Francisco que apresenta Congonhas-MG, recentemente tombada pela UNESCO em função das igrejas esculpidas por aleijadinho; segue entrevista com Dorany Sampaio, novo superintendente da SUDENE; segue matéria que apresenta o projeto "Aves marinhas e continentais da Antártica", protagonizado pela Universidade do Vale do Rio Sino, UNB e UFV; segue Informe Especial sobre o lançamento de uma máquina desalinizadora fabricada pela DOW; segue matéria que apresenta Mario Juruna, primeiro deputado índio do Brasil; segue Informe Especial sobre a produção de um modelo de motocicleta na ZFM; segue matéria que apresenta o trabalho da SERSE nas áreas extremamente carentes da região Sudeste; segue matéria que apresenta as condições da FUNAI, sob presidência de Romero Jucá, na qual não acontece uma invasão à sede à quatro meses, depois de um período turbulento de invasões; segue matéria que apresenta o semi-árido nordestino como área prioritária para o Programa Nacional de Irrigação (PROINE); segue matéria que apresenta a prioridade absoluta do governo para a irrigação, sendo inclusive criado um Ministério extraordinário de Irrigação; segue matéria que apresenta os debates centrais ocorridos durante o Seminário de Tecnologia Agropecuária Inovadora para o Nordeste, organizado pelo BASA; segue matéria assinada por Jeová Queiroz que apresenta as contradições da cidade de Irecê-BA, marcada pelos problemas de cidade grande, mesmo sendo cidade pequena; a matéria apresenta o projeto de irrigar o sertão baiano através do PROINE; segue matéria que apresenta o Instituto de Tecnologias Alternativas do Distrito Federal (ITA-DF); segue Informe Especial sobre o socorro aos atingidos pelas enchentes no Ceará; segue matéria que apresenta o novo presidente do BNB e a sua prioridade para a agricultura; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria que apresenta os trabalhos da SERSE, vale destacar o tom de crítica a imagem difundida de "sul maravilha". Na matéria sobre o período de não invasões na FUNAI, tal fato é atribuído a uma modernização administrativa e descentralização. Na matéria sobre o PROINE no semi-árido nordestino, destaca-se a irrigação como fator modernizante da agricultura nordestina, tida como arcaica. Nos debates sobre o I Seminário de Tecnologia Agropecuária Inovadora para o Nordeste, destacou-se a necessidade de Reforma Agrária e tecnologia para pequenos e médios produtores. Na matéria sobre o ITA-DF, fala-se de formas de vida mais autênticas, propriamente nossa, e não baseada nos países desenvolvidos.

Edição: Ano XIII/n.66/abril de 1967.66p

Tiragem: 40 000

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pela editora chefe da revista; abre a edição artigo de Raymundo Faoro sobre as características históricas das constituições brasileiras; segue matéria assinada por Ijalmar Nogueira apresentando o próximo filme de Carlos Prates "Minas Texas"; segue matéria que apresenta a posse e os compromissos do novo ministro do interior, Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti; segue entrevista com Ronaldo Couto, realizada antes de deixar o cargo para ocupar a cadeira do gabinete civil, na qual ele fala das expectativas do ministério em relação à constituinte; segue matéria que recolhe uma série de depoimentos de populares, das mais diferentes ocupações profissionais, sobre as expectativas em relação à constituinte; segue matéria que apresenta a história dos textos constitucionais brasileiros, desde o Império, destacando sempre o elitismo destes; segue matéria que apresenta três exemplos históricos internacionais de implementação de um novo texto constitucional; segue matéria que apresenta detalhadamente a estrutura da Assembléia Nacional Constituinte, como ela será composta, como acontecerão os debates e como as decisões serão tomadas; segue matéria que apresenta as reivindicações das mulheres para participar dos debates de todos os projetos de pauta na constituinte, e atenta também para as reivindicações específicas para as mulheres; segue matéria que retrata o histórico da participação das mulheres na política oficial; segue matéria que apresenta a tentativa de organização doa índios para garantirem seus direitos na constituinte, fazendo frente ao lobby que os atacam, principalmente em relação à demarcação de terras; segue matéria assinada por Eliana Lucena que apresenta os impasses e dificuldades atuais do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), e as expectativas

em relação à essa questão na constituinte; segue matéria assinada por Helival Rios que trata da questão da reforma tributária; segue matéria que trata do histórico e dos termos atuais do debate a respeito da produção de energia nuclear no Brasil; segue matéria que apresenta as reivindicações de quatro governadores amazônicos que se encontraram com o presidente para pedir uma atenção especial para a Amazônia; segue matéria que apresenta as reivindicações da região Centro-Oeste, segundo a SUDECO; segue matéria assinada por Cleyton César que apresenta as reivindicações da região Nordeste, que proclama a necessidade de maiores investimentos federais; segue matéria assinada por Fernando Castilho que apresenta a formação de uma bancada do Nordeste que pretende efetivar as políticas para a região através da constituição; segue matéria assinada por Maria do Carmo Batista que apresenta as reivindicações do Sul em não ser mais pouco trabalhado pelo fato de já serem desenvolvidos; segue matéria, assinada por Adriano Lafetá que apresenta as eleições em Brasília para o Senado e a Câmara dos deputados; segue Informe Especial sobre o Amapá; segue matéria que apresenta o alto nível de sofisticação industrial que atingiu a ZFM em 15 anos; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? No artigo que abre a edição, Raymundo Faoro defende que as constituições brasileiras até então foram marcadas por falta de legitimidade por representarem somente a parcela dominante do poder, o que não poderia acontecer nessa constituinte. Na matéria sobre o filme de Ijalmar Nogueira, esse diretor é apresentado como uma expressão do cinema autêntico, brasileiro, que traduz a riqueza cotidiana do povo. Na entrevista com o ministro Ronaldo Couto, este fala da existência de vários "Brazis". Na matéria sobre as necessidades da região Nordeste, fala-se de um Lobby dos "sulistas" que teria esvaziado as principais entidades promotoras do desenvolvimento para a região, como a SUDENE e o BNB.

Edição: n.67

Tiragem:

Do que trata?

Como trata?

Observações: Essa edição não foi encontrada em nenhuma biblioteca a que se teve acesso (UFRJ, USP, UFV).

Edição: Ano XV/n.68/Abril de 1989. 50p.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pelo Coordenador de Comunicação Social do MINTER, Paulo César da Silva Gonçalves; abre a edição artigo de Antonio Esmeraldo Neto, chefe do Gabinete do ministro do Interior, sobre a necessidade de uma política habitacional efetiva; segue matéria que apresenta o lançamento do "Programa Nossa Natureza" do governo federal e se defende a posição do Brasil diante das acusações da comunidade internacional em relação à questão ambiental no Brasil; segue matéria que apresenta a integração do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, ao MINTER, e a criação de função de centro de pesquisas; segue matéria que apresenta a postura do Brasil diante da comunidade internacional a respeito da questão ambiental; segue artigo assinado por João Alves, Ministro do Interior, no qual ele defende a política ambiental brasileira; segue matéria que trata dos mitos a respeito da Amazônia, que seguiria como algo desconhecido pelos brasileiros; segue matéria que apresenta o projeto de zoneamento agroecológico para a Amazônia, que definirá as áreas específicas para uso agrícola, extrativista, pecuária, reflorestamento, etc.; segue matéria que retrata a demarcação das terras indígenas, que, segundo a Constituição de 1988, teria de representar 10% do território nacional; segue matéria que apresenta o sucesso da ZFM, garantindo o desenvolvimento da Amazônia sem comprometer o meio ambiente; segue entrevista com Jadyr Magalhães, superintendente da ZFM, na qual ele ressalta a importância da ZFM para o desenvolvimento da Amazônia; segue matéria que trata da perspectiva de interiorização e ampliação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); segue matéria que noticia a fabricação de uma nova modalidade de disquetes na ZFM pela empresa Verbatim; segue matéria que apresenta o Projeto Padre Cícero do Governo Federal, para criação de infra-estrutura hídrica no semi-árido; segue matéria sobre a promoção ao serviço comunitário promovido pela Secretaria Especial de Habitação (SEHAC), do MINTER; segue matéria que apresenta a cultura da leguminosa da Algaroba, na fazenda Monconha, pertencente à Tamoio Frigorifico S/A, localizada no estado da Paraíba; encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria sobre o programa "Nossa Natureza", cabe destaque a menção da criação do IBAMA, e o tom nacionalista e desenvolvimentista com que se defende a Amazônia. Na matéria a respeito da postura brasileira diante da questão ambiental, cabe destacar o fato de ser atribuído à dívida externa o problema ambiental dos países subdesenvolvidos, já que tal fato acarretaria em pobreza, e esta em degradação. Na matéria que a ponta o desconhecimento da Amazônia, se fala de uma ocupação

tradicional da região como uma primeira fase da ocupação. Na matéria sobre a demarcação das terras indígenas se apresenta uma continuidade em relação à oposição índio e civilizado. Na matéria sobre a ZFM se fala de uma Amazônia que não poderia ser alijada do desenvolvimento, como a construção de estradas e hidrelétricas, e sobre o desenvolvimento tirar as pessoas do interior. Na matéria sobre o Projeto Padre Cícero se apresenta uma continuidade no discurso sobre investir no convívio com a seca.

Edição: Ano XV/n.69/Setembro de 1989. p.50.

Tiragem: –

Do que trata? A sessão "ao leitor" é assinada pelo Coordenador de Comunicação Social do MINTER, Paulo César da Silva Gonçalves; abre a edição artigo de Leonardo Mota Neto, colunista do "Correio Braziliense", sobre a política habitacional do Governo Federal; segue matéria assinada por José Mario Rodrigues, em linguagem bastante estilizada, que apresenta "coxinho", maranhense humilde que guarda vivência com o bumba meu boi; segue entrevista com José Carlos Mello, secretário geral do MINTER, na qual ele fala da relevância dos transportes, e a sua compatibilização com a preservação ambiental; segue matéria sobre o Centro-Oeste como ainda cheio de potencialidades a serem exploradas, mesmo com avanços já conquistados da fronteira agrícola; segue matéria que trata do déficit habitacional brasileiro como um dos maiores problemas sociais do país; segue matéria que trata do êxito da ZFM demonstrado, entre outras coisas, pelo número de projetos aprovados; segue matéria que apresenta a comercialização dos artefatos indígenas através da Coordenadoria de Artesanato Coart/Atíndia da FUNAI; segue pequena matéria que anuncia a posse de Adalberto Carvalho como novo Consultor Jurídico do MINTER; segue matéria assinada por Léia Metre que retrata os trabalhos do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná, protagonizado pela SUDESUL, para combater o problema da freqüente ocorrência de Voçorocas na região; segue matéria, também assinada por Léia Metre que apresenta o Projeto de Desenvolvimento da Bacia do Mampituba, na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul; segue artigo assinado por Augusto Marzagão, secretário particular da Presidência da República, no qual ele defende eloqüentemente a gestão de Sarney, seguem as duas matérias vencedoras do Prêmio regional de jornalismo da SUFRAMA, assinadas por Cláudio Barbosa e Wilson Nogueira, que dividiram o prêmio; segue matéria sobre a Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC); encerra a edição a sessão "cartas".

Como trata? Na matéria sobre "Coxinho" se fala da cultura do boi no Maranhão como uma manifestação cultural arraigada, tradicional. A matéria sobre o Centro-Oeste retoma a idéia da região solução.

Edição: n.70
Tiragem:
Do que trata?
Como trata?
Observações: Essa edição não foi encontrada em nenhuma biblioteca a que se teve acesso (UFRJ, USP, UFV).